



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DÁRNISSON VIANA SILVA

**SOCIOANTROPOLOGIA DA PESCA ARTESANAL NO RIO
TAPAJÓS**

Regime de informação enquanto regime de vida em uma vila de
pescadores no Lago do Juá, Santarém (PA).

CAMPINA GRANDE
2020

DÁRNISSON VIANA SILVA

**SOCIOANTROPOLOGIA DA PESCA ARTESANAL NO RIO
TAPAJÓS**

Regime de informação enquanto regime de vida em uma vila de
pescadores no Lago do Juá, Santarém (PA).

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa Cultura e Identidades, como requisito à obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Azeredo
Grünewald

CAMPINA GRANDE
2020

S586s

Silva, Dárnisson Viana.

Socioantropologia da pesca artesanal no rio Tapajós : regime de informação enquanto regime de vida em uma vila de pescadores no Lago do Juá, Santarém (PA) / Dárnisson Viana Silva. - Campina Grande, 2021. 297 f. : il. Color

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.

"Orientação: Prof. Dr. Rodrigo de Azeredo Grünewald".

Referências.

1. Regime de Informação. 2. Saberes Tradicionais. 3. Regime de Vida. 4. Pesca Artesanal. 5. Estratégias de Vida. I. Grünewald, Rodrigo de Azeredo. II. Título.

CDU 39:316.4(043)

DÁRNISSON VIANA SILVA

Socioantropologia da pesca artesanal no rio Tapajós: regime de informação enquanto regime de vida em uma vila de pescadores no Lago do Juá, Santarém (PA).

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa Cultura e identidades, como requisito à obtenção do título de Doutor.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

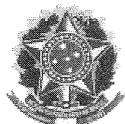
Prof. Dr. Rodrigo de Azeredo Grünewald – PPGCS /UFCEG (Orientador)

Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha – PPGCS /UFCEG (Examinador interno)

Prof. (a). Dra. Mércia Rejane Rangel Batista – PPGCS /UFCEG (Examinador interno)

Prof. Dr. Carlos Guilherme Octaviano do Valle – UFRN (Examinador externo)

Dra. Isis Maria Cunha Lustosa – Laboter/IESA/ UFG (Examinador externo)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprígio Veloso, 882, - Bairro Universitário, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM
10 DE SETEMBRO DE 2020

CANDIDATO: **Dárnisson Viana Silva**. COMISSÃO EXAMINADORA: Rodrigo de Azeredo Grunewald, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Luis Henrique Hermínio Cunha, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Mércia Rejane Rangel Batista, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Doutor, UFRN, Examinador Externo; Isis Maria Cunha Lustosa, Doutora, Laboter/IESA/UFG, Examinadora Externa. TÍTULO DA TESE: *"SOCIOANTROPOLOGIA DA PESCA ARTESANAL NO RIO TAPAJÓS: regime de informação enquanto regime de vida em uma vila de pescadores no Lago do Juá, Santarém (PA)"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 09h00 – LOCAL: **Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus**. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADO. Face a aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Doutor em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 10 de Setembro de 2020.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

RODRIGO DE AZEREDO GRÜNEWALD, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

LUIS HENRIQUE HERMÍNIO CUNHA, Doutor, PPGCS/UFCG

Examinador Interno

MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA, Doutora, PPGCS/UFCG
Examinadora Interna

CARLOS GUILHERME OCTAVIANO DO VALLE, Doutor, UFRN
Examinador Externo

ISIS MARIA CUNHA LUSTOSA, Doutora, Laboter/IESA/UFG
Examinadora Externa

DÁRNISSON VIANA SILVA
Candidato

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado do candidato **DÁRNISSON VIANA SILVA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 10/09/2020, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DE AZEREDO GRUNEWALD, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/09/2020, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **DARNISSON VIANA SILVA, Usuário Externo**, em 10/09/2020, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MERCIA REJANE RANGEL BATISTA, PROFESSOR**, em 10/09/2020, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **Isis Maria Cunha Lustosa, Usuário Externo**, em 11/09/2020, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 11/09/2020, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **0998002** e o código CRC **C26864AD**.

À

Esse mundo fascinante
perto das águas
perto de alguma felicidade
dentro de várias lutas e fé
uma gente feita de rios

(Daniel da Rocha Leite In: PesoVero)

À

Juan Carlos da Silva,
Pela amizade

Agradecimentos

Dizem que a gratidão de quem recebe um benefício é sempre menor do que o prazer daquele que o faz. E dizem, também, que ela está associada à memória mais afetuosa que os seres humanos podem ter – a memória do coração.

Neste momento oportuno, é de uma enorme felicidade poder agradecer às pessoas que me apoiaram e puderam de uma forma ou outra contribuir para o desenvolvimento e concretização deste humilde trabalho. Seria impossível relembrar de todos os pormenores desta caminhada, mas posso dizer algo dos encontros especiais que no caminho percorrido fizeram toda a diferença. Procuro aqui descrevê-los com apelo da pouca palavra e convido-os (as) enquanto “cúmplices” à ousadia de se identificarem ou não neste ato simbólico.

Assim, as imagens decantadas de minha memória me remeteram à muitos acontecimentos e neles embutidos os trajetos de uma irmandade de pescadores vivendo em casas suspensas por estacas à beira de um rio suntuoso, a um modo singular de vida, a um remanso incomparável e a um instigante universo de observação. Dentro desse contexto, muitas lutas e histórias acresciam a desenvoltura de *personas* inesquecíveis. Todavia, fizeram-me sentir rapidamente parte da família, logo eu? No começo de tudo um “estranho” no meio.

Os gestos mais bonitos se perfilaram em orações de cuidado, de ensinamentos valiosos e outras vezes como se acolhessem um filho ausente. Nesse período, houveram tempos de calma, mas vieram também tempestades (...)

Aconteceu de perto e de longe o compartilhamento de ideias fundamentais à tese, traduções dos escritos e muita generosidade em me receber pelos lugares por onde andei. Surgiram parcerias corajosas que toparam empreitadas em lugares de alto risco. Vigorou a paciência do “Prof. Gen.” conduzindo a *marcha* e apontando que o conhecimento sobre o “outro” pode, muitas vezes, envolver experiências mais *vibrant* do que estamos acostumados ou mesmo preparados. Sempre esteve presente uma amizade de muitos anos que colaborou não só com estas reflexões, mas no alcance de vários outros sonhos, agradecimento especial ao geógrafo que os distanciamentos físico e geográfico não modificaram a parceria de sempre.

Outras recentes amizades também vieram à tona de uma forma inesperada e se fizeram presentes em um momento decisivo desta jornada, toda a honra desejo espelhada nestas duas almas grandiosas e de fino gosto. De praxe, agradeço aos centros governamentais pela bolsa de estudos e pelo suporte técnico necessário.

Agradeço aos planos sobrenaturais que, sem dúvida, atuaram nos momentos de perigo, ficou o ensinamento do Respeito e das Limitações da razão humana.

Agradeço aos *mestres ribeirinhos* por celebrarem comigo muitas e muitas vezes com *DOSES* de sabedoria os insumos da experiência da pesca e foram ali, de fato, imensamente importantes e embriagantes!

Agradeço, por fim, ao sujeito ativo, de nome em pérola, que não cessou de demonstrar sua majestade e seus mistérios, assim como um horizonte de tantas e tantas possibilidades. Desse modo, listo abaixo em cognomes próprios todas estas honrarias, – meu muito obrigado!

Seu Biato
Dona Fátima
Dona Raimunda
Maria dos Santos
Maria Ornelinda
Fernando
José
Manoel
Chicão (Francisco Chagas)
Seu Raimundo (Mundico)
Seu Aurélio (Careca)
Marlon
Marcelo
Danilo Dálio
Thaynara Freitas
Mathilde Lendresse
Damian Borovka
Samanta Lemma
Thaís Accioni
Eduardo (Cotia)
Stanley
Nalva
Emerson dos Santos
Prof. “general” Rodrigo
Juan Carlos Silva
Frederico Godinho
Mariana Madureira
UFCG
CAPES
Icbs
Ufopa
Unama
Naea-Ufpa
Ciam
Oxóssi
Rio Tapajós



“Nesse mundo tudo tem sua ciência, a mata tem sua ciência, a água tem sua ciência, o peixe tem sua ciência” (Seu Biato, pescador ribeirinho e pedreiro, 2017)

RESUMO

SILVA, Dárnisson Viana. **Socioantropologia da pesca artesanal no rio Tapajós: regime de informação enquanto regime de vida em uma vila de pescadores no Lago do Juá, Santarém-PA.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, PPGCS - Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2020.

O presente estudo aborda uma comunidade de *pescadores artesanais ribeirinhos* situados à margem direita do Rio Tapajós nas proximidades da cidade de Santarém, no oeste do Estado do Pará. A localidade onde residem estes pescadores e do qual reproduzem seus modos de vida culturais integra um complexo ambiental descrito na Lei municipal nº 19.206 de 28 de dezembro de 2012 que define essa área como “Área de Proteção Ambiental do Parque do Juá”. Embora a lei mencionada configura a intenção dos órgãos competentes de ordenar a ocupação das terras, preservar o patrimônio natural e assegurar o bem estar das populações humanas que ali vivem, a observância do estudo identificou que a área, correspondente à 126,3465 ha, tem sofrido impactos severos em decorrência de transformações socioambientais bruscas nos arredores e no próprio Lago do Juá que constitui o parque. Tais danos ambientais como o assoreamento do lago, supressão da mata ciliar, alteração na temperatura da água e impacto na reprodução de espécies de peixes, estão relacionados à muitos problemas, dentre eles, grandes desmatamentos numa ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente, as APPs do Juá e o do Rio Tapajós, obras de loteamentos imobiliários de grande porte, como o Residencial Cidade Jardim (Buriti Imóveis) e o Residencial Salvação (Minha Casa, Minha Vida), e de modo mais amplo os cercos de uma política econômica local atrelada à demanda de uma infraestrutura voltada ao escoamento de grãos e subsidiada pela multinacional Cargill Agrícola S.A que interferem na produção e uso de territórios urbanos e rurais no município de Santarém. Em meio a este contexto de ameaça aos recursos de subsistência dos usuários do lago, viu-se a necessidade de aprofundamento da caracterização da população residente do Lago do Juá, por meio de um sistemático estudo etnográfico, ou seja, uma longa estadia em meio aos pesquisados afim de registrar modos peculiares de conhecer seus ambientes, o que designamos aqui de *regimes de informação* enquanto *regimes de vida*. A metodologia adotada se insere na perspectiva teórica da socioantropologia da pesca, segundo Diegues (1999a), um campo de conhecimento específico direcionado a estudar sociedades haliêuticas no Brasil em diversos contextos levantando dados qualitativos, quantitativos e análise de conflitos. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, coleta de depoimentos orais, registros imagéticos e imersão de campo no período de dois anos entre os pescadores desta localidade. O resultado foi a descrição de um extenso inventário de procedimentos ambientais e de saberes ecológicos tradicionais que vinculam uma história particular de trajetos, caminhadas, assentamentos históricos e territorialidades específicas que configuram um modo de vida tradicional e o que algumas autoras vêm chamando de ribeiridade amazônica.

Palavras-chave: regime de informação, saberes tradicionais, regime de vida, pesca artesanal, estratégias de vida.

ABSTRACT

This study addresses a community of artisanal fishermen located on the right side of the Tapajós River near the city of Santarém, in the west side of Para's state. The locality where these fishermen reside and from which they reproduce their cultural ways of life is part of an environmental complex described in Law n°. 19.206 of December 28, 2012 that defines this area as the "Environmental Protection Area of Parque do Juá". Although the law mentioned constitutes the intention of the competent bodies to order the occupation of the land, preserve the natural heritage and ensure the well-being of the human populations that live there, the observance of the study identified that the area, corresponding to 126.3465 ha, has suffered severe impacts due to abrupt socio-environmental transformations in the surroundings and in the Lake of Juá itself that constitutes the park. Such impacts as the silting of the lake, suppression of riparian forest, change in water temperature and impact on the reproduction of fish species, are related to many problems, among them, large deforestation in an irregular occupation in Permanent Preservation Areas, APPs of Juá and Tapajós River, construction of large real estate allotments, such as Residencial Cidade Jardim (Buriti Imóveis) and Residencial Salvação (Minha Casa, Minha Vida), and more broadly the sieges of a local economic policy tied to the demand for an infrastructure focused on grain disposal and subsidized by the multinational Cargill Agrícola S.A that interfere with the production and use of urban and rural territories in the municipality of Santarém. In the midst of this context of threat to the subsistence resources of the lake users, we saw the need to deepen the characterization of the resident population of Lake of Juá, through a systematic ethnographic study, that is, a long stay among the researched in order to record peculiar ways of knowing their environments, what we call *information regimes* while *regimes of living*. The methodology adopted is part of the theoretical perspective of fisheries socioanthropology, according to Diegues (1999a) a specific field of knowledge aimed at studying fish societies in Brazil in various contexts by collecting qualitative, quantitative and conflict analysis data. The result was the description of an extensive inventory of environmental procedures and traditional ecological knowledge that link a particular history of paths, walks, historical settlements and specific territorialities that configure a traditional way of life and what some authors have rehearsed to call *ribeiridade amazônica*.

Key Words: information regime, traditional knowledge, life regime, artisanal fishing, life strategies.

RIASSUNTO

Il presente studio si indirizza a una comunità di pescatori rurali «ribeirinhos» che vivono sul margine destro del fiume «Rio Tapajós» situato nelle prossimità della città di Santarém nello stato ovest del Pará. La località dove risiedono questi pescatori i quali riproducono i loro modi di vita culturale integrati in un complesso ambientale descritto nella legge municipale n° 1.9206 del 28 dicembre 2012 che definisce questa area come «Area di Protezione Ambientale del Parque de Juá». Sebbene la legge menzionata configura l'intenzione degli organi competenti di ordine dell'occupazione della terra, preservare il patrimonio naturale e assicurarsi il benessere delle popolazione umane che vivono lì. Lo studio ha osservato e identificato che l'area, corrispondente a 126, 3465 ettari, ha sofferto severi impatti, dovute alle trasformazioni socio ambientali brusche, nei dintorni e nel proprio Lago do Juá appartenente al parco. Tali danni ambientali come l'interramento del lago, la soppressione della foresta, l'alterazione della temperatura dell'acqua e l'impatto della riproduzione del pesci, sono relazionati a molti problemi, tra i quali la grande deforestazione in zone irregolari in Area di Preservazione Permanente, le APPs do Juá e del Fiume Tapajós, opere di costruzioni edili di grandi dimensioni come il «Residencial Cidade Jardim (Buriti Imóveis)» e il «Residencial Salvação (Minha casa, Minha vida)» in maniera più ampia il oerchio di una politica economica locale interecciata alla domanda di un'infrastruttura diretta al flusso del grani e assediata dalla multinazionale Cargill Agrícola S.A. che interferiscono nella produzione e uso dei territori urbani e rurali nel municipio di Santarém. In mezzo a questo contesto di minaccia al ricorsi di sussistenza degli utenti del lago, sie vista la necessità di aprofondire la caratteristica della popolazione residente sul Lago do Juá per mezzo di un dettaguato studio etnografico, ou vero, una lunga permanenza nel mezzo del nativi osservati con il fine di registrare modi peculiari e di conoscere gli ambienti, i quali descriviano qui di regimi di informazione come regimi di vita. La metodologia adottata si inserisce nella prospettiva teorica di socioantropologia della pesca, secondo Diques (1999a), un campo di conoscenza specifica direzionata a studiare società aeliutiche in Brasile in diversi contesti raccogliendo dati qualitativi, quantitativi e analisi di conflitto. Per tanto, sono state strutturate interviste semi estrutturate, raccolta di testimonianze orali, registri di immagini e immersione nel campo di un periodo di due anni tra i pescatori di questa località. Il risultato é la descrizione di un grande inventario di procedimenti ambientali e di tradizioni, ecologiche tradizionali che vincolano una storia particolare di sentieri, camminate, insediamenti storici e territoriali specifiche che dimostrano uno stile di vita tradizionale e che alcuni autori chiamano di fiumiciattolo amazzonico.

Parole Chiave : regime di informazione, conoscenze tradizionali, regime di vita, pesca artigianale, strategia di vita.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – VISTA AÉREA DO COMPLEXO JUÁ (RIO, PRAIA E LAGO)	55
FOTOGRAFIA 2 – PESCADORES NO LAGO DO JUÁ.....	55
FOTOGRAFIA 3 – VISTA AÉREA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM (PA)	67
FOTOGRAFIA 4 – EMPRESA CARGILL AGRÍCOLA S/A. INSTALAÇÕES DO TERMINAL FLUVIAL DE GRANÉIS EM SANTARÉM (PA)	67
FOTOGRAFIA 5 – MONUMENTO DA FIGURA DO PADRE JOÃO FELIPE BETTENDORFE.....	68
FOTOGRAFIA 6 – ÁREA DE OCUPAÇÃO BAIRRO VISTA ALEGRE DO JUÁ.....	84
FOTOGRAFIA 7 – ÁREA DE OCUPAÇÃO BAIRRO VISTA ALEGRE DO JUÁ: TRABALHO.....	85
FOTOGRAFIA 8 – ÁREA DE OCUPAÇÃO BAIRRO VISTA ALEGRE DO JUÁ: COTIDIANO.....	85
FOTOGRAFIA 9 – REGISTRO APÓS CHUVA EM 02/02/2014.....	98
FOTOGRAFIA 10 – REMO COM LAMA DEPOSITADA NO FUNDO DO LAGO.....	98
FOTOGRAFIA 11 – DONA MARIA DOS SANTOS EM 04 DE OUTUBRO DE 2017.....	108
FOTOGRAFIA 12 – FERNANDO ILSO DOS SANTOS EM 19 DE SETEMBRO DE 2017.....	109
FOTOGRAFIA 13 – RAIMUNDO NONATO DE SOUSA EM 23 DE SETEMBRO DE 2017.....	110
FOTOGRAFIA 14 – ANTONIO MANOEL DOS SANTOS EM 04 DE OUTUBRO DE 2017.....	111
FOTOGRAFIA 15 – RAIMUNDA DOS SANTOS FERREIRA EM 23 DE JANEIRO DE 2018.....	112
FOTOGRAFIA 16 – RIBAMAR DE SOUZA PORTELA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2018.....	116
FOTOGRAFIA 17 – ENTRALHANDO PANO DA MALHADEIRA.....	128
FOTOGRAFIA 18 – ORGANIZANDO ESPINHEL PARA COLOCAR NO LEITO DO RIO.....	128
FOTOGRAFIA 19 – CONFECIONANDO CAMBADAS DE PEIXES.....	129
FOTOGRAFIA 20 – PESCARIA NA BEIRA DA PRAIA.....	129
FOTOGRAFIA 21 – PUXANDO MULHER GRÁVIDA.....	147
FOTOGRAFIA 22 – CASA TEMPORÁRIA DO PESQUISADOR.....	147
FOTOGRAFIA 23 – PESCADORES ARTESANAIS DO JUÁ.....	148
MOSAICO FOTOGRÁFICO 1 – A VIDA NA BEIRA D’ÁGUA	153
MOSAICO FOTOGRÁFICO 2 – ENCHENTE DO RIO.....	154
FOTOGRAFIA 24 – FAMÍLIA NA PRAIA DO JUÁ, NA PONTA DIREITA O CASAL DONA MARIA BRASILINA SANTOS NOGUEIRA E JOÃO AVELINO DE SOUZA, UM DOS PRIMEIROS CASAIS A RESIDIR NO LOCAL.....	157

FOTOGRAFIA 25 – TIME DE FUTEBOL: JUÁ ESPORTE CLUBE.....	158
FOTOGRAFIA 26 – BATISMO DAS CRIANÇAS NA CAPELA.....	158
FOTOGRAFIA 27 – FAMÍLIA DE DONA RAIMUNDA NA PRAIA.....	158
FOTOGRAFIA 28 – CAPELA DO JUÁ	159
FOTOGRAFIA 29 – CASAMENTO.....	159
FOTOGRAFIA 30 – FESTA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	159
FOTOGRAFIA 31 – A VILA	161
FOTOGRAFIA 32 – FÓRUNS DE INFORMAÇÕES	177
FOTOGRAFIA 33 – ANTIGAMENTE ERA MUITO DIFÍCIL PUXAR UM TUCUNARÉ DESSE TAMANHINHO.....	237
FOTOGRAFIA 34 – NÓS AQUI, FAZ O CAFÉ NA LENHA.....	238
FOTOGRAFIA 35 – O MANO PEDIU QUE EU CALAFETASSE A CANOA DELE.....	239
FOTOGRAFIA 36 – AQUI EU GUARDO MINHAS COISAS, NESSE CANTINHO AQUI.....	239
FOTOGRAFIA 37 – AQUI ESTÁ VINDO, TÁ RABIANDO MUITO!.....	240
FOTOGRAFIA 38 – AQUI GRAÇAS A DEUS, TODA A VIDA EU FUI CONSTRUTOR.....	240
FOTOGRAFIA 39 – ISSO AQUI QUE É MARAVILHA!.....	241
FOTOGRAFIA 40 – BORA CARLINHO QUE ISSO AQUI QUE VAI DAR O PIRÃO DEPOIS!.....	241
FOTOGRAFIA 41 – PEIXE GRANDE ESTÁ PASSANDO NO RASO.....	242
FOTOGRAFIA 42 – EU CONSERVO PARA COMPRAR PELO MENOS UM LEITE.....	242
FOTOGRAFIA 43 – ESSE AQUI QUE É O VINHO DO AÇÁÍ FEITO NO ORIGINAL.....	243
FOTOGRAFIA 44 – NADA MELHOR DO A CASA DA GENTE, NÉ PROFESSOR?.....	244
FOTOGRAFIA 45 – ISSO É O PROGRESSO, ASSIM ELES DIZEM.....	244
FOTOGRAFIA 46 – ESSE LAGO AQUI JÁ FOI MUITO BONITO.....	245
FOTOGRAFIA 47 – ESPIA SÓ AQUI A BAJARA DO BIATO COMO FICA NA FOTO.....	245
FOTOGRAFIA 48 – SE NÃO MOLHAR A PLANTA, DEMORA PARA CRESCER, ENTENDEU COMO É?.....	246

FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA: TRECHO DO RIO TAPAJÓS, SANTARÉM, PRAIA E LAGO DO JUÁ ...	39
FIGURA 2 – MAPA ESQUEMÁTICO DO CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO.....	41
FIGURA 3 – IMAGEM DE SATÉLITE DA APA – JUÁ, OCUPAÇÃO VISTA ALEGRE DO JUÁ, RESIDENCIAL CIDADE JARDIM E RESIDENCIAL SALVAÇÃO (MINHA CASA, MINHA VIDA – PAC)	93

FIGURA 4 – CAPA DO ESTATUTO.....	123
FIGURA 5 – PÁGINA DO ESTATUTO.....	123
FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PESCA.....	137
FIGURA 7 – PIRÂMIDE DE FLUXOS E ESTOQUE.....	168

MAPAS

MAPA 1 – ROTAS DO ESPAÇO AÉREO DE PASSAGEIROS ENTRE OS ESTADOS BRASILEIROS.....	79
---	----

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – INVESTIMENTOS IMPLEMENTADOS EM SANTARÉM EM 2012.....	81
GRÁFICO 2 – OS PEIXES MAIS CAPTURADOS PELOS PESCADORES ARTESANAIS ATUANTES NO LAGO DO JUÁ (PA)	127
QUADRO 1 – EM NEGRITO ESPÉCIES QUE ESTÃO DESAPARECENDO OU JÁ DESAPARECERAM DO LAGO DO JUÁ.....	173

DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1 – CRENDICES E FIGURAS DO UNIVERSO SIMBÓLICO DOS PESCADORES DO JUÁ.....	141
DIAGRAMA 2 – RELIGIOSIDADES E COSMOVISÃO DE PRÁTICAS DE CURA.....	142

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DESCRIÇÃO DE APETRECHOS DE PESCA PRIMITIVOS E MODERNOS UTILIZADOS NA REGIÃO AMAZÔNICA	66
TABELA 2 – PROJEÇÃO RELATIVA DE DADOS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM: 2013-2020.....	80
TABELA 3 – FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCA.....	149
TABELA 4 – FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PESCA NO JUÁ.....	155
TABELA 5 – BENFEITORIAS E PROPRIETÁRIOS NA VILA DO JUÁ.....	160
TABELA 6 – TAXONOMIA DA FAUNA CONHECIDA PELOS RESIDENTES DO LAGO DO JUÁ.....	192
TABELA 7 – CALENDÁRIO DE FESTAS ATRIBUÍDO PELOS PESCADORES DO LAGO DO JUÁ.....	203
TABELA 8 – TAXONOMIA DA FLORA DO LAGO DO JUÁ A PARTIR DO CONHECIMENTO DOS INTERLOCUTORES.....	211
TABELA 9 – ALGUMAS PLANTAS MEDICINAIS UTILIZADAS PELOS PESCADORES (AS) DO LAGO DO JUÁ	213
TABELA 10 – ALGUNS REMÉDIOS CASEIROS UTILIZADOS PELOS PESCADORES (AS) DO LAGO DO JUÁ.....	217

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCOA-	Aluminium Company of América
AMAJUÁ-	Associação dos Moradores e Amigos do Juá
APA-	Área de Proteção Ambiental
APP-	Área de Proteção Permanente
ARCON-	Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará
CDB-	Convenção da Diversidade Biológica
CIAM-	Centro Municipal de Informação e Educação Ambiental
CEAMA-	Centro de Estudos Avançados da Amazônia
FAO-	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FLONA-	Floresta Nacional do Tapajós
IBAMA-	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF-	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM-	Imposto sobre Circulação de Mercadoria
ICBS-	Instituto Cultural Boanerges Sena
INRC-	Inventário de Referências Culturais
INCRA-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFRAERO-	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPHAN-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IES-	Instituição de Ensino Superior
ICMbio-	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MTUR-	Ministério do Turismo
OMC-	Organização Mundial do Comércio

OMPI-	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU-	Organização das Nações Unidas
PNPCT-	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PNT-	Plano Nacional do Turismo
PPG7-	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
ProVárzea-	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
PRT-	Programa de Regionalização do Turismo
RIMA-	Relatório de Impacto Ambiental
RMB-	Região Metropolitana de Belém
SEBRAE-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMMA-	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará
SPVEA-	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM-	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE-	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TIC-	Tecnologia de Informação e Comunicação
UC-	Unidade de Conservação
UFOPA-	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA-	Universidade Federal do Pará
UFRN-	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPB-	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO-	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1. Problemática da Pesquisa.....	28
1.1.2. Objeto de Estudo.....	39
1.1.3. Um breve elogio às Ciências Sociais e às Ciências da Terra: <i>lugar e território</i> sob uma ótica interdisciplinar.....	40
1.1.4. Abordagem Teórica e Procedimentos Metodológicos.....	47
1.1.5. Esclarecendo a “conversa científica” e o contexto da análise.....	54
2. TRAVESSIA HISTÓRICA: COMUNIDADE, PESCADO E NOVOS CONTEXTOS.....	57
2.1. Tal era o rio, tal era a margem? Síntese histórica do desenvolvimento da pesca na bacia amazônica.....	59
2.1.1. Santarém “globalizada” e os impactos do cultivo da soja	67
2.1.1.2. Antecedentes históricos de Santarém: um breve delineamento.....	68
2.1.1.3. Características urbanas da cidade e a “presença” da Soja.....	78
2.1.1.4. Santarém no Circuito Turístico Regional, Nacional e Internacional: avanços ou contradições? O “Juá” emerge enquanto questão analítica.....	87
2.1.1.5. Ancorando sentidos do passado: elementos da história do “Juá” através da História Oral e dos relatos dos pescadores artesanais locais e outros atores.....	97
2.1.1.6. Caracterização Ambiental e da Pesca Artesanal na Praia do Juá.....	124
2.2. Primeiros “Ventos de Sabedoria”.....	130
2.2.1. Mapeando as Pescarias.....	136
2.2.2. “Conversa de Pescador”: categorias de visão de mundo.....	138
2.2.3. O problema de nomear. Quem são, de fato, os pescadores com os quais nós convivemos e estudamos?.....	148
2.2.3.1. A <i>vila</i> enquanto família e Família enquanto comunidade [tradicional]: o lugar humano da vida.....	156
2.3. Considerações Preliminares.....	165

3. TRAVESSIA SOCIOLOGICA: CULTURA, INFORMAÇÃO E SABERES TRADICIONAIS.....	167
3.1. A informação enquanto experiência humana de conhecimento/saber nos indivíduos e nas sociedades, qual “a condição da informação” e o “senso crítico” no modo de vida do grupo analisado?.....	167
3.1.2. Regime de informação enquanto regime de vida: <i>pulsão pelo saber e pela vida</i>	177
3.2. O Rio, a Paisagem e as Festas Tradicionais como pontos de interseção de vários mundos e aprendizados.....	197
3.3. “Conversa de cientista”: regimes de conhecimento e de cultura.....	205
3.4. A problemática jurídica acerca dos conhecimentos tradicionais: qual a situação dos pescadores artesanais ribeirinhos do Juá face aos seus direitos de proteção associados ao estilo de vida tradicional?.....	218
3.5. Considerações Preliminares.....	225
4. “FISGANDO O PEIXE”: SABER-FAZER, SABER-PESCAR E SABER-VIVER...	227
4.1. Reflexões sobre mover-se no mundo e conhecimento.....	227
4.2. Retomando a pesca e lendo as imagens: entre panos, entralhos e prosas.....	234
4.3. No Juá, tudo nós somos parente! Uma breve reflexão sobre questões de atenção à família a partir do luto e o problema do alcoolismo a partir da experiência etnográfica.....	248
4.4. Considerações Preliminares ou notas para pensar a <i>forma</i> escrita.....	260
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU “ENCERRANDO” A TRAVESSIA.....	264
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	267
ANEXO A.....	288
ANEXO B.....	291
ANEXO C.....	293
ANEXO D.....	295
ANEXO E.....	297

INTRODUÇÃO

Meu primeiro contato com pescadores artesanais na região do Baixo Amazonas, no estado do Pará, aconteceu durante uma visita ao vilarejo de Alter do Chão para levantar dados de pesquisa em um curso de mestrado em antropologia na Universidade Federal da Paraíba, entre os anos de 2014 e 2015. Nesse período, o objetivo consistia em realizar um relato etnográfico de uma festividade que mobilizava praticamente toda a vila, sempre nos meses de setembro – a Festa do Sairé. Tal celebração popular de cunho lúdico-religiosa tem sido, ao longo dos últimos anos, objeto de inúmeros estudos e abordagens¹ por causa de seu rico campo simbólico e seu percurso histórico de ressignificações. Nela estão congregados elementos de devoção católica e ritos dos ancestrais indígenas que habitaram a localidade antes da ocupação portuguesa e da catequização jesuítica nos idos do século XVI.

Hoje, a celebração tornou-se o maior evento festivo e turístico do Baixo Amazonas paraense e muito do que sustenta sua dimensão mais espetacularizada, em termos narrativos, ou seja, suas formas tradicionais de expressão oral, musical e coreográfica, reside no imaginário de contos e lendas da região. Nesse sentido, as figuras do *caboclo*, do *ribeirinho*, do *feiticeiro*, das *entidades da floresta* e, sobretudo, a do *boto* (espécie de golfinho amazônico) e do *pescador*, constituem personagens-chave de quase, senão, todos os enredos que acompanham as apresentações nos cinco dias de festa².

Na busca por compreender mais a fundo, naquela ocasião, o universo onde se originavam tais narrativas é que mais cedo ou mais tarde minhas perambulações pela vila balneária me levaram ao encontro dos pescadores artesanais que por ali desciam em direção às águas doces do rio Tapajós. Desde então, nestes caminhos dentro da floresta e quando menos tomava consciência me vi enredado na própria rede de relações dos pescadores e uma gama de episódios e empatias se estabeleceram e se fortaleceram ao longo do tempo na vila e fora dela. Grande parte do estudo que apresento aqui foi semeado a partir desse primeiro encontro e, por esta razão, não poderia deixar de mencioná-lo logo no início e nesse momento, de certo sentimento de nostalgia, por onde os “nós” da rede-história começa...

Como o próprio título desta tese sugere, este estudo compreende os campos científicos da Sociologia e da Antropologia em complementaridade, engendrando métodos específicos de conhecimento ao tema da atividade pesqueira artesanal no país e, em nosso caso, mais especificamente, na Amazônia paraense.

¹ Foi também objeto de inventário pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan/PA (INRC-Sairé_2012) coordenado pela professora Dr.^a Luciana Gonçalves de Carvalho do Instituto de Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E também objeto de minha pesquisa de mestrado em antropologia pela Universidade Federal da Paraíba cuja referência encontra-se na bibliografia.

² Explicação mais detalhada pode ser consultada em COSTA, M. A. F. Turismo e patrimônio cultural: a festa do Sairé em tempos de mudança cultural. In: CARVALHO, Luciana; MILEO, Bruno. (Orgs.). **Patrimônio cultural e direitos culturais na Amazônia: experiências de pesquisa e gestão**. Santarém: UFOPA, 2012.

Tais procedimentos metodológicos estão vinculados a uma perspectiva teórica levantada por considerado número de autores³ que, sistematicamente, vem produzindo estudos sobre grupos sociais que vivem material e simbolicamente da pesca (DIEGUES, 1999a). Essas pesquisas ao longo de décadas têm procedido a partir de técnicas de observação, imersão etnográfica em campo, coleta de dados qualitativos e quantitativos, registro das formas de conhecimento das coletividades pesqueiras em águas continentais e de interiores em território nacional, além de identificar os principais conflitos gerados em diferentes contextos sociais entre pescadores e outros agentes sociais.

Analisando o desenvolvimento desses estudos, Diegues assinala que,

A partir do final da década de 60 e meados da de 70, alguns trabalhos de sociólogos e antropólogos ganharam densidade metodológica e teórica, enfocando, sobretudo a questão das mudanças sociais entre os pescadores litorâneos. Nessa época, a pesca e as comunidades de pescadores começaram a ser percebidas dentro de um contexto mais amplo da sociedade nacional, da penetração das relações capitalistas no setor, dos conflitos entre pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil e a capitalista, etc. (DIEGUES, 1999a, p. 364)

Esta perspectiva de aproximar a antropologia e a sociologia para analisar comunidades de pesca no Brasil surgiu, sobretudo, com os pescadores que atuam no mar e veio consolidar, inclusive, um campo de pesquisa especializado conhecido atualmente como Antropologia Marítima⁴. Nossa proposta foi, justamente, estender a adequação deste conjunto de procedimentos teóricos e analíticos aos ambientes fluviais e suas coletividades de pescadores em diversas categorias.

Tratando-se de um país com gigantescas dimensões tanto territoriais quanto hidrográficas, pesquisadores do Norte e Nordeste têm demonstrado através de iniciativas de programas de pesquisa a viabilidade dos objetivos colocados neste ponto e ainda propondo novas terminologias de análise para o campo, algumas delas serão discutidas em outro momento. Importante, como elemento introdutório, é chamar atenção para o fato de que ao acompanhar o movimento destes “flutuadores” (botes, jangadas, rabetas, bajaranas, barcos de pesca, etc.) e suas *gentes*, bem como o vetor de sociabilidades e saberes que lhes mantêm interrelacionados, a vontade de compartilhar experiências e aprender sobre seu universo de

³ Proveitosa gênese da relação entre as ciências sociais e a pesca no Brasil pode ser vista em: DIEGUES, Antonio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**. V. III (2), 1999, p. 361-375.

⁴ “A Antropologia Marítima é hoje um campo de pesquisa especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar, especialmente da pesca. A construção desse campo disciplinar é recente e o verbete “Antropologia Marítima” apareceu pela primeira vez em 1992, no prestigiado *Dictionnaire de l’Ethnologie et de l’Anthropologie*, publicado pelas Presses Universitaires de France, sob direção de Pierre Bonte e Michel Izard” (DIEGUES, 1999a, p. 369). No Brasil este campo se desenvolveu a partir, principalmente, de núcleos de pesquisa especializados do Sul e Sudeste, especialmente na Universidade de São Paulo e concomitantemente nas regiões Norte e Nordeste através do Departamento de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Universidade Federal da Paraíba.

práticas e conhecimentos jamais cesse. Enquanto houver rios, pescados e pescadores, lá estarão “eles” e “nós”.

Levando adiante a proposta, o presente estudo constitui-se como requisito para minha obtenção de título de Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Contou com a importante colaboração de amigos revisores o geógrafo Prof. Me. Juan Carlos da Silva (Unicamp), a colega doutoranda Thaynara Martins Freitas (UFCG), o Prof. Dr. Danilo José Dálio (IFG) e a orientação do Prof. Titular Dr. Rodrigo de Azeredo Grünewald (UFCG) a quem as ponderações sobre a liberdade de caminhos a trilhar foram fundamentais.

O estudo tratou do modo de vida de uma vila de pescadores artesanais ribeirinhos que exercem suas atividades em um trecho específico do rio Tapajós (PA), uma região que se estende dos entornos do distrito de Alter do Chão aos corpos d'água que compõem a localidade conhecida como “Lago do Juá”, nas proximidades da zona urbana de Santarém, ou seja, os ambientes aquáticos e terrestres que pescadores artesanais dessa região elegem como principais pontos de pesca ao longo desse percurso. Assim, tais pescadores artesanais que descrevemos residem às margens do rio, no ponto alto da Praia e do Lago e constituem o grupo social principal da pesquisa.

Dentro do modo de vida desses pescadores nos interessou explorar dois conceitos específicos e que consideramos fundamentais no seu cotidiano, o de *regime de informação* (FRHOMANN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) e o de *saberes tradicionais* (DIEGUES; ARRUDA, 2001). O objetivo principal foi entender como operam estes dois aportes conceituais que supomos ordenar, de certa maneira, os procedimentos de descoberta e de relacionamento com o mundo (material e simbólico) destes pescadores face aos desdobramentos técnico-informacionais da sociedade global contemporânea e os impactos mais recentes causados por forças econômicas que atuam sobre suas territorialidades dificultando e reconfigurando suas formas de reprodução social e cultural.

Em uma primeira incursão pelos conceitos mencionados, *regime de informação* diz respeito a um modo dominante de informação em uma determinada comunidade, grupo ou formação social. Esse modo dominante pode estar relacionado a inúmeros fatores estruturais e dinâmicos pelas quais promovem configurações específicas de acordo com cada contexto cultural, social, político e histórico (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002b, 2012). Em outras palavras, recorrendo a um perspectivismo antropológico um *regime de informação* encontra sua condicionalidade em um determinado *modo de existência* ou *plurais modos de existência* (LATOURE, 2012 citado por GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 56). Desta forma, a autora explica.

Cada modo de existência teria uma tonalidade de experiência, certas condições de felicidade ou infelicidade particulares, e uma ontologia específica; as redes

sociotécnicas do conhecimento seria um desses modos de existência (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 56)

De outro lado, em relação aos *saberes tradicionais*⁵, estes remetem à ideia do “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 30). Esses saberes, segundo a literatura que tem dedicado preocupação em analisá-los constituem processos vivos e que, portanto, estão em constante fluxo e reelaboração por parte de seus detentores (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; LITTLE, 2010). Dentre algumas de suas características fundamentais, estão aquelas relacionadas à sua constatação empírica, processos de investigação nativos e sua eficácia da qual, muitas das vezes, podem envolver dimensões imateriais e simbólicas.

Portanto, os saberes tradicionais que advogamos constituem tipos de conhecimentos ancorados principalmente em situações concretas, flexíveis e mutáveis, sendo modos de apreender o mundo que diferem daqueles da ótica da ciência ocidental, como apontado por Foladori e Taks (2004). O que não impede, por outro lado, de essas relações tomarem novos rumos nas aproximações com a ciência moderna mais contemporânea.

Sendo assim, nas últimas décadas, os saberes tradicionais estiveram no cerne de muitos estudos no âmbito das ciências humanas, ciências médicas, biológicas e outras ciências naturais não somente porque demonstram muitas peculiaridades na forma de seu exercício, mas revelam a existência de um conjunto complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos (DIEGUES; ARRUDA, 2001) que, além de tudo, expressam de forma genuína modelos de *etnoconservação*⁶ (DIEGUES, 1999) importantes. Por conseguinte, esses conhecimentos também têm gerado tensionamentos em diversos planos de disputa, além de serem alvo de valores preservacionistas de atores externos, emergentes da expansão da sociedade urbano-industrial em meados do século XIX.

Assim, ao que indicam estudos realizados em diversos espaços da região amazônica, algumas populações, como as de *seringueiros* no alto rio negro (SCHWEICKARDT, 2010), *agricultores da várzea* no médio Solimões (NEVES, 2009), *quilombolas* no Vale do rio Trombetas (CASTRO; MARIN, 1993), *ribeirinhos* no Amazonas (FRAXE, 2000; SCHERER, 2004), têm

⁵ Outra conceituação válida aos nossos propósitos está a adotada por Little (2010) que diz ser; “todos os conhecimentos pertencentes aos povos indígenas, às populações agroextrativistas, aos quilombolas, aos ribeirinhos e aos grupos sociais que se dizem tradicionais, que sejam utilizados para suas atividades de produção e reprodução nas suas respectivas sociedades” (LITTLE, 2010, p. 11)

⁶ Este se refere a um tipo de conhecimento cultural aplicado ao domínio natural [biodiverso] que permite as populações tradicionais entendê-lo, representá-lo mentalmente, manuseá-lo, retirar suas espécies, colocar outras e enriquecendo-o com frequência (DIEGUES, 1999b)

lançado mão de múltiplas estratégias⁷ para lidar com as novas mudanças e reivindicar formas de inserção aos contextos sociais, tecnológicos e informacionais da sociedade moderno-contemporânea. Contudo, esta inserção é tomada de maneiras distintas e com muitas ressalvas.

Temos também, que a constituição e consolidação de um *mercado ecológico* (MOURA; CASTRO, 2012) tem sido objeto de estudo apontando para distintas maneiras de se apropriar dessa relação ou, mesmo, de confrontar seja no campo das relações de exploração da mão-de-obra nativa e dos recursos naturais, seja do ponto de vista da governança ambiental alicerçada às políticas de desenvolvimento locais, seja na participação em estudos avançados de programas dirigidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros (FRAXE *et al.*, 2007; CASTRO; PINTON, 1997; GARCIA; MARTINS, 2009; LITTLE, 2010). Dessa forma, esses campos de atuação têm, de certa maneira, redimensionado a vida social desses pequenos e variados grupos e demonstrado como as alternativas políticas que surgem são resultado de um grande esforço de articulação entre diversos atores e agentes sociais envolvidos com programas de desenvolvimento para região amazônica e, conseqüentemente, objeto de negociação a partir de interesses distintos.

Portanto, o escopo desenvolvido neste trabalho apresentou estas questões, como pano de fundo, buscando levar em consideração o ponto de vista dos atores sociais analisados⁸, o grupo de pescadores artesanais que atuam na região delimitada, o Lago do Juá, localizado no município de Santarém, oeste do estado do Pará, bem como autores que tem se preocupado com a atuação estatal frente aos problemas enfrentados pelos denominados “povos tradicionais”, incluindo nessa terminologia as populações costeiras e ribeirinhas do território brasileiro (DIEGUES, 1994, 1999a; CASTRO; PINTON, 1997; FRAXE, 2000; FRAXE *et al.*, 2007; ADOMILLI *et al.*, 2012; ALMEIDA, 2012, 2004; NICOLAU, 2014; RODRIGUES; ARAÚJO, 2016; CARVALHO *et al.*, 2016). Tal literatura tem dado atenção crítica à ação do Estado e apontado quadros delicados de modelos de gestão, construção de parcerias, acordos, contradições e impasses entre populações locais e agências multilaterais em um grande número de situações e estudos etnográficos.

⁷ Entre as estratégias que estas populações têm encontrado estão o engajamento político em movimentos sociais, fortalecimento de bases associativas, reivindicação de áreas permanentes de proteção, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, assentamentos agroextrativistas, inserção no mercado de trabalho e serviços turísticos, cooperativas, etc. Embora estas estratégias não signifiquem, *per se*, a escapatória de situações de vulnerabilidade social que, muitas vezes, estes grupos sociais se encontram.

⁸ Embora tal procedimento seja realizado com muita cautela tendo em vista a afirmativa de que “nenhum relato que pretenda apresentar a “voz dos próprios atores” tem validade privilegiada, pois qualquer modelo de relação, grupo ou instituição será necessariamente uma construção do antropólogo” (BARTH, 2000a, p. 128-129). Ou como nos adverte Geertz (1978) quando assevera que os textos antropológicos não são mais do que uma *fictio* – uma fabricação.

Todavia, entende-se a partir da configuração apontada que os atores sociais envolvidos nas agendas desenvolvimentistas para a região amazônica⁹ estão posicionados com diferentes graus de poder e que animam um mundo social complexo e heterogêneo distribuindo as formas culturais e políticas de lidar com a realidade local de diversificadas maneiras. Aprender este mundo social nos levou, como alertou Barth (2000a), a uma *sociologia do conhecimento* capaz de esclarecer como as pessoas de “carne e osso” elaboram e reelaboram suas realidades e vivem nelas.

Esta tarefa atribuída aos diversos pesquisadores do campo das ciências sociais tem implicações importantes, no sentido de que ao adentrar em mundos específicos, permeado por imbricados jogos de poder, lhe incube a legitimidade de alocar esses mundos em um quadro de referência crítica em que ele próprio ocupa um lugar de mediação.

Ao longo do período de convivência, entre os anos de 2016 e 2018, com pescadores artesanais do “Juá”¹⁰ para o levantamento de dados etnográficos, não houve outros grupos de pescadores artesanais que despertassem interesse significativo de análise de acordo com o recorte do estudo. Todavia, os “pescadores de fora”¹¹, por vezes, serviram para traçar perspectivas comparativas em relação aos objetivos aqui colocados.

Em termos de contraste, por exemplo, agrega-se o fato de que os moradores pescadores do Juá (praticamente todos exercem a pesca como meio de subsistência) constituem, basicamente, um grupo familiar e a maioria com laços de parentesco vivem em relativo isolamento uma vez que no local onde moram não possuem nem mesmo os serviços básicos garantidos de direito como energia elétrica, água tratada, assistência médica, esgoto ou escola.

Devemos destacar ainda que, no Juá, existem aqueles indivíduos que também não possuem laços de consanguinidade parental com os pescadores locais, mas que estão em um nível de consideração comum, fortemente reconhecível. Assim, constituindo um parentesco simbólico eles são incorporados à “irmandade” como parentes fictícios, como nos esclarece Maldonado (2014).

A pesca artesanal se caracteriza entre outras coisas, pela tendência à utilização de mão de obra familiar não assalariada. É interessante notar que os pescadores costumam exercer esse parentesco simbólico, considerando-se parentes não só irmãos, tios, sobrinhos e primos, mas também compadres, vizinhos, e nas tripulações que pescam juntas há muito tempo, os “marinheiros” se tem como parentes (MALDONADO, 2014, p. 55).

⁹ Na atual agenda de desenvolvimento desenhada para a região amazônica constam entre outras obras de infraestrutura, projetos de hidrelétricas, portos e modal de transporte (rodovia, ferrovia e hidrovia) com vistas a dinamizar a circulação da produção de grãos do Brasil Central. Estas informações podem ser consultadas em diversos meios de comunicação na região e instituições de monitoramento e pesquisa, bem como agências não governamentais e Fundações ligadas a projetos em conjunto com populações locais.

¹⁰ Quando utilizamos a expressão “Juá” nos referimos de forma abrangente ao complexo hidrológico que o constitui, ou seja, a formação praia, lago e igarapé, bem como o mundo social que os anima.

¹¹ Categoria nativa para designar pescadores da cidade ou mesmo de comunidades adjacentes.

A escolha do grupo social referido nesta pesquisa esteve, portanto, relacionada a essa incorporação parental simbólica, às condições históricas e socioculturais de estabelecimento em seu território, suas *práticas e saberes* constituintes de um modo de vida pautado em códigos específicos de coletividades ou comunidades pesqueiras. Ainda que outros arranjos sociais vão se pondo no seu cotidiano no presente momento, estes códigos culturais da pesca persistem e prevalecem nas suas sociabilidades enquanto a constituição de um *ethos pesqueiro*¹², assim entendido na acepção de pesquisadores pioneiros e contemporâneos do tema, como Maldonado (1993), Furtado (1987, 1993), Diegues (1983, 1997), Adomilli (2007), Silva (2012, 2014), entre outros.

Dessa forma, ao buscar compreender o mundo dos pescadores artesanais caracterizados neste estudo optou-se pelas pistas teóricas, dentre outros, de Fredrik Barth (2000a, 2000b, 2005) e Tim Ingold (2015) para o qual devemos, enquanto pesquisadores, tentar mostrar como se geram *socialmente e ambientalmente* as formas da cultura.

Assim, os autores traçam alguns procedimentos de análise que se fazem úteis ao propósito da realidade observada. No caso de Barth e seu entendimento da noção de *cultura* como algo diferencialmente distribuído por intermédio das pessoas, entre as pessoas, como resultado das suas experiências é de grande valor heurístico em nosso percurso, pois, se apresenta como uma ferramenta possível para compreender como grupos de pescadores artesanais, demonstrando conexões culturais importantes, conseguem gerar, elaborar e transmitir conhecimentos de acordo com regimes de informações e necessidades de cada ambiente, práticas e contextos sociais específicos. A partir de tais pistas, o autor nos oferece alguns passos a serem seguidos.

Assim, devemos abordar as várias correntes que identificarmos, tomando cada uma delas como universo de discurso, e (i) caracterizar seus padrões mais destacados (ii) mostrar como ela se produz e reproduz, e como mantém suas fronteiras; (iii) ao fazê-lo, descobrir o que permite que haja coerência, *deixando em aberto, para ser solucionado de maneira empírica, como e em que grau os seus conteúdos ideativos chegam a formar um sistema lógico fechado como tradição de conhecimento*. Devemos também identificar os processos sociais pelos quais essas correntes se misturam, ocasionando por vezes interferências, distorções e mesmo fusões (BARTH, 2000a, p. 127, grifo nosso)

Outro interlocutor importante em nossas argumentações sobre as *trajetórias dos indivíduos e campo de possibilidades* foi Gilberto Velho (1989, 1994a, 1994b, 1994c, 1997), cujos trabalhos sobre sociedades complexas têm garantido perspectivas muito proveitosas do ponto de vista analítico. Os

¹² Segundo Silva (2012) a pesca é uma atividade produtiva que compreende uma relação espaço temporal que desencadeia uma racionalidade de trabalho distinta daquelas preconizadas no mundo urbano industrial. Forma-se a partir das particularidades culturais dos coletivos pesqueiros um *ethos* próprio, com qualidades morais que dão sentido às relações sociais nas “águas” e na “terra firme”.

pescadores artesanais, de que tratamos, ponderam sobre suas próprias trajetórias pessoais com forte vínculo aos diferentes contextos históricos que marcaram a região do Estado do Pará (ciclos econômicos da borracha e do ouro, abertura de rodovias, a chegada de imigrantes do sul do país, a expansão de núcleos urbanos, etc.). E a partir destas percepções subjetivas realizam leituras sobre sua realidade atual perfilando ligações com a cidade em diversos aspectos socioculturais e econômicos.

Desse modo, os conceitos de *projeto*, *campo de possibilidades* e *metamorfose* levantados por Velho podem nos ajudar a entender melhor alguns destes processos, na medida em que estes procuram explorar como se dão os percursos sociais ocasionados por decisões e expectativas de indivíduos com relação ao quadro mais amplo da sociedade em que estão inseridos. Ou seja, os projetos individuais dos sujeitos analisados e que são construídos em situações socioculturais específicas podem ou não produzir mudanças sociais no interior dos grupos a que pertencem apontando, inclusive, para uma realidade em constante negociação em diferentes momentos da vida. Essas noções nos parecem interessante para avaliar o trânsito dos sujeitos e ideologias possivelmente emergentes em comunidades próximas das cidades onde grandes conflitos afloram com maior facilidade, como no caso abordado.

Ainda na esteira de contextos urbanos, no que diz respeito à pluralidade e singularidades das cidades amazônicas, encontramos as importantes contribuições de Edna Maria Ramos de Castro (2009), Brasilmar Ferreira Nunes (2009), José Carlos Matos Pereira (2009) e Tatiane de Cássia Silva da Costa (2014), que vieram embasar as análises mais focadas como a questão da urbanização em parte da Amazônia brasileira. Estes autores buscam discutir de forma aprofundada os desdobramentos do crescimento urbano das cidades amazônicas, os processos sociais conflituosos subjacentes a este crescimento, a produção e reinvenção dos espaços urbanos e as peculiaridades de cada território.

As noções de *território* e *territorialidade*, por sua vez, devem ser compreendidas à luz do legado teórico de Bertha Becker¹³ sobre os diversos contextos da Amazônia brasileira. Procuramos ainda estabelecer diálogo com a proposta de Paul E. Little (2002) acerca da complexidade da realidade fundiária do país, possivelmente a partir de uma antropologia da territorialidade. Contudo, não podemos avançar no estudo sem a referência ao professor Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004, 2012), cuja atuação tem reunido grupos de trabalho e sistemático debate sob sua coordenação junto ao empreendimento do projeto da *nova cartografia social da Amazônia*. Por fim, as importantes contribuições de Almeida e Cunha (1999), entre outros, têm seu escopo de reflexão considerado.

No que diz respeito às categorias de “povos”, “populações” ou “comunidades tradicionais” procuramos repensá-las em termos de suas relações *ecológicas, políticas, informacionais e vitais*.

¹³ Importante coletânea de estudos da autora está reunida em uma publicação organizada por Ima Célia Guimarães Vieira. VIEIRA, I. C. G. (org.). **As amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Gramond, 2015.

Tendo por ocasião uma vasta literatura dedicada a estas categorias, talvez busquemos alargar o horizonte de estudos que descrevem modos de vida *sui generis* de se relacionar com o seu meio natural, conhecê-lo e utilizá-lo para fins comuns ao mesmo passo que *linhas de vida* são traçadas (INGOLD, 2000, 2007, 2015). Modos de conhecer e caminhar no mundo que são perpetuados ao longo de muitas gerações por grupos específicos e espalhados na extensão de territórios próprios, agora não tão próprios, pois, sofrem metamorfoses e até mesmo desapropriações abruptas desencadeadas muitas vezes por grandes empresas de exploração (SILVA, M., 1997; ZHOURE; LASCHEFSKI, 2010; GUERRA; COELHO, 2009; ALMEIDA, 2012, 2004).

Há ainda a noção, inspirada nesse modo de vida peculiar, que é a *ribeirividade amazônica*. Conceito ensejado por duas reconhecidas pesquisadoras da Universidade Federal do Pará¹⁴ (Lourdes Gonçalves Furtado e Maria Cristina Maneschy) e, num determinado sentido, posto como outra “face” do *ethos* das sociedades de pesca que exercem suas atividades no ambiente marítimo, ou melhor, através de uma cultura marítima ou como denominam os especialistas da área, uma – *maritimidade* (BRETON, 1981, MALDONADO, 1993, DIEGUES, 1983, 1995, 1999b). A categoria de análise aludida, isto é, a *ribeirividade* seria “como expressão de um modo de viver dos grupos sociais localizados às margens de mananciais aquáticos, de onde emanam os elementos materiais, imateriais e simbólicos que configuram o modo de vida desses grupos” (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p. 159), ali entendidos como *povos ribeirinhos da Amazônia*.

Desse modo, procurou-se avaliar como se articulam tais particularidades aos modos de agir, pensar e viver da coletividade de pescadores analisada neste estudo e seus relacionamentos com o rio Tapajós, bem como os corpos d’água (lagos, paranás, igarapés) localizados próximos à área. Contudo e talvez aqui resida a reflexão mais desafiadora – procuramos desvendar os feixes sociais que se desenrolam também em contextos urbanos. A cidade e a trama de interações que nela se produzem se mostrou ao longo das estratégias do pesquisador um *lóci* profícuo para dispor outras interpretações possíveis. A perspectiva teórica que orienta estas discussões deu ênfase às noções de *projeto* e *campo de possibilidades* como analisado por Velho (1989, 1994a, 1994b) e inspiradas no diálogo com autores como Erving Goffman, Simmel e Alfred Schutz.

Assim, a presente tese está dividida em cinco capítulos dos quais no primeiro capítulo de introdução são descritos os elementos que apresentam o estudo de forma geral, o foco da análise, a apresentação do problema de pesquisa a ser estudado e o lugar empírico de observação, bem como as

¹⁴ “O conceito de *ribeirividade* aparece pela primeira vez a partir de debates e reflexões de Lourdes Gonçalves Furtado e Maria Cristina Maneschy, docentes do programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, ao publicarem um artigo em coautoria inédito intitulado *Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l’état du Pará, nord du Brésil*, em (2002), no qual as autoras aplicaram o conceito em suas realidades de análise” (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p. 159)

correntes intelectuais que orientam cada abordagem. Realizou-se um levantamento preliminar de alguns conceitos tratados de forma panorâmica como o de *lugar e território* e que ensejou uma “paisagem analítica” a ser perseguida ao longo da escrita, introduzindo o leitor no vocabulário científico da proposta em uso. Nos capítulos seguintes, são desenvolvidos os aspectos históricos, sociológicos, ambientais e culturais aprofundando em seus conteúdos o mapeamento de cada processo.

No segundo capítulo *travessia histórica: comunidade, pescado e novos contextos* enveredou-se por uma travessia histórica do desenvolvimento da pesca na bacia amazônica, da evolução das técnicas e das políticas subjacentes ao setor da pesca na Amazônia em períodos anteriores. Em um segundo momento são aludidos a contemporaneidade das relações socioeconômicas da cidade de Santarém, polo econômico do Oeste do Pará, sua inserção no contexto global e a presença do cultivo da soja em processos que demarcam as tendências atuais do município com vistas à mobilidade urbano-rural e o papel que exerce na economia regional. Em seguida, procurou-se perfazer os elementos da historicidade de ocupação do território estudado – O Juá tecido a partir das vozes dos “mais antigos” e por uma perspectiva que privilegiasse a narrativa das trajetórias individuais, bem como a percepção local enquanto área ambiental que deve ser protegida e preservada. O objetivo foi entender a constituição de um passado e de um presente que se encontra ameaçado por bruscas transformações em sua paisagem natural em contrapartida da inoperância dos órgãos competentes de fazer cumprir as leis ambientais.

Assim, ao buscar levantar os elementos da historicidade dos atores sociais e o processo de estabelecimento desse pequeno povoado de pescadores no passado recente optou-se pelos caminhos da História Oral e das contribuições da Micro-história. Estas nos ofereceram ferramentas importantes para apreender a partir da memória individual e coletiva (HALBWACHS, 2006) as conexões necessárias para a hipótese de como se processaram, a partir de indícios do passado e do presente, o surgimento e desenvolvimento de algumas comunidades ribeirinhas ao longo dos afluentes do rio Amazonas como argumentou Harris (2017). Ao exemplo do Juá entende-se que estas ferramentas constituem métodos produtivos e enriquecem, sobremaneira, os dados etnográficos coletados uma vez que as fontes orais se tornaram de extrema importância por causa das escassas fontes documentais. O debate em torno dos avanços e limitações deste procedimento metodológico foram discutidos devido ao seu caráter polifônico, particular e complexo (MEIHY, 1994; FERREIRA; AMADO, 1998, SANTOS, 2005, HALL, 1992).

Ainda neste capítulo, são tratadas as primeiras ideias sobre os saberes dos pescadores artesanais do “Juá”, seus modos de conceber a temporalidade de seu ofício, a percepção ambiental do ecossistema em que vivem, também os demarcadores de identidade, racionalidades e sensibilidades enquanto coletividade de *pescadores artesanais ribeirinhos*. Buscou-se neste capítulo apresentar, sobretudo, a organização do trabalho pesqueiro neste “canto de vida” margeado pelo rio Tapajós.

No terceiro capítulo *travessia sociológica: cultura, informação e saberes tradicionais* procurou-se discutir as várias dimensões da vida social dos pescadores, como os vínculos com a cidade, a questão do senso crítico individual e coletivo, as práticas socioculturais de informação enquanto estratégias de produção e trabalho. Também outras dimensões socioantropológicas foram abarcadas como as trocas materiais e simbólicas, os calendários importantes de festas, as manifestações do lúdico, a curiosidade intelectual e os modos de se relacionar com o segredo. Estes operadores indicam a demarcação de um universo articulado de saberes que resulta também em um universo culturalmente distinto.

Assim, concatenando boa parte destas manifestações sociais e tradições culturais, levantamos a tese da existência de um *regime de informação* enquanto um *regime de vida* ancorados historicamente no meio social deste “pedaço amazônico” e que tem a ver com formas primárias de sociabilidades¹⁵ e desenvolvimento de certas habilidades. Para tanto, julgamos adequado a noção de *ribeiridade* como ferramenta analítica de entender os modos peculiares de manejar informações e habitar as águas. A saber, um amplo universo de práticas, costumes, *insights* nativos foram identificados em diferentes contextos de apropriação da informação e do conhecimento. Neste capítulo discutimos também a problemática jurídica acerca dos conhecimentos tradicionais, ou seja, a situação dos pescadores artesanais ribeirinhos do Juá face aos seus direitos de proteção associados ao estilo de vida tradicional, os impasses e a luta dos pescadores artesanais desta região.

Neste capítulo quatro “*fisgando o peixe*”: *saber-fazer, saber-pescar e saber-viver* buscou-se estabelecer a ponte, como sugeriu Manuela Carneiro da Cunha (1986), entre os imperativos da razão prática e os imperativos da razão simbólica. A reflexão que suscitamos neste capítulo, porém não definitivo, foi que este universo e seus imperativos em contraste com outros nos revelaram um campo vasto e muito rico em termos de *transações de conhecimento* (BARTH, 2000b) e modos de expressão que não podem ser mais negligenciados por uma racionalidade ocidental dominante (ALLUT, 2000; DIEGUES, 2000; LITTLE, 2010). Um universo que se examinado a partir de uma perspectiva não romântica, mas rigorosamente crítica pode “ascender” caminhos de sustentabilidade necessários e/ou almejados por muitos dos agentes comprometidos com o cumprimento das leis ambientais.

E, finalmente, no capítulo cinco “*considerações finais, ou “encerrando” a travessia*” tecemos as considerações últimas sobre o conjunto de reflexões abarcadas em cada etapa do trabalho, elegendo alguns pontos como conclusivos na disposição da tese¹⁶.

Neste último sentido, temos que os conhecimentos tradicionais, como foram preconizados ao longo da pesquisa etnográfica, têm despertado recentemente inúmeros interesses e foram subutilizados

¹⁵ “Sociabilidades primárias seriam vínculos construídos nas relações de parentesco, amizade, vizinhança, com ideias comuns, que adquirem maior visibilidade [contraste?] nos aglomerados urbanos” (NUNES, 2009, p. 55).

¹⁶ Ressaltamos também que em cada capítulo são ensaiadas algumas considerações preliminares como forma de sintetizar ou enfatizar apontamentos das discussões de cada travessia

por um longo período de tempo aos procedimentos da ciência moderna (LITTLE, 2010). No entanto, agora com maior vigor, agentes governamentais têm buscado reverter o quadro de descaso tentando criar dispositivos que assegurem os direitos de proteção sobre tais conhecimentos e seus detentores. Evidentemente, que os desdobramentos desta investida se dão de forma problemática com balanças que pesam a favor de instâncias mais fortalecidas em oposição à sujeitos (as) historicamente desfavorecidos.

Como resultado disso, são visíveis os enfrentamentos de movimentos populares e organizações sociais de classe (de diversas bandeiras políticas) que lutam por seus direitos adquiridos na constituição federal e, por vezes, nas convenções internacionais. A experiência sociopolítica e as estratégias de vida desses grupos sociais minoritários e categorias de classe como a dos *pescadores* têm fortalecido modos de resistir, de se apropriar ou de se adaptar ao avanço desordenado do sistema econômico dominante que lhe impõe ritmos externos, formas de relacionamento centradas nas trocas monetárias e de forma exclusiva, modos formalizados de conceber o seu espaço físico e o próprio conhecimento ou *saber vivo*. No entanto, o “ritmo artesanal”, as relações de trocas e o “pensamento pesqueiro” se dão em dimensões diferenciadas, com outras maneiras de valorar as relações que os cercam. Talvez, sempre tenha sido assim¹⁷ e, para a surpresa de muitas pessoas de fora, ainda persiste/resiste, porém não sem o risco de serem reformuladas completamente.

1. 1. Problemática da pesquisa

O problema que norteou as preocupações do presente estudo aborda as discussões em torno dos conceitos de *informação*, *conhecimento* e *saber*, enquanto conceitos situados em contextos e constructos epistemológicos específicos, interpenetrando o entendimento e a possibilidade de seus cruzamentos. Esse posicionamento abrange as disputas em torno destes conceitos de forma a tratá-los enquanto campos interligados através de relações sociais, práticas rituais, trocas culturais, relações de poder e criação de linguagem. O que nos interessou a partir da pesquisa foi como o *status* de cada campo conceitual vem se comunicando/articulando/interpenetrando e adquirindo relevância nas novas agendas de preocupação, tanto das instituições envolvidas com programas governamentais, como no seio de atores sociais periféricos, bem como no contexto da vida contemporânea de modo geral.

¹⁷ O não esclarecimento do que vem a ser esta outra maneira de conceber as relações é intencional para aguçar a curiosidade do leitor a avançar nas páginas seguintes.

Em um primeiro momento, alertamos para o fato de que o início das discussões possa parecer estranho ao quadro de referências comuns ao *métier* do cientista social, muito embora o convencimento de sua necessidade seja conduzido pelos empréstimos conceituais aqui tratados como os de: *regime de informação, modo de informação, sociedade da informação*¹⁸, dentre outros. Assim, realizando as interfaces comuns espera-se esclarecer uma parcela do quadro de referências que possam ser apresentados neste estudo.

Sabemos, que o léxico da informação vem assumindo, já algum tempo, a centralidade no cenário das discussões sobre comunicação, política, gestão, ética e integridade na pesquisa científica (FREIRE, I., 2001; FREIRE, G., 2006; MATTELART, 2005; VASCONCELOS, 2015; WILKE, 2015), problematizando, de um lado, um esforço na elaboração de uma síntese de linguagem que atenda diferentes modalidades de ciência e estimulando a preocupação acadêmica pela interdisciplinaridade ou a *relição dos saberes* como propõe Edgar Morin (2000, 2011, 2012a, 2012b) e de outro, um campo científico com estatuto próprio de atuação, o qual vem sendo chamado atualmente de ciência da informação¹⁹.

A relevância deste campo de conhecimento para nosso estudo passa por meio de reconhecer sua contribuição no entendimento de que seu objeto de estudo, *a informação*, “é um fenômeno que está relacionado a todos os campos do conhecimento científico, moldando-se aos interesses de cada uma delas” (FREIRE, G., 2006, p. 6). E que, portanto, a ciência da informação deve buscar a construção de uma rede conceitual, tecida a partir do olhar das várias disciplinas com as quais se relaciona.

Nossas formulações, no campo das ciências sociais, quanto à apropriação da informação no processo de produção de saberes alinham-se com sua perspectiva histórica (a da ciência da informação em questão) não só quando alude às raízes históricas do desenvolvimento da comunicação científica e da utopia planetária da universalização do saber em termos de organização e processamento de informações para fins pacíficos²⁰. Mas, sobretudo, quando aponta que o fenômeno da informação adquiriu nova relevância nas trocas econômicas e culturais da sociedade capitalista (FREIRE, G., 2006).

¹⁸ Destacamos que esta postura investigativa que intersecciona o campo de conhecimento da ciência social e da ciência da informação é resultado de nossa aproximação com o curso de biblioteconomia, em nível de bacharelado, iniciado e interrompido no ano de 2012 na Universidade Federal da Paraíba.

¹⁹ Importante discussão pode ser vista em FREIRE, Gustavo Henrique. *Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect.ciênc.inf.*** Belo Horizonte, v.11 n.1, p.6-19, jan./abr., 2006.

²⁰ Em 1895, dois advogados pacifistas belgas, Henri de La Fontaine e Paul Otlet fundam em Bruxelas, o Instituto Internacional de Bibliografia. Seu projeto era constituir o “Livro Universal do Conhecimento”, uma vasta “enciclopédia documental abarcando o universo” que seria a base de uma “Cidade Mundial” que garantisse a paz no mundo (MATTELART, 2005).

Como visto, é inegável que o fenômeno da informação foi se tornando mais presente em nossas vidas, sua área de ação e atuação foi crescendo cada vez mais, até sua identificação com a sociedade contemporânea qualificada como sociedade da informação. Nesse contexto, a característica marcante da atual sociedade não seria apenas a apropriação da informação e do conhecimento pela sociedade, mas a transformação de ambos em forças produtivas (FREIRE, G., 2006, p. 10)

A partir desse contexto é possível assumir que uma emergente noção científica de informação tem se firmado nas últimas cinco décadas ou como nos coloca Laymert Garcia dos Santos (2009) quanto à densidade desse fato: uma virada no modo de proceder da ciência²¹ tem-se projetado no sentido de que “a medida de todas as coisas” já não centraliza o *homem* e sua capacidade de pensar o mundo, como de outrora os filósofos iluministas propuseram, mas sim a própria *informação* como elemento central das relações/interações socioculturais e institucionais no mundo contemporâneo (SANTOS, 2009). Portanto, novas configurações das relações que cercam este campo têm-se proliferado na contemporaneidade ou como querem alguns na *sociedade da informação* (PORAT, 1976, LEGEY; ALBAGLI, 2000; MATTELART, 2002) demonstrando a necessidade de atualização das preocupações em torno do tema.

Assim, um amplo leque de questões tem exigido abordar o objeto *informação* não mais como mero “dado”, objeto acabado ou um conhecimento circunscrito a processos educacionais clássicos, mas como “um vetor que cria uma resolução, um sentido e, por conseguinte, uma consistência” (SANTOS, 2009, informação verbal)²².

A informação, nessa perspectiva inovadora, seria definida como “a singularidade real através da qual uma energia potencial se atualiza e supera incompatibilidades [...] ou segundo a formulação de Gregory Bateson, é ‘uma diferença que faz a diferença’” (SANTOS, 2001, p. 4). Este conceito como se supõe estaria associada a um processo contínuo de trabalho, sobretudo, às diversas camadas estruturantes e novos fluxos cognitivos. Proliferando informações indefinidamente estaríamos, então, imersos em um estágio denominado de a “era da informação e do conhecimento” (ALBAGLI, 2003; MACIEL; ALBAGLI, 2011). Dito isso, prescrevemos uma era com características cada vez mais inovadoras que suscita a preocupação de uma tomada de consciência deste novo lugar da informação no modo de vida de seus usuários e, especialmente, nas estratégias discursivas de agentes do desenvolvimento social e econômico do globo.

²¹ Santos (2001) realiza interessante discussão a partir do que Donna Haraway, filósofa americana, sublinha de “virada cibernética” no início dos anos 70.

²² Palestra proferida por Laymer Garcia dos Santos sobre “Modernidade e a dominação da natureza”, em Campinas/SP em 04 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/2009/08/04/integra-modernidade-e-a-dominacao-da-natureza-laymert-garcia-dos-santos/>>. Acesso em 18 de jun. de 2015.

Esta preocupação centrada nos modos operativos da informação em algumas de suas dimensões socioculturais nos impulsionou, particularmente neste estudo, a uma tentativa de aproximação entre esses dois campos de conhecimento aparentemente distintos ou distantes: a *ciência da informação* e as *ciências sociais*. O primeiro, embora venha apresentando preocupação em produzir quadros epistêmicos globais bem definidos na constituição de seu campo disciplinar (RABELLO, 2012) não cria densas barreiras para com as narrativas produzidas no âmbito das ciências sociais. Ao contrário disso, são proveitosas as abordagens levantadas por González de Gómez (2002a) acerca da própria atuação da ciência da informação sobre as sociedades de uso intenso da informação sugerindo novas leituras sociológicas destes processos²³. A autora “apresenta a informação como um conceito relacional, que interage com contextos informacionais (regimes de informação) diversos, o que seria próprio da sociedade contemporânea” (FREIRE, G., 2006, p. 14). Conquanto, oferece novas perspectivas:

Em lugar de o social oferecer conceitos esclarecedores do que seja a informação, agora a informação e a comunicação, sob o embalo e propulsão das novas tecnologias de comunicação e informação – NTICs –, são necessárias ao esclarecimento e compreensão das *novas configurações sociais* (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002a, p. 26, grifo nosso)

De fato, torna-se importante salientar que estas novas configurações sociais, impulsionadas pelas revoluções científicas modernas (eletrônica e informática), encontram-se imbuídas de uma acelerada empreitada por conhecer ou, na linguagem usual, *acessar* as informações contidas no mundo e no meio natural (que vão desde traduzir o código genético de vários organismos vivos existentes no planeta à digitalização dos maiores acervos bibliográficos do mundo anglo-saxão²⁴) e nesse processo os procedimentos científicos têm se deparado com questionamentos não somente no plano epistêmico, mas de suma importância no ordenamento ético e filosófico dessas relações.

Para mencionar, brevemente, apenas um de cada ordem desses problemas podemos elencar, em primeira mão, os limites pelos quais os projetos de dominação da natureza, sobretudo, o da condição humana no planeta, atravessam e são empreendidos por alianças

²³ Muito se tem discutido hoje a questão da “desinformação”, ou seja, não só a apropriação da informação e do conhecimento da sociedade se tornaram forças produtivas, mais do que isso, elas servem ao capital como forma de controle, vigilância, técnicas de persuasão e manipulação política. No entanto, não enveredamos por esta discussão cujo teor desviaria os objetivos do estudo.

²⁴ “Nossa missão é organizar a informação do mundo e torná-la universalmente acessível e útil”. É assim que a empresa Google anunciou em dezembro de 2004 seu megaprojeto de uma nova biblioteca de Alexandria, digitalizando os acervos de algumas das maiores bibliotecas do mundo anglo-saxão e colocando-os *online* gratuitamente (MATTELART, 2005).

entre poder financeiro e tecnociência (MORIN, 2012b). Nesse sentido, o que Michel Foucault (1979) em um enlace analítico chamou de *biopoder*²⁵, ou seja, “a vida humana como objeto de poder” parece agora operar em dimensões tecnologicamente mais ubíquas, o que se pode atribuir ao nexo de relações *informação-poder* segundo González de Gómez (2012).

Estas relações, de acordo com certa literatura, estão produzindo mediações de uma forma jamais vista e, talvez ainda, de consequências não bem mensuradas pelos seres humanos do presente tendo por horizonte as gerações futuras²⁶.

Outra preocupação que nos rodeia é que há, de fato, comunidades científicas com programas de pesquisa destinadas a servir a sociedade civil nas suas necessidades mais imediatas, prevendo riscos e melhorando a qualidade de vida das pessoas. Mas, por outro lado e em grande número estão aqueles empreendimentos laboratoriais atrelados aos objetivos de grandes corporações financeiras mundiais. Exemplo muito claro disso é o crescente número de teses que são defendidas nos países de primeiro mundo sob sigilo de patentes. Não obstante, há quem afirme com precisão que a ciência de um modo geral se encontra, hoje, fortemente subjugada ao poder corporativo da indústria e do capital (GARCIA; MARTINS, 2009; MATTELART, 2005; MORIN, 2012b).

Por exemplo, no que diz respeito aos regimes de propriedade intelectual em escala mundial, Armand Mattelart (2005) expõe o seguinte raciocínio:

A informação e o saber são cada vez mais tratados como um bem imaterial e apropriável. O caráter estratégico dos direitos da propriedade intelectual reside no fato que ali se joga a batalha das novas formas de patentes como apropriação privada de conhecimentos. É preciso saber que, em 1994, os acordos de Marraquech que fundam a OMC alinharam a legislação mundial relativa às patentes de acordo com as normas americanas. *Ora, a novidade destas patentes é que elas não concernem mais apenas às aplicações das ideias e das invenções à produção de mercadorias, mas também aos conhecimentos fundamentais cujo monopólio ameaça bloquear a continuidade das pesquisas. Em outros termos, o domínio público no qual e através do qual as ideias e as invenções se produzem é diretamente o objeto da apropriação.* Esta apropriação do fundo comum de conhecimentos tem como consequência, restringir os direitos tanto dos autores como do público (MATTELART, 2005, p. 15, grifo nosso)

²⁵ Referimo-nos a concepção foucaultiana sobre a coerção, controle e assujeitamento dos indivíduos diante da atuação do poder em suas múltiplas dimensões. Mais especificamente sobre o conceito de *biopoder* pode-se afirmar: “o conceito que resume o processo pelo qual a dimensão biológica da vida humana foi, na modernidade, esquadrihada pelas redes de poder-saber, assumida pelo Estado, incluída nos cálculos políticos e racionalidades governamentais” (SANCHES JUNIOR, 2012, p. 7).

²⁶ Quanto à ecologia do planeta estas relações ficam ainda mais críticas tendo em vista que a velocidade das transformações ambientais na era antropoceno conduz as sociedades atuais a um experimento geofísico sem precedentes e colocam para a geração futura uma responsabilidade enorme quanto à mudança desta trajetória de aceleração e degradação (NOBRE, 2010, informação verbal). Palestra proferida por Carlos Nobre da série “Meu Mundo Caiu”. Café filosófico - CPFL/Cultura- Campinas/SP em 04 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0Jp4R_N9v-A>. Acesso em 01 de jan., 2018.

Dessa maneira, os agentes desta apropriação privada do conhecimento, referido pelo autor, produzem um espectro preocupante na sociedade global, exceto os grupos dominantes, uma vez que grupos de cientistas espalhados pelo mundo encontram-se alinhados com dirigentes do poder voltados, unicamente, ao seu autoenriquecimento e, assim, desenhando um panorama alarmista no contexto de exploração econômica e produção de conhecimento.

O segundo problema, seguindo o argumento sugerido, permeia a clássica fronteira entre Natureza e Cultura discutida por especialistas desde os primórdios da disciplina antropológica e, que sob vestes atuais, tem-se erigido a partir de termos como: “*natureza-como-informação*” e/ou “*cultura-como-informação*” (MARTINS, 2000). Ou seja, o pressuposto é que a natureza biológica do planeta se encontra totalmente disponível aos processos de *recuperação, processamento e armazenamento* de informação, assim como as culturas humanas passam a moldar e serem moldadas por esse “estado de natureza informacional” ou *capital informacional*, González de Gómez (2002b).

A questão problemática que se coloca através de uma vasta etnografia não só de povos amazônicos, mas também de outros povos, autores como Viveiros de Castro (1977, 1978, 1996), Leroi-Gourhan (1987) e Descola (1997, 2015) enfatizam que a distinção entre natureza/cultura não pode ser concebida aos moldes do pensamento moderno ocidental. Por exemplo, para alguns povos ameríndios sul-americanos estudados por estes e outros, “natureza e cultura são parte de um mesmo campo sociocósmico” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 124). E também enfatizam que existem cosmologias indígenas ameríndias que não fazem distinções ontológicas entre humanos, de um lado, e um grande número de animais e plantas de outro (DESCOLA, 1997), assim como siberianos orientais não vêem qualquer diferença de essência entre o homem e o animal (LEROI-GOURHAN, 1987).

Isso significa, que o modo como estas sociedades compreendem seu universo relacional a partir de tais partições é profundamente diferente do modo como a racionalidade ocidental o faz e que, portanto, colocam sob suspeita as cartas conceituais pelas quais tal *ontologia naturalista* ou o *multiculturalismo moderno* se investe para construir e estabelecer elos de verdade entre humanos e não-humanos que habitam este planeta (VIVEIROS DE CASTRO, 1996).

Tal resistência do perspectivismo ameríndio aos termos de nossos debates epistemológicos põe sob suspeita a robustez e a conseqüente transportabilidade das partições cosmológicas que os alimentam. Em particular, como muitos antropólogos já concluíram (embora por outros motivos), a distinção clássica entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a

cosmologias não-ocidentais sem passar antes por uma crítica etnológica rigorosa (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 115).

Outros estudos apontam também que o mundo relacional destas populações autóctones operacionaliza *regimes de conhecimento locais* ou mesmo processos investigativos tão complexos quanto às ciências modernas têm feito (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; DIEGUES, 2000; LITTLE, 2010). E que já não era tempo, os usos desses saberes tradicionais encontram-se, hoje, sob intenso e sistemático processo de inventário²⁷ por parte de cientistas em parceria com programas governamentais, no caso do Brasil, podemos citar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e o Inventário Nacional de Referências Culturais, ambos executados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura).

Assim, tais conhecimentos são objeto de negociação entre muitos agentes (públicos e privados) interessados, principalmente, no que diz respeito aos recursos naturais e a biodiversidade em territórios altamente valorizados pelo capital (LOUREIRO, 1983, 2009; CASTRO; PINTON, 1997; SILVA, M., 1997).

Não é novidade, por exemplo, explicitar que na Amazônia “a biodiversidade, os recursos minerais e as grandes reservas de água doce têm exercido, historicamente, enormes interesses de apropriação por parte de vários países e instituições internacionais” (HERREROS, 2012, p. 279). O aspecto fundamental e urgente, junto é claro com a questão da soberania do território amazônico seria pensar estratégias de melhor aproveitamento desse patrimônio informacional²⁸ diante de um emergente paradigma *neodocumentalista*²⁹ (FROHMANN, 1995) que tende a se colocar como *modus operandi* e *modus cognoscendi* nas sociedades contemporâneas técnico-informacionais.

Existe, de fato, uma nova fluidez na maneira como as formações sociais se relacionam com a informação no mundo contemporâneo gerando configurações de práticas, meios e recursos específicos caracterizados, especialmente, por sua transversalidade e

²⁷ Como aponta Diegues (1999b) “é fundamental realizar o inventário dos conhecimentos, usos e práticas das sociedades tradicionais indígenas e não-indígenas pois, sem dúvida, elas são os grandes depositários de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica hoje conhecida pela humanidade” (DIEGUES, 1999b, p. 2)

²⁸ O termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social na qual a geração, processamento e transmissão da informação convertem-se em fontes fundamentais da produtividade e do poder, devido às novas condições tecnológicas que surgem neste período histórico (CASTTELS, 1999, p. 47 citado por GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002b)

²⁹ Estamos nos referindo a um novo e intrigante modo de documentar a vida, dentro e fora, do mundo burocrático na sociedade contemporânea. Em Frohmann, esse *neodocumentalismo* se caracterizaria pelo alargamento da escrita, da telemática e a estruturação (jurídico-estatal) de categorias identitárias e positivadas em registros, muito além das instituições previamente autorizadas para sua definição, tratamento e formatação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

expansão indefinida. Essa fluidez, por sua vez, encontra seu escopo de operacionalização imbricada em *regimes* distintos e situada em redes de relações de uma pluralidade de atores, ações, trocas e valores (materiais e simbólicos).

Pode-se dizer que para a emergente literatura, o entendimento do termo “de informação” já qualifica “processos de longo alcance, sendo incluído na composição de vários novos sintagmas, tal como *economia da informação, modo de informação, infraestrutura de informação, sociedade da informação*” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 44) e assim por diante.

Nesse sentido, uma gama de problematizações, em diversas esferas do conhecimento, deve ser levantada para análises mais detidas e que possam contribuir para o debate das transformações sociotécnicas “assumidas” pelas sociedades em diversas partes do planeta.

Dessa forma, se objeto de valor central nas sociedades contemporâneas é a *informação* no sentido discutido até o momento, levando em consideração seus múltiplos agenciamentos e contínuos rearranjos, podemos perguntar sob a ótica das ciências sociais; – qual o lugar dos chamados *saberes tradicionais*³⁰ nessa *cadeia produtiva de informação*³¹? A que critérios estão relacionados esses (se assim podemos designar) modos de proceder com a realidade circundante? Que tipo de problemas são decorrentes destas relações agora institucionalmente imbricadas com organismos de poder? Como a mundialização da Amazônia tem impactado no *modo de vida* (POSTER, 1991; SILVA, M., 1997, HERREROS, 2012) de seus habitantes, seja estes das áreas rurais, da beira do rio ou das cidades urbanas?

Contudo, cabe ressaltar que classificamos, preliminarmente, nesse contexto de interação dois tipos de conhecimentos: um como sendo um conjunto de saberes de caráter local resultado do acúmulo de práticas e informações transmitidas de geração a geração pelos atores que os protagonizam. Ou seja, um *saber local* (GEERTZ, 1997) ou um *saber-fazer* que obedece a um regime relacional com o entorno vivido seja através de transações com outros grupos ou de processos nativos de investigação (CARNEIRO DA CUNHA, 2009). E o outro como sendo o conjunto de ferramentas técnico-científicas vigentes na sociedade moderno-contemporânea baseadas nos constructos teóricos, na experimentação e testes em laboratórios.

³⁰ Veremos mais a diante outras denominações para o termo como a de *etnoconhecimento*, bem como sua implicação.

³¹ Esse conceito, como veremos, está associado à família de palavras que tematizam as configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos de informação constitutivos do que chamaremos de *regime de informação*. Nesse caso nos remete a proximidade do “conceito de *“information production chain”* utilizado por Weinberg (1972 [1963]) ao estabelecer elos entre a informação e a administração das atividades científicas (GÓNZALEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 46).

Portanto, etnografar o dia a dia de pescadores em uma localidade às margens do rio Tapajós, no Baixo Amazonas, absorve as indagações apontadas e suscitam problemáticas a serem auferidas na medida em que refletimos que estas questões se adensaram ao cotidiano desses trabalhadores do segmento da pesca artesanal. E, principalmente, depois que importantes mudanças socioambientais e territoriais se processaram nas últimas duas décadas, em decorrência dos efeitos do crescimento urbano desordenado, do mercado turístico globalizado que se instalou como uma das principais atividades econômicas da região e a consolidação da cidade de Santarém como um importante entreposto de escoamento da produção de soja para abastecer os mercados norte americano, europeu e asiático (ANDRADE *et al.*, 2005; BECKER, 2005; HOMMA, 2005; FERREIRA *et al.*, 2005).

Muitos estudos têm sinalizado para as mudanças no modo de vida e trabalho de pescadores artesanais em várias outras localidades do Brasil em decorrência da expansão do turismo e, por vezes, de políticas de desenvolvimento locais atreladas a este setor, como as que acontecem atualmente em Bitupitá, no município de Barroquinha, Estado do Ceará, estudado por Rodrigues e Araújo (2016) ou em Barra de Cunhaú, no Rio Grande do Norte, estudadas por Rubens Elias da Silva (2012).

Existe, contudo, um acúmulo de pesquisas no Brasil que se tornaram estudos clássicos para a temática em suas múltiplas dimensões, sendo Brito (1960), Mourão (1967), Diegues (1973), Smith (1979), Lago (1983), Furtado (1987), Maués (1990), Maldonado (1993), Kant de Lima (1997), dentre outros, pioneiros na discussão o que expõe a importância do assunto da pesca de populações costeiras do país para as ciências sociais.

Em especial para o campo da antropologia obtivemos a publicação de dois dossiês que abordam a questão da Pesca artesanal e os impactos produzidos sobre a sustentação de sua prática em uma grande porção do território brasileiro³², cujos trabalhos divulgados refletem a atualidade das discussões em torno das situações de conflito, suscitados pelas tensões e interesses em jogo que envolve “povos tradicionais”, graves crimes ambientais e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos (KANT DE LIMA, 1997; MELLO & VOGEL, 2004, MILLER *et al.*, 2019).

Devem-se levar em consideração também os esforços de pesquisadores latino-americanos preocupados em compreender as implicações destes processos e o “ponto de

³² As duas publicações foram organizadas pela professora Francisca de S. Miller do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1) MILLER, Francisca *et ali* (Org.) Dossiê Populações Costeiras e Ribeirinhas. **Vivência**: Revista de Antropologia. UFRN/DAN/PPGAS v.1, n.47, jan/jun., 2016. 2) MILLER, Francisca *et ali* (Org.) Dossiê Pesca Artesanal: práticas sociais território e conflitos. **Vivência**: Revista de Antropologia. UFRN/DAN/PPGAS v.1, n.53, 29 abr., 2019.

vista” dos diferentes agentes sociais posicionados nos vértices destes debates consolidando, dessa forma, a merecida atenção da disciplina.

Contudo, o problema ora apresentado nesta investigação buscou lançar luz sob um aspecto ainda pouco explorado pela literatura existente sobre a pesca artesanal e as comunidades haliêuticas no Brasil. Decerto, a relação entre a *dimensão informacional* local/global e a noção de *saberes tradicionais* pode e deve suscitar questionamentos importantes na compreensão e percepção de comportamentos da vida social, política e cultural numa sociedade cada vez mais dinamizada e impactada por novos modos de se produzir valor, meios técnico-informacionais e experiências subjetivas com tecnologias das mais variadas.

A noção de *saberes tradicionais* foi visto aqui como o tipo de conhecimento³³ que é constituído pelos saberes acumulados das populações tradicionais, tendo em vista que esses saberes são, em numerosas situações, resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais (DIEGUES; ARRUDA, 2001, DIEGUES, 2000). O estudo buscou, dessa forma, analisar os *modos de vida* de atores sociais que detêm “através da observação e experimentação de um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais” (ARRUDA, 1999, p. 83) formas de relacionamento direto com a natureza e seu entorno na região do Baixo rio Tapajós onde está localizado o terreno empírico da pesquisa, bem como alguns outros pontos de pesca devido à mobilidade geográfica enquanto recurso estratégico de sobrevivência dos pescadores (LIMA, 2008).

A maneira como essa comunidade/vila/família de pescadores artesanais conhece seu ambiente natural reflete um estilo de vida desenvolvido a partir da proximidade com a natureza, um modo de transmissão de informações e conhecimento peculiares, com organização própria e simbologias específicas atendendo suas necessidades de ordem prática em diversas dimensões da vida social (econômica, subsistência, saúde, religiosidade, lazer) e ainda apresentando formas sustentáveis de utilização e manejo dos seus recursos naturais.

Acreditamos que não se pode perder de vista o legado destes *saberes* face aos problemas ecológicos e de subsistência suscitado por transformações bruscas em seu lugar de vida ou como querem Brandão e Borges (2014) *lugar humano da vida*. E também aos modos

³³ Há, todavia, um problema fundamental que diz respeito ao tratamento da relação *saber* e *conhecer*. Alguns autores levantam perspectivas teóricas que consideram estas duas categorias em domínios distintos. Parece-nos importante a perspectiva de André Gorz (2005) no que tange a percepção da formalização e não formalização dos conhecimentos. Diz o autor: existem os conhecimentos homologados, formalizados e, portanto, capitalizáveis. Por outro lado, os saberes comuns ativados pelo trabalho imaterial não existem senão em sua prática viva, e por ela. “Eles não podem ser destacados dos indivíduos sociais que os praticam [...]. Os saberes resultam da experiência comum da vida em sociedade [...]” (Ibid., p. 33). Portanto, o que gostaríamos de destacar é que consideramos *saberes tradicionais* “tipos” de conhecimentos ainda não homologados nos enquadramentos das gramáticas dominantes, mas ligados a situações concretas e adaptáveis conforme o ambiente.

prevalecentes de conduzir os fluxos de informação na sociedade contemporânea orientada não mais por valores “primevos” de uma *tecno-utopia*, mas pelos mecanismos de controle hegemônico, sobretudo da informação e da comunicação³⁴ (MATTELART, 2005).

Disso, resulta a relevância de se estudar seus *regimes de informações e saberes* enquanto um *regime de vida* contextualizando suas tensões, para, em seguida vislumbrar seus ensinamentos, artimanhas e experiências em lidar com as adversidades que a política econômica vigente lhe impõe e até mesmo em comparação com os modos operativos da ciência moderna. Como bem atesta Diegues (2000), o conhecimento ecológico das comunidades ribeirinhas é frequentemente negligenciado. É preciso reconhecer que as sociedades tradicionais detêm formas, igualmente racionais, de se perceber a biodiversidade dos ecossistemas em que vivem, além das oferecidas pela ciência moderna.

Como nos coloca Edna de Castro (1997) a respeito da sua importância diante da crise ecológica debatida no cenário mundial.

Tornou-se extremamente importante, para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural (CASTRO, 1997, p. 221)

Dentro desses contornos, os agenciamentos da proposta de estudo e a delimitação do problema teve o objetivo de somar-se ao campo de discussões que procuram estudar, por um lado, as faces do poder econômico que regulam os altos empreendimentos na Amazônia Oriental brasileira e, de outro, os pequenos grupos sociais que em decorrência de seus modos de vida tradicionais, mesclados a novos rumos em curso na região, têm experimentado um redimensionamento de suas formas de viver, especialmente por causa do avanço destas frentes de exploração que primeiramente devastam e depois transformam seus territórios³⁵, na maior parte das vezes, sem o consentimento das populações locais e tampouco as devidas contrapartidas, garantidas na constituição brasileira, são efetivadas.

³⁴ Armand Mattelart, traça importante panorama histórico do surgimento de ideais utópicos no final do século XIX baseados na partilha solidária de conhecimentos entre Estados-Nações aos desdobramentos de uma sociedade do controle da informação e da comunicação tendo por seu momento crítico a questão da propriedade intelectual. O autor afirma de forma contundente: “Técnicamente, hoje, nunca se esteve tão próximo da possibilidade de realização do sonho de Otlet e dos precursores do mundialismo solidário. Mas a distância permanece enorme entre as capacidades virtuais da ferramenta técnica e a exequibilidade geopolítica e econômica de sua mobilização, a serviço da luta contra as desigualdades sociais” (MATTELART, 2005, p. 4).

³⁵ Com efeito, se desenha também para a região propostas em termos analíticos de reconciliar estas duas dimensões que na visão dos defensores da chamada “economia verde” é aparentemente antagônica e que os críticos dessa perspectiva procuram demonstrar sua incompatibilidade, como Pena-Vega (1997).

1.1.2. Objeto de Estudo

Figura 1 - Localização da Área de Pesquisa: trecho do rio Tapajós, Santarém e Lago do Juá



Fonte: g1.globo.com, 2019. Foto: Buriti/Divulgação (adaptação do autor).

O objeto de estudo deste trabalho consiste no universo de práticas socioambientais e socioculturais que constitui o cotidiano de uma vila de pescadores artesanais ribeirinhos localizados numa região de Planície do rio Tapajós, no estado do Pará, (ver figura-1) cujos regimes de vida e saberes, ali implicados, denotam maneiras eficazes de compreensão dos ecossistemas presentes, o complexo de lagos, igarapés³⁶, rios e enseadas que compõem a paisagem natural do Lago do Juá.

Os saberes tradicionais empreendidos por esse grupo de pescadores são tomados como exemplo de um panorama maior em que diversos povos amazônicos ainda pouco eram considerados como entraves para o modelo de exploração indiscriminado dos recursos naturais das florestas e rios em vários pontos da Amazônia (CARDOSO *et al.*, 2018). Mais recentemente, alguns grupos sociais em meio a lutas locais e também por uma perspectiva global que vem invocando uma *ecologia-mundo* (DELÉAGE, 1997) são vistos como agentes estratégicos na política de governança ambiental em diferentes escalas.

Esta nova conexão, segundo Carneiro da Cunha e Mauro de Almeida (1999), se deu numa surpreendente mudança ideológica que ocorreu pela associação entre essas populações,

³⁶ Igarapés são “córregos e pequenos riachos que drenam nas margens do canal do rio. Apresentam água relativamente transparente, de coloração parda, com fundos de areia e deposição de restos vegetais, como serrapilheira, troncos e gravetos caídos. São geralmente estreitos e pouco profundos, pelo menos durante o verão, geralmente com margens cavadas sobre um barranco e sombreadas por floresta densa” (ZACARDI, informação verbal citado por MPF, 2017, p. 30-31).

um certo entendimento do significado dos conhecimentos tradicionais e a prática da conservação ambiental estimulada pelos países ricos. Contudo, houve também uma mudança de paradigma na gestão dos territórios destas populações, principalmente nas Áreas Protegidas conforme apontam Arruda (1999), Diegues (1994) e Barreto Filho (2006).

Para Edila Moura e Edna de Castro (2012) - e outros autores - trata-se do reconhecimento político de que as populações tradicionais amazônicas (juntamente com movimentos socioambientais a partir da década de 1980) promoveram ao demonstrar sua importância na reprodução social de sistemas de propriedade comum, dos recursos naturais em consonância com as preocupações da causa ambiental mais ampla.

Os movimentos socioambientais que ocorreram na Amazônia a partir da década de 1980 colocaram em evidência o *etnoconhecimento* das populações tradicionais e a reprodução social de sistemas de propriedade comum dos recursos naturais, que acontece mesmo com a intensificação das formas de ocupação capitalista dos espaços amazônicos. Houve o reconhecimento político de que as populações tradicionais amazônicas, protagonistas de projetos próprios, se tornaram importantes agentes aliadas à causa da conservação ambiental (MOURA; CASTRO, 2012, p. 23)

Segundo as autoras, esse processo é acompanhado por mudanças sociais significativas na vida destas populações que, usufruindo das facilidades das modernas tecnologias, rapidamente, se alinham ao discurso de uma nova forma de desenvolvimento social que confronta a sociedade moderna em diferentes dimensões (MOURA; CASTRO, 2012).

Esse processo, que aparentemente renova as utopias sociais para essas populações, transcorre em um campo de disputas sociais e de redefinição de relações com o mercado que agora incorpora os cuidados com a preservação dos recursos naturais, com as simbologias do mercado ecológico, e reúne os elementos característicos do que tem sido identificado por alguns autores como um processo de *modernização ecológica* (Ibid., p. 24, grifo do autor)

Contudo, entendemos que tal processo de modernização ecológica somente poderá cumprir função relevante, no sentido de melhor aproveitamento no campo social (melhoria da vida de populações locais marginalizadas), se acompanhado por uma política engajada numa postura simétrica na valorização das diferentes formas de conhecimento e, por conseguinte, entre distintos *modos de vida* ou propriamente *regimes de informação* (GÓNZALEZ DE GÓMEZ, 2012). E que os interesses do capital financeiro não se sobreponha aos direitos de existência de povos culturalmente diferenciados³⁷. Que o papel do conhecimento produzido

³⁷ Diferente disso, os governos locais não parecem na prática política deles muito preocupados com a “governança ambiental” das unidades de conservação na região do município. As demandas das populações nativas são regularmente negligenciadas como se pode ver nos noticiários da mídia local, exemplo disso, está

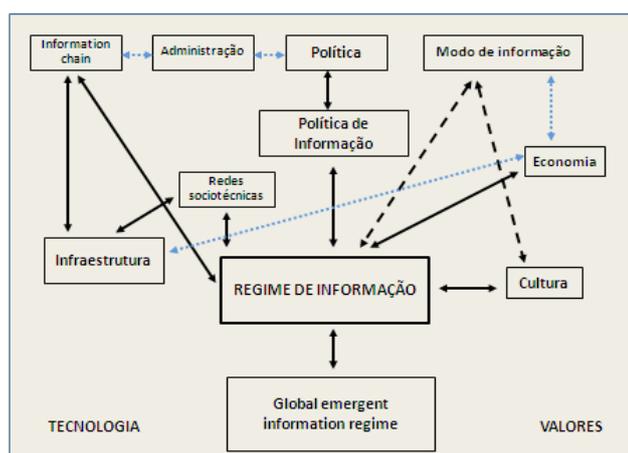
nas instituições de ensino e pesquisa, quanto aos saberes tradicionais ambientais, possa abrigar a perspectiva de valores que reconheça a importância da inextricável relação entre homem e natureza em termos de sua responsabilidade de conservação e complexidade e não tão somente do ponto de vista mercadológico³⁸.

Estas reflexões, em boa medida, integram o objeto de estudo da presente tese de doutorado que procurou estabelecer diálogo fecundo com o campo há pouco reconhecido da ciência da informação como tem apontado especialistas do assunto (FREIRE, I., 2001; FREIRE, G., 2006, MATTELART, 2002, 2005, GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002a).

Diante disso, é preciso esclarecer que o que estamos chamando de *regime de informação* faz parte, de um lado, de um contexto histórico-discursivo emergente (em formação) nos rumos atuais das pesquisas em *ciências sociais* e em *ciência da informação* e, de outro lado, ao campo simbólico da cultura na sua dimensão mais abrangente (CARNEIRO LEÃO, 2003; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Como será discutido em espaço apropriado no Capítulo 3, o próprio termo *regime* conota uma sequência de apropriações e intersecções de outros termos em campos disciplinares diversos.

Refletindo sobre as zonas de convergência das diferentes leituras possíveis do termo, González de Gómez (2012) construiu um quadro instrutivo a respeito da família de palavras e contextos de uso do termo *regime de informação* e seus pares. Vejamos abaixo:

Figura 2 - Mapa esquemático do conceito de regime de informação



Fonte: González de Gómez, 2012³⁹.

disponível em: <, <http://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/indigenas-do-baixo-tapajos-ocupam-prefeitura-de-santarem/22489>>.

³⁸ Neste sentido Boaventura de Sousa Santos (2007) propõe uma “*Ecologia de Saberes*” engajada em reconhecer a diversidade epistemológica do mundo trazendo à tona, portanto, a possibilidade de uma nova política informacional no seio das instituições.

³⁹ Na figura 2, os traços cheios (preto) indicam relações textuais estabelecidas por diferentes autores; as linhas pontilhadas vinculam as palavras aos contextos preferenciais de uso (azul), e mantivemos uma linha tracejada (preta) para indicar uma relação somente estabelecida pela autora do referido trabalho.

A partir deste quadro esquemático é possível visualizar, em alguma medida, a heterogeneidade de componentes em que o conceito pode se conectar e mobilizar espaços produtivos de operacionalização. Devido a este amplo circuito de possibilidades físicas, tecnológicas, simbólicas, o presente estudo procurou delimitar seu objeto de análise enfatizando a proposta da autora de ligar os pontos entre *cultura*, *modo de informação* e *regime de informação* aludido no quadro acima (setas pontilhadas em preto), ou seja, em nosso caso, dando ênfase aos processos particulares de manejo social, observação empírica e interações ambientais constituindo o amálgama do que designamos de *regime de vida*.

Todos estes elementos foram analisados conjuntamente, na arena de tensão que se avulta em um contexto específico de avanço urbano, conflito territorial, demandas político-ambientais e saberes locais como as que se encontram na localidade do Juá e entorno.

Assim, o que procuramos analisar neste estudo esteve, de certa maneira, condicionado à compreensão das facetas entre os “*imperativos da razão prática* – uma sociedade e seus membros têm de sobreviver” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 98, grifo nosso), “*os imperativos da razão simbólica* – uma sociedade e seus membros sobrevivem de uma maneira culturalmente marcada em um mundo significante” (Ibid., p. 98) e *os arranjos processuais e dinâmicos* em que estes mesmos imperativos estão imersos.

Dessa forma, os saberes tradicionais ou o *etnoconhecimento* de populações tradicionais e, em especial, a de pescadores artesanais⁴⁰ que nos detemos nessa investigação representam, apesar dos imperativos econômicos em jogo e a adoção destes em alguma medida, uma cultura que permanece resistente (isto não significa paralisia) operando com uma produção de sentidos que lhe são próprios e legítimos por excelência. Legítimo porque garantiu a sobrevivência das populações autóctones que a produziram e em grande maioria continuam a reproduzir em alguns pontos localizáveis desde o conhecimento de suas existências.

Face aos desdobramentos das políticas sociais e de governança ambiental vigentes na legislação, nossa empreitada tem de refletir e situar os diversos atores sociais envolvidos nos campos de forças e que atuam no debate estabelecido entre *desenvolvimento sustentável* e a *conservação ambiental* em níveis regionais, nacionais e globais. Esses são os desafios de

⁴⁰ Segundo Arruda e Diegues, os estudos que abordam as comunidades pesqueiras no Brasil enquanto grupos tradicionais não-indígenas portadoras de *etnoconhecimento* somam 48,4% no levantamento bibliográfico realizado. E acrescentam “A ocorrência do enfoque sobre etnoconhecimento em grupos tradicionais não-indígenas é, em parte, em virtude da contribuição de ecólogos e biólogos com formação em etnociência” (ARRUDA; DIEGUES, 2001, p. 77). Entendemos que a forma peculiar com que os sujeitos da pesquisa se relacionam com seu meio natural, através de categorizações e classificações próprias, caracteriza o proceder de um *etnoconhecimento*. Como este termo é ainda pouco usual e carece de melhor delineamento na literatura em voga optamos pelo termo *saberes tradicionais* para designar o conjunto de saberes da população estudada.

discussão, dentre outros, que a presente investigação se propõe no quadro de possibilidades teóricas e de observação empírica por intermédio da ferramenta etnográfica.

1.1.3. Um breve elogio às Ciências Sociais e às Ciências da Terra: *lugar* e *território* sob uma ótica interdisciplinar

Cada ciência estabelecida tem, evidentemente, modos de proceder característicos. É de responsabilidade do cientista revisitar conceitos básicos de seu campo de atuação com a finalidade proveitosa de compreender melhor onde/como/quando foram dados os passos iniciais na consolidação de seu instrumental teórico e na construção de suas ferramentas analíticas no momento mesmo em que se desperta, por assim dizer, as primeiras paixões pelo seu exercício de descoberta e aprimoramento.

No que concerne ao espaço geográfico amazônico poucos foram os estudiosos que dedicaram esforços na busca de uma totalidade apreensiva de território tão extenso, diverso e complexo em suas conexões. Temos, assim, o especialista que fora, antes de tudo, um apaixonado por esse território que quiz desenvolver uma ideia não menos pretenciosa para suas reflexões: “A conquista, povoamento, fronteira, economia, alimentação e vida na Amazônia giram sempre, em função do rio, das águas e dos transportes – a geografia nômade e o veículo móvel. A pátria do homem não é a terra, mas o rio” (BENCHIMOL, 1995, p. 191).

Quase não se vê ninguém dizer “*sou filho de Porto Velho, de Lábrea ou Santa Isabel*”. A terra não tem expressão humana, porque o homem vive em função dos rios, lagos, furos e paranás. Ele diz, portanto: “*sou filho do Madeira, “nasci no Purus”, “vim do Rio Negro”, “fui criado no Rio Autaz”, “meu pai viveu no Tapajós”, “casei-me no Rio Andirá”, “vou pescar no lago do Rei porque lá o rio é rico de peixe*” (BENCHIMOL, 1995, p. 191, grifos do autor)

O *rio*, conclui o pesquisador citado, “tem, portanto, expressão econômica e ecossociológica na psicologia da vida amazônica” (Ibid, p. 191). Assim, uma gama de expressões e correlações colocam o rio na centralidade da vida “pulsante” e ordenadora dos *territórios* e *lugares*⁴¹ na Amazônia brasileira, seja nas cidades urbanas seja nas comunidades interioranas. A representação, neste caso, é de tal modo direto que ora se mesclam os “frutos da terra” no referencial do mesmo rio.

⁴¹ Vale ressaltar que os conceitos de *território* e *lugar* não são tratados aqui como sinônimos e podem ser discutidos a partir de perspectivas muito distintas como veremos mais adiante.

A própria borracha é do rio, o seringal não é rico. “o rio Acre ou Abunã é que é bom de leite”, “o Purus é bom de castanha”, “o lago do Janauacá é bom de peixe”, “farinha boa é do rio Uarini”, “tambaqui-manteiga só no Solimões”, “tartaruga e tracajá só do Abufari do Purus” (BENCHIMOL, 1995, p. 192, grifos do autor)

Em outras partes do Brasil, onde as interações homem-natureza e os ecossistemas podem ser de outra ordem morfológica ou geomorfológica, a linguagem e os referenciais culturais vão ser construídos e constituídos de formas diferenciadas. No nordeste do Brasil, por exemplo:

Lá o homem se sente o filho da terra, do brejo, da serra, da zona da mata, do agreste, da caatinga e do sertão. Estas são as paisagens de sua vida e, por isso, eles dizem: “sou legítimo de Serra do Uruburetana”, “criei-me no Crato, mas nasci no Juazeiro, terra do Padim Ciço”, “sou do brejo da Bananeira, lá da Paraíba”, “minha mulher é da serra do Araripe, mas eu me casei no sertão da Bahia”. A terra onde se vive é mais forte do que a terra onde se nasce: “nasci em Pernambuco, mas minha terra é o Ceará”, “o senhor me desculpe, seu moço: tenho 51 anos de Amazonas. Gosto muito desta terra, casei-me aqui, mas não renego minha pátria: sou cearense até o infinito” (BENCHIMOL, 1995, p. 192, grifo do autor)

Portanto, *lugar e território* são, daqueles conceitos que se atribuem qualidades transversais, a natureza abrangente e a vasta carga semântica⁴² podem ser abordadas por diferentes áreas do conhecimento e por diferentes ângulos. Assim, dependendo do campo de estudo são conceitos completamente diferentes. Ainda assim, no mesmo campo teórico, os autores divergem. Optamos, aqui, em nos enriquecer das contribuições da Geografia que sempre que possível tem gerado consistentes diálogos com as Ciências Sociais no que tange abordagens teóricas sobre os conceitos de lugar, território e territorialidade.

A propósito do conceito de *lugar*, num primeiro momento, alavancamos a ideia de que se trata de uma categoria ampla na qual alguns autores assinalam:

O lugar como palco de relação entre indivíduos. Dessa forma, quem define os lugares são as pessoas, que estão interagindo, podendo assim o lugar ter qualitativos como relações políticas, de trabalho, culturais, afetivas, religiosas, dentre outros (FRAXE *et al.*, 2006, p. 258)

Outros pesquisadores enfatizam o *lugar* enquanto *espaço vital* para além do perceptório, sensorial ou representacional, “visto ser, acima de tudo, vivido” (RELPH, 1979).

Assim, estamos ligados ao espaço por meio dos sentidos, pois olhamos para ele, movemo-nos dentro dele, cheiramos e ouvimos através dele. Não estamos somente nele, pertencemos a ele, ao mesmo tempo em que o construímos e reconstruímos por meio do trabalho, sendo essa categoria resultante do fato de estarmos enraizados ao

⁴² Ótima incursão pelo campo semântico do termo pode ser consultada em TRAJANO FILHO, W. Introdução. In: TRAJANO FILHO, W. (org). **Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional**. Brasília: Universidade de Brasília. Brasil, 2010.

meio natural, ajudando a promover as transformações que os grupos sociais fazem nesse meio no decorrer do tempo histórico (RELPH, 1979, p. 103)

Identificamos que outra categoria surge no desdobramento da tentativa de apreender os conceitos aqui tratados. A categoria de *espaço*, por exemplo, prescinde todo o horizonte desta análise encontrando seu ponto de inflexão no nódulo da ação humana e seus efeitos⁴³.

De todo modo, na perspectiva da geografia, segundo Milton Santos (1996) *o espaço é* a relação entre o homem e o seu ambiente natural, que resulta na formação de distintas sociedades, relação esta que se dá, principalmente, através do e pelo *trabalho*. Em suas palavras,

O *espaço* deve ser considerado como um conjunto indissociável em que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1996, p. 26).

Numa outra vertente da Geografia denominada de *culturalista*, esta relação em um âmbito mais subjetivo pode gerar o que Yi-Fu-Tuan (1983) chama de *topofilia*, ou seja, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 1983, p. 5). Assim, diz este autor “as imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes promete sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas” (TUAN, 1983, 137) e acrescenta ainda “as imagens mudam à medida que as pessoas adquirem *novos interesses e poder*, mas continuam a surgir do meio ambiente” (Ibid., p. 137, grifos nosso). Podemos ampliar ainda mais tais perspectivas se considerarmos as contribuições da sociologia e da antropologia em relação ao conceito de lugar, vejamos;

Um lugar não é um ponto localizável objetivamente num espaço físico-geográfico nem em uma grade espacial abstrata. É, sobretudo, uma âncora que sustenta, dá sentido e emoldura as interações sociais que se desdobram num fluxo temporal entre pessoas e grupos. De certa forma, *o lugar é uma construção social que resulta na ancoragem dos sujeitos sociais e das instituições nos eixos do espaço e do tempo*. A relação entre os lugares e os sentimentos de pertencimento revela sempre a interdependência entre os termos [...] Nossa história, o nosso mundo do aqui e agora e o devir que projetamos para nós e para os outros estão irremediavelmente

⁴³ Tim Ingold (2015), em seu livro; “**Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimentos e descrição**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2015”, levanta objeções à noção de *lugar* e *espaço* tal como visto por outras disciplinas, que no mínimo merecem nossa atenção. Suas ideias enfatizam que vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares (...) e este movimento, diz o autor, está na base dos processos formadores de conhecimento das pessoas. No que tange a natureza do espaço, o autor procura contornar esta ideia partindo de uma crítica de que esta categoria se assemelha a um vazio. Nada acontece no espaço! De todos os termos é o mais destacado das realidades da vida e da experiência. Em suma, trata-se de uma abstração das mais improdutivas, no seu ponto de vista.

associados aos lugares que lembramos e criamos. *Em outras palavras, muito do que somos são os lugares que imaginamos* (TRAJANO-FILHO, 2010, p. 7, grifos nosso)

Fraxe *et al.* (2006) analisando a percepção espacial dos caboclos ribeirinhos, especialmente os da região de várzea amazônica, através de *mapas mentais* (representações gráficas construídas a partir de experiências vividas no espaço, transportadas para o papel a partir de um conhecimento acumulado) sugere que:

A percepção do espaço e do lugar para a família cabocla-ribeirinha foge aos padrões exógenos, baseados nas técnicas digitais das representações cartográficas, que, muito embora sejam imprescindíveis no processo de representação espacial, são destituídos do aspecto que envolve o mundo vivido, pois os elementos geográficos dispostos no espaço não possuem o traçado da sensibilidade decorrente das representações sociais acumuladas no espaço e no lugar. Um lago representado na cartografia digital é somente um lago, representado pela variável cor azul. Porém, um lago representado a partir da experiência vivida é muito mais que isso. É também a possibilidade que permite a continuidade da existência de quem o está representando. O mapa mental engendra, de modo concreto, ao contrário da cartografia digital, as possibilidades da utilização dos recursos aquáticos (por exemplo, a pesca) e, conseqüentemente, a viabilidade de um modo de vida (FRAXE *et al.*, 2006, p. 254-255)

Estas questões são trazidas à tona para conectar reflexões a respeito da *territorialidade* produzida por grupos sociais específicos e sua problemática dentro de contextos de disputa por agências multilaterais, governamentais e populações locais.

Quanto à questão da *territorialidade humana* e suas implicações sociopolíticas, as ciências sociais, sobretudo, os profissionais antropólogos (as) têm desempenhado papel crucial na elaboração de documentos com responsabilidades muito concretas (documentos oficiais, comitês de estudos, consultorias, laudos periciais, etc.) de intervenção seja em situações de conflitos jurídicos seja na implementação de políticas públicas⁴⁴. De certo, existe todo um estado da arte sobre como vem se processando as dificuldades do trabalho etnográfico em diversas circunstâncias empíricas, mas que não vamos desenvolver aqui, pois, a complexidade do assunto exigiria estudo a parte.

Todavia, a temática da atividade pesqueira artesanal na comunidade em estudo, bem como as estratégias de sobrevivência e os regimes de conhecimento que os envolve apresenta de maneira introdutória seu vínculo com as categorias abordadas neste tópico – *lugar e território* – e serão abordados com maior atenção nos capítulos seguintes.

⁴⁴ Atuações estas que se desdobram, muitas das vezes, em relatórios que preconizam garantias quanto à posse da terra por parte de coletividades consideradas primogênitos legítimos no seu direito de uso, no caso brasileiro, com especial atenção aos grupos indígenas e quilombolas.

1.1.4. Abordagem Teórica e Procedimentos Metodológicos

Ao cabo dos problemas levantados nesta pesquisa, optamos por um arcabouço teórico que nos auxilia a analisar as relações sociais no mundo da cultura tendo por procedimento diálogos com alguns dos campos científicos consolidados tais como da sociologia, da ecologia, da história e da geografia humana e outras em formação mais recente como da ciência da informação e da etnociência⁴⁵. Especificamente, esse mundo da cultura que examinamos diz respeito ao mundo da prática da pesca artesanal no interior dos rios da Amazônia brasileira e aos valores culturais que esta transporta.

Para tanto, recorreremos a uma literatura que examina as diversas sociedades haliêuticas existentes no Brasil e, por vezes, em outros países com o objetivo de identificar a multiplicidade de realidades que esta cultura encerra em diferentes contextos socioculturais. Contudo, dada a diversidade de práticas de pesca, técnicas, artefatos e ambientes que a atividade pesqueira lida na região delimitada para a pesquisa, no caso a região do Baixo Amazonas, prevalece atenção aos estudos que buscam assinalar a pesca artesanal em ambientes ribeirinhos de lagos e enseadas cujo território possa apresentar contextos de disputa e enfrentamentos dentro das peculiaridades que incidem sob o mesmo. O caso do Juá e seu entorno, apresentado nesta pesquisa, deve ser encarado como emblemático nesta perspectiva.

Dessa forma, para alavancar a discussão da ideia de cultura e seus desdobramentos, estabelecemos a interlocução com o predomínio dos autores Manuela Carneiro da Cunha (2009)⁴⁶ e Fredrik Barth (2000a, 2000b, 2005). A primeira no entendimento de que existem “esquemas interiorizados que organizam a percepção e a ação das pessoas” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 313). O segundo do qual interessa explorar os tipos de conexões verificados neste domínio cultural e a efetividade social dos elementos que o constitui em diferentes condições empíricas de manifestação (BARTH, 2000a). Tais perspectivas nos oferecem elementos teóricos com as qualidades pragmáticas do qual nos propomos abordar as “coisas culturais” do universo investigado.

⁴⁵ Trata-se de “um novo padrão de análise científica, baseado no levantamento do conhecimento humano sobre o ambiente natural [...]. A etnociência exige a articulação entre o natural e o social, utilizando como metodologia a investigação das nomenclaturas designadas pelas populações tradicionais para os elementos e fenômenos naturais, assim como os valores culturais que transportam” (PEREIRA; DIEGUES, 2010, p. 43).

⁴⁶ Vale ressaltar que a antropóloga problematiza o conceito de cultura sob duas categorias analíticas: “cultura com aspas” e “cultura sem aspas” fazendo parte de universos discursivos distintos, muito embora lhe interesse entender os efeitos de sua co-presença. O primeiro recurso tipográfico conotando um tipo de discurso/sistema metacultural, o segundo aos modos de vidas dos grupos sociais propriamente dito. Para aprofundar a respeito vê: CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

A noção de *saberes tradicionais* da qual procuramos nos valer relaciona-se com a preocupação em torno dos saberes de populações tradicionais pensada, dentre outros, pela antropóloga já citada⁴⁷, segundo a qual são marcadamente influenciados por constructos imaginativos ocidentais, ou seja, para atingir seus objetivos políticos no mundo capitalista, os detentores desses saberes precisam se conformar às expectativas dominantes “[...] precisam operar com os conhecimentos e com a cultura tais como são entendidos por outros povos, e enfrentar as contradições que isso possa gerar” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 330). Portanto, “habitar” certas categorias, como desenvolvido pela autora e como vamos discorrer mais adiante, se faz estratégico e fundamental em intrincadas circunstâncias sociais e cenários políticos de disputa.

Partindo deste pressuposto é preciso entender que os saberes tradicionais obedecem a outras ordens de construções e relações, mas que no contexto contemporâneo estão sujeitos à novas formas de transação, por isso da necessidade de contextualizá-los diante de paradigmas que procuram melhor identificar também as denominadas *comunidades tradicionais* e suas respectivas *territorialidades* como nos lembra Grünewald (2011):

[...] temos que comunidades tradicionais são as que, lançando mão de *múltiplas estratégias adaptativas*, tentam construir uma sociabilidade e *um projeto de futuro* calcado em sua peculiar relação com o meio ambiente (recursos naturais) (GRÜNEWALD, 2011, p. 4, grifos nosso)

Em torno da definição de *comunidades tradicionais*, Diegues (1994, 1999a) acentua que são como grupos humanos que se diferenciam culturalmente, caracterizados sinteticamente por: simbiose com a natureza e um conhecimento aprofundado sobre ela transmitido entre gerações. Exercem, por sua vez, atividades de subsistência mesmo em contextos mercantis com baixo acúmulo de capital e pouca divisão do trabalho, tecnologia simples e reduzido impacto ambiental. Além de atribuir elevada importância à unidade familiar e à noção de território, manifestam consciência de sua condição de comunidade.

Vale ressaltar que definições como esta⁴⁸ estão ainda em “arenas” passíveis de críticas como as reflexões suscitadas por Prado (2012) da qual alinhada à perspectiva de Barretto Filho (2001, 2006), que ao contrário da ideia de “população” ou “comunidade tradicional”

⁴⁷ Para Carneiro da Cunha (2009) “o conhecimento tradicional consiste tanto ou mais em seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos por gerações anteriores” (Ibid., p. 302).

⁴⁸ Temos ainda que O decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, pelo qual o governo brasileiro instituiu a PNPCT define povos e comunidades tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais”, com formas de organização social próprias, com a ocupação de territórios e uso de recursos naturais “como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”, valendo-se de práticas e saberes transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

sugere a de "*pessoas e/ou grupos sociais residentes*", assim abarcando sociologicamente quaisquer atores presentes nas situações de conflitos enfocadas.

A autora entende que a noção desenvolvida por Diegues (1994) apresenta algumas armadilhas que devem ser levadas em consideração, pois, possui um demasiado "tom classificatório", o que acaba aprisionando um *modo de vida* como gabarito para "medir" se os grupos são ou não tradicionais⁴⁹.

Por outro lado, Paul E. Little (2002, 2010) apresenta argumentos convincentes do uso do conceito de *povos tradicionais* no contexto da realidade fundiária do Estado brasileiro. O autor aponta que se trata não somente, mas, sobretudo, de uma categoria política. E que o termo *tradicional* se refere explicitamente a realidades fundiárias plenamente modernas sujeitas a transformações dinâmicas e que, portanto, os diversos grupos sociais que estejam lutando por seus direitos territoriais podem e devem ser incorporados a tal denominação.

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política (LITTLE, 2002, p. 283-284)

Edna de Castro (1997), em artigo para compor o livro *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*, menciona que o debate ambiental banalizou a discussão sobre a categoria em questão, mas reconhece sua imprecisão e generalizações e ainda afirma que a mesma imprecisão tem sido usada para autonegação, principalmente em contextos de identificação política e de reafirmação de direitos.

Ao que a literatura evidencia as terminologias como "comunidades/povos/populações tradicionais" e "saberes tradicionais" ainda permanece objeto de controvérsias por parte dos pesquisadores e que, portanto, geram a necessidade de estender, através de estudos empíricos e teóricos, a reflexão e os casos em que seu uso toma a clara pertinência. Aí com a implicação do recurso das aspas ou não como bem nos alertou Prado (2012).

Dito isso, nosso posicionamento vai de encontro com as formulações que procuram não "folclorizar" comunidades e práticas (ROUË, 1997; BRANDÃO; BORGES, 2014) da

⁴⁹ Esta é uma inquietação que a antropóloga expôs desde que passou a pesquisar grupos sociais [caiçaras] no litoral de Ilha Grande (município de Angra dos Reis), no estado do Rio de Janeiro, os quais vivem em uma área de Unidade de Conservação.

mesma forma que não recair em essencialismos de “pureza” para com grupos sociais que demonstram um domínio sobre seus conhecimentos naturalísticos.

Embora, haja a definição oficial do termo com base no art. 2º inciso IV da Lei 13.123/15 procuramos nos aproximar da perspectiva de Paul Little (2002, 2010) e Carneiro da Cunha (2009) devido à maior abrangência de situações estudadas do ponto de vista da territorialidade, das noções de pertencimento e dos aspectos de lutas socioambientais, sem deixar de compactuar com as problematizações levantadas por Grünewald (2011, 2015), em situações de perícia antropológica. Ou seja, este último chama atenção para o inevitável posicionamento em que os etnógrafos em situações de campo produzem suas interpretações, inclusive, pontuando criticamente a respeito do arcabouço teórico (e até ideológico) em que os mesmos se utilizam para viabilizar trabalhos de natureza técnica.

Dada às condições de trabalho dos colegas antropólogos em diferentes contextos, são inúmeros os problemas que podem ser levantados⁵⁰. Não obstante, estes mesmos problemas possam ser explorados a favor de *ajustes situacionais* necessários à Lei que vigora no âmbito do assunto, que, por sua vez, no Brasil (lei de modo geral) é algo não muito estável como apontado pelo autor.

Damos atenção especial também à perspectiva apontada por Brandão (2012) e Brandão & Borges (2014) que procuraram de maneira renovada e pouco usual abordar a discussão a respeito dos conceitos de *comunidade* e *comunidade tradicional* a partir de planos significativos e de oposições onde os lugares contemporâneos de sua manifestação apresentam certa autonomia e presença marcada. Assim, estes últimos enveredam por dialogar com autores como Zygmunt Bauman, Michel Maffesoli, Homini Bhabha e a partir disso apresentam uma proposta de pensar a comunidade como *o lugar humano da vida*. Mas, o que significa esse *lugar humano da vida* na visão dos autores? Em suas próprias palavras,

Desde de tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e “comuneiros” reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a elas (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 2).

Isto é, em termos modernos a comunidade *é o lugar da escolha*, onde grupos humanos se congregam livremente ou de maneira associada para serem, em um mundo como o da cidade urbanizada, o que desejam ser nela, ou por oposição a ela (Ibid., 2014). No bojo das

⁵⁰ Ótimas considerações podem ser lidas em GRÜNEWALD, R. A. Impressões sobre o ofício do etnógrafo em face da confecção de relatórios técnicos ou laudos periciais. In: OLIVEIRA, J. P.; MURA, F.; SILVA, A. B. (org.). **Laudos Antropológicos em perspectiva**. Brasília-DF: ABA, 2015.

perspectivas colocadas até aqui, outras questões serão abordadas mais adiante no tocante ao conceito de comunidade tradicional.

No encadeamento das propostas em uso, em relação à noção de *regime de informação*, com efeito de sua natureza transversal, deve-se partir da ideia inicial remetendo às figuras contemporâneas da sociedade da informação, ou seja, os proponentes da doutrina da “sociedade futura”, orientada pelo primado da ciência e da técnica, fundamentalmente informacional (LEGEY; ALBAGLI, 2000). Para em seguida, realçarmos o cerne de um *regime* que leva em consideração o que Ingold (2015) chama de primazia da *vida*, manifestada, especialmente, pelo “caminhar através do mundo”, pelas habilidades desenvolvidas no *movimento*, pelo modo de *habitar* a Terra.

Como uma de suas atribuições mais frequentes, o regime de informação remete às relações informação-poder, relações que hoje estariam alavancadas pela pressuposição de que a informação, como algo imerso nas tecnologias digitais e ubíquas, seria aquilo que nelas circula e as dinamiza (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 44, grifo do autor)

Dado o caráter estratificado⁵¹ do termo *informação* como apontado por González de Gómez (1999, 2012) a perspectiva de Azevedo Netto (2007, 2008) tem importante validade no trato de outra relação possivelmente examinada, a relação entre *informação* e *memória*. Segundo o autor, a relação intrínseca entre *informação* e *memória* perfaz os fios condutores das representações materiais e simbólicas constituintes de uma determinada comunidade.

A relação que se estabelece entre a memória e a informação, dentro dos processos de pesquisa sistemática⁵², pode ser traçado da seguinte forma: do dado se produz a informação, essa informação quando socializada é incorporada ao discurso de determinada comunidade e, a partir daí, passa a ser uma referência para o desenvolvimento desse mesmo grupo (AZEVEDO NETTO, 2007, p.16-17)

Para este autor, a *informação* e sua transferência, bem como suas representações devem ser pensadas a partir da sua inserção social no mundo das práticas simbólicas.

⁵¹ “Além de tratar-se de um termo flutuante que, tal como o de ‘democracia’, produz diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos, ‘informação’, como construção e sintoma da sociedade contemporânea, designa algo que se desdobra em vários planos de realização – todos eles, quaisquer que sejam suas características, transcendidos por valores semânticos e quadros normativos, da ordem do ideacional, e ancorados no solo de sua inscrição ou manifestação, da ordem do visível e do temporal. Poderíamos afirmar, assim, que um fenômeno, processo ou construção informacional está vinculado a diversas “camadas” ou “estratos” [...] (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.3)

⁵² A relação apontada pelo autor ficará mais evidente e terá sua relevância assumida quando analisamos os depoimentos de nossos interlocutores em tópico específico (capítulo 2) sobre a constituição histórica da comunidade estudada.

Acrescenta ainda o autor: “Como um embrião, a informação forma e contém informação” (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 4). Há, também, seu caráter indissociável da matéria que tem como forma fundamental de existência, o espaço, o tempo e o movimento.

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores (ZEMAN, 1970, p. 157 citado por AZEVEDO NETTO, 2007, p. 5)

Assim, o conceito de *informação* nesta pesquisa é tomado em dois planos de realização. Aquele vinculado às estruturas hegemônicas de poder, portanto, de disseminação dos centros difusores dessa relação mediada, principalmente, pelas recentes revoluções tecnológicas e geradas em contextos específicos de formalização. E, em outro plano, expresso em práticas tradicionais de conhecimento desenvolvidas a partir de uma relação de proximidade com o meio natural e nem por isso menos complexa. Práticas estas, que traduzem, de certo modo, um *saber vivo e vivido* conforme examina Gorz (2005), a partir de uma orientação de cunho marxista:

O saber é, antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica, necessariamente conhecimentos formalizáveis, codificáveis. A maior parte dos *saberes corporais* escapa à possibilidade de uma formalização. Eles não são ensinados; aprendem-se-nos pela prática, pelo costume, ou seja, quando alguém se exercita fazendo aquilo que se trata de aprender a fazer. Sua transmissão consiste em apelar à *capacidade do sujeito de produzir a si próprio* (GORZ, 2005, p. 32 [sic], grifos nosso)

Portanto, o que está em jogo nesta última dimensão de aprendizado e saber-fazer ou a absorção de informações necessárias para sua realização prática, são processos cognitivos enraizados no corpo, nos aspectos sensoriais do ser humano, nas necessidades de subsistência do cotidiano seja pessoal ou em grupo, mas que não estão limitados a estes aspectos orgânicos envolve também dimensões não materiais da experiência humana individual. Aquelas do campo das crenças, das simbologias, dos sistemas cosmológicos importantes na organização da vida sociocultural de atores específicos.

Por fim, tornam-se adequadas as contribuições de Aldo Albuquerque Barreto (2002) sobre a gerência dos fluxos de informação e estoque em um plano mais esquemático de entendimento, o que chamou de “a condição da informação”, bem como os caminhos que

culminam na produção do conhecimento. Este autor desenvolve reflexões importantes que dialogam com os campos de conhecimento de que tratamos neste estudo.

No que tange aos procedimentos metodológicos, as principais ferramentas consistiram no arcabouço da etnografia propriamente dita. Esta realizada, através das pescarias embarcadas (eventos de pesca em equipes ou individuais manejadas em pequenas embarcações de motor de popa) e do convívio direto com o grupo de pescadores pelo tempo mais prolongado possível. Assim, a etnografia nos permitiu registrar falas, modos de fazer e conceber informações de maneira contextualizados. Os dados reunidos foram revisitados a partir da literatura especializada a fim de se levantar indícios que confirmassem a hipótese da pesquisa. Outras informações foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados aos interlocutores em rodas de conversa espontâneas e organizadas.

Somado a este conjunto de aspectos, procuramos desenvolver também uma incursão que privilegiasse a perspectiva da *etnografia multiator* que, segundo Little (1994), permite identificar os diferentes agentes sociais envolvidos em uma situação, as interações entre eles e o ambiente social e biofísico interconectados.

Como vestígio material e interpretativo são oferecidos ao leitor um mosaico de imagens fotográficas propícias à uma leitura etnográfica das situações vividas. Uma coleção de fotos produzidas *in loco* procurou traduzir os matizes dos variados ambientes, artefatos, sensações, sutilezas em que as habilidades de capturar o peixe em seu meio natural pressupõem, bem como outros elementos da *vida cotidiana* dos pescadores artesanais são retratados em modos diversificados de *habitar* as águas e as terras firmes.

Outro dado importante que pode ser explorado é o processo de *empatia* (DAMATTA, 1978) estabelecido entre o pesquisador e os pesquisados na produção social dos eventos. Ou seja, em sua estadia em campo o investigador acaba tecendo laços de *empatia* com seus interlocutores que se tornam fundamentais ao desenrolar da pesquisa, sem este processo é quase impossível levar adiante qualquer pesquisa séria em antropologia que utilize a etnografia como imprescindível ferramenta de análise⁵³. Como adequadamente nos alerta Grünewald (2015),

Fazer etnografia requer confiança mútua entre antropólogo e os sujeitos dessas populações; confiança que se adquire em geral com o tempo de convivência, tempo necessário para se estabelecer familiaridades, se ouvir confidências, compartilhar alegrias e dores (GRÜNEWALD, 2015, p. 275)

⁵³ Espera-se, entretanto, que os laços de empatia não produzam um *sfumato* sobre o compromisso ético com os dados coletados em que o antropólogo se depara em campo.

Por fim, nesse empreendimento, focalizamos os fatos rotineiros (questões do dia a dia) dessas pessoas dos quais, conforme Overing (1999) ao analisar uma comunidade amazônica indígena, podem residir filosofias muito interessantes que ajudem compreender melhor, dentre outras coisas, processos de tomadas de decisão racional e formas variadas de expressar *seu entendimento sobre a vida*, no sentido lato da expressão.

1.1.5. Esclarecendo a “conversa científica” e o contexto da análise

As transformações socioespaciais com vistas à maximização do lucro na economia brasileira se dão em diversos setores da cadeia produtiva e da sociedade e geram impactos profundos no *modo de vida* de inúmeras categorias sociais, principalmente, os chamados povos e comunidades tradicionais.

Na Amazônia este processo tem-se revelado como propulsor de rearranjos estratégicos de sobrevivência pelos quais homens e mulheres têm procurado mobilizar para manter sua reprodução social e sua condição de vida. Muitos dos problemas, observados pela literatura especializada, estão relacionados a grandes empreendimentos de capitais, principalmente, para abastecimento e escoamento das produções locais, seja no setor madeireiro, de minérios, do agronegócio ou da pesca em grande escala, a chamada pesca industrial.

No presente estudo analisamos a categoria do *pescador artesanal ribeirinho* como um importante agente social que habita diferentes territorialidades agora não somente vinculado aos ambientes da floresta e dos recursos aquáticos, mas também intimamente ligado à cidade e aos recursos que dela dispõe, bem como das dificuldades de trabalho por eles vivenciados.

O “Juá” ou sub-bacia hidrográfica do Juá, foco de nossa pesquisa, está localizado nas proximidades da zona de expansão da cidade de Santarém e vem apresentando novas configurações nos últimos vinte anos em decorrência do crescimento urbano acelerado nas suas imediações e de infraestruturas construídas para dinamizar a economia local.

A região é considerada, hoje, uma área de preservação ambiental (APA-Juá)⁵⁴ e constitui importante atrativo de lazer para os moradores locais e externos na medida em que, no veraneio, sua extensa praia atrai banhistas, pescadores artesanais e amadores curiosos devido às formações de bancos de areia que desembocam no canal do Lago do Juá formando um importante complexo hidrológico (ver fotografia 1 e 2).

⁵⁴ A titulação de Área de Proteção Ambiental – foi sancionada pela lei nº 19.206, de 28 de dezembro de 2012.

É, de fato, a partir dessa formação ecossistêmica que constitui o *lóci* da pesquisa, a fim de revelar o que se esconde por trás e para além da bela paisagem natural mediada por diferentes agentes sociais internos e externos.

Fotografia 1 - Vista aérea do Juá (Rio, Praia e Lago) Fotografia 2 - Pescadores no Lago do Juá



Fonte: PIMENTEL, S.R. O. **Impactos Econômicos do “Cidade Jardim” em Santarém - PA.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Tecnologia. UFPA, 2015.

Foto: SILVA, Dárnisson Viana, 2017.

Atualmente, o Juá vem sendo diretamente afetado por construções de casas em terrenos ocupados (Bairro Vista Alegre do Juá), loteamentos imobiliários de alto padrão (Loteamento “Cidade Jardim I”) e Programas habitacionais do Governo Federal (Programa “Minha Casa, Minha Vida”- Residencial Salvação) decorrentes da expansão urbana e problemas habitacionais da população de Santarém.

Uma das consequências dessa situação é o assoreamento do lago e alterações na composição da água por causa da lama que escoia desses empreendimentos nos meses chuvosos, bem como o impacto na reprodução das espécies de peixes que ali se reproduzem.

Configura-se, dessa forma, um estado de intensa vulnerabilidade socioambiental na localidade (SANTOS JÚNIOR *et al.*, 2015), pois, tais fatores também afetam os moradores locais que dependem diretamente daquele ecossistema⁵⁵.

O novo contexto do qual se encontra a localidade permite, numa perspectiva mais ampliada, destacar elementos que expressam a complexidade da reconfiguração rural e urbana na Amazônia, até mesmo podendo apontar para as suas *metamorfozes* decorrentes de projetos globais de intervenção do capitalismo como defende Marilene Corrêa da Silva (1997).

A Amazônia, diz a autora, “pode ser vista como uma formação econômico-social produzida pela dinâmica do capitalismo e, portanto, sujeita aos processos de expansão e crise

⁵⁵ Tal situação tem sido objeto de Ação Civil expedido pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Pará na forma de inquérito Civil nº. 1.23.002.000648/2012-58 (MPF) e Notícia de Fato n. 013857-031/2017 (MPE)

do capital” (SILVA, M., 1997, p. 2). Com isso, sem dúvida, a expressão mais visível das intervenções do capitalismo e da globalização na realidade amazônica é a produção dos espaços sob determinados modelos.

A medida dos impactos da globalização na Amazônia pode delimitar-se nas formas que a região assume. A invenção de locais ou áreas funcionalmente organizadas para a realização de tarefas especiais é um modo de explicar como os lugares são historicamente produzidos, ou como eles se inserem na dinâmica mundial. Da mesma maneira recorre-se às explicações da relação entre capitalismo e vocação econômica [...] articulando essas abordagens, ganha relevância a questão de como se realizam os processos de apropriação e organização de recursos, espaços, populações sob determinados modelos (SILVA, M., 1997, p. 3)

A partir destes processos de reconfigurações socioespaciais encontram-se dimensões cruciais no âmbito das microrrelações que necessitam ser examinadas e explicadas a partir de uma teoria que apreenda seu caráter dinâmico, ambíguo e situacional. Dessa forma, as interações em jogo, como as indicadas em outros contextos por Gilberto Velho (1989, 1994a, 1994b, 1997), permeiam a problemática da unidade e diferenciação em um mesmo campo de possibilidades e de projetos individuais, típicos de sociedades complexas.

Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O *projeto* no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente, vinculados aos códigos culturais e aos processos de *longue durée* (VELHO, 1994a, p. 28, grifos do autor)

A perspectiva apresentada por Gilberto Velho, seguindo um modelo de análise aplicado à complexidade das grandes cidades, concomitante à perspectiva de Barth (2000a) na análise da cultura em sociedades complexas, nos parece especialmente desafiadora para pensar questões relacionadas ao entorno do Lago do Juá. Em certo sentido, muito do que se encontra neste entorno, em termos de objetos a serem examinados, operam dinâmicas que se manifestam numa multiplicidade de domínios da vida social, uma vez que a circunvizinhança desta área abrange uma variedade de pontos estratégicos de trabalho, comércio, transações, fluxos de informação e de lazer. Dessa forma, pode parecer, como adverte criticamente Barth, um cenário perturbador para um pesquisador antropólogo que busque os pressupostos do holismo e da integração, presumindo que todos os atores sociais compartilham da mesma experiência dentro de uma comunidade.

Essa diversidade desconexa (ao menos aparentemente) de atividades e a mistura do novo com o velho, formando um cenário cultural sincrético, são características desconfortáveis com as quais o antropólogo irá se defrontar em quase todo lugar. (BARTH, 2000a, p. 109)

Barth, por outro lado, está preocupado em desenvolver métodos onde seja possível “questionar e mapear o alcance dos encadeamentos presentes na cultura local, mostrando que esses encadeamentos são um artefato da vida em um contexto de pequena escala e densa sociabilidade” (BARTH, 2000a, p. 113). Configurando, dessa forma, um emaranhado de espaços delimitados, porém nem sempre rígidos, constituindo-se em pequenas “províncias trafegáveis” por sujeitos diversos e cambiantes conformando a complexidade das expressões culturais diversamente distribuídas. Isso significa também, que podem existir diversas tradições que influem numa mesma região ou sociedade, mas os elementos que os interconectam nem sempre são percebidos ou entendidos pelos sujeitos que as geram, caberia ao estudioso explorar estas interconexões causais, identificando cuidadosamente suas limitações, natureza e força. Logo, as configurações sociais postas neste “pedaço” amazônico abrem escopo ao pesquisador no sentido do que procurou designar como uma abordagem socioantropológica da pesca⁵⁶, bem como o conjunto de problemas que busca elaborar enquanto uma “conversa científica”.

A “conversa científica” que nos referimos remete a ideia de procedimentos de análise utilizando metodologia específica aos meios acadêmicos e ao campo de conhecimento da antropologia e da sociologia conformando os objetivos aqui empreendidos. Uma vez que a ciência, na sociedade moderno-contemporânea, possui seus próprios protocolos comunicando seus pares de forma a criar uma linguagem própria de entendimento e de compartilhamento.

Particularmente esta comunicação entre pares dos espaços acadêmicos por meio de vocabulário específico e que, muitas das vezes, de difícil compreensão para outros agentes externos constitui o que denominamos de “conversa científica”; uma forma, talvez, de provocar no sentido inverso o “tom jocoso” referido à expressão – “conversa de pescador” – que, de uma forma ou outra, examinamos com a seriedade da ciência que adotamos.

⁵⁶ Trata-se de um campo de análise erigidos da sociologia e da antropologia com um objetivo comum que é compreender aspectos da vida cultural e social de determinado grupo, comunidade, sociedade de pesca. Alguns autores vêm chamando atenção para esta maneira de buscar compreender sociedades haliêuticas existentes no Brasil como Diegues (1995, 1999b, 2000), Silva (2012, 2014) e Ramalho (2016). Antonio Carlos Diegues (1999b) ao realizar um percurso pelos estudos produzidos neste campo, desde os primeiros trabalhos aos mais recentes, chega a concluir: “A quantidade e a diversidade dos trabalhos sobre comunidades de pescadores publicados no Brasil apontam para a construção de um campo específico do conhecimento nas ciências sociais que poderia ser intitulado: Sócio Antropologia Marítima (ou da Pesca)” (DIEGUES, 1999a, p. 368).

O resultado que almejamos, de forma inovadora, seja o de desconstruir a visão depreciativa das conversas “ingênuas” (sem o rigor da ciência oficial) produzida por atores locais em contextos específicos e em face de outras produzidas por agentes do conhecimento universal formalizado.

2. TRAVESSIA HISTÓRICA: COMUNIDADE, PESCADO E NOVOS CONTEXTOS

Um dos maiores Estados da região amazônica, o estado do Pará, possui uma área territorial de 1.247.702 Km², apresentando uma população estimada de 7.588.078 habitantes, sendo aproximadamente 5.197.118 na área urbana e 2.390.960 na área rural, distribuídos em seus 144 municípios (IBGE, 2010). Nos últimos anos ocorreu forte processo de urbanização na Amazônia ocidental brasileira, visivelmente nas pequenas e médias cidades cujos motivos ainda devem ser estudados com maior profundidade⁵⁷.

No caso da Amazônia paraense, em cidades intermediárias ou cidades consideradas estratégicas, como Santarém, Itaituba, Alenquer e Juruti grandes empreendimentos no setor de grãos têm demonstrado sua força atrativa impulsionando deslocamento de atores sociais (empresários, comerciantes, grandes produtores) interessados em expandir seus negócios.

No que tange ao setor da Pesca e da Aquicultura, o Estado vem representando em média 19,2% de toda produção pesqueira nacional, segundo dados do IBAMA (2008)⁵⁸, contribuindo assim com cerca de 150 mil toneladas de pescado anuais, incluindo nesta estimativa a pesca extrativa continental e marinha e aquicultura continental e marinha.

Sendo que a pesca nessa região é oriunda, em grande parte, da atividade artesanal⁵⁹, despontando das demais regiões brasileiras pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional a esta atividade (ISAAC *et al.*, 1996; BARTHEM; FABRÉ, 2004). Em virtude das dimensões territoriais do Estado, a grandiosidade do seu sistema hídrico e da quantidade de portos de desembarques,

⁵⁷ Segundo Bertha K. Becker (2015) tudo indica tratar-se de uma multiplicação de núcleos que “poderia significar um movimento de refúgio e resistência de caboclos expropriados da terra e das cidades afetadas pela modernização” (BECKER, 2015, p. 338).

⁵⁸ Os Estados do Pará e Amazonas são os maiores produtores de pescado da Região Norte. O estado do Pará, com uma produção de 71.950t, apresentou um crescimento de 18,2% em 2006 quando comparado a 2005. As espécies de peixes que mais contribuíram para esse crescimento foram: curimatã 201%, filhote 143,2%, tucunaré 80,9% e a piramutaba 38%. O estado do Amazonas, com uma produção de 57.316 t, apresentou um crescimento na produção de pescado de 3,4% em 2006. Acredita-se existir uma subestimação dos dados nesses estados, tendo em vista a importância da pesca para o autoconsumo, cuja produção não está contemplada neste trabalho.

⁵⁹ No Pará há mais de 100.000 pescadores artesanais, modalidade de pesca responsável por cerca de 80% das capturas e abastecimento do mercado interno (dados da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará).

esforços são concentrados, através de parcerias entre institutos de pesquisa, universidades e agências do governo, em projetos que buscam conectar redes de informações e coleta de dados para controle efetivo do nível de exploração dos seus estoques pesqueiros (MARTINS, 2009). Essa configuração vem demonstrar a importância que deve ser atribuída atualmente ao setor da pesca na região norte do país, não tão somente a cadeia produtiva já consolidada que, de certo modo, garantiu o atendimento aos mercados nacionais e internacionais, mas também as “variantes” socioculturais e socioambientais implicadas neste processo.

Neste sentido, uma série de instrumentos regulatórios, tem-se firmado entre instâncias federais, estaduais e municipais com vistas a promover uma legislação com maior capacidade de governança às questões ambientais e ao estímulo do desenvolvimento econômico local.

Uma das formas de entendermos as configurações atuais em que se encontram diversos agentes presentes na promoção do desenvolvimento deste setor em escala regional é recuperar dados históricos importantes que demarcam os caminhos cruciais em que o setor produtivo da pesca tem percorrido nesse Estado e mais especificamente na região do Baixo Amazonas e no rio Tapajós, à qual nos detemos na pesquisa.

2.1. Tal era o rio, tal era a margem? Síntese histórica do desenvolvimento da pesca na bacia amazônica

É sabido, que a importância da prática da pesca na Amazônia remonta ao período anterior ao do empreendimento colonial português no novo mundo, quando nativos indígenas tinham como principal fonte de alimento proteico o abundante *pescado*, as *carnes de caça*, a *gordura* e os *ovos* da *tartaruga-da-amazônia* (*Podocnemis expansa*) e nos dias atuais, os quase extinto *peixe-boi-da-amazônia* (*Trichechus inunguis*) (VERÍSSIMO, 1895; SMITH, 1979; RUFFINO, 2005; FIORI; SANTOS, 2015).

A diminuição do consumo local de animais aquáticos devido à redução da população amazônica durante o período colonial foi contraposta ao aumento do comércio destes recursos, afetando particularmente as espécies mais frágeis (BATISTA *et al.*, 2004). Espécies como o Pirarucu (*Arapaima gigas*) cuja abundância tinha sido observada por viajantes e naturalistas do século XVII e XVIII também tiveram redução considerável na sua captura.

A tecnologia de pesca empregada apresentou uma notável evolução desde o contato dos índios com os brancos chegados da Europa. Por exemplo, redes confeccionadas com feixes de embaúba (*Cecropia spp*) já eram utilizadas como barreiras ao deslocamento de peixes na entrada de lagos pelos índios Carajá do rio Araguaia (PA), nos séculos XVII e

XVIII (SMITH, 1979). Outras redes semelhantes eram confeccionadas com fibra de algodão ou da folha da palmeira de tucumã (*Astrocaryum spp.*).

A pesca realizada com malhadeira, redes longas de emalhar, veio surgir segundo os registros históricos somente na década de 70, na pesca comercial e na pesca ribeirinha do alto Amazonas (PETRERE, 1978; SMITH, 1979). O uso de tarrafas, também chamadas de chumbeiras, foi introduzido ainda no período colonial bem como as redes de arrasto (FURTADO, 1981). Não se tem registros se indígenas usavam anzóis para pescar antes da chegada dos portugueses, porém após a colonização há relatos de que confeccionavam anzóis de madeira e ossos antes de utilizarem material metálico.

Não é conhecido se as tribos usavam anzóis para pescar no período pré-colonial. Smith (1979) apresenta registros sobre índios já usando anzóis de material metálico, seja entre os Tiriyo, Kalapalo e os Trumai. Entretanto existem referências de anzóis feitos de madeira ou ossos por parte dos índios Cioni, no rio Putumayo, iscados com frutos de *Cecropia sp.* (Hardenberg, 1912 citado por Smith, 1979) assim como Veríssimo (1895) informa que os indígenas transformaram “(...) pontas ou bicos de suas armas de pesca, primitivamente de osso, de dentes de animais, de taquaras aguçadas em pontas de ferro (...)”, indicando o uso mais comum destes materiais (BATISTA *et al.*, 2004, p. 64-65).

Os indícios históricos indicam que a *zagaia* (ver Tabela – 1) também foi utilizada após a chegada dos europeus e que os nativos aperfeiçoavam a técnica de acordo com os materiais disponíveis na própria floresta, bem como seus ornamentos.

Igualmente, não está claro se as zagaias foram usadas por tribos amazônicas antes do contato com os europeus. Em 1852, em Alter do Chão no estado do Pará, índios semicolonizados lanceavam peixes à noite, usando feixes flamejantes feitos com frondes de palmeiras (Bates, 1864 citado por Smith, 1979). No início da década de 1950, os Ticuna do Solimões usavam zagaias de 2m de comprimento equipadas com 4 a 9 pontas de arame, amoladas para capturar peixes durante o dia, sendo que anteriormente as pontas eram feitas de madeira (Nimuendajú, 1952 citado por Smith, 1979) (BATISTA *et al.*, 2004, p. 65)

Segundo fontes documentais coletadas por Veríssimo (1895) com ênfase no Baixo Amazonas, em meados do século XV, a administração do império colonial já empregava a partir do potencial dos recursos pesqueiros da região formas de comércio e auto-abastecimento utilizando-os como moeda de troca e pagamento nos séculos seguintes (FURTADO, 1981). A espécie que impulsionou a pesca comercial em grande escala em meados do século XVIII e XIX foi o Pirarucu (*Arapaima gigas*) muito em decorrência também do declínio da captura do peixe-boi (BATISTA *et al.*, 2004).

É importante salientar o papel que os colonizadores portugueses tiveram nessa evolução das técnicas de pesca na região.

O colonizador português efetuou importante contribuição tecnológica para a pesca quando introduziu o metal na confecção dos apetrechos, seja em anzóis ou como ponteira de apetrechos penetrantes. Também contribuiu para o desenvolvimento de novas técnicas para o uso das redes confeccionadas com fibras autóctones ou de algodão, materiais então disponíveis. Observações de Wallace (1889 citado por Junk, 1984), por exemplo, destacam a introdução da técnica do arrastão de praia (BATISTA *et al.*, 2004, p. 66)

Ressalta-se, na literatura vigente, que as inovações tecnológicas foram empregadas em “campanhas de pesca” organizadas pelos colonizadores com vistas ao abastecimento de tropas militares instaladas em fortes e também de colonos e aldeamentos missionários onde grupos indígenas tinham participação intensa.

Índios e caboclos de então (estes resultantes da miscigenação entre índios e portugueses e, mais tarde, negros africanos) participaram intensamente das “Campanhas de pesca” organizadas pela Fazenda Real aos “Pesqueiros Reais” na área estuarina do Pará, para a captura de tainhas (*Mugyl brasiliensis*), peixe-boi e tartarugas, para as provisões das Mesas da Fazenda Real, para o abastecimento das tropas, para pagamento das cômruas dos Bispos e para alimentação da população (FURTADO, 1981).

A transição detalhada do modo primitivo das técnicas de pesca ao largo dos anos para as sofisticções posteriores permanece mal estudada pela historiografia oficial. Sabe-se, no entanto, que as causas socioeconômicas da transformação que se verificou na atividade de pesca numa atividade profissional propriamente dita, se dão basicamente na segunda metade do século XX, com a crise do ciclo da borracha e do cultivo da juta introduzido pelos japoneses no fim dos anos de 1930 (RUFFINO, 2005).

Nos idos da década de 1940 e 1950, já na virada do século passado, houve modificações importantes na produção pesqueira, especialmente, com a introdução do motor a diesel nas embarcações e o ajustamento de caixas de gelo em seu interior (MCGRATH *et al.*, 1993) favorecendo modificações nos métodos de conservação do pescado. Tais modificações permitiram, embora ainda de forma incipiente, ampliar a logística de captura de variadas espécies em águas interiores e na orla marítima da costa paraense.

Foi assim que, “em 1953, o governo federal criou a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA, entidade que, dentre outros objetivos, buscava transformar o sistema tradicional de pesca praticado pelos ribeirinhos em uma atividade de alta produtividade” (MESCHKAT, 1959 citado por RUFFINO, 2005, p. 15). Mas, foi a partir da década de 60 que a produção pesqueira experimentou sua capacidade de absorver tecnologia avançada e modernização científica com vistas à expansão *para além das fronteiras estaduais* (SILVA, B., 2004). Nesse sentido, três eventos foram fundamentais:

Na década de 60, três eventos são marcantes para os novos rumos da atividade pesqueira na região. O primeiro foi a introdução e a popularização do polietileno ou isopor como isolante térmico, permitindo a conservação e a acumulação do pescado por mais tempo, viabilizando ampliar o raio de ação da rota. O segundo foi a criação da Zona Franca de Manaus, que causou um rápido crescimento da população urbana da cidade, via imigração de ribeirinhos [...]. Nas cidades, eles causaram um aumento na demanda por pescado, incrementando a pressão consumidora e assim estabelecendo um importante mercado urbano. Adicionalmente, ocorreu imigração para Manaus de pessoas vinculadas ao pólo industrial, atraídas pela perspectiva de emprego na região. Em terceiro lugar, temos a introdução de linhas sintéticas, as quais popularizaram as redes de arrasto e de espera, facilitando o aumento do esforço de pesca e conseqüentemente da produção (BATISTA *et al.*, 2004, p. 66)

Já na cidade de Belém, pelo seu porte de grande cidade e sua posição estratégica desde o século XVIII desenvolveu-se grande produção de pescado e forte influência nas demais cidades de todo o Baixo Amazonas gerando a necessidade de várias medidas normativas de controle para evitar a exploração dos recursos pesqueiros realizada de forma irresponsável, o que, no entanto, não foi suficiente para impedir a degradação ambiental em algumas áreas de várzea e a geração de conflitos entre os usuários (BATISTA *et al.*, 2004).

Em outras áreas mais longínquas, a pequena densidade populacional e a falta de um mercado consumidor mais sedento permitiram uma baixa exploração e, portanto, o uso sustentável dos recursos.

Todavia, uma série de projetos desenvolvimentistas implantados⁶⁰ pelo governo da época (Governo de Regime Militar representado na figura do então general Emílio Garrastazu Médici) com vistas à integração do território amazônico ao restante do país introduziu nova dinâmica socioespacial, embora através de surtos e ciclos econômicos que não foram consolidados (BECKER, 1985, 2015), promovendo importantes transformações na constituição das cidades amazônicas que resultaram, inclusive, na ampliação do mercado para a pesca dita comercial e industrial⁶¹.

⁶⁰ “Até o início da década de 1960 a Amazônia era uma região geográfica e economicamente isolada. A abertura de estradas, como a Belém-Brasília, e a implantação, pelo governo militar, do programa “Operação Amazônica” estimulou um novo processo de colonização. As ações visando ao “desenvolvimento econômico” regional incluíam a construção de vias de comunicação, a urbanização ao longo das principais rodovias, a ocupação militar de fronteiras e um programa de incentivos fiscais e linhas de crédito que atraiu capitais nacionais e internacionais para a região” (KITAMURA, 1994 citado por RUFFINO, 2005, p. 15).

⁶¹ “Coincidentemente, nessa época (1962) é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe, que institucionaliza a atividade pesqueira em todo o país. Esta instituição ficou encarregada de formular, executar e coordenar a política e as ações de pesquisa e ordenamento da exploração pesqueira na plataforma submarina, nas águas do mar territorial e nas águas continentais do Brasil. Sua atuação permitiu consolidar as bases do até então incipiente segmento industrial da pesca” (RUFFINO, 2005, p. 16)

“A pesca então deixou de ser um problema localizado para ser uma questão regional [e nacional] com fortes implicações sociais, econômicas, culturais, ecológicas e políticas” (BATISTA *et al.*, 2004, p. 67). Segundo Loureiro (2009), pode se situar o conjunto de transformações decorrentes do modelo econômico de desenvolvimento tentado a região no final do século XX, pelo governo militar e que repercute até hoje, com base numa leitura de duas fases de incentivos.

Quatro atividades econômicas básicas foram incentivadas pelas políticas dos governos militares para a região: na primeira fase 1970/1985, a extração da madeira, a pecuária e a pesca industrial; e na segunda fase 1986/2000 em diante, planejada ainda durante a ditadura, mas que perdura sem grandes correções até hoje, tem a mineração, a moderna pecuária como pontos centrais, às quais se adiantaram os grãos. Eram os produtos que, segundo análises econômicas feitas na época, apresentavam boas chances de aceitação no mercado externo (LOUREIRO, 2009, p. 57)

Como podemos considerar, a fase que estimulou a pesca industrial, através de incentivos fiscais e financiamentos estruturais, torna-se fundamental no entendimento dos seus desdobramentos contemporâneos e dos conflitos gerados pela apropriação dos espaços da pesca em toda bacia amazônica.

Segundo a autora, as análises e as estratégias adotadas pelo governo dos militares não levaram em consideração os impactos perversos que tais atividades provocariam na base produtiva em que se apoiavam as atividades das populações tradicionais e suas formas de vida (LOUREIRO, 2009). Nada se fez para pensar formas alternativas de desenvolvimento econômico e social que levasse em consideração a existência dos atores sociais locais que possuem íntima relação de dependência dos recursos da natureza (Ibid.), bem como extrai destes o seu meio de subsistência, estando aí figurada a condição do pescador artesanal como importante exemplo e um dos principais afetados.

O modelo de crescimento da pesca na Amazônia promovido pelo regime militar agravou os conflitos sociais entre grupos com diferentes capacidades de exploração (ex: pescador artesanal x pescador industrial) e provocou o rápido esgotamento dos recursos pesqueiros (RUFFINO, 2005, p. 17)

Segundo Ruffino (2005), o período entre 1960 e 1988 constituiu uma importante fase de crescimento e expansão de todas as atividades produtivas na Amazônia. Embora não fosse dirigida, prioritariamente, para a pesca foi uma época em que a política vigente conseguiu promover significativas mudanças no setor.

Nesse período, por exemplo, é que surge a Lei Federal nº 5.174 de outubro de 1966 concedendo incentivo fiscal a empreendimentos na jurisdição da Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e o Decreto-Lei nº 221 de fevereiro de 1967 que visava incentivar por meio de isenção fiscal a estruturação da indústria pesqueira em âmbito nacional.

Seguindo o fluxo da política de benefícios a Constituição de 1969 isentou de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) o pescado beneficiado e destinado ao mercado externo. Esses incentivos eram administrados por grupos de bancos e institutos de desenvolvimento, dentre os principais, Banco do Brasil, Banco da Amazônia S.A e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF.

Sem dúvida, este conjunto de medidas atraiu empresários estrangeiros e oriundos do centro-sul do Brasil que, rapidamente, se instalaram na Amazônia. Eis que surgiram as primeiras grandes empresas de pesca e a frota de embarcações com grande poder de pesca na região cresceu vertiginosamente nesse período.

Na década de 1970, mais de cem barcos de pesca industrial operavam no estuário do rio Amazonas na pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e do camarão (*Peneaus spp.*) (PENNER, 1984 citado por RUFFINO, 2005, p. 17)

A mudança qualitativa no poder de pesca por parte daqueles que detinham o mínimo de suporte técnico de exploração dos recursos pesqueiros fez surgir pela primeira vez a categoria do *pescador profissional itinerante*. “Surge pela primeira vez a figura do pescador profissional itinerante, que pesca de forma permanente em lugares distantes de sua moradia e vende o seu peixe em frigoríficos e mercados dos centros urbanos” (Ibid., 17).

O resultado das inovações tecnológicas, evidentemente, aumentou a produtividade da pesca ao mesmo passo que o crescimento demográfico e a expansão dos frigoríficos puderam absorver o excedente gerado.

Na segunda metade da década de 1980 outras configurações passaram a vigorar. Os incentivos fiscais perderam sua validade e não foram renovados. O planejamento econômico do governo entrou em crise e não era mais possível arcar com isenções, justamente, nesse mesmo período houve uma queda drástica na captura de estoques de peixes de maior valor comercial. Os volumes de *piramutaba*, *pirarucu* e *tambaqui* entre os anos de 1977 e 1986 caíram mais da metade, o que demandou no fim desse período uma maior atenção das autoridades para regulamentar a atividade pesqueira no interior e no estuário chegando mesmo a estabelecer cotas de captura.

Já o ano de 1989, segundo Ruffino (2005), representou um marco no desenvolvimento da atividade pesqueira no país. A extinção da antiga SUDEP (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) e a criação e estruturação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA demonstrou uma nova filosofia de gestão da proteção ambiental no país.

Com relação à pesca, a ideia foi tratar de maneira integrada conceitos fundamentais como o uso sustentado dos recursos, a economicidade dos empreendimentos e a justiça social. Além disso, surgiram modelos de gerenciamento que buscavam gerir de forma integrada as várias atividades atuantes sobre determinado ecossistema.

A partir de 1993, foram desenvolvidos mecanismos gerenciais (fóruns de discussão, incentivos à participação, integração intra-institucional, contextualização inter-setorial da pesca), que possibilitaram iniciar a gestão integrada. Tal estratégia fortaleceu-se a partir de 1995, com o estabelecimento, pelo governo federal, de diretrizes claras sobre gestão integrada e da reorganização institucional desenvolvida pelo Ibama e que teve forte contribuição das experiências do projeto de cooperação técnica entre o Ibama e a Agência de Cooperação Técnica Alemã – GTZ, através do projeto Iara (IBAMA, 1995 citado por RUFFINO, 2005, p. 20)

Contudo, a partir da década de 1990, sob o signo da sustentabilidade, muitos foram os programas constituídos para incentivar e auxiliar a extração sustentável da pesca na região, bem como trazer a participação da sociedade civil neste processo.

Atualmente, muitos desses projetos encontram-se inoperantes devido à interrupção de suas linhas de financiamento estatal em parceria com organizações estrangeiras como é o caso do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – o ProVárzea⁶², importante projeto vinculado ao Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) criado em 1994 após a Conferência “Rio-92”.

No que diz respeito aos acontecimentos mais recentes, a dissolução do Ministério da Pesca executada pelo Governo Federal, no ano de 2015, pode expressar um ambiente de incertezas para o setor colocando um horizonte um tanto lamentável para políticas públicas voltadas a atender as necessidades dos atores mais vulneráveis que compõe o setor da cadeia produtiva da pesca na bacia amazônica.

Espera-se, contudo, que este quadro de realidade venha a ser modificado positivamente a partir do enfrentamento dos movimentos sociais e organizações de base

⁶² “Ao longo de seis anos, o ProVárzea apoiou técnica e financeiramente 25 projetos, beneficiando 115.486 pessoas em 39 municípios dos estados do Amazonas e Pará, e promovendo o manejo em cerca de 100.000 hectares de ecossistemas terrestres e aquáticos (VIDAL *et al.*, 2015, p.1).

política envolvidas com as questões socioambientais candentes das comunidades desfavorecidas nessa região.

No que tange as informações históricas do *lóci* da pesquisa, bem como as conexões societárias com a realidade presente, serão desenvolvidos nos tópicos seguintes: a contextualização das transformações ocorridas em vários aspectos da sociedade santarena. Dentre elas estão relacionadas a “chegada” dos interesses da globalização financeira na região amazônica, as forças econômicas de conectividade e exploração desenfreada do território e mais, recentemente, os conflitos gerados pelas estruturas de poder ressurgidas através de novos atores empresariais locais e externos.

Logo abaixo, segue uma tabela com informações e descrições de inúmeros artefatos e técnicas de pesca que foram citados anteriormente.

Tabela 1. – Descrição de apetrechos de pesca primitivos e modernos utilizados na região amazônica

<i>Tecnologias primitivas de Pesca utilizadas por indígenas antes do período colonial na região amazônica</i>	<i>Tecnologias modernas de Pesca utilizadas a partir do período colonial na região amazônica</i>
<p>Artes de lançar: arpão, arco e flecha, com pontas de ossos ou dentes de animais</p> <p>Puçá: rede em forma de saco feito de algodão ou folhas/feixes de palmeiras</p> <p>Anzol: confeccionados partir de ossos</p> <p>Timbó vermelho (<i>Leguminosae Papilionoideae</i>): Arbusto frequente na mata de terra firme usado como ictiotóxica para paralisar peixes</p>	<p>Malhadeira: rede de emalhar de nylon multifilamento com malhas variadas;</p> <p>Miqueira: rede de emalhar de nylon monofilamento com malhas variadas;</p> <p>Bubuia: rede de emalhe longa e alta, colocada à deriva no meio do rio;</p> <p>Tarrafa: rede cônica com bordas equipadas com chumbo;</p> <p>Linhas: linha de nylon comprida, com um anzol na ponta, utilizada na mão, amarrada a vara de madeira ou <i>presa a ponto</i> fixo na margem;</p> <p>Espinhel: uma linha comprida com vários anzóis;</p> <p>Artes de lançar: podem ser três aparelhos distintos: arpão, arco e flecha ou zagaia que é uma haste de madeira com ponta metálica afiada em três dentes;</p> <p>Bombas Explosivas: dinamite jogada diretamente no rio ou lago. Tecnologia proibida em 1993 na região de Santarém.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações de campo e dos materiais: VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro. São Paulo: Alves & C, 1895. ISAAC, V. J.; MILSTEIN, A.; RUFFINO, M. L. A pesca artesanal no Baixo Amazonas: análise multivariada por espécie. **ACTA AMAZÔNICA** 26 (3): 185-208, 1996.

Com estas informações tendemos a ilustrar, de modo conciso, algumas das evoluções das técnicas empregadas na pesca amazônica, bem como sugerir que tais avanços representam traços específicos de um período histórico e que novos usos e técnicas estão em fluxos constantes de ajustes e inovações, acompanhando as transformações em escala mundial.

2.1.1. Santarém “globalizada” e os impactos do cultivo da Soja

*“Eu sou daqui, mas vim de longe...
naveguei na barca grande...”*

Cravo vermelho - Geraldo Azevedo

Fotografia 3 - Vista aérea do município de Santarém (PA).



Fonte: PIMENTEL, S.R. O. **Impactos Econômicos do “Cidade Jardim” em Santarém - PA.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Tecnologia. UFPA, 2015.

Fotografia 4 - Empresa Cargill Agrícola S/A. Instalações do Terminal Fluvial de Granéis em Santarém (PA).



Fonte: RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA). Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill. **Consultoria Paulista de Estudos Ambientais.** Fevereiro, 2010.

2.1.1.2. Antecedentes históricos de Santarém: um breve delineamento

Fotografia 5 – Monumento da figura do Padre João Felipe Bettendorfe.



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, 2017.

Santarém foi fundada em 22 de junho de 1661, ano em que os Padres Jesuítas Tomé Ribeiro e Gaspar Misch vieram visitar os índios Tapajó, por determinação do seu superior também padre, Antônio Vieira (REIS, 1979; FONSECA, 2015; SUSSUARANA, 2000). Os missionários foram recebidos pelos nativos indígenas no mês de maio e passaram apenas alguns dias onde celebraram a festa da Ascensão do Senhor e regressaram em seguida para região do rio Xingu, onde residiam.

Em junho do mesmo ano chegava em “terras tapajônicas” o Padre João Felipe Bettendorfe, enviado para instalar uma missão na aldeia dos Tupaius (nação indígena que habitara esse território antes da chegada dos europeus), exatamente na embocadura do rio que, hoje, conhecemos por Tapajós.

Em 1661, ano em que Tomé Ribeiro e Gaspar Misch, padres jesuítas, disseram a primeira missa na Tupuiú da foz do rio e em João Felipe Bettendorfe, também jesuíta, fundou aí mesmo a Missão e Aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Tapajós, em Lisboa o rei Pedro II ordenava que à boca desse paradisíaco Tapajós fossem levantados, para forar-se em vila, um colégio jesuíta e uma fortaleza para defender a entrada do rio azul e a passagem do rio barrento (SUSSUARANA, 2000, p. 287 [sic.]

Segundo historiadores e a literatura especializada (REIS, 1979; SANTOS, 1974, SUSSUARANA, 2000, AMORIM, 2000; FONSECA, 2015) a instalação da Missão do

Tapajós pelo Pe. Bettendorfe revestia-se de enorme importância, pois o propósito não se restringia ao âmbito religioso, mas também o político-militar.

O plano da missão dos tapajó não compreendia, exclusivamente, a conversão ou ajuda espiritual àquele grupo do gentio local, mas perseguia objetivo territorial muito mais vasto – estendia-se ao mais dilatado sertão [...] a aldeia dos tapajó, transformada em sede de missão católica, passava a servir de cabeça-de-ponte para a penetração a longa distância. Significativa, pois, marca política para a expansão que, sendo espiritual, não deixava de ser política (REIS, 1979, p. 31)

Deste modo, instalada uma missão na Amazônia, significava que até ali se estendia o domínio de Portugal (FONSECA, 2015 [1984]). Providenciaram, os portugueses, a empreitada de fortificar militarmente alguns pontos, considerados na época, estratégicos. As outras nações colonizadoras (franceses, ingleses, holandeses e espanhóis) eram consideradas inimigas em potencial e, portanto, era preciso mantê-las à distância como bem nos informa Reis (1979) sobre as investidas européias.

Os franceses, os ingleses e os holandeses haviam chegado antes, nas últimas décadas do século XVI. Os franceses não subiram o Amazonas. Ficaram no delta, pelo Tocantins. Os ingleses e os holandeses, ao contrário, mais ousados, mais dispostos a ter em suas mãos o negócio da especiaria local que estavam encontrando abundantemente e constituía matéria-prima solicitada no Velho Mundo, atiraram-se pelas águas acima do Amazonas e atingiram o Xingu (REIS, 1979, p. 12)

Em 1697, trinta e seis anos depois da instalação da missão do tapajós os colonizadores lusos inauguraram a Fortaleza do Tapajós⁶³ que dispunha após tentativas de reformas em anos posteriores de poucas peças de artilharia enviadas pelo imperador. Dessa forma, demonstrava-se desde já a preocupação com possíveis choques militares. Vale ressaltar que a expansão do domínio português para o Oeste se dá a partir do delta do rio, portanto, onde hoje está localizada a capital Belém cujo desdobramento é fundamental para compreender não só aspectos do passado longínquo, mas de certa maneira os processos formadores do presente⁶⁴.

Contudo, era preciso “engrossar” mão-de-obra para a empresa econômica e para o estabelecimento das fronteiras que por essa região se levantava, diante da necessidade não faltaram os sofismas criados como aponta Reis (1979).

⁶³ “A “Fortaleza do Tapajós” ficava na colina onde hoje está a Escola Estadual de 1º Grau “Frei Ambrósio” cuja colina era chamada de “Morro do Castelo”, depois “Morro da Fortaleza” ou simplesmente “Fortaleza”, como é chamada em nossos dias” (FONSECA, 2015 [1984], p. 23).

⁶⁴ “O deslocamento de tropas portuguesas às margens do rio Amazonas marca o surgimento de pequenos povoados, entre eles, Santarém (rio Tapajós), Óbidos (rio Trombetas) e Tefé (rio Japurá). As aldeias missionárias representavam os primeiros contatos entre portugueses e a população indígena amazônica. Essas aldeias viriam a ser o embrião da rede urbana que futuramente seria comandada por Belém” (PEREIRA, 2004, p. 78).

O descobrimento e a conquista da hinterlândia, como era natural, passaram a constituir uma preocupação para os que se estavam estabelecendo no delta. Nos entreveros com os ingleses e com os holandeses, haviam chegado ao Xingu e à chamada região das ilhas, ou dos estreitos. Nas cercanias do rio Gurupá, um estabelecimento holandês, a casa forte levantada entre os índios Mariocai, fora tomada em combate travado em 1623. Em vez de destruí-la, os luso-brasileiros utilizaram-na como uma cabeça-de-ponte para as incursões que tivessem de realizar sobre o oeste desconhecido e tentador, denominando-a Santo Antônio do Gurupá. Porta do sertão [...] fronteira que se deslocara do litoral e começava agora a atingir o coração daquele mundo exótico [...] O grave problema do abastecimento de mão-de-obra na empresa econômica que se desenvolvia estava, já a essa altura, exigindo que se buscassem no seio da gentildade os recursos necessários. Os primeiros incidentes se haviam verificado. Seja porque a legislação referente a essa mesma gentildade vedava a sua utilização no sistema escravista, seja porque os religiosos de Santo Antônio, que com ela vinham tratando em bases de muito boas relações, relações de que resultava até uma íntima colaboração nos sucessos militares contra os ingleses e os holandeses, estavam dispostos a defendê-la, assegurando-lhe vida livre e de boa vizinhança com os colonos reinóis ou nordestinos. *A identificação das espécies florestais de valor econômico, as tarefas da pesca, que constituía elemento fundamental na dieta alimentar, os que-fazeres domésticos, as atividades de movimentação das embarcações, sem o que não se caminhava na Amazônia, toda ela cortada por estradas líquidas cujos segredos o indígena conhecia como ninguém – tudo devia estar a cargo desse braço nativo, imprescindível, pois, para que se efetuasse, dinamizasse e frutificasse incessantemente a empresa do domínio. Tropas de resgates alcançavam aldeias do interior na faina selvagem de agarrar escravos. Alegava-se, para organizá-los, autorizá-las e empreendê-las, que não iam senão livrar índios escravizados das mãos dos grupos locais que os haviam aprisionado nas guerras que os separavam de tribo a tribo, de grupo a grupo.* O sofisma fora criado para justificar a aquisição daquela mercadoria de tamanha significação (REIS, 1979, p. 15, grifos nosso)

Assim, empreendeu-se para o Oeste a expansão que levou ao Tapajós na figura de Pedro Teixeira e outros capitães, em 1626, à frente de uma tropa de resgates com 26 soldados e numeroso grupo de índios aliados e mais Frei Cristóvão de São José, um dos mais esclarecidos servidores da religião e dos mais conhecedores das coisas locais (REIS, 1979; AMORIM, 2000; FONSECA, 2015[1984]).

Como se pode perceber, os antecedentes históricos do município de Santarém espelham não para espanto histórico a colossal investida dos desbravadores do novo mundo em busca concentrada de riquezas e terras desconhecidas para explorar a todo custo. O livro de Arthur César Ferreira Reis – *Santarém: seu desenvolvimento histórico. 2ª edição de 1979*⁶⁵ – oferece, nesse sentido, ricas descrições das visões de muitos cronistas, visitantes religiosos e expedicionários em plena penetração ibérica pelo interior do Amazonas e seus afluentes. Não obstante, vale mencionar algum desses relatos.

Este rio onde estam situados estes Indios Tapajós he mui caudoloso e de aprazíveis terras, e claríssimas agoas. Nam He de muito peixe: desce do poente, e desagoa e

⁶⁵ REIS, Arthur C. F. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª ed. Brasília/INL Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

mette no das Amazonas. Athé esta província chegão náos de alto bordo, e por este rio dos Tapajós vam quatro jornadas a resgatar madeiras, redes, orucus e pedras verdes, que os Indios chamão buraquitas (antes Baraquitã) e os estrangeiros do norte estimam muito; e commummente se diz que estas pedras se lavrão, neste rio dos tapajós, de um barro verde, que se cria debaixo da agoa, e debaixo della fazem contas redondas e compridas, vazos para beber, assentos, passaros, rãs e outras figuras; e, tirando-o feito debaixo da agoa, ao ar, se endurece o tal barro de tal maneira que fica convertido em mui durissima pedra verde; e he o melhor contracto destes Indios e delles mui estimado. O clima desta província He quente, de mui boas e alegres terras, capazes para criar muitos gados, vacum, ovelhas, cabras e gado de cerda. Tem muitas serras, e pela falda dellas e por algumas milhas que tem este rio e o do Amazonas, só se pode fazer grandes engenhos de assucar; por quanto as crescentes do rio fructificam todas aquelas terras, em que os Indios fazem suas roças de milho, e frutas e alguma mandioca. Governão-se este; Indios por Principaes, em cada rancho um, com vinte ou trinta casaes, e a todos os governa um Principal grande sobre todos, de quem é muito obedecido. Dão guerra estes a todos os demais daquelle circuito, de quem sam temidos. Tem muito escravos; outros que vendem aos Portugueses por ferramentas para fazerem suas lavouras, e roças à terra. Este rio era digno de se descobrir, por quanto mostra ser de muito proveito para estas conquistas (HERIARTE s/d citado por REIS, 1979, p. 21[sic.])

Em algumas décadas a aldeia aludida já demonstrara notável progresso, sertanistas, missionários e comerciantes operavam interessante intercâmbio, entretanto, não de todo pacífico⁶⁶. Nas palavras do próprio fundador da missão dirigindo-se a Corte Real reporta.

A missão entrava a prosperar. Nela buscavam apoio os sertanistas que penetravam o interior na caça de escravos ou na colheita das “drogas”. Segundo Bettendorf, o Rei Pedro II projetara elevá-la à condição de vila e utilizá-la para a instalação de um colégio da própria Companhia. “Suas terras” esclarece o religioso, “são boas para mantimentos, principalmente, para milho e tabaco, os seus ares já não são tão maus como dantes eram. Bebe-se água do rio a qual assenta toda não faz mal, não falta caça por seus Mattos, que até coelhos, pombos e patts cá se acham; os rios abundam em peixe, até peixes bois e tartarugas. É paragem muito aprazível” (REIS, 1979, p. 32)

Antes de o aldeamento do Tapajós ser elevado a categoria de vila em 14 de março de 1758 pelo capitão-geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do então governador Marquês de Pombal. Houveram mudanças nas orientações do quadro político que ali se estabeleceu e as ordens religiosas, Jesuítas e Franciscanas, começaram a sofrer perseguições devido o estilo de vida autônomo que predominava nos aldeamentos desde que os catequistas se instalaram neles (AMORIM, 2000; FONSECA, 2015 [1984]; REIS, 1979, SANTOS, 1974). Este quadro político culminou no decreto expedito pelo rei de Portugal, Dom José I, que determinava a expulsão dos religiosos de todo o território brasileiro e a secularização das

⁶⁶ Cf. op. cit., Capítulo: “Sertanistas, Missionários e Comerciantes Operam Descobrimentos e Intercâmbio”.

missões, por conseguinte a elevação de 46 aldeias à condição de vila, como bem planejavam as autoridades da época⁶⁷.

As aldeias deviam ser vilas ou povoados. Haveria conveniência, pois, em as guardar em nova condição administrativa e social, assegurando a politização das populações gentias e a imposição da soberania portuguesa nos trechos mais distantes do sertão. Em seus planos, o Governador imaginara um vasto programa de criação de núcleos urbanos, que cobririam todo o território do Estado. No Tapajós seria localizado um desses núcleos (REIS, 1979, p. 66)

O cerimonial que marcou os respectivos acontecimentos fora sendo executado em todos os aldeamentos o que decerto não deixou de ser cumprido no Tapajós. O historiador nativo do rio Tapajós assim o registra:

Nesse dia 14 de março de 1758, que ficou conhecido na História de Santarém, o general-governador, Chegado na véspera de sua excursão ao tapajós, mandou convocar o povo para uma grande concentração na única praça existente – o largo da igreja [...] ali em presença da tropa de sua expedição; da guarnição da fortaleza; do vigário da novel paróquia ; de todas as pessoas influentes da localidade, de diversos tuxauas de tribos vizinhas e do povo em geral, brancos e índios, mandou o governador que o ouvidor Pascal Abranches Madeira Fernandes procedesse ao cerimonial de praxe para instalação oficial da vila de Santarém, que sua Majestade Real houvera por bem erigir naquele local (SANTOS, 1974, p. 96)

Finda a cerimônia o corpo jurídico e a corporação municipal foi organizada pelas autoridades presentes tendo essa estrutura administrativa a designação de Senado da Câmara. Por cumprimento também foi nomeado o “Diretor dos Índios” (Diretor da Vila) que vale ressaltar detinha ampla autoridade em meio a vereadores e até vigários. Por fim, fora erguido no centro da praça, hoje a atual Rodrigues dos Santos (ver fotografia 5), o pelourinho, símbolo da autoridade e jurisdição municipal (FONSECA, 2015 [1984]).

Santarém também em meados da metade do século XIX foi palco de grandes conflitos políticos que percorreram por um período de quase uma década.

Durante o século XIX, intensificaram-se as disputas políticas entre elites locais pelo controle da região. Nesse contexto de conflitos, a vila de Santarém foi se afirmando como centro de decisão política, militar e religiosa. Da mesma forma, como articuladora dos interesses regionais por conta da capacidade de liderança exercida por seus dirigentes (PEREIRA, 2004, p. 79)

⁶⁷ “A criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, pelo então primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, significou a tentativa de inserção da Amazônia no mercado mundial. Dentre um conjunto de políticas adotadas por este, está a elevação, entre 1755 e 1760, de 46 aldeias missionárias à condição de Vila, que funcionariam como entreposto comercial. Do mesmo modo, teriam seus nomes modificados em muitos casos por nomes portugueses, como, por exemplo, Alenquer, Almeirim, Aveiro, Faro, Melgaço, Barcelos e Óbidos” (PEREIRA, 2004, p. 79).

O conflito que mais, conchecidamente, repercutiu em todo interior do Estado (Província do Grão-Pará) foi sem dúvida a Revolta da Cabanagem. Segundo a literatura existente a Cabanagem foi um movimento revolucionário popular que eclodiu em toda a Amazônia, notadamente no Pará, entre os anos de 1833 a 1840, tendo entre os principais motivos o antagonismo entre portugueses e os brasileiros em pleno processo de independência do país (AMORIM, 2000; FONSECA, 2015 [1984]).

O Estado do Pará, naquela época denominado Província do Grão-Pará, foi dos últimos a aderir à Independência do Brasil, de forma que mesmo já sendo independente de Portugal, os portugueses que viviam no Pará portavam-se como se o Brasil ainda fosse colônia, o que desagradava profundamente os nativos (FONSECA, 2015 [1984], p. 38)

Os cabanos, assim conhecidos por constituírem uma classe de desfavorecidos e habitarem literalmente cabanas e ainda se vestiam com roupas marrons de pano grosseiro promoveram combates sangrentos se alastrando por diversos povoados da região e mesmo chegando a dominar a Vila de Santarém⁶⁸ por vários meses.

Ao amanhecer do dia 23 de março de 1836, os cabanos de Ecuipiranga desembarcaram em Santarém e a eles se juntaram alguns maus elementos da vila, além de vários índios, estes, inimigos ferrenhos dos portugueses. Estabelecimentos comerciais foram saqueados, escravos e empregados foram cruelmente espancados (FONSECA, 2015 [1984], p. 39)

No dia 04 de outubro do mesmo ano (1836), uma esquadrilha enviada de Belém sob o comando do capitão de fragata Augusto Petra Barros e do tenente Pereira Leal deu início o que seria a retomada da vila sob pena de acirrada fuzilaria das forças legalistas e um saldo de 114 mortos dentre os cabanos e 15 mortos e 67 feridos da tropa imperial. Entretanto, a fuga dos cabanos não significou o término do movimento popular que voltaria a atacar a então sede da comarca e ser novamente derrotado em 22 de março de 1837. O significado profundo do levante antiadesão⁶⁹ que se processou no contexto analisado talvez possa encontrar identificações na visão de Reis (1979) transcrita abaixo.

A Amazônia no decorrer do quinquênio 1835/40, ia experimentar ou padecer uma das mais sangrentas aventuras políticas que se registraram no processo de politização do Brasil. A insatisfação das multidões nativas que se julgavam esbulhadas nos seus direitos desde o momento da Independência, que não se sentiam felizes no atendimento de suas necessidades mais imediatas, que continuavam

⁶⁸ Vale lembrar que no período da Cabanagem a localidade era oficialmente denominada de Vila do Tapajós.

⁶⁹ Vale destacar ainda os líderes da Cabanagem em Santarém: Antônio Maciel Branches, Miguel Apolinário Maparajuba Firmeza, Braz Antonio Correa e outros. Em 1840 o imperador D. Pedro II anistiu os cabanos, dando por encerrado o sangrento conflito que marcou a história da Província do Grão-Pará.

naquela mesma condição de inferioridade social e econômica que vinha dos dias da colonização, que viam nos antigos dominadores os mesmos poderosos de sempre, mantidos nos postos, agraciados com as atenções e os favores do governo, a usufruírem todas as aventuras decorrentes do poder econômico e do poder político, tinham chegado ao clímax de suas desesperanças. Os líderes que as haviam conduzido até então estavam cessando no seu prestígio. Não haviam resolvido os problemas que afligiam aqueles seres mediocrizados pela condição econômica e social em que eram mantidos. Faltara-lhes a visão exata e penetrante para compreender que as soluções tentadas estavam superadas, pois não encontravam fundamento na verdadeira situação que teimavam em não querer ver. Anos passados, um historiador alemão, examinando o período, os fatos, os homens, as raízes dos sucessos, percebera facilmente o que aqueles chefes não tinham entendido, no primarismo de seu imediatismo de concepção. E afirmara que todo o processo revolucionário não passara de um pronunciamento dos que tinham contra os que não tinham, isto é, um esforço dos menos favorecidos para a ascensão que lhes vinha sendo recusada, e eles agora cobravam pelas armas, numa violência sem limites e de certo modo a causar espanto aos que estavam habituados a ver, nas populações regionais, uma humanidade tolerante, calma, serena [...] a história dos acontecimentos que ensangüentavam a Província tem de buscar suas fontes nos episódios de Cameté, e no decorrer dos quais Santarém se dispusera a agir em favor do que entendia ser a legalidade, isto é, o governo estabelecido em Belém, depois de 15 de agosto (REIS, 1979, p. 112 [sic.])

Contudo, já por volta de 1828, Santarém conquistara a posição de maior centro urbano na região no qual está inserida e funcionava como verdadeira capital de uma vasta interlândia adquirindo o status de sede de Comarca criada dois anos mais tarde⁷⁰ (PEREIRA, 2004). Apesar, dos acontecimentos de expulsão das missões religiosas, os surtos epidêmicos e os resultados da Cabanagem nos seguidos dez anos, Santarém continuou crescendo a ponto de só ser sobrepujada pela capital da província (FONSECA, 2015 [1984]).

No dia 24 de outubro de 1848, Santarém é elevada a categoria de cidade através da lei nº 145 referendada pelo então Presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho, constituindo a Câmara Municipal o corpo legislativo e jurídico, assim comemorados os atos públicos segundo as honrarias. Cameté e Barra do Rio Negro (a atual Manaus) também foram elevadas a categoria de cidade pela mesma lei.

Outro marco histórico, na trajetória do município de Santarém foi a chegada de imigrantes norte-americanos, nos idos dos anos de 1867.

Entre 1860 e 1865 rebentou nos Estados Unidos da América do Norte uma guerra civil, chamada Guerra da Secessão, entre os estados do norte (os federados) e os estados do sul (os confederados), em consequência da abolição da escravidão naquele país do norte. Com a vitória dos nortistas, muitos sulistas decidiram abandonar seu país e procurar uma nova pátria. Foi assim que o governo brasileiro entabulou negociações com um agente de imigração americano, o Major Warren Landsford Hastings, para a vinda de colonos para o Brasil, que se localizaram

⁷⁰ “A Comarca compreendia todas as vilas e povoados do Baixo Amazonas. Começava na zona dos estreitos e se estendia à Comarca do Alto Amazonas. Integravam-se neles, portanto, os Municípios de Faro, Pauxis (Óbidos), Vila Franca, Monte Alegre, Macapá, Porto de Mós, Gurupá” (REIS, 1979, p. 110)

inicialmente em Santarém. Em 17 de setembro de 1867, à bordo do navio “Inca”, chegavam a Santarém os primeiros norte-americanos arrebanhados por Hastings. Foram recebidos pelo Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães, o mais importante homem da cidade, e que mais tarde seria o Barão de Santarém (FONSECA, 2015 [1984], p. 51)

A vinda desse grupo de imigrantes norte-americanos foi de grande importância para o crescimento econômico da cidade, visto que em poucos anos já estavam desenvolvendo inúmeras atividades produtivas fundamentais no espaço rural e urbano da cidade, embora nem todos que chegavam se adaptaram ao novo lar logo regressando à Belém e de lá aos Estados Unidos⁷¹.

Os que ficaram lançando-se à construção de novo lar, montaram engenho de açúcar e fizeram grandes lavouras de algodão, cana, trigo e batata. Industriais, iniciaram a fabricação de aguardente, vinho, conhaque, licor de caju. Montaram serrarias a vapor. Protestantes levantaram igrejas para as cerimônias do respectivo culto. Também escola para seus filhos [...]. Adiantados nos seus processos de trabalho, introduziram máquinas, o que lhes garantiria êxito no empreendimento (REIS, 1979, p. 129)

No período que se estende de 1850 a 1920, a Amazônia viveu sob o impacto econômico do “boom” da borracha, responsável pelo aparecimento de novos núcleos urbanos relacionados ao cultivo e a extração dos seringais no interior da floresta, entre as localidades extrativistas importantes estavam: Manicoré, Boca do Acre, Xapuri, Tarauacá e as cidades de Rio Branco (Acre) e Porto Velho (Rondônia) (AMORIM, 2000; PEREIRA, 2004) assim como Santarém, Itaituba, Óbidos, Itacoatiara e Parintins, no Pará. Período marcado por grande efervescência cultural promovido pelo surto econômico da “goma elástica” e hábitos que, ligeiramente, eram incorporados pelas elites locais, dado o intercâmbio com as capitais Belém e Manaus e o estrangeiro.

O Teatro Amazonas, de Manaus e o Teatro da Paz, de Belém, foram construídos em pleno apogeu da borracha e companhias líricas e orquestras vinham da Europa para apresentar-se nesses teatros (...) os homens mais abastados mandavam seus filhos estudar na Europa. Muitos jovens santarenos foram estudar principalmente na Suíça, Inglaterra e França. A sociedade santarena daqueles tempos vestia-se à moda francesa e não eram poucos os que falavam a língua daquele país europeu. Vivíamos esses dias de largueza e fartura quando aqui chegaram os Confederados norte-americanos (FONSECA, 2015 [1984], p. 153)

⁷¹ “Os colonos do Major Hastings começaram a chegar ao segundo semestre de 1867. Era uma leva de quase 100 pessoas. Vinham de Mobile. A 14 de setembro viajava pelo Inca em direção a Santarém os primeiros 70, velhos e moços, inclusive crianças de peito. Em Santarém, já fora aberta uma estrada de 15 palmos de largura, considerada o suficiente para permitir a passagem de veículos. Os lugares onde deveriam instalar-se se denominavam Ipanema, Diamantino e Mararu. Recebidos pelas autoridades locais, foram enviados aos lugares que lhes haviam reservados. Cada imigrante tinha direito de requerer dois lotes de terra, de 250 mil braças cada” (REIS, 1979, p. 129)

O auge econômico da borracha dava continuidade ao progresso de Santarém que incluía melhoria do nível cultural de sua população e dada sua importância sobre todas as demais cidades do Baixo Amazonas ufanando-se do título de “Pérola do Tapajós” (REIS, 1979). Mais tarde com a crise do preço da borracha no mercado internacional, outras iniciativas foram colocadas a apostas para alavancar a economia da região novamente. Foi à vez da Juta (*Corchorus capsularis*) aparecer como fonte de riquezas na Amazônia em 1933, por iniciativa do japonês Kotaro Tuji, com sementes trazidas do Ceilão, uma possessão britânica localizada na Ásia, iniciou experimentos de cultivo em Manaus, Estado do Amazonas, depois em Parintins e estabeleceu colônias agrícolas no rio Unicurupá e no rio Andirá. Em seguida, entre alguns incidentes locais, tais experimentos foram ampliados para o Estado do Pará, nos municípios de Breves, Alenquer, Monte Alegre e Óbidos. Mas, foi em Santarém que a fibra lenhosa encontrou solo ideal para seu desenvolvimento, fato que culminou entre outros aspectos por condições políticas favoráveis na instalação de uma grande Companhia de fiação e tecelagem da Juta de Santarém – a TECEJUTA – tendo como diretor o pioneiro no cultivo amazônico da espécie, Kotaro Tuji⁷² em 1951 (FONSECA, 2015 [1984]). “Assim, Santarém passou a ser juntamente com os municípios vizinhos o principal centro produtor de Juta do estado do Pará” (Ibid., p. 159)

Mais tarde, tal como o surto econômico da borracha teve seu auge e em seguida seu colapso na Amazônia, a Juta e a economia que engendrava não desenhava quadro muito diferente. Hoje, as instalações da antiga TECEJUTA encontram-se em total abandono, lamentavelmente ao léu da ação do tempo.

Na década de 1950 e 1960 começa a desenvolver a economia madeireira no município e demonstrar sua rentabilidade na exportação à receita municipal ao mesmo passo que refletir os impactos sobre o meio natural (AMORIM, 2000). “Em 1960, a Amazônia era responsável por apenas 3% da produção nacional de madeiras, em apenas trinta anos a região já contribuía com 27% para a produção nacional, e nesse número o Pará era responsável por 23, 53%” (LOUREIRO, 2009, p. 74). É o início do desmatamento em grande escala em quase todo o território da Amazônia brasileira e que terá seu ponto crítico nas décadas de 80 e 90 com expansão da nova fronteira econômica.

A exploração desordenada de madeira tornou-se cada vez mais expressiva e mudou o ponto focal das atividades econômicas nesses novos espaços abertos na fronteira.

⁷² “Kotaro Tuji naturalizou-se em 1966. Em 1951 foi condecorado pela Sociedade Nacional de Geografia e História, de São Paulo, com a Medalha Marechal Rondon. Recebeu, ao mesmo tempo, do Governador do Estado de Shiga (sua terra natal) título de louvor pelos seus trabalhos na Amazônia” (FONSECA, 2015 [1984], p. 161).

A agricultura familiar dos anos 1970/80 se desviou para a exploração das madeiras, estabelecendo um novo uso para a terra. Mas o resultado desse novo processo permanece o mesmo: a expulsão do produtor familiar de seu lote, a concentração e a reconcentração de renda por fazendeiros e grupos econômicos. A terra, própria ou grilada, é cada vez mais incorporada ao mercado, sendo vendida para o exterior via internet, ou por outros meios. Torna-se produto de venda, revenda e especulação, mas também elemento de vida e morte na fronteira⁷³ (LOUREIRO, 2009, p. 76)

Santarém, evidentemente, não foge a este contexto e expressa, mais recentemente, desdobramentos históricos desse processo com a chegada da soja em seu território. Apresenta-se no seu quadro de referências atuais novas configurações socioespaciais, mas que no início velhas expectativas da população e do empresariado local estavam atreladas ao alargamento das principais vias de acesso ao seu ambiente físico e com ele possíveis melhorias socioeconômicas impulsionariam o progresso da sede do município⁷⁴.

No Pará, o plantio da soja começou por terras de ocupação antigas e já degradadas do nordeste do estado. Em décadas anteriores essas terras já haviam sofrido a exploração madeireira desordenada e os solos estavam empobrecidos. Ocupadas essas áreas, em seguida os sojicultores passaram às áreas até então preservadas do médio Amazonas paraense, próximo de Santarém, ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá, na expectativa de asfaltamento da estrada e, através dela, o escoamento do produto para o exterior pelo porto da cidade de Santarém (LOUREIRO, 2009, p. 89)

Entretanto, estudos recentes (SANTANA *et al.*, 2006; PEREIRA, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2013; COSTA, 2014; BARBOSA; MOREIRA, 2017) apontam que a introdução da monocultura da soja em território santareno não trouxe necessariamente benefícios à população de modo geral, ao contrário disso houve o acirramento de conflitos entre lideranças urbanas, pequenos agricultores e os empresários do agronegócio de grãos além do que trouxe, na verdade, inúmeros impactos socioambientais para a região.

Os desdobramentos da presença da monocultura da soja em Santarém e os impactos sociais e ecológicos gerados no município e região serão analisados mais detidamente no tópico seguinte.

⁷³ Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e comunicado do órgão à Advocacia Geral da União (AGU), 33 mil propriedades foram adquiridas na Amazônia, após 1988, e registradas em nomes de estrangeiros oriundos da Malásia, Alemanha, Inglaterra e Japão, algumas com dimensões exorbitantes e com indícios claros de fraude (LOUREIRO, 2009).

⁷⁴ Em divisão territorial datada de 2013, o município é constituído de 4 distritos: Santarém, Alter do Chão, Boim e Curuai. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br>. Acesso em janeiro de 2018.

2.1.1.3. Características urbanas da cidade e a “presença” da Soja

O município de Santarém localizado na mesorregião do Baixo Amazonas é o centro polarizador da região Oeste do Pará – área que abrange 722.358 km² e abriga vinte e cinco municípios. Suas coordenadas geográficas são: longitude -54, 71857° e latitude -2, 43621° e situa-se em nível médio de altitude de 52,69 m. Ocupa uma área de 17.898,39 km², o que representa 1,83% do Estado do Pará (IBGE, 2015) e com uma população estimada em 294.447 habitantes e com taxa de crescimento [2000-2010] de 1,16% ao ano (IBGE, 2010).

É uma área de conformação física irregular, sendo larga no sentido leste e oeste e mais estreita ao sul. Ao Norte, o município de Santarém faz fronteira com os municípios de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre, dividindo com eles o leito do Rio Amazonas. Ao Sul tem limites com os Municípios de Rurópolis e Placas; ao leste faz fronteira com os municípios de Prainha e Uruará; a oeste com os municípios de Juruti e Aveiro e finalmente ao centro com o município de Belterra.

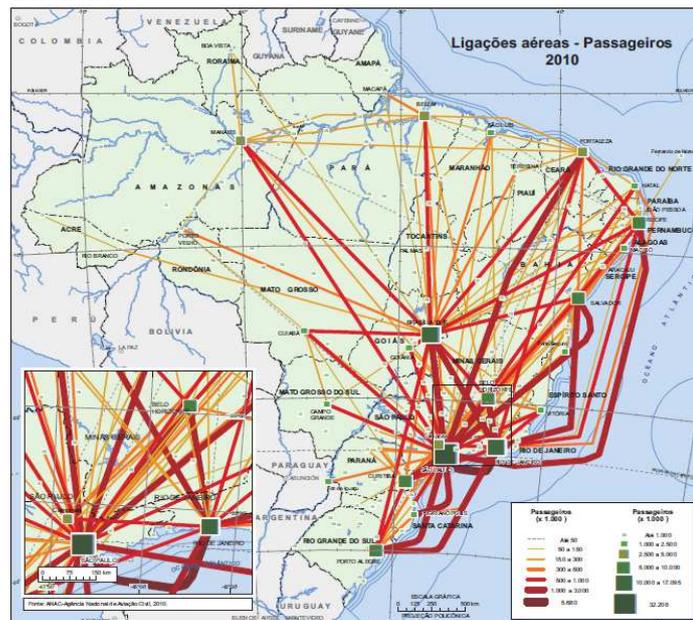
O acesso via terrestre até a capital do Estado pode ser percorrido através da BR-163, Rodovia Federal Santarém-Cuiabá, ligando Santarém ao município de Rurópolis, com 229 km de estrada, cruzando a partir daí a BR-230, Rodovia Transamazônica, percorrendo 90 km até o município de Placas, passando por diversos municípios até chegar a Tucuruí via BR-422, e em seguida percorrer os municípios de Breu Branco, Goianésia, Tailândia, Moju, Abaetetuba, Barcarena, Ananindeua, para finalmente alcançar a BR 316 e a cidade de Belém, através de linhas regulares de ônibus cujas viagens duram três dias durante o verão, podendo chegar a sete dias no período das chuvas, nos meses de janeiro a junho. De acordo com os dados da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON são percorridos, nesse trajeto, um total de aproximadamente 1.397,70 km.

A modalidade hidroviária é o mais importante meio de locomoção de passageiros e transporte de cargas (em detrimento da opção aérea conforme visto no Mapa 01.) devido a existência dos vários rios que formam a rede hidrográfica (Amazonas, Tapajós, Arapiuns, Curuá-Una, Moju e Mojuí) e desempenha importante papel na economia local. Embarcações de médio porte (barco/motor e navio/motor) fazem a navegação fluvial para as cidades de Belém, Manaus, Itaituba e Macapá, com tempo de viagem de aproximadamente 60 horas de duração. As embarcações de grande porte (navios cargueiros e transatlânticos) fazem a navegação de longo curso e atendem a demanda turística internacional e a economia de exportação de alguns produtos.

Com os municípios vizinhos, a mobilidade acontece através de vôos em aviões de tamanhos médio e pequeno, de barcos com menor capacidade de cargas e passageiros e por meio das rodovias federais, estaduais e municipais. De Santarém para a capital do Estado, via fluvial, são 880 quilômetros de distância e para Manaus são 756 quilômetros.

O transporte aéreo é realizado através de vôos diários por aeronaves de diferentes dimensões: saindo de Brasília, ATR – 72, AIRBUS – 320 e Boeing – 737. O Boeing leva aproximadamente uma hora de viagem de Santarém até as cidades de Belém e Manaus, se estendendo, a partir das mesmas, para outras regiões do país (Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste) e exterior. No entanto, os tráfegos aéreos destas localidades no Norte constituem as rotas mais caras do país, devido à distância e poucas conexões conforme pode ser observado em mapa abaixo.

MAPA 1 - Rotas do espaço aéreo de passageiros entre os Estados Brasileiros.



Fonte: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.com.br>. Acesso em 10/05/2016.

O município aludido tem experimentado, nos últimos anos, intenso fluxo migratório como apontam estudos recentes apresentando um quadro complexo de mobilidade populacional extra e intra-regional, bem como novas tendências nas relações entre urbano e rural (SÁ *et al.*, 2006; D'ANTONA *et al.*, 2011; CORTÊS; D'ANTONA, 2016). As cidades amazônicas, segundo Castro (2009), “revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes, certamente, na

história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória” (CASTRO, 2009, p. 26).

A análise sobre os fatores econômicos, sociais e práticas socioespaciais inscritas no espaço em função de mercados e sob inúmeras formas de organização do trabalho ajuda a entender as lógicas que estruturam a formação dessas cidades e suas diferenciações.

Santarém, por exemplo, é “o principal centro urbano no Médio Amazonas desde a economia colonial e, mais recentemente, pelas Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém que alteraram os processos de povoamento e de formação de aglomerados humanos da região” (CASTRO, 2009, p. 31). Hoje, a cidade vem sofrendo um grande impacto com as novas estruturas econômicas trazidas com a produção de soja e a presença de grandes empresas de infraestrutura de transporte, de indústria e comércio.

Assim, a cidade se consolida como importante corredor de exportação de grãos sólidos produzidos, principalmente, no centro-oeste do país dada atenção especial ao cultivo da soja. Com a atividade portuária intensa desempenha importante papel na economia e na sociedade regional e é referência para a população do entorno, no que diz respeito aos serviços de saúde, transporte e educação.

Atualmente, a cidade de Santarém concentra cerca de 42% da população total da mesorregião tendo, assim, o status de o município mais populoso do Baixo Amazonas e o terceiro mais populoso do Pará, ficando atrás apenas da capital Belém e de Ananindeua, integrante da Região Metropolitana de Belém (RMB). Ademais, sua projeção de crescimento demográfico e socioeconômico, apesar do desmembramento do Município de Mojuí dos Campos em janeiro de 2013, prevê um aumento de 12,58% e 17,12%, respectivamente, até o presente ano de 2020. (Ver Tabela 2).

Tabela 2 – Projeção relativa de dados demográficos e socioeconômicos do município de Santarém: 2013-2020.

Data	Projeção de crescimento da população (%)	Projeção de crescimento do PIB (%)
2013	-5,57	7,40
2014	9,72	10,21
2015	12,37	12,54
2016	13,57	14,75
2017	13,42	15,85
2018	13,72	16,42
2019	11,79	16,98
2020	12,58	17,12

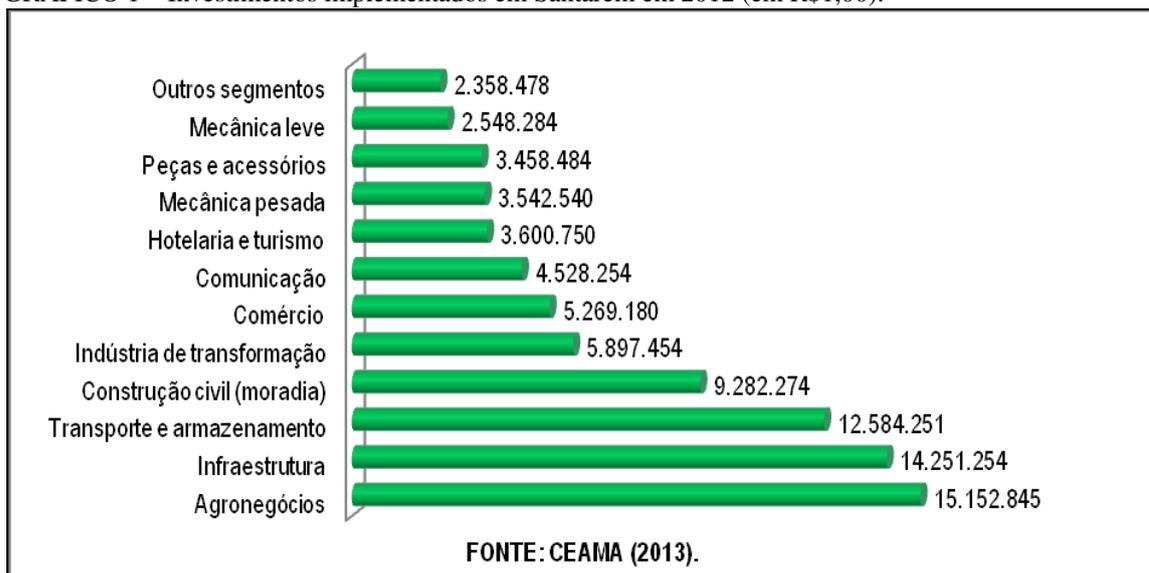
FONTE: Organizado pelo CEAMA (2013), a partir de dados projetados pelo IBGE (2013) e BACEN (2013). In: PIMENTEL, S. R. O. **Impactos Econômicos do “Cidade Jardim” em Santarém - PA**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Tecnologia. UFPA, 2015. (Adaptação do autor)

Com isso, o setor imobiliário da cidade apresenta crescimento considerável nos últimos anos recebendo investimentos maciços na construção civil, infraestrutura, armazenamento e agronegócios. Além disso, as quatorze instituições de ensino superior (IES) da cidade colaboram para a valorização do mercado de imóveis destinado a estudantes imigrantes, como bem analisa Pimentel (2015).

Santarém ainda vem se adaptando ao novo momento em sua economia, com novos investimentos em: agronegócios, infraestrutura, transporte e armazenamento, construção civil e outros, cenário esse que confirma a elevação dos preços dos imóveis por toda cidade (PIMENTEL, 2015, p. 23).

A autora, traz ainda dados que confirmam tal cenário através de gráficos elaborados pelo Centro Avançado de Estudos Amazônicos (CEAMA) que melhor exemplifica a situação em termos quantitativos (ver gráfico-1).

GRÁFICO 1 – Investimentos implementados em Santarém em 2012 (em R\$1,00).



Fonte: PIMENTEL, S.R. O. **Impactos Econômicos do “Cidade Jardim” em Santarém - PA.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Tecnologia. UFPA, 2015.

Para a autora, os investimentos e o crescimento da população decorrem, sobretudo, da expansão da fronteira agrícola do Centro Oeste para a Amazônia Meridional e em especial para o município de Santarém, bem como a implantação de grandes projetos em curso na região. Contudo, tais considerações não podem conduzir a uma leitura de que crescimento signifique, por sua vez, desenvolvimento no sentido *lato* da palavra. No campo das ciências sociais estas terminologias apresentam dicotomias distintas e necessitam de abordagem crítica rigorosa para uma melhor compreensão do fenômeno observado. De acordo com Pereira (2007), analisando a urbanização no Oeste paraense:

Apesar da intensificação do processo de urbanização nos últimos anos, é importante frisar que esta ocupação e crescimento não se constituiu, necessariamente, de um maior desenvolvimento da região, haja vista que muitas vezes esta urbanização não veio acompanhada de melhorias estruturais dos assentamentos humanos com a implantação de infraestrutura básica e de serviços, condição essencial para a melhoria da qualidade de vida de suas populações (PEREIRA, 2007, p. 97)

A urbanização na região amazônica, como se pode ver, apresenta grande complexidade devido a vários processos não lineares de ocupação de seu território⁷⁵ e, portanto, inerente às suas características singulares enquanto floresta. Com efeito, há de se considerar essa materialização do espaço e suas condições mutáveis ainda percorrendo estágios de sua consolidação. Não por acaso, a alusão de *floresta urbanizada* (BECKER, 1985, 1995; CÂMARA *et al.*, 2001) tornou-se recorrente e ao que a literatura indica precisam ser monitorados os efeitos dessa transformação.

Sobre a urbe amazônida, Becker (2015) assevera que:

Não houve, pois, condições nem de acessibilidade nem de recursos econômicos e políticos para que as cidades pudessem se consolidar e crescer, e muito menos para que organizassem estruturas regionais. Elas cresceram através de surtos, via de regra não consolidados. Mas, apesar de não desenvolverem, as cidades se credenciaram como bases essenciais para o conhecimento da Amazônia, e tem-se a ambição de que a compreensão do grau e da maneira em que impulsionaram a economia da região pudesse contribuir para alcançar seu desenvolvimento responsável (BECKER, 2015, p. 310)

Particularmente sobre a cidade de Santarém, a autora enfatiza:

Santarém, a terceira cidade mais populosa do Pará e porto importante, é o que se denomina de “cidade média”. Tem sido igualmente lócus de vários surtos, até mais intensos que os de Parintins, como os do cacau, borracha, juta, ouro e gado. De marca portuguesa, a cidade sempre atuou como grande centro de exportação, voltado para garantir o escoamento dos produtos extrativos em áreas interiores, e não tanto através de atividades locais. Ao contrário de Parintins, que fica junto a Manaus, situa-se a considerável distância de Belém; mas tem grande relevância militar e religiosa e é centro de referência para um conjunto de pequenos resíduos urbanos subordinados, para os quais produz bens e serviços. Ainda hoje a cidade se ressentida da dependência a Belém. Santarém cresceu com o plano de asfaltamento da estrada Cuiabá-Santarém, decorrente da chegada da frente agropecuária, que deu novo impulso ao porto e ao comércio. Mas procura gerar novos elementos de desenvolvimento, tal como a mineração da bauxita pela Alcoa em Juriti, em bases mais sustentáveis, e a inovação constituída pela criação da UFOPA [Universidade

⁷⁵ As ocupações na Amazônia foram em geral consequência das intervenções de grupos econômicos durante o ciclo da borracha, a construção de ferrovias e de políticas estatais do governo militar. Em muitas literaturas sobre a Amazônia, é ainda comum tratar as ocupações como “ciclos” ou “surtos”. Esta noção, baseada somente em indicadores econômicos e na fixação de populações em áreas novas, omite a importância de outros modos de vida existentes como camponeses, indígenas e ribeirinhos [...]. Esta foi a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nas décadas de 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas, a expansão da fronteira agrícola, a constituição de pólos minerais e siderúrgicos, a exploração da madeira e os chamados grandes projetos (UFPA, 2011).

Federal do Oeste do Pará], tirando partido de sua posição que favorece a articulação das porções oriental e ocidental da Amazônia (BECKER, 2015, p. 341)

Existem, sem dúvida, múltiplos olhares sobre a Amazônia e a região mencionada. Ao se debruçar sobre o significado histórico, político e econômico, sobre as características intra-urbanas e os conflitos socioambientais em curso em Santarém, José Carlos Matos Pereira (2009) atribui à cidade um papel diferenciado e importante na rede urbana regional. Por meio de análise empírica expõe elementos satisfatórios na compreensão da conformação citadina deste espaço e apresenta um quadro preocupante de desigualdades vividas pela população.

Com a intensificação da cultura da soja, principalmente a partir de 2002, esse quadro agravou-se, visto que grandes porções de terras foram incorporadas por empresários mato-grossenses, catarinenses, paranaenses e gaúchos, desagregando a tradicional agricultura familiar e empurrando uma grande quantidade de famílias para área rural mais distante, para a periferia da cidade ou para os municípios vizinhos (PEREIRA, 2009, p. 332)

A situação observada é que “a especulação imobiliária promovida pelos segmentos sociais vindos de outros estados atinge tanto as terras rurais, quanto as terras urbanas” (PEREIRA, 2009, p. 332). Em entrevista cedida ao autor, inúmeros são os fatores que corroboram para sua análise, através de relatos de pequenos agricultores e pessoas ligadas aos movimentos sociais e associações locais. Vejamos alguns deles:

Com relação à questão social, nós sabemos que muitos pequenos agricultores foram de certa forma iludidos, pois se convenceram que deveriam vender suas terras porque lá era difícil e de fato era, havia a dificuldade de infraestrutura para essas pessoas se deslocarem e terem acesso a serviços e equipamento públicos, como saúde, educação e saneamento, por exemplo. Com isso, elas ficaram, de certa forma, vulneráveis. Como esses grandes empresários da soja chegavam com uma quantia em dinheiro, mostrando uma série de vantagens, dizendo que a cidade seria o Eldorado, que deveriam vir e sair daquela situação, com isso elas venderam suas terras e outras foram ameaçadas de morte por estar entre duas áreas que já tinham sido vendidas, ou seja, foram coagidos a vender também as suas terras. Eles se instalaram nas comunidades aqui próximo da cidade, por exemplo a comunidade de São José, lá tem uma presença muito forte dos que vieram com a soja. Se nós observarmos o que era São José há cinco anos e o que é hoje, está tudo diferente, pois se instalou o modo de vida dos sulistas, o supermercado, churrascaria, enfim toda a estrutura que eles instalaram é do sul. Existe até mesmo condomínios na comunidade São José, logo não foi uma mudança feita pelos que já moravam lá. Esse é um exemplo muito claro dessa mudança, como é muito próximo da cidade e eles têm possibilidade de se deslocar (entrevista com Madalena⁷⁶, outubro de 2006 citado por Pereira, 2009)

Aqui em Santarém o impacto da expansão da soja nessa região é o aumento dos problemas urbanos. O primeiro motivo é o crescimento da área periférica, que é visível só de observá-las e perceber como elas cresceram. Em Santarém calcula-se que a população aumentou numa base de 20 mil habitantes e isso é consequência da expansão da soja na região e dos pequenos trabalhadores rurais que habitam na

⁷⁶ Os nomes dos entrevistados são fictícios, de forma a manter o seu anonimato.

periferia [...] se hoje você pegar, digamos a área do Diamantino, a área do Curua-Una, a área do Santarenzinho, são áreas que cresceram rapidamente [...] lógico que pega área como aqui a Liberdade que já é nobre, de ocupação, de loteamentos pequenos. Hoje na Liberdade você só vê casas bonitas. Depois você tem que pegar outro fator, o cinturão que se criou, digamos, dessas áreas, principalmente se você pega antigas comunidades como São José, Cipoal, Tabocal, lá se percebe que criou um cinturão que vem do interior, expulsos do campo e pessoas que vão para lá da cidade para o cinturão, é aquela área que você pode chamar de semi-urbano, onde ainda há uma atividade agrícola, mas que ela se tornou um cinturão numa proporção muito grande. Se você pegar a BR-163, quando sobe a serra não se vê mais as antigas comunidades, vê o cinturão, pega primeiro Cipoal, Tabocal, já hoje é meio que São José, é um grupo muito grande que não está só na beira da estrada (entrevista com Paulo, outubro de 2006 citado por Pereira, 2009)

Dentre os (re) arranjos socioespaciais mencionados na entrevista estão aqueles que envolvem diferentes formas de apropriação do solo urbano de Santarém e marcam sua característica atual. A qualidade dessa apropriação, nos informa o autor, depende das classes sociais que podem ser abastadas ou não. No entanto, a ocupação desordenada dos espaços internos da cidade é uma realidade factual, que avança na direção das principais rodovias que ligam os principais pontos da cidade. A população de baixa renda se instala em áreas destituídas de serviços públicos básicos que deveriam atender às necessidades dos moradores.

Em pouco menos de uma década, áreas de floresta viraram loteamentos ilegais constituídos por casas de padrão construtivo de baixa qualidade, com grande número de moradores, principalmente crianças com mães que desenvolvem atividades domésticas e pais que estão no subemprego (PEREIRA, 2009, p. 334)

A realidade e os problemas que essas famílias enfrentam no seu cotidiano não estão distantes daquelas que ocupam espaços abandonados e participam de movimentos de luta por moradia nas grandes metrópoles do país. As fotografias 6, 7 e 8 ilustram parte dessa realidade.

Fotografia 6 - Área de ocupação: Bairro Vista Alegre do Juá.



Foto: SILVA, Dárisson Viana, 2017.

Fotografia 7 e 8 - Área de ocupação: Bairro Vista Alegre do Juá. Cotidiano e Trabalho



Fotos: SILVA, Dárnisson Viana, 2017.

Outros dados descritivos em relação à Santarém, tratados por Pereira (2009), devem ser levados em consideração, pois, dão amplitude na compreensão dos hábitos dos seus habitantes e alguns aspectos que são visíveis e outros não tanto.

Muitos dos habitantes de Santarém são oriundos da área rural do município ou de municípios próximos. Migraram em busca de melhores oportunidades de trabalho ou para garantir o acesso à educação para seus filhos. Também se identificam nordestinos em grande quantidade, por conta dos projetos de colonização da década de 70, e, mais recentemente, os “sulistas” ou “gaúchos”, como são chamados os recém-chegados atraídos pela soja, que tem poder aquisitivo elevado e um padrão de vida bem acima da capacidade econômica da maioria da população local. As vias pavimentadas estão localizadas no centro da cidade, e o transporte coletivo para os que moram distante do centro é precário. É comum encontrar longas filas nas paradas dos ônibus depois das 22h nas proximidades das escolas públicas. São estudantes que esperam ansiosamente o ônibus para voltar a casa. No porto, há várias casas de comércio diverso. Aí se aglomeram os feirantes do mercado municipal e do mercadão 2000, os barraqueiros que tomam conta de grande parte da avenida Tapajós e os carregadores que transportam mercadorias para os barcos que levam produtos para outros municípios, observados por uma quantidade enorme de pessoas amontoadas à beira-rio [...] também é possível identificar pescadores vendendo jaraqui, pacu, curimatã, mapará entre outros produtos, em pequenas canoas ou na feirinha movimentada. De acordo com dados da Colônia de Pescadores de Santarém, há cerca de 4.000 pescadores na cidade [...] (PEREIRA, 2009, p. 335)

Por outro lado, no centro da cidade, estão os setores mais abastados, o comércio, os bancos, áreas de lazer, os casarões antigos, as praças mais frequentadas, alguns poucos edifícios, tudo bem diferente do que se vê na área de expansão, muito embora a periferia não esteja totalmente ausente. A orla da cidade, que já algum tempo passou por uma ampla reforma em vias de conclusão, apresenta peculiaridades como observou o pesquisador.

A orla, diferentemente da beira-rio, ganha contornos de atração turística para os moradores de maior renda. Sentados, pescando, ouvindo música em seus carros com som “incrementado” ou jogando conversa fora, esses moradores misturam-se a vendedores ambulantes, hippies e turistas que visitam a cidade. São pessoas que estão próximas sem, no entanto, se misturarem. A orla em que muitos trabalham satisfaz às necessidades de consumo de poucos. A orla é um espaço que junta e

segrega, em que fica evidente a desigualdade de oportunidades (PEREIRA, 2009, p. 341)

Nesse contexto de apropriação diferenciada e excludente do espaço, visões de mundo e interesses diversos confrontam-se, como na chegada da soja à Santarém, o que confirma a análise de muitos autores que concluem ser a cidade o espaço do conflito (PEREIRA, 2009). O problema da soja, como já mencionado, é o ponto nodal de muitas discussões e que regem disputas que já foram mais tensas no início de sua chegada e, por vezes, geraram confrontos bastante inflamados que ganharam as páginas da mídia nacional e internacional.

São visíveis os campos opostos: de um lado, agricultores familiares, movimentos urbanos, de mulheres e indígenas, federação de quilombolas, sindicatos, comunidades eclesiais e ONG ligadas aos direitos humanos e à questão ambiental; de outro, empresas multinacionais, como a Cargill, por exemplo, empresários ligados ao grande capital (comércio, indústria, meios de comunicação), com articulações nos poderes judiciário, executivo e legislativo. Esses enfrentamentos ganharam a dimensão multiescalar, que vai do local ao internacional⁷⁷. Uma grande campanha pró-soja em Santarém, feita por segmentos ligados a esse setor, tinha como *slogan* “*Fora Greenpeace, a Amazônia é dos brasileiros*”. A contra-ofensiva veio sob o *slogan* “*Cadê a floresta que estava aqui, a soja comeu*”. Também houve marchas organizadas pelos movimentos sociais e por seus aliados pedindo o fechamento da Cargill e conflitos entre militantes dos movimentos pró-sustentabilidade e Greenpeace, de um lado, e empresários da soja e efetivos da Polícia Militar, de outro, com perseguição em lancha, jatos d’água, lançamento de fogos de artifício contra os manifestantes dos movimentos sociais. Enfim, uma verdadeira batalha campal (PEREIRA, 2009, p. 342, grifos nosso)

A explosão do cultivo da soja, a partir de 2002, no oeste do Pará, em Santarém e Belterra que produziram juntas, no período, cerca de 34% da produção paraense coincidiu com o aumento do desmatamento da floresta que ultrapassou os 500 km² naquela época segundo dados do governo federal, além de repercutir na escassez e no preço dos produtos da alimentação básica local⁷⁸. Hoje, com a expansão do terminal graneleiro da multinacional Cargill que opera desde 2003, a capacidade de escoamento da produção local e do centro-oeste do Brasil vai a números exorbitantes, chegando a cinco milhões de toneladas de embarque anual e armazenagem de 114 mil toneladas, segundo dados da própria empresa.

⁷⁷ “A ida de lideranças da região à Suécia e à Inglaterra, para negociar com empresários daqueles países o embargo à compra da soja que destrói a floresta e desagrega a agricultura familiar, foi uma das estratégias adotadas para fazer frente ao poder de mobilização do grande capital naquela cidade” (PEREIRA, 2009, p. 342)

⁷⁸ Outros tipos de problemas com a soja são descritos, detalhadamente, em tabelas e podem ser vistos em: PEREIRA, José Carlos Matos. O papel de Santarém como cidade média na Amazônia Oriental. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

Contudo, a tese de que a cidade de Santarém reúne características que lhe confere o papel de cidade média na Amazônia Oriental parece bastante consistente e plausível. Tais características, por sua vez, apresentam aspectos positivos e negativos muito discrepantes.

A farta disponibilidade de recursos naturais, as grandes reservas florestais e de minério, altas taxas de desemprego e violência, a fragilidade do poder público em combater o desmatamento, a grilagem e a biopirataria despertam a cobiça de madeireiros, sojicultores e empresários (bem e mal-intencionados) de diversos ramos. Assim, novas realidades são engendradas na cidade e no campo e trazem consigo palco de novos conflitos sem ainda descartar velhos problemas como nos lembra Carlos Matos e outros autores.

Entretanto, é preciso, ainda, enfrentar a visão predominante que atribui à Amazônia o papel de fornecedora de matéria-prima “mundo à fora” e a seu povo, o papel de coadjuvante da construção do projeto de desenvolvimento nacional (PEREIRA, 2009, LOUREIRO, 2009, SILVA, M., 1997). Com isso, todavia, reconhecemos que o quê foi exposto até agora são questões que suscitam desafios, mas também (no limiar das tensões) novas modalidades de intervenção social, política e analítica para além do viés economicista e fatalista prevalecente.

2.1.1.4. Santarém no Circuito Turístico Regional, Nacional e Internacional: avanços ou contradições? O “Juá” emerge enquanto questão analítica

Discorrer sobre a região na qual a cidade de Santarém se insere é também discorrer sobre o papel do turismo e sua influência em diversas esferas da economia e vida social dos santarenos. Afinal, a cidade acabou sendo apelidada de “Pérola do Tapajós” e leva esse *slogan* em muitos dos seus canais de comunicação (televisão, rádio, sítios eletrônicos e na literatura local). À beira do rio Tapajós cujas águas se encontram com as do rio Amazonas em tonalidades de cores distintas, oferece aos moradores e visitantes uma das mais belas paisagens da região estampando capas de revistas especializadas em publicidade e turismo em vários pontos de comércio da cidade. De fato, a região constitui um pólo turístico e a cidade analisada ocupa posição de destaque de acordo com Pereira (2007):

Este município concentra a maior parte da infraestrutura turística da região oeste paraense, bem como suas melhores condições de acesso, atraindo o fluxo turístico e atuando como ponto de chegada e de distribuição para os demais municípios e microrregiões do turístico do pólo Tapajós (PEREIRA, 2007, p. 89)

O Pólo Tapajós, assim denominado, abrange uma variedade de possibilidades de roteiros⁷⁹ incluindo municípios próximos com especificidades atrativas. Para o turista bem informado não faltam opções como observa a autora.

O pólo Tapajós também permite uma vasta segmentação de mercado e das atividades propostas, abrangendo desde o turismo de praia e sol às margens do rio Tapajós e visitas às comunidades tradicionais, até atividades mais especializadas como o turismo de aventura em trilhas de longa duração dentro da Floresta Nacional do Tapajós, a pesca esportiva nos lagos dos Municípios de Oriximiná e Itaituba, ou ainda a observação de pássaros no canal do Jari (situada em frente à comunidade de Ponta de Pedras, Santarém, na margem oposta do rio Tapajós) (PEREIRA, 2007, p. 90).

Além de abrigar rico patrimônio cultural material e imaterial⁸⁰ a cidade de Santarém tem como importante destinação turística o distrito de Alter do Chão que, recentemente, tem sido fonte de um número diversificado de pesquisas por causa de inúmeras manifestações culturais e de sua rica biodiversidade. Sua beleza cênica já é conhecida pelos principais roteiros de viagens do país e fora dele, assim, enfatiza Boyer (2016) “não há dúvida que a aparição das orlas de areia branca beirando o rio e o Lago Verde durante a estação da seca dá crédito à reputação de Caribe brasileiro” (Ibid., p.1). E seu nome, não porventura, consta nos famosos guias turísticos internacionais⁸¹ como no americano *Lonely Planet*.

Segundo Pereira (2007).

Localizada em posição central, nas proximidades de duas grandes áreas de preservação ambiental, a vila de Alter do Chão tem um importante papel tanto no contexto amazônico, quanto como destinação turística na região. Atualmente a vila é parte de roteiros das mais importantes operadoras de eco-turismo do país, além dos roteiros propostos pelo Governo Federal através do Ministério do Turismo, além de ser ponto de parada previsto na rota de cruzeiros internacionais que transitam pelo rio Amazonas (PEREIRA, 2007, p. 91)

⁷⁹ “Atualmente os passeios e atividades mais comercializados pelas agências de receptivo de Santarém são: 1) City Tour em Santarém; 2) Encontro das Águas dos rios Amazonas e Tapajós; 3) Alter do Chão (Lago Verde, Serra Piroca, Comunidade Ponta de Pedra e, em setembro, o Sairé); 4) Belterra (Fordlândia e centro da sede municipal); 5) Flona Tapajós (comunidade de Maguari e Jamaraquá – município de Belterra). O SEBRAE/Santarém, parceiro do Roteiro Amazônia Selva e História, desenvolvem o Projeto “Turismo na Região de Santarém” que contempla, além dos municípios do Roteiro (Santarém e Belterra), Oriximiná e Monte Alegre, com previsão de ampliação do roteiro aos municípios de Óbidos e Alenquer” (NÓBREGA; FIGUEIREDO, 2013, p.10)

⁸⁰ “Afirmar que Santarém está assentada sobre riquíssimo patrimônio cultural não é – pelo menos, não somente – retórica ou figura de linguagem. Território ocupado pelos extintos Tapajó e outros grupos indígenas, a cidade e seu entorno são áreas de grande interesse histórico-cultural, tendo em vista o legado arqueológico, destacável entre outros, que ainda hoje aí pode ser encontrado, assim como elementos que aludem ao empreendimento colonial na região Oeste do Pará [...]. Ressalta-se também a riqueza de expressões culturais, traduzidas em ritos, festas, ofícios artesanais e conhecimentos tradicionais envolvidos em práticas de cura, sistemas culinários e manejo de recursos naturais” (CARVALHO, 2012, p. 17).

⁸¹ Em nossa primeira visita em campo no ano de 2014, no traslado Belém- Santarém, foi possível constatar a recorrente busca dos turistas estrangeiros por “Alter” tornando-se, assim, parada obrigatória para a maioria dos viajantes os quais conversamos no percurso do *Ferry Boat* nos três dias de viagem.

O curioso é que, hoje, Alter do Chão está se tornando uma “aldeia global”. O ar de vilarejo tranquilo de outrora, apontam estudos atuais (PEREIRA; ANJOS; VIEIRA, 2012; CARVALHO, 2016; COSTA, 2012), vem perdendo lugar para a especulação imobiliária e reconfigurações socioespaciais expressivas como o surgimento de bairros periféricos ocupados por antigos moradores que venderam suas propriedades nas imediações do centro da vila⁸².

[...] pode-se observar o início de um movimento da população local em direção à periferia da Vila, com menos infraestrutura urbana, induzindo o surgimento de novos bairros que mais se assemelham a favelas. Essas outras comunidades são formadas basicamente por antigos moradores de Alter do Chão que venderam suas propriedades e compraram outros terrenos ao longo da rodovia, distantes das margens do rio. Percebe-se a alteração dos padrões construtivos (tamanho e altura das edificações), abandonando as técnicas e aos materiais tradicionalmente utilizados por essa população (PEREIRA; ANJOS; VIEIRA, 2012, p. 428)

O turismo como tem sido abordado por estudiosos contemporâneos, é uma indústria que se estende por todas as regiões do mundo, com uma intensidade ímpar e que acaba por definir pautas de desenvolvimento econômico e formas de reprodução sociocultural (MARIN, 2010 citado por RODRIGUES; SANTOS, 2012, p. 69). Tem como particularidade intrínseca a produção de espaços e a transformação daqueles em mercadoria. Assim, por suas características específicas, ele necessita de vastas extensões de terra para se desenvolver, normalmente lugares cuja beleza “salta aos olhos”, o que, no mais das vezes, gera conflitos entre populações nativas e empresários ligados ao setor (RODRIGUES; SANTOS, 2012).

Essas populações, no caso brasileiro, geralmente não possuem os títulos de propriedade das terras onde vivem e realizam atividades que demandam saberes particulares, como é o caso da *pesca artesanal e as ligadas à agricultura de sobrevivência*, estas últimas pelas formas de plantio e a produção dos produtos derivados da mandioca nas casas de farinha ou a produção de derivados da cana de açúcar (Ibid., p. 69, grifo nosso)

Os autores chamam atenção para o fato de que os antropólogos que estudam populações de pescadores e caçaras, por exemplo, se veem constantemente frente às situações de extrema vulnerabilidade dessas populações quanto à posse da terra que habitam. Hoje, tais grupos sofrem ameaças constantes sob pena de não poder trabalhar, uma vez que os

⁸² Estas propriedades de acordo com Maria Augusta Freitas Costa (2012) foram adquiridas não só por brasileiros vindos de outros estados, mas por estrangeiros latinos, norte-americanos e, sobretudo, europeus. “[...] dados sobre segundas residências pertencentes a estrangeiros; e mais ainda, sobre a origem dos fluxos turísticos – principalmente da Itália, Inglaterra, Suíça e Alemanha em escala mundial e Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo em escala nacional e; sobre as agências de turismo receptivo existentes em Alter do Chão, que 3 entre 4 pertencem a estrangeiros residentes na localidade” (COSTA, 2012, p. 99).

sistemas hídricos aos quais convivem estão cada vez mais sujeitos “à privatização por condomínios residenciais, *resorts*, estações de energia eólica, complexos portuários e tantas outras formas de apropriação desses espaços” (RODRIGUES; SANTOS, 2012, p. 86). Em nome do progresso e do desenvolvimento local/regional fica difícil barrar tais empreendimentos.

Por outro lado, a ideia de que a indústria do Turismo possa gerar benefícios às comunidades locais, ganha força no discurso político e gera iniciativas do poder público em tentar gerir este setor de forma responsável, o que na prática, resulta em muitas arenas de negociações e novas dinâmicas socioeconômicas e ambientais para as localidades.

A intervenção do Estado através de projetos, programas e planos, de uma forma ou de outra condicionaram novas dinâmicas socioeconômicas e ambientais na Região Amazônica, e essas dinâmicas produziram padrões diferenciados na relação entre políticas públicas e o desenvolvimento regional proposto pelas agências e secretarias ligadas ao desenvolvimento (NÓBREGA; FIGUEIREDO, 2013, p. 2)

Uma dessas iniciativas governamentais mais recentes tem como base o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). Política que visa revitalizar a estruturação do turismo no Brasil através do Ministério do Turismo e do PNT (Plano Nacional do Turismo). O programa “procura em vários sentidos a descentralização das ações, a revalorização dos lugares e territórios, a emergência da dimensão local com participação dos residentes, através da representação de diferentes grupos sociais” (NÓBREGA; FIGUEIREDO, 2013, p. 2).

Muito embora a iniciativa represente um plano de ação, enquanto política pública, com cadeia produtiva própria voltada ao Turismo que deveria incluir a participação efetiva de diversos atores sociais envolvidos, segundo os autores, as decisões mais importantes esbarram em práticas extremamente centralizadoras e acabam traduzindo preferências individuais inculcadas pelos representantes legais dos segmentos. Mais uma vez emergem contradições e uma série de embates se desenrola nas arenas de governança dos municípios estudados.

O planejamento turístico tradicionalmente tem permeado mais fortemente a esfera governamental sobre a qual pesam especialmente as responsabilidades na regulamentação, seja do mercado ou do uso do solo, por exemplo, investimentos em infraestrutura básica. Ou seja, segundo Hall (2004, p. 187) “o Estado subsidia parte do custo de produção, auxiliando no fornecimento de infraestrutura ou investimento num projeto turístico em que o capital de risco não estaria disponível de outra maneira”, entretanto, muitas vezes esses investimentos passam a ser direcionados segundo interesses e protecionismo a grupos específicos [...] (PEREIRA, 2007, p. 63)

Em relação aos municípios de Santarém e Belterra, importante estudo de doutorado de Nóbrega (2012) constatou que:

As arenas públicas que negociam o desenvolvimento turístico no Oeste do Pará estão atreladas a um processo de agregação de preferências individuais incutidas pelos representantes legais e não incorporam uma dimensão deliberativa *stricto sensu*, que envolve também a formação e a transformação das preferências na construção do consenso e na discussão do dissenso (NÓBREGA, 2012, p. 282)

Além disso, segundo o mesmo autor, as instâncias de governança são desestimuladas ao exercício de participação no processo de planejamento e gestão devido à sobreposição de ações desencadeadas em gestões anteriores, com inúmeros fracassos na região desde a década de 1970. Desse modo, a governança turística na região tomou uma forma organizacional que “atende às preferências individuais pautadas no aspecto unicamente econômico, em virtude do PRT está pautado na construção de produtos materializados a partir da construção de roteiros turísticos, ou seja, um viés comercial” (Ibid., p. 282), portanto, não havendo a intenção de promover o desenvolvimento em uma perspectiva mais aglutinadora.

Sendo assim, cria-se, como bem diz Nóbrega (2012), um palco de “encenação” onde as decisões de atores hegemônicos prevalecem.

Atualmente, é comum observar a criação de Instâncias com o propósito de promover o desenvolvimento local, como ocorreu nos municípios de Santarém e Belterra. Contudo, a arena pública construída para esse objetivo tem se caracterizado como uma “encenação” de um palco onde os atores fazem de conta que definem o futuro turístico da região, e o poder público e a sociedade em geral aprovam as ações deliberadas pelos integrantes, embora não muito expressivas quantitativas e qualitativas do ponto de vista do desenvolvimento local (NÓBREGA, 2012, p. 283)

Permeado por esse amplo contexto é que o “Juá” surge enquanto problemática a ser analisada. A região onde está localizado apresenta características paisagísticas e outras (ambientais, culturais e históricas) que, segundo integrantes de movimentos sociais locais, ambientalistas, pesquisadores e outros agentes sociais, poderiam muito bem ser aproveitadas a propósito do Eco-Turismo Regional e integrar uma rede humana local para desenvolver suas atividades como constam nas premissas do PRT e do PNT proposto pelo Governo Federal desde 2004.

Em 2004, o Governo Federal através do Mtur lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, pautado nas orientações contidas no Plano Nacional do Turismo e com a participação de parceiros públicos, privados e do terceiro setor. A ideia de operacionalização do programa se dava a partir da organização de *redes humanas locais*. A proposição do Programa é que a interação

que se dá entre os diferentes atores no sistema econômico resultaria em benefícios para a localidade e para a região, através da oferta de produtos e serviços com as características próprias de cada região (NÓBREGA, 2012, p. 16, grifo nosso)

No entanto, a partir das observações em campo e entrevista com gestores ambientais da prefeitura de Santarém bem como operadoras de roteiros turísticos do município estudado, essa articulação está longe de acontecer na localidade do Juá por “n” razões. Uma das razões está relacionada à falta de infraestrutura do lugar, outra aponta que os gestores e os grupos empresariais locais não parecem interessados em desenvolver ações para que isso ocorra, além de ser, conhecidamente, a área objeto de disputas jurídicas tramitando em instâncias federais e estaduais⁸³ e outra pelo próprio desconhecimento das pessoas que buscam destinação turística naquela região. Poucas foram às vezes que se observou *in loco* a presença de pequenas embarcações ou lanchas com uma tripulação de mais ou menos cinco pessoas e um condutor realizando passeios de curta duração em torno do lago.

Embora, o Juá seja considerado uma Unidade de Conservação (UC), portanto, constitui importante patrimônio natural peculiar por ter a formação de um complexo de mananciais (rio, lago e igarapé), o que despertaria grande interesse em atividades recreativas de cunho turístico, educacional e científico⁸⁴ acaba que é ainda pouco explorado desse ponto de vista. Em comparação com outras Unidades de Conservação (UC's) da região como a FLONA (Floresta Nacional do Tapajós), Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e a APA-Alter do Chão pode-se dizer, até mesmo, esquecida.

Contudo, este não é ao que pesem as controvérsias, o problema mais grave que se sobrepõe ao ecossistema aludido, há ainda conforme já mencionado anteriormente problemas relacionados à apropriação dos espaços e territórios que constituem esse ambiente. Ressalta-se nesse processo o avanço urbano em direção a uma Área de Proteção Permanente do rio Tapajós (APP) que faz limite com a APA-Juá (ver figura 3) e os impactos gerados por resíduos sólidos das construções residenciais nas proximidades que afetam diretamente o sistema lacustre do Juá (ver fotografia 9 e 10).

Além disso, constata-se uma situação preocupante de vulnerabilidade socioambiental da população de pescadores artesanais que ali reside. Devido o assoreamento do lago, o meio de subsistência dessa população (o pescado) torna-se escasso fazendo com que os indivíduos

⁸³ Os impactos gerados pela Empresa Sisa Salvação Empreendimentos Imobiliários Ltda. é objeto de ação civil pública nos ministérios responsáveis como já mencionado anteriormente.

⁸⁴ Tais aspectos estão ainda citados como objetivos da Área de Proteção Ambiental da área do Juá conforme documento (Lei) em anexo deste trabalho (art. 3º, p.7).

procurem outros meios informais de trabalho e de sobrevivência junto à cidade, a praia urbana do bairro Maracanã ou comunidades mais afastadas como Cucurunã e Vila Nova.

Figura 3 – Imagem de satélite da APA - Juá, Ocupação Vista Alegre do Juá, Residencial Cidade Jardim I e Residencial Salvação (Minha Casa, Minha Vida- PAC)



Fonte: Google Earth. Elaboração do autor conforme orientações do CIAM, 2017.

A pequena população que ocupou e ocupa tradicionalmente essa terra desde muito tempo, se encontra agora ameaçada pelo crescimento desordenado da cidade de Santarém que não realizou planejamento prévio de sua expansão por uma série de motivos. Entre os principais estão associados, especificamente, a morosidade de aprovar um projeto de lei para o Plano Diretor de uso e ocupação do solo do município⁸⁵ conforme os critérios do Estatuto da Cidade (LEÃO; OLIVEIRA, 2011; ABREU, 2015) e mais, amplamente, à relação entre o

⁸⁵ Em 29 de dezembro do ano de 2006, é sancionada a Lei Municipal nº 18.051, que institui o Plano Diretor de Santarém e delimita o prazo 12 meses para a criação da Lei complementar que define os critérios de uso e ocupação do solo. Entretanto, somente em setembro do ano de 2012 o projeto de lei – PL de 17 de novembro de 2011, foi aprovado (ABREU, 2015).

desenvolvimento capitalista e a precarização dos direitos à cidade como chama atenção Castro (2009) mais adiante.

A pesquisa realizada até o momento revela, portanto, que o Plano Diretor do Município de Santarém encontrou sérias dificuldades em sua elaboração, especialmente no que diz respeito à delimitação dos espaços urbanos e rurais do município. Estas dificuldades resultaram em incompatibilidades entre o texto da lei e o que de fato está presente, especialmente, nos espaços periféricos de Santarém (LEÃO; OLIVEIRA, 2011, p. 14)

Edna de Castro (2009) realizando um balanço teórico das abordagens sobre a urbanização na Amazônia⁸⁶ aponta que as singularidades das cidades amazônicas expressam outras interfaces históricas nem sempre contempladas nas pesquisas em voga. Diz a autora:

As cidades expressam por excelência, na sociedade moderna, os processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações de trabalho que aprofundam e atualizam as contradições entre capital e trabalho. A cidade é o espaço mais visível e concentrado das diferenças de classe e das contradições sociais, como nos mostra Lefebvre (1974). Essa percepção das contradições sociais ilumina certamente o entendimento das relações macro e interesalar [...] a dificuldade é incorporar à análise as condições da informalidade econômica (legal e ilegal) e social e a composição étnico-social, pois geram grande impacto na cultura das cidades amazônicas (CASTRO, 2009, p. 16)

Muitas pequenas cidades na Amazônia apresentam peculiaridades na sua composição demográfica, na cultura e nas línguas. Existem questões urbanas que emanam desse universo cultural. Há também muitos povoados, comunidades, vilas que apresentam temas urbanos e demandas de direitos aos bens e serviços considerados urbanos (CASTRO, 2009). “Essa realidade brasileira, multiétnica e multilinguística, é ainda pouco reconhecida na sociedade, mas também no campo da pesquisa e da ação política” (Ibid., p. 16).

Daí a necessidade de compreender o que são essas cidades, mas com uma perspectiva teórica que abra possibilidade de entendimento desse universo incomum às teorias convencionais sobre o urbano e a urbanização, para se poder captar a natureza de suas redes e as territorialidades em jogo na sua relação com o território de floresta tropical (Ibid., p. 17)

⁸⁶ Segundo a autora “as análises mais convencionais sempre associaram as grandes cidades a demandas urbanas por bens, serviços e empregos ou examinaram o fenômeno da urbanização com base na dinâmica demográfica. No entanto, houve um esforço intelectual nos últimos anos direcionado a temas adstritos a campos de conhecimentos diversos sobre a Amazônia. Citaria os estudos de história das cidades, sociologia, geografia, antropologia e demografia voltados ao urbano ao lado de outros recortes menos disciplinares. Outras leituras do urbano partem de estudos no cruzamento de temas. Dentre eles identificam-se resultados de pesquisas sobre planejamento urbano, processos de trabalho, mercado de trabalho, relação campo x cidade, economia regional, cidades novas e, mais recentemente, estudos para fins de elaboração de planos diretores” (CASTRO, 2009, p. 14).

Notadamente, as interrelações engendradas no âmbito do *locus* da presente pesquisa identificam-se com o contexto apresentado acima e transpõe para a realidade observada a problemática dos conectores entre a comunidade de pescadores artesanais que reside na área do Juá e o meio urbano que lhe imprimem novas territorialidades e novas formas de relacionamentos, cada vez mais pautados por construções de casas que avançam sobre sua área de abrangência, bem como a especulação imobiliária em outros pontos próximos.

Entretanto, não somente o urbano mobiliza reconfigurações socioespaciais tão impactantes para os sujeitos da pesquisa, mas acredita-se, a partir de uma perspectiva teórica que privilegia a dinâmica da economia global, que outros processos podem ser encarados como determinantes de tais transformações. Como atesta Silva (1997):

As relações mundiais contemporâneas impõem outras circunstâncias históricas de inserção da Amazônia na dinâmica global, de onde a região reemerge com feições e paradoxos acentuados. Quanto mais a Amazônia é vista como um espaço geopolítico, um paraíso fiscal, um patrimônio da humanidade, uma zona econômica emergente, um banco genético planetário, mais as contradições pretéritas e presentes dos ciclos históricos da acumulação originária, do capitalismo internacional da economia mundial ganham complexidade no plano local (SILVA, M., 1997, p. 4)

Nesse sentido, a atual situação de descaso com a APA- Juá e com a população que ali vive e reside pode ser enquadrado à luz desta teoria reafirmando, talvez (dados de campo precisam ser ainda sistematizados quanto a esta proposição), o estudo realizado por Nóbrega (2012) sobre as preferências individuais implícitas no direcionamento das ações governamentais do segmento turístico, representadas aqui pelo setor público e privado, com alto poder decisório em detrimento da sociedade civil que pouco tem poder de articulação e “voz” nos casos já explicitados.

Estes fatores conectados a outros são parte de um movimento mais amplo cujos efeitos tornam-se evidentes quando são acentuados os paradoxos da modernidade na Amazônia, uma modernidade ou modernização que nas palavras de Loureiro (2009) se promove *às avessas*.

Na verdade, é duplamente *às avessas*: em sua essência e por seus resultados. Em sua essência porque extrai seus fundamentos em teses e modelos equivocados. E pelos resultados, porque o processo de modernização, que se inicia na região nos anos de 1970 e hoje encontra sua expressão mais aprimorada nas novas *commodities*, não generalizou a participação de amplos setores da sociedade regional na nova renda e no progresso gerado, seja através de ganhos materiais que costumam ocorrer refletindo-se na melhoria generalizada das condições de vida; nem o acesso de amplas camadas sociais a bens imateriais como a educação, a cultura, a saúde; ou no aumento da participação na vida política [...] (LOUREIRO, 2009, p. 112)

É *às avessas* porque não resultou na eliminação do trabalho árduo, humilhante e desnecessário do ser humano na região; não reduziu as formas de subordinação e

dominação econômica impostas às pessoas pela ampliação do exercício da cidadania, de maior participação nos foros de decisão sobre ações que dizem respeito à vida coletiva e sem proporcionar, generalizadamente, ganhos materiais e culturais decorrentes desse processo de modernização que, às avessas de uma modernização benéfica para todos, continua enriquecendo alguns poucos e excluindo muitos e à custa de um bem social que deveria beneficiar senão a todos, hoje e no futuro: a natureza (Ibid., p. 115, grifo do autor)

Através do que se pode constatar, nas imagens fotográficas abaixo, o bem social de que fala Loureiro (2009) está longe de ser respeitado e tratado com a racionalidade necessária e devida importância.

Os registros fotográficos retratam de forma imediata os impactos gerados pelas construções nas imediações da APA-Juá desde o ano de 2014, anos iniciais das obras, até mais recentemente o ano de 2018 com os detritos que se depositaram no fundo do Lago ao longo desse tempo. Cabe ressaltar, que a longa estadia em campo permitiu a coleta de ricas informações, para além destas ilustrações.

Fotografia 9 – Registro após chuva em 02/02/2014



Foto: JENNINGS, Erik, fevereiro de 2014.

Fotografia 10 – Remo com lama barrenta depositada no fundo do Lago



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, janeiro de 2018.

2.1.1.5. Ancorando sentidos do passado: elementos da história do “Juá” através da História Oral e dos relatos dos pescadores artesanais locais e outros atores

*“Comecemos essa comunidade rezando
debaixo de um pé de Apuizeiro...”*

Maria dos Santos

A praia do Juá, o Lago do Juá e o Igarapé do Juá compõem um complexo de mananciais (micro bacias) ao mesmo passo que abriga um berçário da fauna ictiológica característica da região. Este complexo situa-se a cerca de 9 km a oeste do centro da cidade de Santarém, a montante do rio Tapajós, em relação à cidade na margem direita. Próxima a cidade, o Juá está basicamente localizado numa zona de expansão urbana e tem seu acesso facilitado por recentes transformações no seu entorno atraindo banhistas já frequentadores e visitantes curiosos devido à extensão de praia de areia alva e relativa tranquilidade, se comparado a outras praias da região.

Reconstituir um pouco da história do pequeno vilarejo que ali se estabeleceu não é tarefa fácil uma vez que não há quase registros formais de ocupação desse território no seu processo de formação.

Por se tratar de área pertencente às terras da UNIÃO e fiscalizada pela Capitania Fluvial de Santarém (representando a Marinha Brasileira) e outra porção está localizado bem próxima às terras concedidas à Infraero⁸⁷ (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), portanto, nas proximidades da pista do Aeroporto Internacional Wilson Fonseca, o único aeroporto da cidade, as residências (malocas⁸⁸, casas de veraneio e palafitas) existentes são tidas como benfeitorias e, portanto, não se tem a titularidade dos terrenos ali ocupados. Dessa forma, o entendimento de sua existência histórica perpassa por um trabalho artesanal de ouvir os relatos de seus moradores mais antigos (os atuais e aqueles que não residem mais no local) e outros atores sociais importantes na participação deste processo. Uma história que pode ser tecida a partir de vozes ainda bastante serenas e com depoimentos conduzidos com vivacidade admirável.

O trabalho de “reconstituição histórica” da ocupação do Juá se deu através da perspectiva metodológica da História Oral, a qual tem como norteadora neste tópico específico as emanações da Micro-história. A História Oral tem por objetivo apreender

⁸⁷ Informações obtidas em campo relataram a tentativa, em épocas anteriores, dos dirigentes da Infraero tentar expulsar os moradores deste local. Mas, a Marinha na figura da Capitania dos Portos de Santarém se colocou a favor dos residentes com a argumentação de que isso só seria viável se houvesse um remanejamento legal dessa população para outra localidade, o que impediu que a intenção fosse levada adiante.

⁸⁸ Casa rústica em formato de cone estruturada a partir de um esteio central.

determinado objeto, fenômeno, acontecimento, contexto, tradição, etc., por meio de entrevistas e depoimentos de indivíduos sobre suas experiências/trajetórias pessoais ou temas que reportem alguma circunstância de suas vidas individuais ou em grupo, contudo, utilizando-se de técnicas especiais que a difere de outros estudos (MEIHY, 1994). A respeito do entendimento da concepção moderna do conceito de História Oral, o autor esclarece que,

História Oral deriva de um método complexo e arrola particularidades que vão desde a organização de um projeto até o compromisso de publicação do texto devolvido à comunidade imediata que o gerou e a seu contexto mais amplo. É exatamente na importância delegada à elaboração do texto como documento que a História Oral difere de outros trabalhos ligados a entrevista (MEIHY, 1994, p. 55)

Assim, a História Oral se insere dentro de um debate no campo historiográfico⁸⁹ em que seus termos ainda não se encontram totalmente estabelecidos, uma vez que a falta ou delicada consciência de que a palavra oral obedece a um código – o da fala, que ao se transformar em documento fatalmente exige a passagem para outro estado – a escrita – acaba gerando aproximações equivocadas entre História Oral e Oralidade, assim como vários outros problemas de ordem analítica (MEIHY, 1994; FERREIRA; AMADO, 1998).

Parte-se do princípio que História Oral é prática nova, resultada da interação entre narradores e estudiosos atentos à responsabilidade de documentar. Trata-se de uma fala mediada pelo gravador que, contudo, pode não ter sua função esgotada no mero ato de gravar (MEIHY, 1994, p. 55)

Já a Oralidade, seguindo a perspectiva anunciada pelo autor⁹⁰, constitui mero ato de registrar informações orais, que são livres de compromissos metodológicos, de aparelhos eletrônicos e responsabilidades documentais, talvez *grosso modo* gravação que “qualquer um faria” (Ibid., grifo do autor). Existe, portanto, diferentes modos e técnicas de se servir das lembranças das pessoas para reconstruir o passado, mesmo que seja de todo modo uma reconstrução parcial. As lembranças, assevera Santos (2005), são a matéria prima, por excelência, das fontes orais com as quais os historiadores orais trabalham.

Quando uma pessoa passa a relatar suas lembranças, transmite emoções e vivências que podem e devem ser partilhadas, transformando-as em experiência, para fugirem do esquecimento. No momento em que uma entrevista é realizada, o entrevistado encontra um interlocutor com quem pode trocar impressões sobre a vida que transcorre ao seu redor; é um momento no qual lembranças são ordenadas com

⁸⁹ Boa discussão sobre os problemas da moderna História Oral e seu atual status pode ser vista em: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

⁹⁰ Este autor busca o entendimento de Oralidade a partir de LAMBERT, C. H. Proximaciones a la Oralidad. In: **Cuicuilco**. México, 1990.

intuito de conferir, com ajuda da imaginação ou da saudade, um sentido à vivência do sujeito que narra a sua história (SANTOS, 2005, p. 3)

Contudo, há de se reconhecer as limitações da História Oral, suas técnicas e suas distintas maneiras de proceder na captação dos depoimentos. Michael Hall (1992) apresenta objeções importantes quanto aos seus verdadeiros alcances. Em sua visão, a História Oral está longe de ser uma história espontânea e que, portanto, não constitui a experiência vivida em estado puro. Argumenta ainda, que as entrevistas produzidas pelo método da História Oral mostram menos a experiência direta dos informantes do que o resultado do trabalho que a memória faz com essa experiência. Assim, os relatos produzidos pela História Oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico de revisão das outras fontes que os historiadores costumam consultar (HALL, 1992).

Nesse sentido, Meihy (1994) tece considerações importantes a respeito dos fundamentos históricos da própria definição de História Oral que vai desde sua diferenciação entre Oralidade, Memória e o diálogo produzido entre Thompson (1988[1978]) e Joutard (1986[1983])⁹¹ a respeito do delineamento do que vem a ser esse campo específico de abordagem e algumas provocações quanto ao método utilizado por antropólogos na construção de seus textos.

Não caberia aqui esmiuçar os componentes de cada um desses debates, mas avançar no entendimento de que a História Oral, não obstante suas limitações, “tem um fundamento político exposto em sua razão de ser” (MEIHY, 1994, p. 55). Levada ao interesse como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente (SANTOS, 2005) esse método⁹², ou melhor, o estudioso que se vale dele assume novo compromisso com a análise evocada, deixando de ser um agente passivo que se vale de fontes já feitas (MEIHY, 1994). Por isso, como quer este último autor, “trabalhar um depoimento enquanto processo de documentação, implica superar o pressuposto da entrevista fortuita” (MEIHY, 1994, p. 54). E que, portanto, exige também a qualificação técnica necessária para tratar o assunto escolhido.

A História Oral, que se pratica entre pesquisadores do campo da História e outros, é muito mais do que a “história da palavra”, exige um enquadramento num setor da História enquanto prática do conhecimento: é um ramo da História Pública, gênero que se compromete

⁹¹ O debate travado entre os dois autores podem ser vistos nas respectivas obras: THOMPSON, P. **La Voz Del Pasado: la Historia Oral**. Valencia, Ediciones Alfons El Magnànim, 1988 [1978]. JOUTARD, Philippe. **Esas Voces que nos llegan del pasado**. México, Fondo de Cultura Económica, 1986 [1983].

⁹² Há, todavia, pontos de vistas diferentes entre pesquisadores da área quanto ao entendimento de ser a História Oral uma metodologia, um campo disciplinar ou uma possível teoria (FERREIRA; AMADO, 1998).

com a comunidade que gera e consome a própria História (MEIHY, 1994, p. 54). O autor também chama atenção para o fato de que ao se definir a História Oral é necessário distinguir, dentro de limites precisos, seus três ramos específicos que podem ser, assim, destacados: *História Oral de Vida*, *História Oral Temática* e *Tradição Oral*.

Acerca da *História Oral de Vida* o autor explica:

História Oral de Vida obedece a um procedimento conhecido por entrevistas livres, isto é, sem questionário ou perguntas diretamente indutivas. Quase sempre, as gravações [...] são longas e devem obedecer à captação do sentido da experiência vivencial de alguém. A individualização é fundamental, sendo que cada pessoa deve ser tratada como um caso específico. A noção de tempo histórico individual e seu enquadramento no contexto é fator constante da História Oral. Fala-se, portanto, nesta circunstância, da provação existencial do indivíduo como um todo. As informações sobre detalhes ou parcela da vida do depoente têm relativa importância, da mesma forma a exatidão dos dados. O que se espera é a síntese filtrada por auto-julgamentos morais (MEIHY, 1994, p. 56)

Deste modo, o que parece mais importante neste caso são os resultados subjetivos, o “suco da experiência” como menciona Meihy e nem tanto os dados prontos e acabados, muitas das vezes, facilmente recuperáveis em tantas outras fontes de informação, especialmente, nos dias atuais devido as tecnologias disponíveis.

A *História Oral Temática* refere-se à preocupação com algum assunto específico e está mais focada no testemunho. A história de vida enquanto experiência individual tem, para este ramo, significado menor e relativo (Ibid.).

A História Oral temática é um recorte da experiência como um todo e quase sempre – ainda que não obrigatoriamente –, concorre com a existência de pressupostos já documentados e parte para “uma outra versão”. Em alternativa diversa colabora para o “preenchimento dos espaços vazios nas versões estabelecidas”. Porque, de regra, a História Oral Temática aborda questões externas, objetivas, factuais, temáticas enfim, contrasta com História Oral de Vida que cuida mais livremente de impressões, subjetividades (MEIHY, 1994, p. 57)

A *História Oral Temática* confere estudo em busca de revelar outras informações que não constam na historiografia oficial de determinado episódio, evento ou momento histórico cujo resultado enriquece a problemática do objeto abordado, trazendo, dessa forma, novas questões a serem expostas.

A *Tradição Oral*, por sua vez, é a que mais se aproxima dos trabalhos de memória⁹³ por se tratar de transmissão de mitos e tradições arcaicas, no entanto, as duas vertentes não devem ser confundidas segundo o mesmo autor.

⁹³ O conceito de *memória* em suas variadas modalidades é exposto mais adiante.

Tradição Oral é uma terceira variante da História Oral. História Oral de Vida e História Oral Temática, ambas, tratam de situações sincrônicas ao momento vivencial do depoente. Tradição Oral, por estar atenta às transmissões do arcaico, percebe o indivíduo enquanto um veículo da transmissão de mitos e tradições antigas que na maioria das vezes transcende o depoente (Ibid., p. 57)

O que se espera na *Tradição Oral* é levantar elementos que dizem respeito a certos regimes de conhecimento, mecanismos de racionalidades, transmissão de sistemas simbólicos no seio de determinado grupo social. Outro fator importante é que esta vertente está ligada a estudos das fundamentações éticas de grupos ameaçados. Procura, portanto, dar voz aos que são menosprezados na participação dos processos históricos⁹⁴.

Ainda sobre a especificidade da História Oral tem-se para utilidade do pesquisador dois principais ramos que podem ser considerados: História Oral Híbrida e a História Oral Pura. Neste trabalho buscamos uma abordagem mais próxima a primeira categoria ao qual entendemos que atende as especificidades do caso em estudo. Mas, ao contrário do que afirma Meihy (1994) a História Oral (Híbrida), neste ordenamento de conjugar depoimentos e outras fontes, não tem papel complementar uma vez que os relatos orais constituem a principal fonte de informação justamente pela escassez de documentos sobre o tema específico (os primórdios da comunidade do Juá) a serem analisados ou pelo menos a dificuldade em acessá-los⁹⁵.

Os depoimentos, dessa forma, tornam-se peças-chaves na compreensão de como se deram determinados processos sociais e históricos. Nesse sentido, tecnicamente vale fazer as distinções entre *depoimentos*, *entrevistas* e *histórias de vida*. Para Queiroz (1991), entrevistar é estabelecer uma relação comunicativa, que está presente “em todas as formas de coleta dos relatos orais, pois estes implicam sempre um colóquio entre pesquisador e narrador” (QUEIROZ, 1991, p. 6). Para esta mesma autora a diferença entre história de vida e depoimento reside na forma específica de proceder do pesquisador durante uma sessão de entrevista. Ao colher um depoimento o colóquio é dirigido pelo pesquisador-entrevistador.

A entrevista pode fornecer informações suficientes (para os objetivos especificados) num só encontro e, portanto, os depoimentos podem ser igualmente curtos. Diferentemente com relação às histórias de vida, que certamente encerram um conjunto de depoimentos estendendo a necessidade de maior alcance possível de informações (Ibid.)

⁹⁴ Referências importantes a esta vinculação da História Oral, na modalidade de Tradição Oral, como uma história dos excluídos pode ser vista em FERREIRA, M. M; AMADO, J. (1998).

⁹⁵ De todo modo, a pesquisa documental encontra-se em andamento e acreditamos que ainda não se esgotaram todas as fontes de informações (textos de jornais, *blogs*, revistas, entrevistas, documentários, fotografias, relatórios técnicos e científicos, arquivos da marinha, etc.) possíveis e passíveis de análise.

Para Santos (2005), “o depoimento é uma técnica utilizada pela História Oral para obtenção de declarações de um sujeito sobre algum acontecimento do qual ele tenha tomado parte ou que ele tenha testemunhado” (SANTOS, 2005, p. 6). No entanto, quando se realiza o registro e a análise do depoimento deve-se antever as disposições que o interlocutor quis manifestar no momento de suas declarações, dessa forma, não encarando em absoluto as declarações como uma reprodução da realidade e nem como uma falsificação dela (Ibid.). Dito isso, espera-se que os depoimentos sejam tratados como uma construção que cada indivíduo elabora a partir de uma realidade cognoscível e que demarcam experiências e vivências específicas.

Contudo, outros aspectos devem ser mais bem explorados na medida em que avançamos na relação “tempo/indivíduo” e “tempo/coletividade”, quando se pretende evocar o vivido no tempo/espaço de um grupo social.

Neste sentido, faz-se necessário esclarecer alguns pontos que dizem respeito ao conceito de Memória que queremos tratar nesta investigação. Para Luís da Câmara Cascudo (1971) a “memória é a imaginação no povo, mantida e comunicável pela tradição, movimentando as culturas convergidas para o uso, através do tempo” (CASCUDO, 1971, p. 9). Reconhece-se nesta afirmação e em tantos outros trabalhos no campo das ciências sociais a contribuição da obra de Maurice Halbwachs (2006) para o entendimento do conceito de memória, sobretudo, ao que ele denomina de *memória social* ou *memória coletiva*. Para este autor a memória arrola os seguintes aspectos importantes.

Ainda não estamos habituados a falar da memória de um grupo nem por metáfora. Aparentemente, uma faculdade desse tipo só pode existir e permanecer na medida em que estiver ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim, dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. Não obstante, conforme participa de uma e de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até opostas. Por um lado, suas lembranças teriam um lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal – as mesmas que lhes são comuns com outras só seriam vistas por ele apenas no aspecto que o interessa enquanto se distingue dos outros. Por outro lado, em certos momentos, ele seria capaz de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui pra evocar e manter lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem,

estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal (HALBWACHS, 2006, p. 71-72).

Assim, “a Memória Coletiva, como propõe Halbwachs, remete ao tratamento de uma identidade coletiva das lembranças e dos ideais guardados por um grupo. Memória Coletiva é algo subjetivo e implica compromissos fiados ao longo de um passado comum” (MEIHY, 1994, p. 58). Essa Memória persiste independentemente de registros escritos de monumentos ou qualquer outra referência material, pois, pode-se dizer que ela reside fundamentalmente na consciência daqueles que a compartilham e, assim, as mantêm.

Como bem analisa Santos (2005), embora a História Oral não se debruce exclusivamente sobre uma memória social ou coletiva em seu sentido estrito, “é preciso reconhecer que as memórias individuais são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas, no interior de grupos sociais” (SANTOS, 2005, p. 5). É de todo modo, ancorado em um espaço social que a memória em suas distintas modalidades se sedimenta. As lembranças individuais, diz o autor, se servem [de] e são inseridas em campos de significados como quadros sociais e, dessa forma, se colocam como pontos de referência para refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideais do presente o que houve no passado (BOSI, 1987), pois, afinal de contas nas lembranças nunca estamos sozinhos Halbwachs (2006).

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto (HALBWACHS, 2006, p. 69)

Dessa forma e como já foi dito, ao analisar um depoimento é importante levar em consideração as trajetórias de vida dos depoentes, pois, as lembranças evocadas estão presas em boa medida às suas próprias trajetórias pessoais uma vez que as pessoas desempenharam e continuam desempenhando papéis sociais na sociedade em que vivem, o que permite alojar um testemunho das mudanças ocorridas ao seu redor e ao mesmo passo produzir uma análise de suas percepções ao longo destas experiências (BOSI, 1987).

As trajetórias de vida participam do instrumental analítico a ser utilizado na leitura de fontes orais, pois assinalam o universo social do qual provieram e no qual se situam as pessoas entrevistadas. Construir uma trajetória de vida não significa elaborar uma mera biografia do sujeito, pois transitando por suas lembranças tem-se contato com as práticas e relações sociais do entrevistado, permitindo-nos estabelecer sua mobilidade social e espacial. Os papéis sociais definem atitudes e expectativas do entrevistado, e estão relacionados aos diferentes momentos da existência de cada um (SANTOS, 2005, p. 6)

Assim, vale ressaltar ainda que brevemente, as contribuições trazidas por trabalhos baseados numa vertente psicológica que tem no pensamento filosófico de Henri Bergson (1959) seu principal expoente. No Brasil, Ecléa Bosi tem dedicado estudos importantes no sentido prezado pelo campo da psicologia e calcado nos mecanismos da rememoração. Seu livro sobre “memórias de velhos” acerca das décadas iniciais do século XX na cidade de São Paulo, constitui exemplo notável entre os trabalhos que asseguram esta perspectiva analítica.

A memória, como querem os psicólogos – e como tem sido trabalhada magnificamente no Brasil por Ecléa Bosi – faz com que se pense a lembrança e o processo de esquecimento como algo que depende da relação entre o acontecimento, o indivíduo e o meio. Para os seguidores de Bergson, pela via psicológica, a Memória é um contínuo do qual apenas é possível o registro de um fragmento. A coleção desses fragmentos constituir-se-ia na matéria que os psicólogos coletam para avaliar seu processo. Neste sentido e, como quer Bosi, a Memória é trabalho e produz um determinado tipo de visão do pretérito (MEIHY, 1994, p. 59)

Como vimos, o conceito de memória, bem como a metodologia da História Oral apresentam uma variedade de modalidades e dimensões que são passíveis de abordagens distintas e diversificados estilos de investigação (FERREIRA; AMADO, 1998). Dada a polifonia que caracteriza o campo da História Oral hoje (Ibid., p. ix) procuramos nesta tese entrelaçar alguns pontos com um único objetivo de melhor aproximar o “objeto” à “metodologia” empregada e, assim, levantar hipóteses plausíveis a respeito da comunidade de pescadores artesanais em estudo e sua trajetória enquanto vilarejo estabelecido no Lago e na Praia do Juá ao longo das últimas cinco décadas, estimativa levantada durante o trabalho de campo.

Utilizamos, aqui, um tipo de História Oral Temática Híbrida com base em depoimentos gravados, relatos espontâneos transcritos diretamente ao caderno de campo, entrevistas semi-estruturadas, materiais escritos e documentos concedidos por órgãos estatais e moradores locais, bem como a imersão etnográfica como principal condutora de coleta de dados.

Por fim, quanto às contribuições da Micro-história em nossa investigação é preciso levantar, preliminarmente, alguns esclarecimentos a respeito das variações de escala como proposta de investigação nos estudos históricos de grupos ou fenômenos sociais.

Para Levi (1992), “a Micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas” (LEVI, 1992, p. 133). Segundo o autor, o método empregado pela Micro-história deriva de um profícuo intercâmbio com as ciências sociais dentro de um contexto de falência dos sistemas e paradigmas

existentes nas décadas de 70 e 80 para explicar o comportamento social. Havia, contudo, a necessidade de uma ampla revisão dos instrumentos e métodos de pesquisas adotados pelos intelectuais desta geração que produziram no seio deste período um movimento de redefinição de conceitos e deslocamentos críticos no debate político e cultural mais geral (Ibid.). Neste sentido, a Micro-história nada mais é que uma das possíveis reações a crise que havia se instalado naquele momento colocando novas questões sobre a metodologia e o campo de interpretação até então prevalentes entre os historiadores.

Segundo Revel (2010), o programa de uma Micro-história foi uma proposta nova, incômoda porque rompia com os hábitos da historiografia dominante. “Ela convidou-nos a efetuar uma volta crítica aos procedimentos e instrumentos da análise histórica que nos eram mais familiares – tão familiares que nos pareciam evidentes” (REVEL, 2010, p. 438).

Alguns dos pressupostos básicos desta nova proposta e perspectiva podem ser assim delineados.

Seu trabalho tem sempre se centrado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda a ação social é vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais (LEVI, 1992, p. 135)

Para Revel (2010), a principal contribuição da abordagem micro-histórica foi ter colocado em evidência o problema da variação de escala enquanto produção de um conhecimento diferente e importante, pois, está associado a efeitos cognitivos específicos, ou melhor, o que está em jogo nesta abordagem “é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (REVEL, 2010, p. 438).

Assim, condizente com uma perspectiva que, todavia, privilegia acontecimentos individuais, trajetórias pessoais, discursos individuais, enfim para não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, a redução da escala de análise é um recurso que utilizamos para chegar o mais próximo possível da realidade estudada. Não descartando, entretanto, os riscos que o procedimento possa gerar no decorrer desse percurso uma vez que se tem a consciência que diferentes dimensões coexistem em cada sistema social.

Portanto, não se trata de produzir efeitos contraditórios no método de análise empreendido até o presente momento, mas realizar o movimento de “Zoom” proposto por esta

abordagem com a pretensão de combinar aspectos locais com outros mais gerais na busca de apreender a relação com o tempo histórico que esse pequeno povoado de pescadores se faz sujeito seja também e, sobretudo, através de escolhas individuais.

Deste modo, o intuito não é tão somente assumir as congruências e contradições do fato histórico perseguido, mas tentar revelar minúcias do contexto que somente aparecem quando a escala de referência é alterada. Giovanni Levi (1992), assinala que,

A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas. Esse é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico (LEVI, 1992, p. 154)

Porém, como adverte o autor, o contexto pode significar muitas coisas. Entre elas a que geralmente predomina é seu elemento funcionalista.

A teoria de contexto mais coerente é a funcionalista, cujo aspecto mais característico talvez seja aquele de se focalizar o contexto para explicar o comportamento social. Para o funcionalismo, não são tanto as próprias causas do comportamento que constituem os objetos de análise, mas antes a normalização de uma forma de comportamento em um sistema coerente que explica aquele comportamento, suas funções e o modo como ele opera (LEVI, 1992, p. 154)

Ao contrário disso, explica Levi (1992), “os micro-historiadores concentraram-se nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam todos os sistemas fluidos e abertos” (Ibid., p. 155). A ênfase que a Micro-história dá as escolhas minuciosas e infinitas de sujeitos dentro de sistemas normativos contraditórios pode revelar lacunas e espaços deixados em aberto pelas complexas inconsistências de sistemas sociais observados nas suas variações de escala.

De fato, mesmo quando pensamos em um repertório de culturas locais não comparáveis uma com a outra e das quais regras gerais, mais ou menos abstratas, só podem ser deduzidas de uma forma puramente arbitrária, ainda é possível que tal abordagem possa produzir uma interpretação muito funcionalista, se assumir a cultura local como um todo coerente, homogêneo e sistemático (LEVI, 1992, p. 155)

Aqui reside um ponto fundamental na perspectiva em uso, pois, estudar a localidade do Juá enquanto um pequeno povoado (vila), uma comunidade ou um grupo particular (quer seja uma pequena coletividade de pescadores tradicionais), seu processo histórico de constituição e em parte de desfragmentação, é assumir dimensões internas ao objeto analisado

que somente pode suscitar uma compreensão mais cuidadosa ou uma hipótese plausível a partir de narrativas dos diferentes atores sociais envolvidos, por conseguinte de diferentes pontos de vista de processos aqui levantados seja observados empiricamente, subjetivamente e, se possível, (o que é muito desejável na visão dos mais ortodoxos) documentalmente. Assim, podendo contribuir teoricamente para quadros mais analíticos como bem explanou Nogueira (1953) já algum tempo sobre os primeiros estudos de comunidades no Brasil.

Trazendo ao primeiro plano a observação direta da vida dos indivíduos, com seu comportamento verbal e suas atitudes, sua atuação recíproca, seu comportamento tradicional e suas improvisações, suas convicções e suas racionalizações, os estudos de comunidades desvendam um importante aspecto da realidade social que ou escapa do todo ou é minimizado quando se adotam outras técnicas ou perspectivas que levam a uma apreensão dessa realidade pelos seus aspectos mais externos e quantitativos (NOGUEIRA, 1953, p. 98)

Além do mais, torna apreensíveis os dramas vividos por essa população que a partir dos relatos de uma história sedimentada na *memória social* (apesar de adotar a metodologia da História Oral, reconhecemos aqui a importância da memória social dos pescadores do Juá) do grupo e nas lembranças e ações individuais tivemos oportunidade de ouvir, questionar e transcrever. Todavia, as dificuldades que emergiram decorreram da ausência de estudos anteriores nesse aspecto e descentramentos mais ou menos espontâneos e outros induzidos pela reciprocidade de *empatias* (ou a falta delas) cruciais no desenvolvimento da pesquisa. Avançar neste sentido tornou-se um desafio constantemente perseguido pelo pesquisador, o que talvez reflita nos passos dados⁹⁶ e na organização dos dados coletados até o momento.

Os critérios de seleção dos relatos foram de acordo com a faixa etária de cada depoente vinculada ao tempo de moradia na localidade, assim sendo o que chamamos aqui, induzidos pelos próprios moradores locais, de “os mais antigos”, bem como outras pessoas que não residem atualmente no Juá, mas que fizeram parte, inclusive, da formação da Associação da Comunidade no período em que ela existiu⁹⁷.

No movimento de expor os relatos abaixo procuramos “começar pelo começo” entre vozes e ruídos das mais variadas entonações. Descrevemos nesse trecho conversas formais e informais, entrevistas semi-estruturadas gravadas e relatos espontâneos, todos com a anuência

⁹⁶ Neste sentido, importante salientar que várias “portas” foram alargadas para coleta de dados substanciais na pesquisa quando promovemos um encontro entre um grupo de estudantes do curso de serviço social de uma universidade local com um grupo de familiares residentes do Juá cujo intuito foi o de levantar um diagnóstico de vulnerabilidade social junto aos moradores da localidade. Na ocasião, foram aplicados questionários através de uma grande roda de conversa, bastante produtiva, onde os participantes puderam relatar os problemas concretos vivenciados pelos mesmos diante do descaso do poder público na área em questão.

⁹⁷ Conforme consta no Estatuto da AMAJUÁ (Associação de Moradores e Amigos do Juá) a mesma foi criada em 15 de novembro de 1986, mas não se tem ideia precisa da data de sua dissolução.

dos sujeitos das vozes. Contudo, a indagação que norteou os relatos a seguir se colocou na seguinte pergunta: “- *Como começou a comunidade; dos primeiros que chegaram até a formação da Associação Comunitária?* ”

“ISSO AQUI TUDO ERA SÓ MATO...”

Fotografia 11 - **Maria**



Foto: autor, 2017.

Primeiro chegou nosso avô né, gostava de criar porco e requereu a área da Marinha porque aqui só tinha mato, praia era só na frente. Aqui pra trás era só terra preta, tinha tudo! Aquela como diz? Nanaí né? Uma árvore que dá aquela frutinha assim..., tinha Caju, Jatobazeiro, Tucumã, Piranga, uma frutinha amarela miudinha. Meu avô criava muito porco...o nome dele era José Caldera. Eram três irmão aí depois faleceram de velhice mesmo, mas nosso pai morreu afogado, o botezinho dele afundou aqui na saída pro Maracanã [praia urbana], hoje faz mais ou meno trinta anos de falecido, ele tinha 63 anos quando se afogou, morreu novo. Aí então tinha o papai e a mamãe que também morava aqui o nome dele era João Avelino de Sousa e da mamãe Maria Brasilina Santos Nogueira. Ele nasceu em Uricurituba (comunidade no Amazonas) e mamãe de Porto de Móz, primeiro moraram no Cucurunã (comunidade à margem da rodovia que liga Santarém e Alter do Chão) e depois que vieram pra cá né. Começemo essa comunidade rezando debaixo de um pé de Apuizeiro⁹⁸. Meu marido era conhecedor de catequese aí ele veio e fez a primeira equipe. O primeiro padre que fez a missa aqui foi aquele...como é o nome dele? (...) o Edilberto Sena. Veio muita gente, a Raimunda (minha irmã), os sobrinhos, gente das outras comunidade. Eu mesma nasci aqui né, meus irmãos dessa casa nasceram aqui, já a Raimunda nasceu

⁹⁸ Espécie de planta epifítica (nativa da Amazônia) que lança suas raízes até o solo envolvendo as árvores hospedeiras e matando-as por asfixia. Nome científico: *Ficus erratica* Standl. Conhecida popularmente como mata-pau (SILVA *et al.*, 1977)

no Cucurunã, o Mundico no Cucurunã, o mais velho (Olgarino) no Cucurunã, a Conceição não me alembro mamãe sempre dizia, mas não me alembro, meu filho Marco Roberto dos Santos esse que está em Manaus também nasceu aqui ele tá com 48 anos. Tudo nós nascemo de parteira, nenhum de hospital. **Então nós era muito ligado nessa coisa da igreja.** Por isso, que eu estava querendo voltar né porque minha irmã só já vive doente, então queria levantar essa igreja, mas já os filhos dela já moram tudo pra lá pra bando do Maracanã, eles que deviam ajudar já foram embora, todo mundo tá indo, assim, aqui nada vai pra frente né?

(Maria dos Santos, 68 anos, 04 de outubro de 2017).

Fotografia 12- **Fernando**



Foto: autor, 2017.

Papai chegou no Juá com o nosso avô Seu Caldera, assim que chamavam ele...aí depois chegou o tio dele o Raimundo Caldera, eles que começaram a plantar aqui e criar porco. Papai primeiro morou no Cucurunã que nós vivia do açaí...ele sustentou nós tudinho com o dinheiro do açaí eu me lembro porque nós era tudo criança, mas nós já ajudava ele a trazer os tachos pra vender pelo igarapé aqui do Juá. No começo aqui não tinha igreja não depois que construíram um barracão. **Aí foi ajuntando gente e chegando as famílias de fora quando tinha numa base de umas vinte famílias isso aqui já foi muito grande já!** Aí que chamaram um padre pra rezar a primeira missa debaixo de um Apuizeiro grande que tinha aqui, ali no começo da vila. As pessoas naquela época rezavam na catraia [canoa] mesmo porque aqui tinha um monte de catraia pra atravessar o pessoal cada um tinha a sua. Aqui já foi organizado já, tinha presidente tinha tudo, precisava ver *Paraná!* [meu apelido entre os pescadores] Tinha o pessoal que vinha tomar banho aqui então o pessoal resolveu registrar as catraia na Capitania [Capitania dos Portos de Santarém] pra poder atravessar os banhistas. Daí que nasceu o AMAJUÁ [Associação dos Moradores e Amigos do Juá] pra poder organizar isso,

a limpeza da praia também e as canoa tinha tudo nome, a minha chamava Acará Disco que é o peixe de aquário que eu achava bonito. Então o primeiro coordenador foi o seu Ribamar Portela, depois foi Seu Onerino, depois ficou com o Geraldo que trabalha naquele negócio lá do centro da cidade como chama? Parece que é SEBRAE, depois foi seu Rosildo que era dono da Cinelândia Discos, mas depois ele foi embora pra Belém. Nós tinha também um time de futebol eu era goleiro, toda vida eu fui goleiro, aí nós ia no Maracanã jogar era bom porque nós ia lá pra jogar e quando era a festa da Santa deles e eles vinha aqui quando tinha nossa festa e também na comunidade de Santa Maria, perto da ponte do aeroporto, nós também ia. Foi uma época muito organizada vinha gente vender suco e bolinho na porta da igreja que dava bem gente. Não sei como foi isso que acabou, foi se acabando e acabou rapidinho...

(Fernando Ilson dos Santos, 52 anos, 17 de setembro de 2017)

Fotografia 13- **Raimundo**



Foto: Idem, 2017.

Meu avô requereu esta área à Marinha, naquela época era só nanaízal, era tudo mato de ponta a ponta, ele requereu pra criar porco. Meu vô era filho do Uricurituba, "papa zóio", é assim que chamam lá (risos) a modo de uma briga por causa de um olho de pirarucu [espécie de peixe bastante conhecido na Amazônia]. A nossa primeira casa era ali na ponta, uma casinha coberta de palha, esses terrenos era tudo dele e ele foi dando pro pessoal, foram chegando e ele foi dando, meu pai era menino nessa época quando eles chegaram pra cá. Nós tinha terreno também no Cucurunã que tomaram da gente porque não tinha documento naquela época, não sei como foi, mas tomaram da gente aí mudamo pra cá pro Juá. Aqui foi registrado no Eixo Forte, aí teve um político que ajudou nós a construir um barracão, um vereador o Emir Aguiar e o prefeito era o Lira Maia, bom, mas aí a Associação [AMAJUÁ] já tava até desativando, o último coordenador foi o Geraldo. O primeiro foi o Seu Riba, ali da loja de pesca lá do centro de Santarém, depois seu Onerino, depois Rosildo, Silva, Abemô e o Maninho, a Raimunda coordenava a

catequese. Daí que nós se escrevemo na Capitania para trabalhar na catraia, **mas nós trabalhava na verdade para eles, nós atravessava o pessoal mas recebia deles.** Mas era bem organizado, a cor das canoa eram tudo verde e amarelo e os nome era tudo de peixe, a minha era Jaraqui, do Manéu era Piau e o Fernando era Acará Disco, do Pelé num me lembro, mas tinha Xaperema, Caratinga até Jacundá tinha, tinha também o Estatuto da Comunidade⁹⁹ lá diz como era tudo. *Ai foi chegando muita gente de fora. Porque eu digo se fosse só "filho" daqui do Juá não tinha acontecido isso que aconteceu que tudo foi se acabando.* Muita discordância entre o pessoal e foi se acabando. Ai depois entrou esse meu cunhado Pelé e a Raimunda com o terreno deles lá do outro lado onde nós catraiava, mas eles achavam ruim, não deixava, aí que acabou mesmo. Aqui era tão organizado Paraná! Que toda casa tinha seu camburão de lixo e todo mês nós fazia aquele Puxirum [mutirão] para limpar a praia. Aqui já foi muito bonito. Esse lago tinha bem peixe, essa hora assim era só dá uma tarrafiada, precisava de ver, o tanto de peixe que vinha, tudo quanto era peixe vinha, Aracu, Pacu, Pescada, Branquinha, Jaraqui daqueles gordo da escama grande mesmo, queria que tu visse...

(Raimundo Nonato de Souza, 63 anos, 23 de setembro de 2017)

Fotografia 14 - **Manoel**



Foto: Idem, 2017

A comunidade começou com aquele padre Edilberto que nós encontramos com ele no Maracanã, ele tinha casa lá. Numa reunião ele veio aqui e disse assim: - Vocês não querem fazer uma comunidade? Que aqui já tinha bem gente, já morava muita família. Nós tinha um time [futebol] de primeira que chamava maracanãzinho porque tinha muito jogador que morava no Maracanã, então chamava assim, nós morava ainda na Salvação [Praia da Salvação], o Mundico, meu irmão, no Cucurunã, esse meu cunhado Pelé jogava lá no Urumari

⁹⁹ De acordo com este documento havia uma regra de que qualquer pessoa que comprasse uma casa (benfeitoria) na comunidade e deixasse abandonado por muito tempo outra pessoa poderia assumir a responsabilidade e construir outra residência no mesmo local a fim de habitá-la. De acordo com o mesmo documento haviam três tipos classificatórios de associados: I) Os moradores nativos da área II) Proprietários de malocas ou casas de veraneio e III) Proprietários de áreas requeridas ou devolutas, ainda não beneficiadas com qualquer construção.

[comunidade], aí fomo ajuntando gente e o time foi aumentando, nós convidamo meu primo, o Lourenço, para formar o time daqui, ele jogava no São Raimundo do Cucurunã e depois com esse negócio do Padre que chamaram ele, ele veio rezar a primeira missa debaixo de uma árvore grande que tinha aqui. Nessa época nós formemo o "Juá Esporte Clube", a camisa era branca com detalhe da manga verde, mas depois mudou a diretoria e o mudou o nome também, aí já era o Vasco [em homenagem ao time carioca] e depois tornou a mudar ai já era "Juá Futebol Clube" com a camisa verde com listra branca. Nós nessa época era tudo catraieiro [remador de canoa], atravessava aquele pessoal que vinha tomar banho. Ali daquela ponta onde mora o Pelé, a praia era bonita. Tinha uma mangueira grande que o pessoal quando vinha deixava o carro debaixo e sempre tinha um pessoal pra cuidar, era ruim quando a mangueira tava carregada que ai não dava pra deixar (risos). Encostava moto também, nós cobrava barato demais a barcada [travessia], mas ai começaram a roubar lá, o pessoal foi se chateando, já não deixava mais e foi se acabando. **Nossa casa era ali na ponta me alembro porque teve uma cheia que ela foi pro fundo, uns dois palmo assim do assoalho. Foi uma cheia grande que teve aqui. Em 2009 também, já agora, nessa casa que nós tamo quase foi pro fundo também.** Ai só que por causa de briga no futebol, acertaram o Mundico quiseram cortar ele e eu me meti. Teve muita confusão e nós já se estranhava então foi se acabando, quando não deu fim já que o pessoal também começou a "desbandar" pra outros lado.

(Antonio Manoel dos Santos, 59 anos, 29 de dezembro de 2017)

Fotografia 15- **Raimunda**



Foto: Idem, 2018.

Antigamente logo quando começou a gente era tudo criança né, não tinha nada de movimento [pessoas de fora transitando], movimento aqui só era moradores aqui e negócio de pesca mesmo. Aí depois chegou uma senhora [professora Valdete Cavalcante] que ela era cearense veio praí morava lá do outro lado do lago né. Era minha madrinha, aí ela disse que queria ajudar a gente tipo como comunidade né, porque não era comunidade né, mas tipo assim como comunidade. Aí tá! Os velhos aceitaram né, nessa época tinha os velho

mesmo né, que tinha o seu Antônio Cota, tinha essa minha madrinha, ela era professora e continuou né a lecionar ela lecionava a noite aí depois ela adoeceu foi se tratar na cidade, mas depois ela não veio mais não, já veio outra professora, só que a outra não deu conta, voltou foi embora aí nós ficamos sem professora. Era lá mesmo pra banda dela lá que ficava o barracão. Aí tinha os velho mesmo que ficava por aí mesmo nós fomos crescendo aí tinha uma família aqui que eles eram lá do Lago Grande [comunidade] e ficavam aí né. Aí foi que nós se reunimos debaixo de um Apuizeiro grande lá perto da casa da mamãe bem onde tem aquela casa da Dona Leoa hoje né...era lá que era o Apuizeiro os menino eram tudo pequeno não se lembram quase de nada. Aí nós formamos lá, veio Padre Edilberto foi o primeiro vigário daqui. Ele sempre avisava nós se a gente continuasse negócio de sempre fazer casa e vendendo num tinha mais né e o que ele falou foi verdade! Mas como diz o outro na família da gente, na vida dos outros, agente não manda, né? Só a gente mesmo manda na da gente porque conforme tem gente eu acho que não acredita mesmo em Deus...não acredita que acontece se vê uma pessoa numa outra paragem que tenha numa outra comunidade que viva bem! Trabalho né? Ele já vai ficar de olho, Há porque muita gente saiu daqui falando aqui do Juá que aqui não dava de se viver... Aqui só mal a mal a comida que tirava o Peixe para comida, mas negócio de ganhar [dinheiro] mas nós vive aqui desde que como diz "viemos ao mundo", tudo nós se criamos aqui e já tá indo um de cada vez porque Deus que quer né, não é nós que procura não e nem ele vem e diz que nós vai ficar um ano sem comer nada, a gente já passa fome já não é pelo Deus, não é também pela comunidade é porque não procura, porque se procurasse a gente não passa fome não aqui...e aí então é isso que eu sinto né as vezes eu fico pensando né... Tem gente que chega aqui dizendo: - Dona Raimunda bora fazer um negócio? Eu digo logo teu negócio não vai dar certo! Não porque a senhora não tem vontade de trocar sua casa aqui por um terreno, mas eu digo eu tô com minha casa eu não me acostumo mais pra onde vocês vão querer me colocar e para onde é que eu vou depois? Não! não saio daqui não! meu pai morreu aqui nessas águas daqui, morreu afogado né dali do Maracanã pra cá...a minha mãe também se acabou aqui, então a minha vontade também é daqui pro Cucurunã ou pro outro lado né mas também se quiserem né porque nós tá com uma terra aí no Cucurunã pra pagar e só eu não posso pagar... a terra não coisa né ...o tempo que já foi já era pra ter pago aí eu sempre botava dinheiro na conta da mamãe mas aí os mais esperto tiraram tudo...bom mas os primeiro que chegaram aqui mesmo foi ...como diz mesmo? foram os índio né! Então a gente achava muito aqueles coisa que eles faziam né, negócio de barro [cerâmica], eles faziam...aí eles foram, foram e saíram daí e foram embora aí só ficou mesmo as família que já vinham outros que tavam aí.

Papai mesmo já morava aqui, seu Antonio Cota, seu Antonio morava pra lá mais...ele era do pessoal dos Cota mesmo! Quem morava na última casa lá era nossa depois o papai, a água vinha enchendo aí já ia pro fundo né...aí ele puxou mais pra ai pra onde era esse Apuizeiro, ele gostava assim de rama né para...de consertar malhadeira não! Ele não pescava de malhadeira não, era só tarrafa e caniço linha comprida né...e flecha..(risos) ele gostava de arpoar Tucunaré, é porque ele tinha família lá pro Costa, lá pro Uricurituba, esses pescadores tudo por aí tudo usa....flecha né... Tem arpão e aí... E nós ficando! O pessoal ia saindo e nós ficando! e até hoje nós tamo aí, eu nem me alembro bem ... meu avô criava porco né, o nome dele era Zé Caldera, não tenho foto dele porque quando ele morreu nós tava tudo assim pequeno...depois que ele faleceu que foi se acabando aí vieram nós...ele morava sozinho aí ele tinha um papel de autorização da restinga... né, mas um dia deu cupim na madeira e comeu tudo o documento dele. Nós participava de reunião na Capitania, eles diziam que ninguém podia tirar documento nenhum né que a "terra é marítima"! O dia que precisasse eles avisavam a gente para botar pra outro lugar, mas eles num jogava nós fora não assim expulsar né...então como diz o outro enquanto eles não precisaram né... a gente tá por aqui! E o negócio da comunidade não me alembro, mas parece que a gente levantou 24 famílias. Mas aí os velho já tinham morrido...aí os pessoal das maloca fizeram os Estatuto né, eu tinha não sei se ainda tenho por aí... e disseram bora formar uma comunidade? Aí bora! Aí foi né...então bora fazer uma Capela né...aí nós fizemo né ainda na areia...depois nós conseguimos com as táuba, fizemo! Fizemo também com um barracão do lado, aí conseguimos aí depois conseguimos já com ...fazer ela de piso né, mas de piso não adiantou...esbandalhou mesmo...e agora a gente ta sem Capela, sem Igreja porque ninguém pode...eu mesmo só vivo doente e aí, os que ajudavam foram embora...pronto! Tudo com os filhos batizado né (risos) foram embora porque negócio de estudo...estudo dos filhos porque aqui a professora só lecionou até quarta série de lá não deu mais pra ela vim porque era pouco aluno pra ela por isso, precisando estudar e não tinha mais...aí bora procurar um terreno...morar em casa alugada até hoje eu tenho filho que mora em casa alugada. Teve muitos vigários depois de Edilberto, foi... foi...tinha aquele...ele era tão legal com a gente...só tinha uma coisa que ele não gostava de tomar banho...ele só ia na beira se passava uma água nas pernas e nos braço (risos), mas teve depois o Patrício, depois foi o Padre José sempre pra dar assim não era vigário daqui né, um vinha fazer a vez do outro..é...mas era muito animado aqui...enquanto estava essas 24 famílias era bem animado mesmo! Durou uns vinte ou uns trinta anos parece...era o Padre Tomás! Me alembrei...depois do Edilberto foi Tomás, veio bem uns dez

padres pra cá...vinha os seminaristas...a comunidade era unida...mas tinha sempre eles que bebem né...**tem esse problema da bebida**...desde do começo, aí então muitos já morreram, não existe mais, o que existe mesmo que mora aqui somos nós! Tem as criança ainda que tão crescendo... mas com isso da invasão [avanço da ocupação urbana] daqui um tempo nós não vamos ter mais o lago aí..é isso que eu acho, porque quando morava só nós aqui nós vivia num paraíso agora que tem esse pessoal aí [se refere a ocupação Bela Vista, localizado à duzentos metros da praia] nós vive só na perseguição ...**é roubo quase todo dia aí**...aí já não pode nem sair de casa para não deixar a casa só...**antigamente eu saia ia me embora pro sítio passava semanas pra casa da minha irmã pra fazer farinha...porque de fome eles não morria porque até as menina sabiam pescar..sabia jogar tarrafa e tudo!** Aquela dali a outra também... agora não que ninguém pode mais tá saindo..quando existia o AMAJUÁ e eu era responsável pela comunidade, o AMAJUÁ que ajudava a gente aqui...tinha as canoa que precisava atravessar o pessoal, tinha o time de futebol daqui que quando tinha assim torneio né...porque se agente quer fazer uma promoção uma comunidade tem que ter né...porque os presidente do time antes eles assim depositavam para ajudar assim na passagem para outra comunidade né...agora depois que eles já pegavam e tinham só o dinheiro da pinga né...mas é isso...o que desorganizou foi isso...**porque o que faz uma comunidade é ter gente na frente!** Os meus filhos brigavam comigo mamãe a senhora só vive doente porque quer ta lá!...não! **Eu quero ir, eu quero ir...quero participar porque lá eu tô sabendo o que acontece né e eu não indo eu não sei o que acontece...**os outro pode me contar mas eles não sabe o que acontece aqui...eu tenho que ir..porque assim como eles batem a boca em cima da comunidade o que acontece eu também pra poder saber para as pessoas saberem... olha lá no Juá é assim, assim, assim...porque que as pessoas diziam aqui...antes aqui as pessoas não vinha invadir o Lago, porque depois que esse pessoal vieram [ocupação Bela Vista] invade noite e dia o lago botando malhadeira aí...já tem aquele lá ..o "B" que tem terreno lá no Vila Nova que é grande, mas vive socado aí na casa do homem. Só que eles têm dinheiro o dia que ele quiser jogar ele daí ele joga, daí e pronto! Esses dias tava dizendo quando o papai ainda era vivo ele vendeu, vendeu não! Deu pro tio dele um terreno lá no Cucurunã, antes dele morrer...ninguém nem sabia que ele ia morrer...pra nenhum de nós [irmãos] ficar brigando por causa de terra, porque lá dava benzinho pra nós tudinho fazer nossa casa, trabalhar a terra....Agora, né...nesse tempo mesmo tinha pais que as vezes não queriam deixar nada mesmo pra gente... **Olha o Conselho [Conselho da APA-Juá] é mais para falar mesmo do lago...tenho até que ligar pra professora lá da Ufopa... porque eles colocaram placa ali [placa de preservação], mas lá do**

outro lado não tem nada e eles cada vez mais invadindo tacam fogo lá. E eles não enxergam isso! Quero até falar isso pra eles lá do Conselho que eu não tô vendo nadinha deles, até o pessoal... Olha esse aí do Ibama [Seu "L", vizinho] outro dia tava tacando fogo...ele que era pra dar o exemplo né... depois quer falar aí depois ainda acha ruim, acho que ele está errado, olha esse é genro dele tão aí destruindo esses Juruzeiro, são umas fruta que todo mundo gosta de comer, esse Ibama mesmo não mora aí..é só pra parar ai de vez em quando...[eu pergunto: - O que significa esse lugar para a senhora?] **"Esse lugar aqui? (gargalhada) esse lugar aqui foi meu futuro... E até hoje, até o fim da minha vida... Eu não tenho vontade de sair daqui não..."**

(Raimunda dos Santos Ferreira, 64 anos, 23 de janeiro de 2018)

Fotografia 16 - **"Kiba"**



Foto: Idem, 2018.

É um prazer falar do Juá, das pessoas que vivem lá, dos seus costumes, dos problemas porque o que mais tem lá é problema! Lá falta tudo, lá no Juá! Aquele pessoal justamente precisa de apoio. Eu passei lá um período, mas como houve certa incompreensão de certas pessoas, eu achei por bem que eu não deveria mais me desgastar, mas quando foi no meu período lá pelo Juá...todos os anos nós fazíamos limpeza lá da Praia do Juá tirando garrafa, copo, saco plástico e etc. E fazíamos um puxirum (mutirão), nesse dia ninguém pescava, levava sacos pra encher de lixo, dava alimentação pra toda a comunidade, sempre nós fazia dia de quinta feira, mas encontramos alguns problemas com o pessoal de lá. Todos os anos nós pegávamos as canoas, mandava puxar... nós dávamos todo o material pra eles, pra calafetar...algodão, tinta...eles pintavam a canoa e cada canoa tinha um nome de um peixe que era de origem do Juá... Fornecíamos também chapéu e camisetas com o nome **AMAJUÁ** era pra que eles fizessem as travessias dos turistas, do pessoal que quisesse fazer parte e tomar banho na praia do Juá. Aquilo ali, eu ficava muito feliz com aquilo ali. **Eu fiquei muito magoado com alguns costumes de lá porque tinha muitos que iam fazer a travessia do pessoal, mas alcoolizado e aí não pode fazer um negócio desses porque era brincar com a vida alheia, esse foi um dos problemas que eu bati**

de frente e tinha uma turma lá que não apoiava nós nisso. E além da limpeza nós colocávamos camburões pra colocar lixo, cada camburão daquele tinha uma placa em cima com uma mensagem educativa. Por exemplo: "eu estou aqui me dê seu lixo" outra: "você é educado me dê seu lixo" e assim sucessivamente. Quando eu deixei acabou tudo isso aí porque é ruim a gente trabalhar sozinho e não ter apoio de ninguém...e nem do poder público, ninguém olhava e aquele pessoal de lá são precisados. **Às vezes fazem muita coisa errada, mas talvez estejam até pensando que estão fazendo certo...e que eles viviam naquele meio e naquele meio eles usavam aqueles métodos e que muitas das vezes eles tornavam-se incompreensíveis para gente e eles da gente também.** Então, mas devido eu dizer não...eu estava me desgastando muito e não estava havendo a compreensão...tinha muita gente que pensava que a praia tinha que ser...que podia fazer tudo, porque era praia, todo mundo podia chegar tomar banho nu e se embriagar, jogar lixo, jogar resto de comida na praia... e não tinha. **Tinha que fazer um trabalho de conscientização e isso nós batalhamos muito, mas era muito difícil para eu fazer porque o pessoal da comunidade esperava só que eu fizesse porque não tinha preparo nenhum.** Aí eu resolvi deixar e hoje eu lamento muito pelo o que esta acontecendo no Juá pelo assoreamento do lago. A primórdio veio aquele loteamento da Buriti [Buriti Imóveis S/A.], em consequentemente do loteamento que foi embargado e agora veio um desmatamento [da empresa citada] e esse desmatamento atingindo diretamente ao lago. **Porque aquele lago ali eu penso que deveria ser preservado e muito bem preservado que o dia de amanhã abastecesse Santarém de água porque ali era água pura, limpa!** Mas, quando você chega lá e vê a destruição dói na alma. A gente fica triste vê as nossas coisas serem destruídas lentamente, que a gente nem percebe quando a gente passa um tempo fora que você volta você fica espantado de ver como é a coisa que esta sendo destruído rapidamente e com isso com essa destruição o lago vai secar e Santarém vai perder uma fonte que poderia abastecer toda a cidade. A água mais cristalina que tinha era água do Juá; era com dois metros e meio, três metros você enxergava o fundo, **tinha muito pescado e hoje acho que é uma raridade ter pescado só tem o pescado mesmo talvez aquele que se adapta com lama com aquelas coisas.** Eu conversando, outro dia desses com Dona Raimunda ela me disse que até pra alimentação deles se tornou muito difícil. Lá que os cardumes de Jaraqui e Aracu iam desovar lá no Lago do Juá. Era o local que dava mais Jaraqui era lá. Hoje talvez o Jaraqui esteja só em versos e prosas (risos). Eu fui pro Juá a primeira vez foi quando o Francisco me convidou e uma vez eu fui com minha família lá. Ele tinha uma maloca lá e quando eu cheguei lá eu achei tão agradável tão sossegado aquele negócio tão...**era uma coisa que a gente ouvia até o vento,** que você sentia, era um vento bom, frio, legal. Aí eu conversando com minha esposa

eu consegui com seu Raimundo uma autorização que era um morador de lá...e com o Silvio que já estava lá que eu lembro o Silvio foi o primeiro que estava por lá, aí eu peguei autorização, eu fui na Marinha pedir uma autorização da Marinha...fizemos uma planta mais ou menos¹⁰⁰. Porque aquela área lá é área de Marinha né...e aí fizemos uma casinha lá que desse pra ficar com a família, mas eu fiquei bons anos lá...meus filhos se criaram quase todos lá...eles pequeno, a adolescência e o que fez também eu sair de lá foi que meus filhos cresceram e se formaram foram pra outra cidade e eu fiquei só eu e minha esposa e quando eu chegava lá não tinha finalidade nenhuma. Quando eu chegava lá tinha uma lacuna muito grande, uma coisa que era pra eu ter paz eu chegava e tinha uma angústia muito grande. E a mulher a mesma coisa foi então justamente que eu me afastei do Juá. [perguntei sobre a associação] A associação foi fundada por nós eu, Marcelo, o Onerino. Era de fato e de direito a associação. A ideia foi que eu disse: - vamos montar uma associação? Aí fizemos uma reunião, fizemos um Estatuto...constando todo o regulamento que tinha. Eu não me lembro da primeira reunião talvez o Marcelo Espíndola Salgado que ele é até advogado lembre, que ele tem uma memória aguçada eu não me lembro. Aí fizemos o estatuto mandamos publicar no diário oficial entendeste, aí depois fizemos o registro na receita federal. Começamos a cobrar uma taxa pra manutenção não dava, mas ajudava entendeu. Aí ficou eu o Marcelo e o Onerino por último ficou. Aí foi eleito o Marcelo, depois Onerino e depois eu já tinha me afastado. **Aí de lá foi onde o barco foi pro fundo!** [pergunto sobre se já havia Igreja] a igreja não, tinha um barracão em péssima situação aí nós mandamos trocar a telha todinha com a palha nova pra ficar de acordo com o ambiente nós mandamos verificar o assoalho. Nós colocamos quarenta e duas carteiras na minha maior boa vontade porque de dia lá estudava as crianças de lá e outras da circunvizinhança. Eles iam estudar lá...aí depois meu maior objetivo era botar pra estudar as pessoas da terceira idade lá, eu não consegui isso, eu vou morrer com esse sentimento porque eu não consegui isso...era o meu maior desejo era fazer com o pessoal da terceira de idade voltasse a estudar a noite né...nós tinha que botar um motor de luz nesse tempo puxava muita energia....nós tinha quemas, sempre houve muito entrave apesar que sempre nós tivemos as portas abertas por todos esses órgãos que sabiam que o nosso objetivo era preservar o lago do Juá. Dia de final de semana a Marinha, graças à Deus, nos dava muito apoio pra não deixar nenhuma embarcação ficar na praia e sim por trás no Lago para evitar de fazer escavação de poluição entendeste, para não não causar afogamento essa coisa tudinho...isso daí eu agradeço muito naquela época o subcomandante da marinha era o Nelson, ele nos deu muito apoio. E tinha um

¹⁰⁰ Ver modelo inicial da planta padrão das malocas em anexo 5.

comandante também que nos dava muito apoio. E sinceramente quando eu me lembro daqueles tempos me dá uma saudade que meu coração bate mais forte. Mas, é assim mesmo... isso é uma passagem da vida da gente e muitas das vezes a gente por falta de conhecimento técnico e habilidade ninguém chegou ao objetivo, mas que a gente tinha um objetivo era esse, mas não foi concluído, mas que a saudade ficou, ficou! [eu perguntei sobre o significado do Juá na vida do entrevistado] **O juá significou um aprendizado muito grande e lá eu conseguia ter contato com natureza...conseguia reflexão.** Na minha casa iam os bispos pra fazer repouso e lá de segunda feira até quinta feira eles ficavam lá na minha casa que não tinha ninguém. Na minha casa lá era Dom Thiago, Dom Lino, uma vez teve um Bispo do Japão, teve o Dom José, teve o Dom Zico. Eles iam e ficavam de segunda feira lá e todo dia eu ia lá pra dar um apoiozinho pra eles sabe... O Zé Linhares que era o cozinheiro pra preparar alimentação. **Lá eles faziam uma boa reflexão porque o ambiente é propício pra isso...era! não se ainda é!** Era propício e essas coisas fazem justamente um marco na vida da gente sabe...*isso é um bálsamo que tem que tinha lá...que parece que quando eu chegava lá eu respirava e esquecia de todos os problemas da vida gente que tem no dia a dia e lá eu relaxava...eu sentia que lá eu relaxava...mas, a vida é essa, tem que ficar a lembrança porque a lembrança faz parte da vida da gente ...dói, mas faz bem...*

(Ribamar de Souza Portela, 73 anos dia 10/02/2018).

Numa leitura preliminar dos depoimentos transcritos neste bloco, procuramos seguir as pistas indicadas por Santos (2005) quanto alguns procedimentos importantes de análise.

O autor salienta que é preciso organizar o fluxo de lembranças instaurado em cada interlocução levando-se em consideração, como já mencionado, os papéis sociais implícitos em cada fala ou discurso. Como bem lembrado, “os papéis sociais definem atitudes e expectativas do entrevistado, e estão relacionados aos diferentes momentos da existência de cada um” (SANTOS, 2005, p. 6). Mas, antes de nos atermos às trajetórias de vida de cada interlocutor e, assim, às questões particulares de cada um, pensamos ser de relevância nesse momento identificar alguns fatos recorrentes nos relatos na medida em que eles aparecem mais explícitos que outros. Dessa forma, buscamos a urdidura do tecido da história que procuramos nos valer para, pouco a pouco, ir demonstrando seus fios, suas costuras, suas conexões ao longo da caminhada.

Primordialmente, foi preciso atentar para a transformação da natureza enquanto *comunidade de ocupação*. Isso se torna necessário (entre outros indicadores) para

compreender como através de um trabalho coletivo de socialização da natureza (um trabalho sem interrupções realizado ao longo de gerações) legitima o que se propõe qualificar de processo de territorialização e também de *comunidade tradicional* propriamente dito. A referência à “equação” – “*Isso aqui tudo era só mato!*” – em vários dos depoimentos coletados demonstrou, em certa medida, este processo. Em relação a esta questão, Brandão e Borges (2014) enfatizam que,

Assim, um lugar natural – não raro lembrado como selvagem, intratável, vazio e doentio – que “não era assim”, “ficou assim” através e ao longo de um múltiplo e complexo modo rústico de trabalho. Um trabalho associado a um saber peculiar que, com mínimos recursos econômicos, empresariais e tecnológicos, se comparados como os das neo-unidades do agronegócio, por exemplo, tornaram um espaço de natureza em um lugar social humanamente habitável e, em seus termos próprios, produtivo (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 10)

Em cada um dos relatos foi possível estabelecer também relações entre elementos importantes na reconstrução dos fatos buscados na pesquisa. Ao que tudo indica para “*os mais antigos*” (moradores nativos do Juá) um episódio demarca em termos significativos o sentido de comunidade reconhecido pelos seus membros. A lembrança da primeira missa debaixo da “grande árvore” (o pé de Apuizeiro) na ponta da praia, em frente ao lago, foi realçada nos cinco de seis depoimentos colhidos nessa primeira exposição. A vida religiosa e seus símbolos é, sem dúvida, um fator preponderante na fala de todos os entrevistados e revela em um plano significativo os acontecimentos relevantes entorno deste campo de sociabilidades e vivências.

Desse modo, este episódio demarcou um “divisor de águas” na vida destas famílias residentes no Juá e que a partir desse momento da celebração de missa no seio de seu espaço físico e psicológico se construiu o sentimento de comunitários ou de *comuneiros* (BRANDÃO; BORGES, 2014) e que, portanto, pertencentes de uma coletividade maior em um lugar onde era possível celebrar a vida e os costumes comuns, uma *comunidade*.

Como nos lembra Durkheim (1996), a igreja é antes de tudo a representação de uma comunidade moral e que associada a certas práticas sociais e ritos responde igualmente a necessidades sociais. Transpõe-se a partir daí para o plano sacro o que está no âmago da própria sociedade enquanto valores, enquanto sistema de classificações como forma de conceber o mundo.

O catolicismo popular, como bem se sabe, exerceu e exerce forte influência na organização da vida social de inúmeras comunidades amazônicas (rurais) caboclas e

ribeirinhas (MAUÉS, 1990, 1995, 2005). O que não poderia muito diferir da localidade aqui examinada.

Através das informações coletadas é possível constatar que houve intensa atividade da igreja no lago do Juá durante um período relativamente curto (entre o início da década de 80 e final da década de 90) e cuja interrupção se deu, provavelmente, por conflitos internos da associação local, bem como alternância de suas lideranças ao longo do tempo até o seu possível enfraquecimento, além do deslocamento definitivo de membros para outras comunidades ou mesmo para a cidade.

Outro aspecto importante vislumbrado foi a questão histórica da mobilidade, do traslado e das conexões ao longo dos rios amazônicos. Mark Harris, antropólogo britânico que já lecionou na Universidade Federal do Pará e produziu vasto trabalho sobre modos de vida na Amazônia, explorou este tema em um artigo recente. O autor examinou, especificamente, o papel do rio no aprendizado de certas habilidades que configuraram um modo de vida particular desde o período colonial, o improvisado de moradores ribeirinhos em relação ao conhecimento e aos recursos materiais de seu tempo; e como alguns de seus descendentes continuaram a se desenvolver a partir desse legado (HARRIS, 2017). Este autor mostrou-nos com base em outros autores como Roller (2010, 2012, 2014) e Ingold (2000), como estas coletividades ao longo dos rios constituíram durante séculos *comunidades de aprendizado e de prática* e persistiram em seus meios de vida, a despeito das rupturas históricas da Amazônia, nos forçando a repensar as conceituações históricas deste processo e o uso particular de categorias étnicas para resolver certos impasses analíticos¹⁰¹.

Chamando atenção para a noção de *taskscape* (conceito criado por Ingold que tem por tradução literal uma “paisagem de tarefas”) assinala como isso determinou, de certo modo, a vida dos ribeirinhos do Baixo Amazonas naquela época:

As pessoas se deslocaram em busca de condições que pudessem se ajustar às suas habilidades e evitar o recrutamento de trabalho. Frequentemente, as migrações eram mais para lugares próximos do que para dentro da floresta. *A mobilidade ao longo dos rios não estava em desacordo com o surgimento de comunidades, mas era intrínseca ao desenvolvimento e crescimento delas.* Tão importantes eram os processos complementares de estar em movimento e criar novos lugares que Roller afirma que uma *cultura regional particularmente resiliente* foi forjada ao longo dos caminhos d’água (HARRIS, 2017, p. 115, grifos nossos)

¹⁰¹ Para aprofundar ver HARRIS, Mark. Descobrendo conexões ao longo do rio no Baixo Amazonas, Brasil. *Anuário Antropológico*. Brasília, UnB, v.42, n.1: p.111-135, 2017.

Desse modo, é que percebemos que os deslocamentos dos “povos da beirada de rio” constituíam num circuito complexo de tarefas e, por vez ou outra, resultava em novos assentamentos. Essa forma de se relacionar com o rio mencionada pelo autor, persistente até hoje, manifesta uma miríade de relações de trocas e de descobrimentos visivelmente postas em processos históricos mais recentes (como a chegada dos primeiros habitantes do Juá) e o estabelecimento de redes de parentela cruciais para o enrijecimento de novas unidades sociais e seu enraizamento.

Este processo, por sua vez, vincula-se ao que Brandão e Borges (2014) vêm chamando atenção para a contribuição de Diegues e Arruda (2001) quanto ao termo *autoctonia* ou *memória de autoctonia* dos povos tradicionais. Ou seja, “o saber-se e sentir-se descendente de uma geração ou de uma linhagem de uma pessoa, de algumas pessoas, de uma família original ou de um pequeno grupo de parentes ou parceiros fundadores” (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 11). Esta autoctonia está, segundo os relatos, bem evidente quando analisamos o caso do Juá e sua relação com a região do rio Tapajós e Baixo Amazonas.

Na menção “*primeiro chegou nosso avô e depois os parentes dele*” de Dona Maria ou “*antigamente logo quando começou a gente era tudo criança né...não tinha nada de movimento só negócio de pesca mesmo*” de Dona Raimunda perfazem o fio condutor das memórias que narram os acontecimentos de origem do agrupamento humano que surgiu no Juá e de sua constituição. Este aspecto é importante, segundo os autores,

Para lembrar que não é uma presença pura e simples em um lugar, entre ancestrais e contemporâneos, o que garante direitos de posse e uso. É uma presença realizada através de um trabalho socializador da natureza e integrador de pessoas e teias sociais entre pessoas, através de gerações. É esta lembrança viva do que “os nossos fizeram aqui” o que torna uma *memória de autoctonia* um atestado de direitos (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 11, grifo do autor).

Não obstante, tem-se a preocupação com a história de lutas e resistências atuais deste pequeno aglomerado humano. Os tensionamentos foram e são vividos até hoje em diversos planos de confronto desde a expropriação de terras e desmatamento da área ambiental, conflitos com pescadores de fora e de comunidades vizinhas, o problema do alcoolismo latente no próprio vilarejo e mais, recentemente, a radical transformação do espaço conforme lamentam, praticamente, todos os entrevistados nesta primeira etapa. A respeito disso asseveram os pesquisadores.

De fato, são poucos os casos de *comunidades tradicionais populares* em que a memória dos fatos e feitos, das histórias e estórias da fundação do lugar e de sua

continuidade não esteja associada a situações de luta e conquista, de confronto, expropriação e resistência. Em um primeiro contar de memória, algumas lembranças dos “mais velhos aqui do lugar” farão referência longínqua à presença de grupos e comunidades indígenas. Então não é raro que, de maneira sempre vaga e imprecisa, alguns fragmentos de uma história oral e mítica façam dos primeiros fundadores do lugar e das gerações de sucessores. Mas será sempre sobre uma lembrança, não raro datada e situada, de lutas contra frentes expropriadoras do passado distante ou próximo, o que qualifica a própria autoctonia (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 12).

Contudo, e através não só das fontes orais, mas com base em documentos concedidos por atuais proprietários de casas e moradores antigos, aos poucos foram sendo levantados os elementos históricos importantes na compreensão do processo que favoreceu o estabelecimento das pessoas neste recanto amazônico.

Pode-se mesmo afirmar que, primeiramente, uma formação inicial de grupos de parentes ribeirinhos “foi se chegando” na praia e no lago e vivendo com suas cabanas de palha e malocas improvisadas em meados da década de 60 e 70 até atingir, com o passar do tempo, uma complexidade maior enquanto comunidade, principalmente, após a chegada de novos moradores oriundos da cidade e outras comunidades.

Essa organização, na época, através de meio associativo e com registro institucional nos órgãos competentes¹⁰² experimentou seu auge em meados da década de 80/90 com a criação de um estatuto próprio onde reunia seus dispositivos legais. Essa fase, cabe ressaltar foi relembrada com intensa nostalgia pelos entrevistados. Vejamos abaixo as imagens do documento que mencionamos aqui com o propósito de reforçar os argumentos.

Figura 4 – Capa do Estatuto

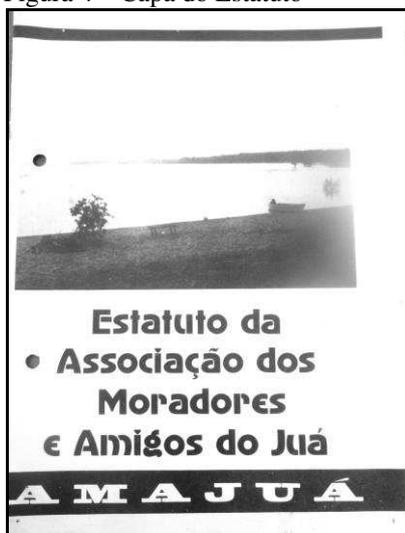


Foto: SILVA, Dárnisson Viana, 2018.

Figura 5 – Página 01 do Estatuto

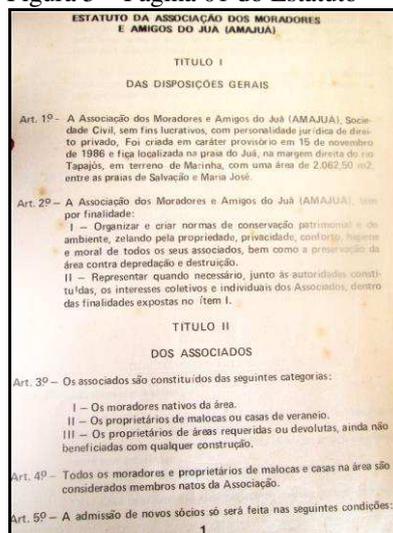


Foto: Idem.

¹⁰² Vale lembrar a menção de Seu Ribamar de Souza Portela que a associação era de fato e de direito, publicada em diário oficial e registrada na Receita Federal.

A ideia de que o Juá foi no passado uma comunidade bastante ativa (em boa parte devido à importância do seu igarapé juntamente com o do Cucurunã e São Braz) no entreposto das comunidades da região e que atualmente são conhecidas como pertencentes ao “Eixo Forte”¹⁰³ é no mínimo bem aceita por aquelas pessoas que conheceram ou viveram o lugar naquela época e, hoje, assistem aos protestos do possível colapso do lago visibilizados nos canais de comunicação da imprensa e rádio de Santarém.

Como bem entendemos, os sujeitos históricos do processo analisado estão longe de serem restritos e seus papéis sociais menos ainda de serem esgotados. Voltemos a estes últimos aspectos em publicações futuras com efeito de outros depoimentos importantes que não couberam neste texto. Por ora, avancemos em outros caminhos descritivos e analíticos.

2.1.1.6. Caracterização Ambiental e da Pesca Artesanal no Lago do Juá

O ambiente do lago assim como a praia e o igarapé, formam um complexo de mananciais denominado de “Sub-bacia hidrográfica do Lago do Juá” e constitui um importante berçário para o desenvolvimento inicial de diversas espécies de peixes da região. Esta sub-bacia hidrográfica está localizada numa distância de 9 km do centro da cidade de Santarém, a montante do rio Tapajós em relação à cidade, na margem direita e nas proximidades da movimentada rodovia Fernando Guilhón.

Atualmente, a área é identificada como Unidade de Conservação (UC) na categoria APA (Área de Proteção Ambiental de uso sustentável¹⁰⁴) conforme legislação municipal e federal, possuindo uma área total de 1.538.502,82 m² o equivalente a 126, 3465 ha.

O município de Santarém, por sua vez, está situado à jusante do rio Tapajós, na mesorregião do Baixo Amazonas, sendo influenciado pelas oscilações anuais de inundação e vazão do rio, que possui águas claras e azuladas e o Amazonas que possui águas barrentas

¹⁰³ O Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte (PAE), Santarém- Pará faz parte de uma modalidade especial de assentamento de Reforma Agrária no Brasil executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O objetivo é garantir às famílias assentadas o uso sustentável da terra, onde historicamente vivem e produzem, levando-se em conta as suas características de costumes e tradições. Atualmente, abrange dezesseis comunidades com uma área de 17.272,94 ha, para atendimento de 1.029 famílias (EMATER, 2008).

¹⁰⁴ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, através da Lei Nº 9.985, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação divide essas áreas em duas categorias: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável. A primeira com objetivo exclusivo de preservar a natureza e permite apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, a segunda visa compatibilizar a conservação com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

(ocre-argilosa) propiciando um encontro de águas que chama atenção dos visitantes e turistas durante todo o ano na região do Baixo Amazonas.

Assim, as águas do Lago do Juá são alimentadas em grande parte pelo rio Tapajós, através de um canal, que durante a enchente invade as margens do lago, renovando suas águas, de acordo com seu ciclo hidrológico anual. Durante a vazante do rio, este consome parte do volume de águas do Juá, de modo que ao longo do ano o fluxo das correntes assume ambos os sentidos.

Essas correntes d'água, importante ressaltar, são bastante fortes e podem apresentar perigo para banhistas desinformados ou que não tem o hábito de nadar visto que o índice de afogamentos é bem alto nesse perímetro. Os pescadores do Juá muitas vezes relataram a participação no resgate de corpos humanos e inspecionaram ocasiões de afogamento em torno dessa área. Outras características podem ser apontadas:

Durante a seca, o Igarapé do Cucurunã e um segundo igarapé não nominado mantêm o Lago do Juá sempre com água. Outra fonte importantíssima são as águas pluviais (da chuva), cujo período coincide em parte com o período de enchente do baixo curso do rio Tapajós. Isso porque o Lago do Juá está situado em nível altimétrico bastante abaixo de seu entorno, em formato de “U”, o que pode ser visualizado “a olho nu” em percurso feito com veículo automotor ao longo da Rodovia Fernando Guilhón (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 34)

Sobre as características do entorno pode-se destacar:

A área do entorno do lago é composta por sedimento arenoso e possui vegetação de savana com enclaves de floresta de terra firme e por uma extensa planície inundável. [...] Esse ecossistema lacustre sofre influência por águas de várias cabeceiras de igarapés, bem como pela periodicidade regular das oscilações anuais do ciclo hidrológico dos rios Tapajós (águas claras) e Amazonas (águas barrentas/brancas) e das chuvas locais (ROCHA; ZACARDI, 2018 citado por MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 35)

Além disso, entre as margens da rodovia urbana o terreno onde está sendo implantado o residencial Cidade Jardim e a localização do lago, o desnível altimétrico chega a ultrapassar os 60 metros. Isto significa que “todas as águas pluviais precipitadas neste entorno são naturalmente drenadas para o leito do Lago do Juá. E não apenas as águas pluviais, mas também todos os córregos, nascentes e igarapés da região” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 35). Dessa forma, o lago e seu entorno constitui um meio hídrico bastante acessível à população de Santarém e visitantes de fora e também abriga uma pequena população residente que utiliza este meio natural para sua subsistência, principalmente, através da pesca e a utilização da água como fonte de todos os afazeres domésticos.

Este é um meio hídrico bastante acessível aos santarenos, visto até que é moradia de uma pequena parcela da população, no qual usam o lago como forma própria de sustentação, tanto na pesca como no uso da água para afazeres domésticos. O lago do Juá faz parte de um ecossistema, envolvendo meio biótico e abiótico, abundante principalmente na área da pesca e sendo envolvido por uma floresta ombrófila densa, típica da floresta amazônica (SANTOS JÚNIOR *et al.*, 2015, p. 2)

Recentemente, esta área vem sendo objeto de estudos por parte de pesquisadores e autoridades locais preocupados com os impactos causados pela expansão da malha urbana de Santarém (SANTOS JÚNIOR *et al.*, 2015; ABREU, 2015; PIMENTEL, 2015, RABELO *et al.*, 2017; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017). Mais, especificamente, em relação a empreendimentos imobiliários executados por iniciativa privada e pública (Conjunto residencial do Programa “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal e o loteamento Cidade Jardim da Empresa Buriti Empreendimentos Imobiliários) que gerou direta intervenção no espaço que conecta os ecossistemas focados. Segundo os analistas:

Esse aumento de área urbana tem alcançado ambientes, que antes eram restritos ao turismo, lazer e a pesca, como o lago do Juá, que está próximo às atividades de empresas imobiliárias que estão construindo residenciais de grandes proporções em seu entorno (SANTOS JÚNIOR *et al.*, 2015, p. 2)

Um conjunto de fatores, portanto, contribuem para que a área em questão seja afetada seja no âmbito das ações antrópicas seja em decorrência de processos naturais acelerado pelas primeiras¹⁰⁵. Em relação à importância do lago em detrimento do avanço desordenado do perímetro urbano o documento alerta para casos similares:

Centenas de famílias de pescadores artesanais desta região dependem da pesca praticada no Lago do Juá. Os Lagos Mapiri e Papucu (a jusante do Juá) foram gravemente soterrados com a expansão da cidade, e o Maicá está significativamente distante desta região (a jusante da cidade, em relação ao rio Amazonas). Mais do que uma exploração econômica e subsistência, a utilização do Lago está profundamente relacionada aos seus modos de viver (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, p. 36, grifos nosso)

A caracterização da pesca no lago e praia do Juá se dá pelos apetrechos e técnicas empregadas na captura do pescado, bem como a identificação de um *ethos* pesqueiro vinculado a certas práticas locais. Neste sentido, pode-se salientar que,

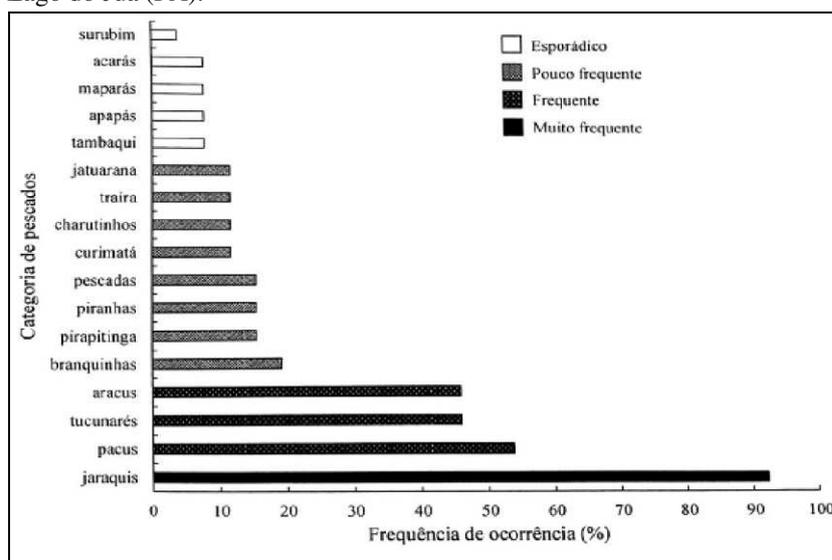
¹⁰⁵ De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e por seu clima ser úmido, a cidade é propícia a um índice pluviométrico anual de cerca de 2.000 a 2.200 mm, o qual tem maior intensidade no inverno, estas, juntamente com o terreno composto com planícies aplainadas, acarretam neste ambiente, processos como intemperismo e erosão, fazendo com que ocorram com mais facilidade (SANTOS JÚNIOR *et al.*, 2015, p. 3-4).

[A pesca artesanal praticada no Juá] tem caráter artesanal e de pequena escala, são diversificadas e caracterizadas por uma complexa base de informações influenciada por costumes tradicionais e são desenvolvidas por diferentes gerações, em que as relações de trabalho, social e de produção se caracterizam pela participação de mão de obra familiar ou de grupos de vizinhança, constituindo um importante meio de subsistência para as comunidades que se desenvolve no entorno dos lagos. As informações cedidas pelos pescadores indicam que os mesmos utilizam os lagos e suas áreas adjacentes para o trabalho (pesca) e lazer (RABELO *et al.*, 2017, p. 76)

Contudo, os autores destacam ainda e isto foi confirmado na nossa estadia em campo, que o excedente do pescado costuma ser vendido vivo ou em cambadas (agrupamentos de quatro a dez peixes de pequeno porte, amarrados por fibra vegetal) nas margens da Rodovia Fernando Guilhón ou mesmo nos bairros próximos como no Maracanã. As técnicas mais empregadas na pescaria artesanal da localidade são o uso de malhadeira, caniço, tarrafa, linha de mão, arpão e espinhel (não raro acontecem pescarias noturnas com máscara de mergulho).

Os pescadores utilizam também canoas motorizadas geralmente de 5,5 e 6,5 HP de potência, medindo entre 2,5 e 14 metros de comprimento. Localmente conhecidas por “rabetas” as canoas são movidas à gasolina e podem transportar até 400 kg. Entre as espécies de peixes mais valorizadas comercialmente e de maior apreciação alimentar entre os pescadores estão o Jaraqui, Pacu, Tucunaré e Aracu, de acordo com o gráfico elaborado por Rocha & Zacardi ¹⁰⁶.

GRÁFICO 2 – Os peixes capturados pelos pescadores artesanais atuantes no Lago do Juá (PA).



Fonte: Inquérito Civil nº. 1.23.002.000648/2012-58 (MPF). 14 de dez., 2017.

¹⁰⁶ A partir de dados de campo não saberíamos avaliar quantitativamente, porém estamos seguros que o Charutinho e a Branquinha constituem espécies que deveriam estar no enquadramento de ocorrência *frequente* e não *pouco frequente* como informa o gráfico.

Outro dado importante na caracterização da atividade de pesca no Juá é o que se pode chamar de *multiapetrechos* (RABELO *et al.*, 2017). Ou seja, a utilização de uma variedade de métodos e artes de pesca as quais se relacionam com o tipo de ambiente explorado e as espécies-alvo das pescarias.

Outra dimensão apontada e atestada *in loco* é o deslocamento dos pescadores para outras áreas consideradas estratégicas quando o pescado se torna escasso, muito disputado ou por causa de fatores ambientais. Para Lima (2008), a mobilidade espacial é um recurso estratégico dos pescadores artesanais em situações críticas na obtenção de êxito na atividade de pesca no bioma amazônico.

A mobilidade espacial é inerente a realização da pesca na Amazônia. Ela se realiza como estratégia de sobrevivência para a reprodução do pescador artesanal enquanto categoria social, como resposta à escassez do peixe, à poluição das águas e aos conflitos entre a pesca artesanal e o setor industrial (LIMA, 2008, p. 6)

De todo modo, voltando a questão das técnicas empregadas, Rabelo *et al.* (2017) nos informam com detalhes a respeito do procedimento mais comum no Lago examinado.

No entanto, a prática mais comum envolve a utilização de mais de um apetrecho, os quais são selecionados em decorrência da área, profundidade, período do dia ou espécie alvo. A rede de emalhar destaca-se por ser o apetrecho mais utilizado, geralmente possuem altura e comprimento variável dispostas verticalmente na coluna d'água por uma série de flutuadores (boias de isopor) na parte superior, e chumbo ou cabo chumbado na parte inferior. Algumas características da espessura do nylon e o tamanho da malha podem variar de acordo com as espécies capturadas, são colocadas durante o dia, ficando submersa entre 8 e 12 horas, sendo responsável pela captura de diversas espécies de peixes (RABELO *et al.*, 2017, p. 79)

Vejamos algumas imagens de pescadores nativos que realçam os dados descritos anteriormente:

Fotografia 17 – Entralhando o pano da malhadeira



Foto: Silva, Dárnisson Viana, 2017.

Fotografia 18 – Organizando o espinhel



Foto: Idem.

Fotografia 19 – Confeccionando cambadas de peixes



Foto: Idem.

Fotografia 20 – Pescaria na beira da praia



Foto: Idem.

Assim, a pesca é executada por pescadores de dedicação parcial ou exclusiva (pescadores não residentes no Juá), com uma pequena parcela da produção direcionada apenas para subsistência e grande parte destinada à comercialização (RABELO *et al.*, 2017). Já no caso dos pescadores nativos do Juá acontece o inverso, uma pequena parcela é destinada a comercialização preferencialmente os peixes graúdos e o restante do capturado é destinado a suprir as necessidades das famílias locais. Após a captura, geralmente, o pescado é acondicionado em caixas isotérmicas com gelo para manter o pescado resfriado. Quando não, os peixes são acondicionados no porão mesmo da canoa. Como no Juá não dispõe de fornecimento de energia elétrica os peixes são logo tratados (retira-se os órgãos internos) e *salmorados* (condimentados ao sal e limão) para o consumo posterior, assim evitando-se a rápida putrefação dos mesmos.

Dada a peculiaridade das condições de trabalho destes pescadores e as recentes transformações do meio ambiente em que vivem. Os atores sociais os quais convivemos e estudamos apresentam singularidades de modos de vida econômica e social que ao nosso ver e na visão de alguns autores estão em vias de desaparecer, assim como estão alguns espécimes da fauna aquática amazônica como, por exemplo, a *tartaruga* e o *peixe-boi-da-amazônia* (FIORI; SANTOS, 2015).

No que compete a população estudada e suas atividades, trata-se de um modo de vida rústico, baseado em técnicas e conhecimentos práticos que muito, rapidamente, sofrem impactos de outras modalidades de pesca predatória sem contar com a racionalidade competitiva do mercado que lhe imprime outros valores. Embora, seja um modo de vida inextricavelmente ligado à cultura ribeirinha, ou como querem Furtado e Maneschy (2002), à *ribeiridade* que coexiste desde tempos da colonização portuguesa, poucos dispositivos garantem sua sobrevivência no processo, hoje, em que a cidade avança sobre seu território.

Conjectura-se, portanto, um horizonte de *campo de possibilidades* (VELHO, 1994b) bastante reduzido, se levarmos em consideração a relação de interdependência entre essa população de pescadores e o conjunto de recursos disponíveis para manutenção de suas vidas.

2.2. Primeiros “Ventos de Sabedoria”

*“Vento de Baixo trás peixe,
Vento de Cima desanima...
Isso é cultura do povo, chefe!”*

Pescador da Vila de Boim (Tapajós-PA)

Diz o conhecimento popular que “São Lourenço espalha [através do vento] e São Pedro molha [com a chuva]...”. Para Luís da Câmara Cascudo (1971) existe dentro de cada cultura, um patrimônio de observações que se tornam normas. Essas normas, por sua vez, são fixadas no costume e levadas adiante pelo seu povo através de uma infinidade de práticas e de dizeres. Assim, se faz tecer os fios da *tradição* que a cada gesto de memória desenvolve, segundo uma perspectiva teórica, cadeias operatórias periódicas ou excepcionais (LEROI-GOURHAN, 1987) cujo resultado mais aprimorado é a *experiência*.

A organização da memória coletiva é diferente quando se trata de operações que ultrapassam as cadeias maquinais, tais como a repetição sazonal dos actos agrícolas, o desenrolar de uma festa, a construção de um edifício, a condução de uma pescaria ou de uma caçada coletivas. De acordo com a sua periodicidade, rápida ou muito espaçada, a intervenção do dispositivo que permite fixar as séries operatórias na memória coletiva reveste-se de maior ou menor importância. *Em todos os casos, a linguagem intervém como suporte dos actos a executar*, e as sociedades sem escrita possuem uma gama de meios de fixação sob a forma de provérbios, de preceitos, de receitas, cuja conservação, frequentemente, apenas se baseia na *memória de alguns indivíduos* (LEROI-GOURHAN, 1987, p. 30, grifos nosso)

A memória coletiva, tal como entendida pelo autor e substancialmente influenciada pela escola estruturalista, é também uma memória operatória que condiciona o comportamento humano em três planos e níveis distintos, porém encadeados em proporções variáveis e diretamente ligados com a sobrevivência social. Os três planos, o primeiro ligado à natureza biológica formador de comportamentos *automáticos*, ou seja, geneticamente orientados. Porém, muito determinado também pela educação do cérebro e do corpo, portanto, ligado à evolução da linguagem e do gesto *maquinal* constituindo o segundo plano e o terceiro seria o comportamento *lúcido* em que a linguagem tem peso definitivo e até apresenta caráter reparador ou inventivo.

Para Leroi-Gourhan “as cadeias operatórias maquinais são a base do comportamento individual, representando no homem o elemento essencial da sobrevivência” (Ibid., p. 27). O que nos interessou neste autor é apresentar muito sucintamente como algumas escolas de pensamento (especialmente a *lévistraussiana*) procuram compreender as relações, por exemplo, entre o comportamento dos indivíduos que estudamos nesta pesquisa com o “tipo” de conhecimento produzido por eles em, por assim dizer, estágios embrionários de desenvolvimento. O objetivo dessa visão, ao que se pode ler, é através de um espiral analítico identificar a unidade (modelo) estruturadora da mentalidade *antropiana*.

É por uma razão cabível (pelo menos em termos de confrontação das ideias teóricas) que os saberes dos pescadores artesanais do Juá somam aspectos aludidos por este e outros autores que nos estimulam a refletir nos pormenores (quem sabe fisiológicos?) desses processos de aprendizado. Algo que nos remete, a partir de variadas circunstâncias e de uma forma mais distanciada ou mesmo na contracorrente, às reflexões de Barth (2005, 2000a, 2000b) no que concerne a transmissão e gerenciamento de informações no seio de grupos étnicos em contextos interativos, de fronteiras culturais e mecanismos de controle. Temos que as reflexões suscitadas por este antropólogo nos oferecem um entendimento de “cultura” de forma mais ampla e proveitosa. Esclarece-nos o autor:

Todos concordamos que a cultura se refere a algo (tudo?) que é aprendido. Mais precisamente isso significa que a cultura é induzida nas pessoas por meio da *experiência* – logo, para identificá-la, temos de ser capazes de apontar para essas *experiências*. Temos também que aceitar as seguintes implicações: que a cultura deve ser constantemente gerada pelas *experiências* por meio das quais se dá o aprendizado. Assim, temos de ter um foco – não para afirmar que a cultura é localizada em algum lugar, mas como uma forma de identificar onde ela está sendo produzida e reproduzida (BARTH, 2005, p. 16, grifos nosso).

Assim, a *experiência* e o que ela acarreta, em termos dinâmicos da memória individual e coletiva, têm alavancado espaço importante para compreender certos aspectos culturais de determinados grupos sociais e seus fluxos¹⁰⁷. O que nos leva a questionar, sobremaneira, onde está sendo produzida a cultura dos pescadores artesanais? De que forma se reproduz e se distribui? Qual a chave-mestra (entre as demais?) para seu entendimento. E por diante, as implicações políticas, ou seja, a quem interessa o reconhecimento ou não desta cultura no

¹⁰⁷ Em outra ocasião tentei explorar o tema a partir de uma família de pescadores em Alter do Chão (PA) ao verificar em que medida as “artimanhas” de capturar o peixe em um território fortemente marcado pelo turismo global pode se converter numa “artimanha do viver” em contextos polivalentes e multilocalizados. Ver SILVA, Dárnisson Viana. “AGORA ENTROU ÁGUA”: sobre experiência e estratégias de sobrevivência entre pescadores artesanais em uma vila amazônica. *Amazônica*, Rev. Antropol. (Online) 9 (1): 180 - 207, 2018.

âmbito de sua *tradicionalidade* e no âmbito dos programas governamentais? Quais políticas poderiam garantir sua existência e os dispositivos de sua identidade nos tempos atuais?

As respostas a estas perguntas colaboram para avaliar questões como as que colocadas por Alfredo Wagner B. de Almeida quanto ao problema, há que assistimos hoje, da reedição de critérios de classificação tanto da natureza quanto da *sociodiversidade* vinculada a ela e ainda o processo de flexibilização das normas jurídicas que asseguram os direitos territoriais desta última (ALMEIDA, 2012). Este debate, vale lembrar, é também desenvolvido por Diegues (2000) quando discute o movimento *neoconservacionista* e as políticas protecionistas de Estado.

No entanto, neste momento a intenção é adiantar brevemente as implicações dos conhecimentos produzidos acerca do que buscamos fazer no início deste tópico, ou melhor, no início da pesquisa em termos de seu recorte de análise.

A ideia e objetivo fundamental é demonstrar o porquê que os pescadores artesanais da Sub-Bacia do Juá devem ser tratados enquanto uma comunidade de caráter tradicional (e daí respaldada por seus direitos constitucionais e pela Convenção da Diversidade Biológica) a partir da complexa relação que estabelecem com o ecossistema analisado e, por conseguinte, devem ser considerados de suma importância para vitalidade ecológica do mesmo, sobretudo, em detrimento dos organismos de poder que, insistentemente, procuram atomizar estes sujeitos sob o manto de interesses econômicos privados.

Uma das alternativas encontradas por pesquisadores (não só de instituições nacionais, mas de vários continentes) para alcançar alguns destes objetivos, é engajar-se em projetos de sistematização dos saberes considerados tradicionais. Estes saberes diferenciados, como nos fala Allut (2000), são “apoiados por outras estruturas cognitivas que têm demonstrado eficácia e capacidade de sobreviver, resistindo ao mundo da experiência e passíveis de prever a ocorrência de fenômenos” (ALLUT, 2000, p. 102). Tal capacidade de operar em contextos difíceis e cambiantes ao longo do tempo e ainda com um grau elevado de respostas positivas faz com que, no seio de sua comunidade de praticantes, obtenha total aceitação e valorização.

A despeito da atribuição de “crença” [questão de fé] que os detentores desses saberes guiam suas ações práticas é que acaba motivando boa parte da ignorância da comunidade científica com relação aos procedimentos nativos¹⁰⁸. Quanto a este problema o pesquisador salienta que,

¹⁰⁸ Entre nossos argumentos a partir de dados bibliográficos recentes, está o de que essa configuração vem sendo alterada (ou no mínimo há uma movimentação para tal) no passar das últimas décadas como veremos mais adiante.

Um dos tipos de saber com que o conhecimento hegemônico (a ciência oficial e a comunidade científica) tem de dialogar se não quiser continuar sendo, como Hegel diria, abstrato, isto é, falseador da realidade, é o conhecimento tradicional (ALLUT, 2000, p. 102)

Enfatiza o autor, que o *saber* de certas profissões e ofícios constitui um corpo de conhecimento que transcende ao que geralmente entende-se por conhecimento vulgar ou leigo e que no caso dos pescadores artesanais é notório que as matizes de conhecimento em pesca podem ser valiosas, em termos de eficácia para outras comunidades mais amplas como a científica, uma vez que esta se encontra vinculada às instituições onde se desenham as políticas pesqueiras e no caso de ambientes lacustres os planos de manejo comunitário (ALLUT, 2000; BATISTA *et al.*, 2004; MCGRATH *et al.*, 1993; RABELO *et al.*, 2017).

O fato é que o conjunto de problemas enfrentado pelos pescadores no dia a dia de seu trabalho e a resolução que deles deve emergir cria um sistema de interpretação do ambiente natural (e social) extremamente rico em percepções sensoriais e operações cognitivas.

A interação entre pescador e meio ambiente conduz o produtor à necessidade de interpretar o entorno natural (e social) com a finalidade de criar condições ótimas que possibilitem o acesso, assim como a atuação, sobre o meio em que trabalha. Supõe-se, portanto, uma fase fundamental do processo de adaptação. Um imperativo que gera conhecimento e cultura num intento de dar explicações às coisas e aos fatos (ALLUT, 2000, p. 103)

Nesse sentido, podemos compreender que atuam os “imperativos da razão prática” de que fala Carneiro da Cunha (1986) ou os *primeiros ventos de sabedoria* para se valer de uma metáfora construtiva. À medida que surgem problemas concretos de atuar em um determinado ambiente, ainda pouco explorado, igualmente se estimula necessidades cognitivas para sanar tal dificuldade senão de imediato, utiliza-se de um processo de busca seletiva, análise comparativa e *compartilhamento de informações* em ocasiões especiais com especialistas locais ou de outras “paragens” (lugares). A natureza dos problemas diz muito sobre a desenvoltura das ações empregadas, lembra o autor.

Concretamente, a natureza desses problemas é que determina o tipo de necessidades cognitivas de que o pescador precisa e que, em nosso juízo, contribui para a construção do conhecimento que se adquire sobre a base de uma informação hierarquizada e seletiva, obtida, em grande parte, pelo aprendizado perceptivo, em que se empregam, além dos saberes antigos, uma atenta e hábil percepção sensorial, em que todos os sentidos intervêm ativamente como receptores de *informação* (ALLUT, 2000, p. 104, grifo nosso)

Em verdade, o pescador procede similarmente a um pesquisador diante do objeto desconhecido, traçando inclusive estratégias de apreender o fenômeno observado para, em seguida, partir para ação.

Essas determinantes do meio físico são problemas na medida em que dificultam ao pescador o acesso e o aproveitamento adequado dos recursos. O conhecimento representa, nesse sentido, o *antídoto* necessário para resolver tais problemas, atuando como elemento regulador da incerteza. E somente a partir da ação é que o pescador pode experimentar, contrastar, atualizar e aprender novos conhecimentos no meio em que atua (ALLUT, 2000, p. 104, grifo do autor)

Por outro lado, existe toda uma discussão a respeito do desenvolvimento de certas habilidades vitais e cognitivas de um ponto de vista evolutivo¹⁰⁹.

No impulso tomado pela Evolução, os sistemas nervosos parecem progredir em duas direções opostas: numa delas (a do insecto ou do pássaro), a aparelhagem nervosa canaliza de forma cada vez mais estrita os comportamentos; na outra (a dos mamíferos e do homem) os trajectos nervosos enriquecem-se prodigiosamente com toda uma série de elementos conectivos, aptos a estabelecer relações entre situações já experimentadas e situações novas (LEROI-GOURHAN, 1987, p. 17)

Neste caso, “aquilo que caracteriza o homem é o facto que o seu cérebro é um aparelho de confrontações” (Ibid., p. 18). Desse ponto de vista, um aparelho que em nível médio funciona instintivamente. Todavia, inúmeros estudos já foram consagrados ao problema da inteligência e do instinto e que apresentam uma complexidade da qual não trataremos aqui. Por uma escolha de ordem teórica, interessa-nos explorar os veios socioculturais por onde se desenrolam as ações de conhecimento da comunidade focada diante de configurações que as pressionam para outros caminhos críticos de sobrevivência no mundo atual.

Além disso, quanto aos aspectos sociológicos, o desenvolvimento dos saberes de pesca e dos ambientes em que é aplicado ou mesmo extrapolando essa dimensão (nos casos de *pluriatividade* do pescador) encontra, em boa medida, na *experiência* seu crivo elucidativo.

É bem verdade que em situação etnográfica é preciso não estar somente atento ao que dizem nossos interlocutores, mas os modos *como* e *quando* o dizem, de certo, diz muito.

Transcrevemos aqui algumas notas de campo que se conectam proveitosamente às considerações acima.

¹⁰⁹ Alguns estudiosos chamam atenção para a complexidade de comportamentos hereditários, principalmente, no que tange a transmissão das cadeias operatórias que permitem a sobrevivência e o desenvolvimento do grupo social tanto no caso do homem quanto no caso dos animais.

Santarém, 08/04/2017

“... Enquanto atravessávamos o rio durante a noite de “rabetinha” (canoa motorizada) de volta ao Juá, Zé caçava de Biato dizendo que ele estava com medo por causa do vento forte. Um detalhe importante era que alguns metros à frente os parceiros de pesca conduziam outra canoa (que era mais veloz por causa de sua projeção) e que quando o piloto da canoa da frente percebeu o vento com mais intensidade logo desligou o motor e esperou que nos aproximasse para alertar sobre o vento. Seu Biato, assim, explanou: - *Esse vento é o vento que nós chama de “terral” que ele dá assim, vem lá da cidade. Ele fica mais forte quando agente chega bem aqui Paraná! no meio do rio, aqui ele vem com mais força, então as ondas vem maior, por isso que tem que levar a canoa cortando assim, não pode enfrentar de frente... senão num aguenta, agora se for o tempo todo assim, nesse rumo nós consegue varar! (Sinalizando com o braço na diagonal) Esse é o vento terreal, não está muito forte hoje, mas é bom respeitar, Paraná, eu tenho mais de quarenta anos que eu piloto “bajara” tudo por aqui nesse rio, então... a natureza... o rio... é muito bonito, nos dá tudo, dá o nosso alimento, nosso lazer, mas ele também é perigoso, por isso tem que ter conhecimento dele...”*

(Anotações de caderno. Pescaria na várzea, “ponta dos periquitos” em Santarém-PA).

“Ventos de sabedoria”, portanto, não é tão somente uma figura de linguagem que usamos, de fato, os pescadores artesanais (não só) aprendem muito com os deslocamentos de ar no ambiente em que vivem e atuam. Como é sabido, as situações climáticas são fatores determinantes na atividade pesqueira e os ventos são os que mais diretamente intervêm no processo. Um bom pescador deve conhecê-lo como se conhece o próprio corpo, para assim, poder atuar com um tempo que lhes garanta segurança. Dessa maneira, em meio à bagagem necessária para encarar o dia a dia da pesca que “o saber é tratado, em muitos textos antropológicos, como um meio de produção, no mesmo nível que o barco e as artes de pesca (GALVÁN, 1984), como instrumento intelectual que faz que a atividade pesqueira se converta num trabalho produtivo” (ALLUT, 2000, p. 104). Em relação ao perigo e dependência do clima na pesca marítima, o autor enfatiza que,

Os pescadores sempre dependem do tempo, se mudará para bem ou para mal, se o vento continuará calmo, se o mar estará revoltado à noite. De algum modo, estão à mercê das condições climáticas que se apresentam a cada momento, a cada dia, numa nova jornada de pesca. A grande variedade de tipos de situações climáticas põe os pescadores numa espécie de corda-bamba ou umbral em que as decisões de pescar nessas condições implicam risco, às vezes, nem sempre bem calculado. Mas essa estimativa não atinge somente o barco, mas também as artes e aparelhos de pesca (ALLUT, 2000, p. 106)

Sobre o conhecimento metucioso que auxilia prever as condições meteorológicas para o benefício da pesca segue a observação.

Os pescadores buscam o semblante e olham para onde ele corre, os traços que tem, a densidade, o tamanho e a forma das nuvens, ou como o vento joga com elas; assim

dizem que existem nuvens gordas, trovões, nuvens leves. Observam também os matizes e tons da cor: nuvens negras, nuvens cinza, brancas. Observam a direção assim como a altura e a velocidade com que se movem. Desse modo, os ventos podem ser baixos ou altos, correr muito ou pouco (Ibid., p. 107)

A pesca praticada no mar guarda muitas diferenças em relação à pesca praticada em outros corpos d'água e em outros continentes, mas também guarda semelhanças importantes. Em se tratando de um dos maiores rios do planeta com seus afluentes igualmente caudalosos, não é difícil de imaginar o semblante a qual os pescadores do afluente tapajós têm por obrigação interpretar antes de traçar qualquer empreitada de pesca. As categorizações decorrentes deste processo seguem procedimento semelhante ao dos “homens do mar”, embora não seja idêntico geram evidentemente vocabulários e expressões próprios.

Nos rios da Amazônia, por exemplo, os ventos podem ser classificados como ventos bravos, bons ou ruins, enganador, manso e etc. Podem também receber as seguintes denominações como no caso do Juá: “vento terral” aquele oriundo da direção da cidade diz-se de um vento constante e seco, “vento vargeiro” é o vento que vem da várzea, da outra margem do rio um vento carregado de frescor, já o “vento de cima” é um vento mais forte, perigoso, geralmente causador de mau tempo e tempestades e o “vento de baixo” é aquele vento moderado que aos poucos vai se esgotando ao final da noite como uma brisa.

Não resta dúvida que é um “modo classificatório tecido com base em observações e experiências acumuladas de geração em geração e que permite ser aplicado com uma infinidade de matizes e combinações em todas as atividades pesqueiras” (ALLUT, 2000, p. 108). Os pescadores do Juá, conforme podemos verificar, são exímios observadores até mesmo quando estão aparentemente descontraídos não perdem de vista todos os eventos e ventos que estão acontecendo ao seu redor. Assim, talvez seja o vento o elemento mais sensorial dentre todos, sempre prenhe de anúncios para quem sabe escutá-lo.

2.2.1. Mapeando as Pescarias

A atividade pesqueira revela um saber sobre a apropriação da natureza e o domínio de técnicas específicas desta atividade. Os ambientes naturais são objetos de trabalho do pescador e os peixes em seus movimentos dinâmicos constituem o universo natural sob o qual o pescador constrói seu conhecimento (LIMA, 2008). Os diversos ambientes sobre o qual os pescadores artesanais do Juá atuam demonstram uma mobilidade espacial característica do

modo de proceder da pesca em diversas localidades do estado do Pará. Com seus mais de vinte mil quilômetros de águas interiores o estado apresenta um enorme potencial de captura e uma grande variedade de espécies com caracteres não suficientemente sistematizados pela ciência (ISAAC *et al.*, 1996). Assim, neste tópico buscamos apresentar alguns pontos estratégicos da atividade pesqueira dos pescadores do Juá afim de construir um mapeamento aproximado de suas atuações na área que abrange uma região delimitada da bacia do Tapajós.

A partir do trabalho de campo foi possível estabelecer em um trecho principal, as seguintes rotas dos pescadores nos deslocamentos em busca dos estoques pesqueiros.

As localidades identificadas foram: Lagoa do Juá, Ponta da praia do Juá, Praia Maria José, Praia da Salvação, Ponta do Tauá, Periquitos, Pinduri, Casal vinte. Podemos assinalar que estas localidades são “paragens” de pesca próximos ao perímetro da cidade de Santarém. Seguindo o curso do rio em direção às proximidades do distrito de Alter do Chão foram elencados outros pontos importantes, tais como: Ponta de Pedras, Ponta do Cururu, Pindobal, Jucuruí, Ponta do Muretá, Matarai, Cajutuba, Campo Grande, Ilha do Meio, Ponta do Capixauã, Vista Alegre do Capixauã, Lago do Jacaré, Lago da Piranha, Lago Verde, Jacundá e Vila do Amorim. Estes pontos indicados geralmente são pontos estratégicos conhecidos dos pescadores e conformam bocas de lagos, enseadas, furos, beiradas de várzea, leitos do rio e ilhas que insurgem nos períodos de vazante.

A ilustração a seguir demonstra o trecho do rio tapajós com alguns dos pontos que acabamos de citar.

Figura 6 – Localização das áreas de pesca com rotas indicadas por setas azuis



Fonte: Centro de Atendimento ao Turista (Adaptação do autor)

É importante frisar que os deslocamentos indicados no mapa não são uma constante para este grupo de pescadores, pois, os mesmos acarretam custos altos para a pesca de subsistência em lugares mais distantes, o que implica organização prévia e o arranjo de parcerias, principalmente, aquelas possuidoras de embarcações maiores e com motores de propulsão mais potentes. Nestes casos, dependendo do êxito da pesca e das técnicas empregadas o objetivo do empreendimento pode ser alterado para o fim de comercialização do produto da pesca.

Todavia, em trabalho de campo ao longo de dois anos foi possível realizar praticamente todas as rotas aqui indicadas com um intervalo de tempo consideravelmente curto. Tais empreendimentos demonstraram as mais variadas e ricas experiências junto aos pescadores em diferentes dimensões da vida social dos mesmos.

2.2.2. “Conversa de Pescador”: categorias de visão de mundo

“Na Amazônia é assim. Sua estória e sua lenda confundem-se com o horizonte na largura do Rio-Mar! Ali o homem vê a Mãe-D’água, enfrenta a boiúna, assiste à luta da anta contra a sucuri, acredita no Jeju que conserva as águas das cacimbas...”

Anísio Mello

No livro *“Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande”*, Edward E. Evans-Pritchard nos oferece um inteligente conselho ao refletir sobre os procedimentos do antropólogo em campo. De acordo com ele:

Não podemos ter uma conversa produtiva ou sequer inteligível com as pessoas sobre algo que elas têm por auto-evidente, se damos a impressão de considerarmos tal crença como ilusão ou delírio. Se fizéssemos isso, logo cessaria qualquer entendimento mútuo e, junto com ele, toda simpatia (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 246)

Levando-se em consideração a advertência do pesquisador britânico, parte dos significados que os pescadores artesanais deste recanto de rio atribuem às suas ações está atravessada por um intrincado mundo simbólico tributário de mitos, lendas e personagens ameríndios típicos da cultura amazônica.

Nos momentos de realização da pesca, entre os pescadores já no leito do rio ou em ambientes de furos e paranás, em que é preciso usar somente as canoas e malhadeiras para içar o peixe longe da embarcação, as narrativas mobilizadas pelos sujeitos para descontrair ou como de costume enquanto aguardam a captura do pescado, evocam as figuras “mágicas”

deste universo ameríndio. Os botos e as “cobra-grandes”, por exemplo, estão presentes tanto nas anedotas dos bons contadores de histórias quanto de forma empírica uma vez que não é difícil de encontrar estes animais em seus habitats naturais nos empreendimentos de pesca. Na verdade, eles estão bem presentes, pois, a fauna amazônica é rica nestas espécies representativas, o golfinho amazônico vermelho (*Inia geoffrensis*) conhecido como boto cor-de-rosa e a cobra sucuri (*Eunectes murinus*) também chamada de sucuriju, o que acaba favorecendo constantemente suas referências na confabulação dos pescadores. Além do mais, as entidades como a *mãe-do-corpo*, a *matintaperera* ou a *panema* fazem parte de um conjunto de crenças comuns ao modo de vida das populações ribeirinhas (e de origem rural) desta região. As referências a estes seres sobrenaturais também foram constatadas em campo entre os pescadores numa gama de relações com outros grupos sociais.

Como devemos enfatizar, os pescadores artesanais os quais realizamos o esforço de pesquisar podem ser classificados como *pescadores artesanais ribeirinhos* dadas as peculiaridades que encerram o modo de organização social desta coletividade/comunidade.

Assim, as categorias de visão de mundo destes sujeitos estão alicerçadas num perfil sociocultural diferenciado refletindo os elementos embutidos em sua configuração de vida e, se analisados a fundo, fazem parte de uma herança cultural-histórica de índios e caboclos da Amazônia, como bem observou Benchimol (1998). Habitar às margens do rio tapajós não é tão somente uma condição material observável no quesito sobrevivência e adaptação, mas aponta articulações profundas com a natureza que envolve saberes da localidade do Juá e seu complexo ambiente ecológico, chamando atenção para as relações sociais definidas a partir de uma *ribeiridade* como nos fala Rente Neto e Furtado (2015).

Os grupos considerados tradicionais, em geral, ao terem exercido a sua territorialidade por muito tempo em seus respectivos espaços, criando raízes e exercitando uma intimidade com toda a natureza ao seu entorno, acumularam uma sabedoria que só a permanência no lugar, ao longo de gerações, poderia propiciar. Uma sabedoria baseada em um ponto de vista muito particular, sob um olhar diferenciado, de uma outra perspectiva cultural (ALBAGLI, 2003 citado por RENTE NETO; FURTADO, 2015, p. 162)

As formas de organização social, a tipologia da produção de pesca (DIEGUES, 1983) e a caracterização censitária da família de pescadores que sustentam tal classificação serão explicitadas mais adiante, embora no momento já evidenciamos pistas deste universo específico em que, sobretudo, as nomenclaturas ainda suscitam debates entre os pesquisadores. Neste sentido, compactuamos com a perspectiva de Rente Neto e Furtado

(2015) em que entendem o termo ribeirinho como uma forma de identificar um perfil sociocultural associado a grupos caboclos¹¹⁰ em determinados espaços e contextos.

O termo ribeirinho, contudo, busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico que articula as relações de sociabilidade e culturais dentro das particularidades desse espaço, *onde a marca dessa configuração pode ser vista nos comportamentos, na maneira de viver, em sua alimentação, nas crenças, em sua religiosidade etc., específicos daquele espaço*. Não se trata de uma tipologia do caboclo amazônico, uma vez que não se destaca como uma variante deste, mas sim de uma expressão cultural que envolve particularidades imanentes a essa definição (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p. 160, grifo nosso)

Outro aspecto fundamental, principalmente aplicado ao caso do Juá, foi a questão da proximidade e relação com o meio urbano de Santarém. A categorização ou perfil de ribeirinhos não diluíram as sociabilidades estabelecidas com a cidade e vice-versa. Estudos recentes como os de Tatiane de Cássia Silva da Costa (2014) e Lomba e Nobre-Junior (2013) apontam como as marcas dessa expressão cultural se manifesta na vida social de uma localidade de uso ribeirinho mesmo quando a urbanização invade seu território remodelando alguns aspectos de interação ou produzindo novos usos.

Por outro lado, voltando à questão religiosa ou da religiosidade, não se pode deixar de identificar a forte presença do catolicismo na conduta e na cultura deste pequeno grupo que, como já vimos através dos depoimentos, constitui uma importante referência histórica na formação do agrupamento humano no Juá. Essa presença católica convive com os valores e a cosmovisão de mundo do universo caboclo amazônico (GALVÃO, 1955; WAGLEY, 1957; MAUÉS, 1990, 1995, 2005) e constitui, por assim dizer, o amálgama da cultura que fornece os princípios morais de boa parte da coletividade de pescadores em estudo.

Os hábitos e costumes que orientam muitas das ações dos pescadores que estudamos constroem uma visão de mundo particular que envolve crenças, tratamento de doenças naturais e não-naturais, práticas de cura, religiosidades, lazer e tabus alimentares.

A respeito destas manifestações culturais, o planejamento etnográfico nos permitiu vivenciar e observar alguns episódios importantes entre os pescadores sempre com a preocupação de que ao tentar compreender as ações do grupo implicaria, nos termos de Clifford Geertz (1978), em expor a sua normalidade/generalidade sem reduzir sua

¹¹⁰ Não foi de nosso interesse neste trabalho discutir a polissemia do termo *caboclo*. Embora, pensamos ser de valia a perspectiva de Samuel Benchimol (1998) a respeito deste numeroso grupo étnico-social. “Eles constituem a Amazônia tradicional dos povos ribeirinhos dos baixos rios e do beiradão da calha central que sobrevivem em todos os pequenos sítios, povoados, vilarejos e cidades que se estabelecem ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. *Caboclo da beira*, como os cognomina Charles Wagley, também apelidados de *caboclos suburucus* do beiradão e da roça, constituem os diferentes tipos da Amazônia” (BENCHIMOL, 1998, p. 103, grifos do autor)

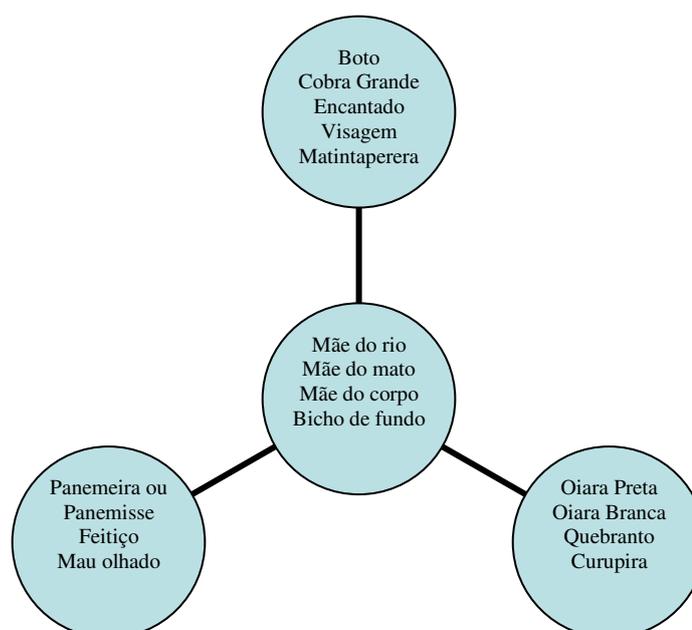
particularidade. Refletindo sobre estes aspectos, Maués (2009) sinaliza para a natureza amazônica e as semelhanças culturais encontradas em várias sub-regiões, bem como a literatura que tem perseguido tal temática a partir de estudos pioneiros.

É notável a semelhança encontrada entre as representações e práticas religiosas e de medicina popular entre camponeses e pescadores nos diversos lugares estudados por antropólogos, na Amazônia, em épocas mais recentes, desde 1940, até nossos dias (MAUÉS, 2009, p. 107)

Particularmente, no local onde estudamos alguns personagens se fizeram presentes em termos narrativos e podem ser explicitados no diagrama (01) que elaboramos a seguir. Em relação as práticas curativas constatadas *in loco* tentamos representá-las através do diagrama (02). Vale destacar, que estas informações vieram à tona nos mais variados contextos, tanto na rotina do exercício da pesca quanto nos momentos de lazer e outros (na cidade, por exemplo). Especialmente, buscamos captá-las numa perspectiva de não folclorização destes aspectos a despeito das situações performáticas dos interlocutores, mas com vistas na orientação dos atos e das construções das fórmulas que imaginamos que os sujeitos da pesquisa usam para definir o que lhes acontece (GEERTZ, 1978).

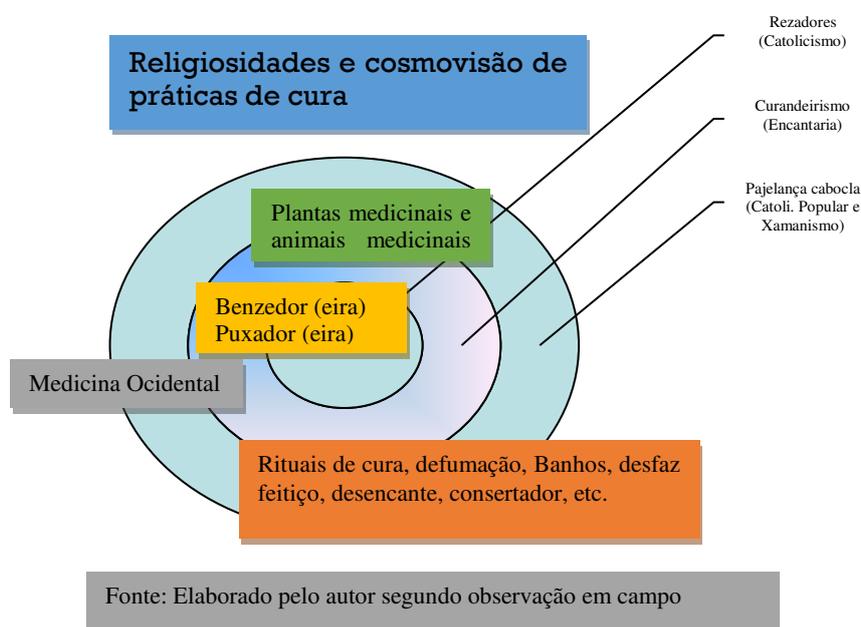
Diagrama – 1.

Crendices e figuras do universo simbólico dos Pescadores do Juá



Fonte: Elaborado pelo autor segundo relatos dos pescadores

Diagrama – 2.



Como sabemos, há uma diversidade de práticas de cura e manipulação de plantas e animais medicinais entre as populações (rurais) tradicionais da Amazônia e em outras partes do Brasil no tratamento de doenças naturais (biológicas) e não-naturais, chamadas também de doenças espirituais¹¹¹.

Importante estudo realizado por Maués (1990) procurou evidenciar segundo a cosmologia de uma comunidade de pescadores na região do Salgado Paraense, as associações e as causas de muitas enfermidades descritas por seus interlocutores. Através de um esquema complexo sistematizado em seu livro *“A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores”*, o antropólogo expôs o que denominou de fluxograma do diagnóstico das doenças não-naturais e também realizou a classificação do domínio dos seres causadores das doenças identificando, dessa forma, desde gêneros atingidos, manifestações físicas e espirituais, agentes causais das perturbações e os respectivos tratamentos.

Nossa intenção aqui foi bem mais modesta. Todavia, os elementos levantados e sistematizados pelo autor reforçaram a argumentação de que existe uma lógica operatória própria das comunidades tipicamente tradicionais em determinadas regiões, incluindo a de

¹¹¹ Rica descrição destes aspectos entre ribeirinhos do Amazonas pode ser consultada em: SILVA, Andréa Leme. Animais medicinais: conhecimento e uso entre as populações ribeirinhas do rio Negro, Amazonas, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n.3, p. 343-357, set/dez, 2008.

pescadores artesanais de várias partes da Amazônia, ao tecer os cuidados da saúde de seus membros e que são explicados de acordo com uma cosmovisão singular.

Em alguns dos relatos coletados em campo estão contidas receitas de cura e perspectivas vinculadas a este universo denominado também de *encantaria*¹¹² e algumas figuras mitológicas que assumem uma função integradora no campo simbólico e na vida material destes grupos sociais segundo Furtado (1993). O universo da *encantaria* corresponde uma sabedoria do mundo dos mortos e é praticada por pessoas (pajés, curadores e xamãs) que detêm certos conhecimentos no campo da pajelança cabocla e demais práticas religiosas (MAUÉS, 2006). Exponho a seguir dois relatos, o primeiro de um pescador bastante experiente e o segundo de uma moça recém-chegada de outra comunidade ribeirinha. Tais falas podem ilustrar alguns aspectos deste conjunto de crenças.

Meu amigo “Paraná” tinha um velho, o pai do seu Neuto, lá da banda do Amorim [comunidade do Tapajós], o finado Neco, ele costumava pescar com aquele anzol awa-awaca, aquela vara com um caniço na ponta que era escondida por uma pena branca de bicho [animal]. Ele ia assim na ponta da canoa jogando de um lado pro outro, mas pegava bem tucunaré! Não escapava nenhum porque o tucunaré vinha “seco” pensando que era um peixinho né. Mas, só que quando ele ficava muito tempo sem pegar o peixe ele logo ia tirar aquela *panemisse*. Sabe como ele fazia?¹¹³ Ele colocava o braço dentro de um *tipiti* [artefato indígena para espremer mandioca] pequeno que era para fortalecer o braço e depois fazia defumação com malagueta [pimenta] e osso do peixe que estava dando aquele problema, era...era assim que ele fazia...o velho sabia das coisas! (Seu Biato, 71 anos, 19/09/2018)

No relato que acabamos de ler, o pescador chama atenção para a manifestação do que nomeou de *panemisse*. Tal manifestação foi identificado por Maués (1990) em seu estudo na região do Salgado como *panemeira*. Ou seja, trata-se de um fracasso que acomete mulher ou homem envolvidos em atividade produtiva (no caso relatado, a pesca) e suas causas e sintomas podem variar conforme a vítima e suas relações com outros sujeitos envolvendo, até mesmo, sentimentos de inveja ou desconfiança, bem como a recusa de certos alimentos oferecidos por um desconhecido.

Não entraremos em muitos detalhes na caracterização da *panema* ou *panemisse*, pois, o importante aqui é assinalar que há semelhança na convicção dos pescadores da consistência

¹¹² “O tema encantaria está imerso em um campo de práticas religiosas consideradas não excludentes e relacionadas à umbanda, ao espiritismo, ao candomblé e até ao catolicismo [...] Essas práticas rituais estão imersas em construções discursivas que configuram tradições de conhecimento, as quais, por sua vez, expressam crenças sobre o destino dos mortos, igualmente presentes no imaginário compartilhado por indivíduos e grupos dessa região amazônica” (SOARES, 2013, p. 14)

¹¹³ Outro pescador relatou-nos que tinha por costume “dar uma surra” na malhadeira com folha da Aningueira para afastar a *panemisse*. Aninga, trata-se de uma “planta herbácea de pequeno porte, frequente na mata de terra firme e ocasional em solo úmido e margem de igarapé” (SILVA *et al.*, 1977, p. 20)

do problema/doença e da manifestação do mesmo em determinado conjunto de situações se compararmos o universo dos grupos sociais que os estudos apontam.

Conversando com demais pescadores artesanais em diferentes momentos foram apontados um jogo de preocupações quanto à distribuição dos produtos extraídos tanto da atividade da pesca quanto da caça quando praticada. Segundo os interlocutores, há um risco quando um indivíduo não conhece o outro para o qual está beneficiando com o resultado de seu trabalho, sendo necessário ter cuidado quando se estabelece relações de troca não mercantis com desconhecidos. Às vezes pode haver má intenção (maldade) destes últimos e assim desenvolver algum tipo de *mau-olhado* naquele que concedeu o peixe ou a caça.

No que tange aos demais seres sobrenaturais citados, como a *Cobra-Grande*, a *Mãe-do-Corpo*, a *Oiara*, o *Boto* e tantos outros *encantados*¹¹⁴, temos que, de forma reduzida, expressam o campo simbólico que Raymundo Heraldo Maués, em outro importante texto, intitula como “*Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião*”. Neste artigo, as entidades e crenças de diversas influências (portuguesas, africanas, indígenas) aparecem entrelaçadas num substrato comum que pode ser concebido com uma espécie de *catolicismo popular* na visão do autor. Por isso, da coexistência de práticas rituais e sociais que correspondem a duas tradições de conhecimento distintas, porém neste caso complementares – A Encantaria e o Catolicismo.

Para efeito de figurar como exemplo, em uma ocasião na casa dos pescadores do Juá fomos surpreendidos com a chegada da cunhada de um dos pescadores. Ela nos relatou que estava com uma dor de cabeça que não passava e precisava de uma “cabeça de alho” manifestando a seguinte queixa:

Acho que essa Mãe-do-Rio não se deu comigo...faz três dias desde que quando eu cheguei aqui que essa dor de cabeça não passa, já não sei mais o que faço! (Néia, setembro de 2017)

¹¹⁴ Os *encantados* “são pensados como seres humanos vivos, iguais a todos os outros, mas com a diferença de que possuem poderes sobrenaturais, pela sua condição “liminar” de encantados. Nas crenças populares amazônicas há duas categorias de encantados: do fundo e da mata. Estes últimos têm escassa importância na região do Salgado, onde também a mata é pouco importante, reduzindo-se apenas a duas personagens, referidas como “anhanga” e “curupira” (sempre no gênero feminino, diferentemente do que ocorre no uso comum, em português). Nas áreas litorâneas (Marajó, Salgado, Bragantina), os encantados mais importantes são os do fundo que, por isso, são também conhecidos como “bichos do fundo”, quando se manifestam sob a forma de animais aquáticos. São também chamados de “oiaras” (aproximadamente as mesmas iaras, denominação usual no resto do Brasil e também nas principais cidades amazônicas), quando surgem nas praias e nos manguezais, sob forma humana, procurando atrair as pessoas para suas moradas, no fundo (os chamados “encantes”). Manifestam-se também, desta vez de forma invisível, quando se incorporam nos pajés, curadores ou xamãs, com a finalidade principal de participar de seus rituais de cura – e, neste caso, são considerados benéficos e chamados de “caruanas” (MAUÉS, 2006, p. 20)

A moça logo em seguida nos informou que havia chegado da comunidade de Cametá, mas que se a dor não passasse iria voltar para a comunidade e precisava naquele momento de uma *cabeça de alho macho* que era para fazer o sinal da cruz na testa (na frente da cabeça) para resolver o problema da enxaqueca. Também nos informou que desconfiava de alguma mulher menstruada ter se banhado no lago e por esta razão o mal-estar lhe afligia.

Sobre as transações entre a Encantaria e o Catolicismo, importante estudo de doutorado¹¹⁵ realizado por Mariana Pettersen Soares (2013) na região do Baixo Amazonas buscou compreender a partir de duas práticas rituais estes dois modos de conhecimento que correspondem a uma cosmologia muito presente na região e que pode informar de maneira mais aprofundada sobre tais conceitos e tradições. Por ora, fazemos menção a uma explicação breve, em termos práticos, de modo a não perder de vista nosso foco de análise.

As tradições da encantaria e do catolicismo estão presentes na vida de muitas pessoas da região em estudo [Baixo Amazonas], havendo outros contextos em que podemos perceber como elas acessam esses dois universos. Um indivíduo, que pode ser até um rezador, poderá se relacionar com o universo da encantaria, quando, por exemplo, sentir que algum infortúnio esteja acontecendo em sua vida, como uma doença. Nesse caso, ele poderá procurar por um curador e se relacionar com o universo dos encantados. Junto a isso, uma pessoa poderá ter, ao lado de sua cama, imagens de santos católicos e encantados, fazendo preces que são dirigidas a essas imagens, pedindo proteção em sua vida (SOARES, 2013, p. 25)

Em vista do que foi exposto anteriormente, temos que estas tradições de conhecimento e seus operadores constituem um *mapa cognitivo complexo* (MAUÉS, 2009) que não iremos tratar aqui. Ressaltamos que tais aspectos dependeriam de estudo a parte e familiaridade prévia com uma literatura específica. O que nos orientou neste momento da discussão em nossa pesquisa foi que estes elementos não estavam ausentes e representaram um quadro relacional de crenças que atravessam vasto campo de interações sociais.

Um quadro de referências relacionais específicas que tanto pode ser entendido por um forte componente cultural quanto pelas *redes de cuidados* que os sujeitos da pesquisa, de certa forma, estão inseridos. Em trabalho de campo e morando aos fundos da casa de um pescador, no bairro da Conquista em Santarém, tivemos acesso à breves sessões de tratamento de diversas complicações musculares, feridas, desmentiduras, situações pós-cirúrgicas e outros.

Os tratamentos eram realizados em uma única sessão ou mais conforme a necessidade. A partir da manipulação de óleos de plantas medicinais, a *puxadeira* (esposa do pescador) Dona Maria de Fátima Ribeiro, uma senhora de 66 anos com um aspecto físico bastante frágil,

¹¹⁵ SOARES, Mariana Pettersen. **ALMAS E ENCANTADOS**: uma cosmologia sobre o mundo dos mortos na região do Baixo Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

tateava a região do corpo onde as pessoas indicavam ter dor e dessa forma identificava o problema procedendo com movimentos firmes recolocando as articulações ósseas no lugar. Seus atendidos eram desde crianças muito pequenas, mulheres grávidas até pessoas adultas acidentadas recentemente.

Dona Fátima, como é muito conhecida no bairro do Conquista, nos relatou que começou a “puxar” as pessoas quando tinha apenas doze anos de idade na mesma ocasião em que foi a parteira de sua própria mãe ajudando a conceber seu irmão mais novo, ainda na comunidade onde nasceu, próximo ao rio Arapiuns/PA.

Nessa perspectiva, ela entende que possui um “dom” de ajudar as pessoas que chegam até ela, embora não se considera uma *curadora* ou mesmo uma *benzedeira*. Quando questionada sobre sua técnica de “puxar” os adoentados ela respondeu:

Eu peço vidência pra Deus e ele intercede, quando estou apalpando a pessoa eu peço e aí de repente quando eu vejo, assim, já foi! A pessoa sai andando daqui de casa já melhorzinha. É uma obrigação que eu tenho para quem chega “esculhambado” aqui em casa e a gente faz o que dá né, mas eu só faço porque eles vêm (Fátima, 24/09/2018, no quintal de sua casa)

Os saberes aí implicados denotam posturas não só dos *curadores*, *benzedores*, *puxadores* e *consertadores*, mas das próprias pessoas que buscam sanar o problema que lhes incomodam e fazem parte de um amplo espectro das formas culturais locais.

Como bem analisou Soares (2013) estas formas culturais amplas expressam uma visão de mundo independente dos discursos oficiais da religiosidade dos indivíduos.

O indivíduo nascido no Baixo Amazonas cresce ouvindo narrativas de pessoas que nasceram com o dom da cura e se tornaram Sacacas, que são levadas pelos seus pais a uma benzedeira para benzer, tirar quebranto ou, então, a um consertador, para endireitar algum osso que tenha saído do lugar. Também costumam ouvir sobre um curandeiro que ficou por vários dias embaixo do rio e que foi encontrado vivo (um dos poderes dos Sacacas). Tudo isso faz parte do cotidiano dessas pessoas. Independentemente da religião que publicamente assumam, seja católica, evangélica, umbandista, entre outras, essas narrativas sobre os curadores fazem parte da prática discursiva que esses indivíduos interiorizam e, assim, moldam o desenvolvimento de sua visão de mundo (SOARES, 2013, p. 47)

Dessa forma, buscamos compreender as categorias de visão de mundo dos sujeitos da pesquisa, os pescadores artesanais ribeirinhos do Juá, e pelo o que a literatura apontou, com ressalvas a algumas especificidades, encontram-se muito conectada às formas culturais da ampla região que abrange o estado (Alto Amazonas, Baixo Amazonas e o Litoral Paraense).

Por ventura, não é de se espantar que encontrem semelhanças também em outras partes do Brasil, principalmente com populações localizadas em áreas interioranas dos estados brasileiros e que, portanto, não estão restritas ao universo social e simbólico dos pescadores artesanais mencionados, mas extrapolam para uma cultura latente em várias regiões e sub-regiões nas quais, nos interstícios das grandes cidades ou em pequenos vilarejos rurais e ribeirinhos as pessoas tecem e reproduzem suas teias de significação.

Fotografia 21 – Puxando mulher grávida



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, 2018.

Fotografia 22 – Casa temporária do pesquisador

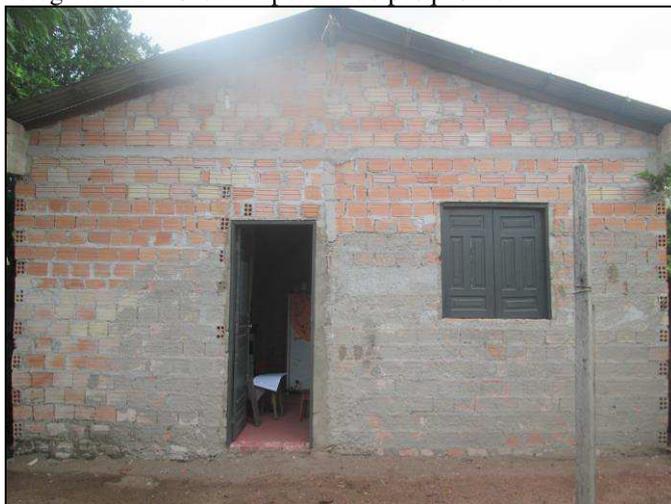


Foto: Idem., 2018.

2.2.3. O problema de nomear: quem são, de fato, o grupo de pescadores com os quais nós convivemos e estudamos?

Fotografia 23 – Pescadores Artesanais do Juá



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, 2017.

Um dos estudos pioneiros a fazer uma classificação das populações costeiras que trabalham diretamente com a pesca no Brasil foi o de Antônio Carlos Diegues (1973, 1983). Segundo o autor, ao longo do litoral brasileiro as condições naturais da atividade pesqueira são bastante diferenciadas e, por conseguinte, apresentam diferentes formas de organização social e econômica que vão desde a *pequena produção mercantil simples* à *pesca empresarial capitalista*. Em diversas regiões do país, essas unidades de produção coexistem e dependendo do meio ambiente que estão inseridas apresentam características particulares.

Historicamente existe uma certa correlação entre os graus de desenvolvimento das forças produtivas sociais e o tipo e dimensão espacial dos ecossistemas explorados. Assim, o pequeno pescador inserido na pequena produção mercantil simples tem condições técnicas e de conhecimento para explorar ecossistemas limitados espacialmente tais como os lagunares [lagos]. A exploração do ecossistema oceânico que implica conhecimentos especiais de navegação, tamanho e potência adequada de embarcações, se fez historicamente fora dos quadros de pequena produção mercantil (DIEGUES, 1983, p. 108)

Estudando no litoral norte de São Paulo, na década de 1970, o pesquisador identificou cinco tipologias da produção pesqueira naquela região e as classificou, a grosso modo, da seguinte forma: 1) A pesca de autossustentação ou primitiva com a produção voltada para uma economia natural; 2) A pequena produção familiar dos pescadores-lavradores; 3) Os Pescadores Artesanais; 4) Armadores e pescadores embarcados; 5) Empresas de pesca. Cada um destes tipos, evidentemente, possuindo características e processos históricos específicos, além de interações produtivas de acordo com o ambiente que atuam. Estas tipologias ou categorias, é preciso entender, “não representam somente técnicas de pescar distintas, mas maneiras diferenciadas de se organizar os meios de produção e a força de trabalho”

(DIEGUES, 1983, p. 160). Todo um processo organizado de comercialização do pescado também foi alvo de exame para esse pesquisador em que constatou, em um espaço de tempo específico, que atravessadores individuais estavam perdendo gradativamente o terreno para as firmas de compra e financiamento da produção.

Dessa forma, o autor trouxe importante contribuição ao classificar as diversas configurações sociais e produtivas no âmbito da pesca realizada na costa paulista onde destacamos para efeito de nossa abordagem, as seguintes tipologias e informações em tabela.

Tabela 3 - Formas de organização da produção de pesca

Fatores variáveis	Pesca de autossustentação: economia natural	(Pequena produção mercantil simples)	
		Pescadores-lavradores artesanais	Pescador Artesanal
1. Objetivos da produção pesqueira	Autossustentação grupal	Quantidade destinada à produção de objetos de uso maior que a destinada a objetos de troca	Parte da produção destinada à produção de objetos de troca é maior que a destinada à produção de objetos de uso
2. Relações sociais de produção	Propriedade grupal dos meios de produção (ex. tribo indígena)	Propriedade familiar dos instrumentos de produção	Propriedade individual dos meios de produção
3. Critério de alocação dos recursos e fatores de produção	Satisfação das necessidades comunitárias/ tradição	Marginalmente o mercado de fatores de produção	Parcialmente o mercado de fatores de produção
4. Remuneração da força de trabalho	Divisão tribal/comunitária da produção segundo as necessidades alimentares	Remuneração pelo sistema de partes; parceria; retribuição <i>in natura</i>	Remuneração pelo sistema de partes sobre o valor da captura; remuneração em dinheiro
5. Unidade de trabalho	Tribo/clã/comunidade	Grupo doméstico sem especialização entre pescadores	Grupo de pescadores independentes, com ou sem laços familiares
6. Instrumentos de produção	Braço ou extensão imediata deste	Aparelhos fixos; linha; pequenas redes de emalhar	Redes; aparelhos de arrasto semimecanizados e móveis
7. Propriedade dos instrumentos de produção	Comunitária	Familiar	Propriedade individual/familiar. O proprietário participa da pesca
8. Capacidade de predação/ escala de produção	Mínima	Reduzida	Média, dependendo do meio ambiente físico e da competição entre pescadores
9. Espaço de captura	Rios; enseadas	Rios; áreas estuarinas	Áreas costeiras
10. Propulsão das embarcações	Embarcações usadas raramente	Remo ou vela	Pequenas embarcações motorizadas ou a vela
11. Tipos de conservação do pescado	Inexistente; o pescado é consumido de imediato	Pouco utilizado. Em geral, é a salga/secagem	Gelo em pedras; salga

Fonte: DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

Embora o estudo e o sistema classificatório de Diegues (1983) tratem da produção pesqueira realizada em um determinado ambiente marinho e com certo distanciamento de tempo (década de 70/80), os seus apontamentos tipológicos encontram correspondências em outros nichos de atividade pesqueira, ainda hoje, praticada no país.

Com muitas ressalvas aos aspectos tecnológicos como a propulsão das embarcações, tipos de conservação, aparelhos informatizados (GPS- Global Positioning System) para localizar os cardumes ou realizar a marcação de pesqueiros e etc., que tiveram significativas inovações ao longo dos anos, alguns dos aspectos sociais de organização do trabalho de pesca, considerado aqui como parte integrante de um *ethos* pesqueiro, permanecem com considerado grau de semelhança seja no ambiente marítimo, estuarino ou fluvial.

Ao descrever, por exemplo, a produção dos *pescadores-lavradores* no litoral paulista Diegues (1983) levanta aspectos importantes que os aproximam da coletividade de pescadores que analisamos no presente estudo. Principalmente, quando este último discorre sobre o ambiente ecológico em que atuam, o modo doméstico de organizar as pescarias, as técnicas empregadas, as noções de pertencimento a uma praia, a pluriatividade dos pescadores e já naquela época apontava também para os impactos das atividades turísticas e do crescimento das áreas urbanas em territórios e vilas de pequenos pescadores.

Destaca-se, entretanto, que o autor atentou para o fato de que muitas das categorias ou unidades de produção que encontrou no espaço estudado acenavam para formas diferenciadas não estanques, que já não existiam em seu estado puro. A reprodução da força de trabalho, dos instrumentos de produção e das relações sociais próprias a cada uma delas passavam pelo crivo da articulação existente entre as várias formas de organização pesqueira e que de todo modo coexistiam num espaço geográfico com suas particularidades (DIEGUES, 1983).

A despeito da densidade e pioneirismo do trabalho analítico do pesquisador supracitado, na região norte do Brasil também podemos dizer que estas unidades de produção existem e coexistem. Porém, apresentam muitas peculiaridades ligadas ao conjunto de condições biofísicas e socioeconômicas desta região, bem como traços culturais específicos que sustentam determinados modos de viver, trabalhar e conhecer em diversos aspectos da vida social.

Em nosso caso, favorecemos a análise àqueles pequenos pescadores artesanais que vivem às margens de rios no interior do território paraense cujos modos de vida, sistemas de pescas, regimes de informações e saberes encontram-se entrelaçados ao conceito de *ribeiridade* (FURTADO; MANESCHY, 2002). Pretendemos pensar a ribeiridade deste grupo social analisado como outra face do conceito de *maritimidade* desenvolvido por alguns

autores (MALDONADO, 1993; DIEGUES, 1999a). De acordo com a literatura especializada “há o estabelecimento da tese de que, diferentemente das sociedades cujas relações sociais são desencadeadas no mundo da terra, as relações sociais entre pescadores artesanais dão-se através de uma cultura distinta, a cultura marítima, ou *maritimidade*” (SILVA, R., 2012, p. 18). De outro modo é que buscamos inserir o mundo dos rios, ou melhor, a “cultura da beira de rio” no cerne epistemológico da socioantropologia aqui empregada, assim, a chave analítica da ribeiridade como forma de ampliar o horizonte de análise de pesquisas que têm por objeto de estudo sociedades haliêuticas dos diversos territórios brasileiros.

O conceito aludido, engendrado sob a ótica de compreender as múltiplas vivências, economias e simbolizações de populações ribeirinhas ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, apresenta-se como alternativa ricamente produtiva para pensar as formas culturais dos pescadores artesanais ribeirinhos do Juá, uma vez que a partir do convívio com estes pescadores foram geradas percepções teoricamente relevantes em torno deste universo tão marcante e profundo na vida dos sujeitos pesquisados.

A partir desta perspectiva, empreendemos analisar as maneiras pelas quais estes sujeitos constroem seu mundo (objetivo e subjetivo) em uma localidade regida pela sazonalidade do rio que os “serve” a todo momento seja para alimentar a unidade familiar seja para transportar parentes e amigos seja para construir uma sabedoria particular sobre o meio ambiente e produzir afetos entre gentes próximas e aqueles mais distantes.

Um conjunto de saberes e relações acontecem intimamente ligado aos processos de observação e experimentação e modos de transmissão de saberes específicos pautados pela tradição oral ou métodos tradicionais. A coletividade de pescadores que estabelecemos o diálogo de pesquisa constitui uma unidade familiar com ou sem laços de parentesco que utilizam o complexo hidrográfico do Juá não só como meio de subsistência e lazer, mas como *extensão natural de suas próprias vidas*.

Residindo na beira da praia e ao fundo do Lago, para estes pescadores as correntes d’água, a enseada, o igarapé, a vazante do rio cumpre papel determinante em muitos aspectos da vida social e influenciam todo um calendário de atividades, enquanto habitantes ribeirinhos, como bem observou Benchimol (1995).

Em função da geografia fluvial de altos e baixos níveis de enchentes e vazantes, o povo teve que se adaptar e inventar um calendário de vida, economia, trabalho fabríco, safras, virações, roçados, colheitas, cortes, pescarias todos têm a sua própria época do ano e variam com as condições locais e os acidentes e imprevistos dos rios, das chuvas, alagações e secas. A fartura e a escassez, também, se alternam entre as duas estações do ano fluvial (BENCHIMOL, 1995, p. 195)

Sem dúvida, a rotina dos pescadores do Juá está pautada neste conjunto de acontecimentos variados tanto de ordem biológico quanto sociocultural e econômico. As formas e a intensidade dos deslocamentos ao centro da cidade, ao bairro próximo da vila ou outras comunidades ribeirinhas, por exemplo, dependem da “época do rio”, do estreito do canal do igarapé que os cercam, de quando “*tá água*” (cheia do rio) ou de quando “*não tá água*” (vazante do rio), se tem óleo diesel para colocar no motor da canoa ou se a maré está boa para navegar e, assim, por diante.

Os condicionantes naturais e sociais que moldam a vida dos sujeitos sociais analisados, neste espaço-tempo localizáveis, não são descritos somente pelo pesquisador que os interpela, mas a partir da própria autodenominação em situações diversas. Em noventa por cento das entrevistas realizadas, por exemplo, com nossos interlocutores (ver questionário em anexo 2) a denominação “ribeirinho” foi tido como autoevidente e muitas vezes associado à prática da pesca ribeirinha como denominador comum mais explícito.

Em nosso entendimento tomando como horizonte a perspectiva do outro “estranhado”, o automatismo do significado que assume “ser ribeirinho”, *aquele que mora na beira do rio*, se traduz no imediatismo da conformação que regula a vida dessas pessoas – o rio e o “mundo das águas” como paisagem plasmada no próprio corpo, na própria cognição. De acordo com Loureiro (1992):

O ribeirinho é aquele que vive à beira dos rios e igarapés, seja nas cidades, vilas ou povoados, todos eles à margem dos cursos d'água, seja em agrupamento de duas ou três casas, seja, finalmente, isolado numa “cabeça de ponte”, trapiche de madeira que se projeta rio adentro (LOUREIRO, 1992 citado por RENTE NETO; FURTADO, 2015, p. 160)

Não foi difícil, todavia, identificar alguns destes elementos da expressão cultural de grupos ribeirinhos no agrupamento em questão. Mas, tal categoria de análise cultural nos permitiu explorar ainda mais as analogias que podem ser construídas relativas aos seus modos de existirem perto dos recursos disponíveis ou da forma como assumem suas tarefas diárias.

De forma repetitiva, os afazeres de buscar água para diversas atividades domésticas, coletar frutos e ervas, construir improvisações de morada, pescar, consertar canoas e apetrechos, monitorar o território, entre outros, respondem a um *modus operandi* em constante regulação com o meio. Como nos lembra Moran (1994).

O processo adaptativo dos agrupamentos humanos a determinados ambientes está relacionado à elaboração de *ajustes reguladores*, de caráter morfológico e funcional, criados por esses grupos visando uma relação estável com o meio que o cerca, aumentando as possibilidades humanas de sobreviver e viver com relativo bem-estar em ambientes variados (MORAN, 1994, p. 27)

Tais elementos reguladores em meio a pressões exercidas pelo ambiente estiveram presentes no comportamento do grupo social observado e podemos ilustrar brevemente através de mosaicos fotográficos onde as imagens emprestam o olhar do etnógrafo.

Todavia, cabe ressaltar que estamos cientes da renovação das discussões em torno do uso da imagem para ampliar a compreensão dos universos culturais com os quais pesquisadores se defrontam em suas pesquisas de campo e compactuamos com a perspectiva de que “a imagem pode e deve ser utilizada como uma narrativa visual que informa o relato etnográfico com a mesma autoridade do texto escrito” (BITTENCOURT, 1998, p. 199). Também consideramos válidos os problemas levantados por Howard S. Becker (2009) quanto às relações construídas entre produtores e usuários na construção de representações sociais entre si, a partir de materiais reunidos e ordenados com a finalidade de comunicar algo.

Em outros mundos de feitura de representação, os produtores deixam aos usuários grande parcela do trabalho de arranjar e interpretar. Alguns artistas que produzem representações da realidade social fazem isso deliberadamente. Recusando-se a pôr em prática as generalizações que parecem saltar do material que apresentam, deixam decididamente esse trabalho para os usuários. Também aqui a liberdade é por vezes mais aparente que real, porque os produtores empregam as ferramentas técnicas e conceituais de seus ofícios para canalizar a atividade e a reação dos usuários (BECKER, 2009, p. 40-41)

Mosaico Fotográfico 1 – A vida na beira d’água



Fotos: SILVA, Dárnisson Viana, 2017.

Mosaico Fotográfico 2 – Enchente do rio



Fotos: SILVA, Dárnisson Viana, 2017.

Procurando responder as perguntas iniciais do tópico que nos debruçamos e que, de alguma maneira, segundo a tradição antropológica clássica se colocam como: *Quem são eles? E como eles vivem?* Temos que, a despeito de todas as transformações em curso em vários agrupamentos de pescadores estudados por outros autores e em diversos outros contextos, nos deparamos com uma vila de pescadores que, aos moldes da classificação sugerida por Diegues (1983), ainda está voltada, bem dizer, para uma economia natural com pouco uso da moeda em suas relações intercomunitárias.

Ao que pesem as diferenças de ambiente físico e traços culturais da região já discutidos anteriormente, há, entretanto, a necessidade de se fazer certos ajustes situacionais ao caracterizá-los dessa maneira.

Por certo, se tivéssemos que esquadriñar caracterizações conforme a tabela construída pelo pesquisador teríamos significativas aproximações com o que denominou de “pequena produção familiar dos pescadores-lavradores”, porém incorporando dados e elementos de outras classificações que julgamos necessário.

Vejamos o resultado deste exercício.

Tabela 4 - Organização da produção de pesca artesanal ribeirinha no Juá

Fatores variáveis	Pescadores artesanais ribeirinhos do Juá
1. Objetivos da produção pesqueira	Autossustentância familiar/ Produção de objetos de troca
2. Relações sociais de produção	Propriedade familiar dos instrumentos de produção
3. Critério de alocação dos recursos e fatores de produção	Satisfação das necessidades comunitárias/ tradição, ocasionalmente comércio
4. Remuneração da força de trabalho	Divisão comum da produção segundo as necessidades alimentares; Parcerias e sistema de partes
5. Unidade de trabalho	Grupo doméstico e Parcerias
6. Instrumentos de produção	Aparelhos fixos; linha; redes de emalhar, tarrafa, arpão, espinhel
7. Propriedade dos instrumentos de produção	Familiar e individual
8. Capacidade de predação/ escala de produção	Reduzida
9. Espaço de captura	Rios, Enseadas; Boca de lagos, Várzea; Igarapés
10. Propulsão das embarcações	Pequenas embarcações motorizadas e canoas
11. Tipos de conservação do pescado	Gelo; salmoura ou o pescado é consumido de imediato

Fonte: Adaptado de Diegues (1983) a partir de dados etnográficos

Assim, construímos uma tabela com os aspectos operacionais que nos foi possível atestar em campo, independente de outros poucos estudos já realizados no local e com outros grupos de pescadores usuários (RABELO *et al.*, 2017; MPF, 2017; CARDOSO *et al.*, 2018). A objeção que se coloca em termos da categorização de *pescadores-lavradores* ora suscitada para com o grupo específico do Juá é que para estes a prática da lavoura, ou seja, trabalhar a terra para plantar safras rotativas, não se constitui como base opcional de renda (provável que isto fora fundamental para gerações anteriores de moradores). Hoje, eles preferem colher os “benefícios” que a movimentação turística traz, assim, as possibilidades de atravessar banhistas no canal do igarapé transportando para as praias consideradas mais bonitas e limpas, cuidar das casas de veranistas vizinhos, alguns serviços como guias em pequenas expedições de estudantes pesquisadores pelo lago e entorno e os “quebra-galhos” na construção civil, bem como na produção de carvão vegetal vão surgindo e ajudando a complementar a renda quando não, serviços diversos são empregados também na cidade.

Um mosaico de atividades precariamente remunerado configura, portanto, uma pluriatividade dos pescadores artesanais dessa localidade que aponta contornos mais adaptativos em termos de *estratégias de sobrevivência*, convergindo para a análise de Diegues (1983) em que constata que esses pescadores são em geral os mais pobres sendo obrigados a complementar sua renda com atividades ligadas ao comércio, ao cuidado de casas de gente de fora e ao turismo.

A maior parte deles mora nas praias e encontram-se acuados pela invasão de suas praias pelas casas de turistas, pelos *campings*, pelas transformações urbanas e etc.

Para concluir, os pescadores os quais convivemos e estudamos são artesanais porque o são em oposição aos pescadores industriais que utilizam técnicas modernas e sua alta capacidade produtiva para atenderem mercados consumidores especializados. São porque, assim o compreendem seu ofício da pesca, sua *arte de fazer* ou *saber-fazer*, diferente de outras maneiras com princípios produtivistas e mercadológicos e também por mobilizarem outras práticas e valores sociais inscritos nos processos materiais e simbólicos de realizá-lo.

São também pescadores ribeirinhos por tudo que já foi exposto concernente ao elemento – *rio* – ou *modo de viver na beira do rio* como elemento crucial e demarcador de suas identidades e atividades vitais.

Assim, sendo o rio, conforme as limitações, a própria “estrada” de ir e vir dos pescadores que residem no Juá, a própria “geladeira” para conservar o peixe recentemente pescado e ainda fresco, o próprio “relógio” natural dos dias que se seguem.

2.2.3.1. A *vila* enquanto família e a Família enquanto comunidade (tradicional): o lugar humano da vida

Uma das dificuldades iniciais do presente estudo (que talvez ainda permaneça) foi a de definir o agrupamento humano e seu território social, onde pescadores da geração presente vivem e que as gerações precedentes, provavelmente, tiveram papel importante no seu estabelecimento.

A opção mais adequada que encontramos de classificar esse aglomerado de pessoas que vivem basicamente da pesca foi o de uma *vila de pescadores*. Assim, entendido, pois, o próprio grupo social que reside no Juá se reconhece enquanto uma família¹¹⁶ que tem por excelência a atividade da pesca artesanal como meio de vida. Diríamos até, que não só como meio de vida, mas como extensão de seus valores espirituais guiando suas ações e virtudes em um contexto cada vez mais espremido pelo *novo acontecer do presente* (BRANDÃO; BORGES, 2014). Tal pressão, sobretudo, representado pelas recentes transformações do meio natural em decorrência de crimes ambientais, disputas políticas de governança e interesses econômicos em jogo.

¹¹⁶ A ideia de família de pescadores, aqui, é entendida no sentido mais abrangente onde pessoas com ou sem laços consanguíneos se reúnem e formam uma coletividade que tem por códigos culturais voltados ao exercício da pesca nesse trecho do rio Tapajós.

Por outro lado, o fato deste agrupamento ter experimentado no passado a experiência associativa de uma comunidade com instituições próprias formalizadas, tais como capela/igreja, estatuto e regimento, equipe esportiva (time de futebol), barracão comunitário e outros. Isso tudo vivenciado com intensidades emocionais relevantes, hoje, acaba por produzir na maioria das pessoas uma consciência senão analítica pelo menos interpretativa do passado e do presente em termos de composição de um grupo. Tal consciência, manifestada com certo pesar nas palavras de Seu Raimundo.

Aquí nós não temo mais uma comunidade! Como é que se vai ter uma comunidade só com este pouco de casa? Sem uma igreja, sem nada! Uma capela que seja, então eu enxergo assim, professor! Nós vive só nós mesmo aqui e Deus... (Raimundo Nonato de Souza, na beira do rio, 10/06/2017)

A lembrança viva na memória dos pescadores de que o Juá “já foi” uma comunidade (±vinte famílias) com componentes sólidos e em que havia um calendário de atividades voltado para as pautas comunitárias acaba produzindo certo *sfumato* na compreensão do que se tem hoje em termos de organização social, pois, as entidades representativas e os eventos sociais que davam coesão à ideia de comunitários ficaram na memória individual e coletiva e mesmo, pode-se dizer, em resquícios de registros fotográficos raros como estes que pudemos acessar e de certo modo expor aqui.

Os registros imagéticos que iremos apresentar ilustram os primeiros núcleos familiares que se estabeleceram no território do Juá, bem como celebrações e eventos esportivos que marcaram momentos significativos neste lugar humanamente habitado.

Fotografia 24 – Família na praia do Juá, na ponta direita o casal Dona Maria Brasilina Santos Nogueira e João Avelino de Souza, um dos primeiros casais a residir no local



Fonte: Arquivo pessoal de Dona Raimunda, década de 1970

Fotografia 25 – Time de futebol: *Juá Esporte Clube*



Fonte: Formação do clube esportivo década de 1980

Fotografia 26 – Batismo das crianças na capela



Fonte: Arquivo pessoal de Dona Raimunda, década de 1980

Fotografia 27 – Família de Dona Raimunda na praia



Fonte: Idem, década de 1980

Fotografia 28 – Capela do Juá



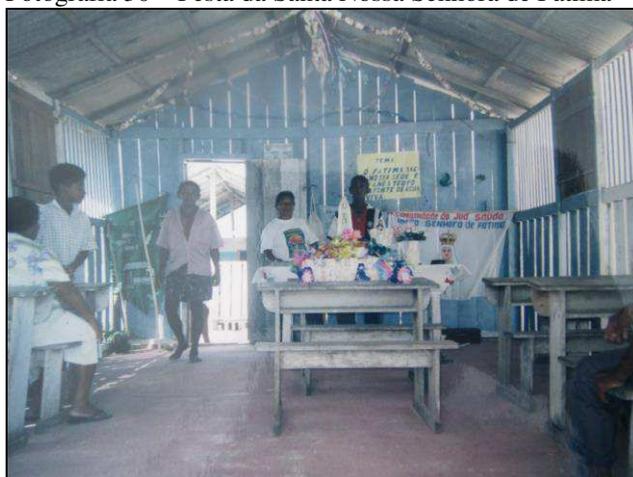
Fonte: Idem, década de 1980

Fotografia 29 – Casamento



Fonte: Idem, década de 1980

Fotografia 30 – Festa da Santa Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Idem, década de 1980

Atualmente, vivem efetivamente no Juá seis grupos domésticos nas suas respectivas casas-benfeitorias. E podem ser representados pelos seguintes moradores:

A casa de Seu Benjamim (o Beja), localizada próximo à ponta da praia. Logo ao lado, a casa de Seu Leonan Amaral, que era de costume visitá-la no verão, mas que se instalou definitivamente no ano de 2018.

Em seguida, a casa de Manoel dos Santos e vizinho também da irmã Dona Maria dos Santos que retornou a vila depois de passar longo período na comunidade de Pedra Branca (Tapajós). Mais à frente, encontram-se a casa de Seu Raimundo Nonato de Souza e Dona Raimunda dos Santos Ferreira, hoje o casal de irmãos mais velho da praia e lago do Juá.

Além destes grupos domésticos, existem as casas de proprietários veranistas, ou seja, grupos de famílias que residem na cidade e que aparecem esporadicamente para a prática do lazer ou para festividades de fim de ano. Estas casas possuem estruturas melhores, com varandas amplas e destoam das moradias mais humildes dos residentes fixos.

Há, também um conjunto de benfeitorias (malocas) que, embora possuem donos, apresentam aspecto de total abandono.

Levando-se em consideração todas as benfeitorias (residências fixas, malocas e casas de veraneio) e seus respectivos proprietários temos um total de vinte e quatro instalações que podem ser, assim, vinculadas a determinados nomes como os que apresentamos na tabela abaixo.

As informações a seguir são baseadas nas declarações de moradores residentes no Juá, coletadas fundamentalmente a partir do campo etnográfico.

Tabela 5 – Benfeitorias e proprietários na vila do Juá no ano de 2017

Benfeitoria	Proprietário e profissão	Número de moradores por casa
B1	Dona Catarina (aposentada)	0
B2	José Maria (advogado)	0
B3	Adailson (comerciante)	0
B4	Benjamim (Seu Beja – pescador aposentado)	4
B5	Raimundo (pescador)	0
B6	Leonan (técnico ambientalista)	1
B7	Dona Léo (professora da rede pública)	0
B8	Manoel (pescador)	3
B9	Dona Maria (pescadora aposentada)	1
B10	Seu Elson (polícia civil)	0
B11	Seu Raimundo (Mundico – pescador)	7
B12	Seu Pedro (Feirante)	0
B13	Seu João (aposentado)	0
B14	Seu Mendonça (sargento da polícia militar)	0
B15	Dona Raimunda (pescadora aposentada)	3
B16	Desconhecido	0
B17	Júlio César (comerciante)	0

B18	Reinaldo (professor universitário)	0
B19	Zezinho (mestre de obra)	0
B20	Elizangela (comerciante)	0
B21	Seu Albemô (aposentado)	0
B22	Seu Renato (não informado)	0
B23	Umbertinho (comerciante)	0
B24	Dona Fátima (aposentada)	0
Total	24	19

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações concedidas pelo morador Fernando Ilson dos Santos

Hoje, no perímetro da praia do Juá verifica-se um total de dezenove residentes fixos (entre nativos, parentes, agregados e outros recém-chegados) e constituem o que podemos chamar de uma pequena vila de pescadores.

O cotidiano desses grupos domésticos está atrelado à prática da pesca de subsistência, às transações realizadas através do rio entre a cidade de Santarém, a praia periurbana do Maracanã, sítios e comunidades mais distantes (Santi, Cameté e Pedra Branca) onde diversos parentes residem. As visitas aos parentes distantes, em boa parte das relações, têm por objetivo a troca de informações e mercadorias como farinha de mandioca, farinha de tapioca, tucupí, peixes, remédios (banhas de animais medicinais) e outros produtos da floresta.

Fotografia 31 – A vila



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, novembro de 2017.

Como contraponto à ideia expressa por Seu Raimundo em relação às condições atuais da Vila, temos que a denominação *comunidade* pode ser aplicado a diversificadas situações.

Ao buscar estabelecer diálogo com diferentes perspectivas teóricas, Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Corrêa Borges (2014) procuraram estender o conceito de comunidade e, por conseguinte, incluíram o conceito de comunidade tradicional, a pelos menos quatro

situações que procuramos, assim, sintetizá-las: a) *Comunidade primitiva ou autóctone*, aquela confrontada em algum momento com uma sociedade colonizadora; b) *Comunidade tradicional*, uma comunidade típica e também um “acontecer presente” imperativo que acaba tornando-se o lugar dos pobres, dos expropriáveis, dos resistentes em uma situação de fronteira; c) *Comunidade de exclusão*, em geral formada por desalojados e migrantes pobres escanteados para alguma área de sobra; d) *Comunidade de adesão*, agrupamento de pessoas que se reúnem por escolha mútua para criarem uma unidade de ação social, seja por afinidades de credo, visão política ou marginalização e protesto.

Analisando cada uma das situações, os autores chegaram à conclusão de que “em qualquer uma de suas dimensões, e por diversas que elas possam ser, a comunidade é a paráfrase do lugar-humano” (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 3). Dessa forma, ampliam largamente os horizontes em que diferentes contextos históricos e sociais podem apresentar ambientes solidários propícios ao surgimento dos modos de organização social aqui discutidos. Assim, explanam os autores.

É aquilo que se cria em um espaço-de-vida quando ali se vive, quando ali se chega ou quando para ali se vai de maneira imposta e arbitrária. Um campo de refugiados é inicialmente um aglomerado de desalojados. O que em pouco tempo se cria endogenamente ali é uma comunidade ou são algumas comunidades. Anterior, contemporânea ou posterior à “chegada do estranho”, a comunidade é o como se pode fazer frente ao capital, ao poder exterior, ao mercado, à sociedade de massa e a mídia (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 3)

Uma das maneiras pelas quais os autores citados encontraram para abordar inicialmente os problemas das comunidades tradicionais, como unidades tradicionais de vida e trabalho, foi através do que chamam de *comunidade popular*.

Argumentam os investigadores que “uma comunidade popular (mas nem todas) é também tradicional. E explicam:

Ela o é por representar uma forma ativa e presente de resistência à quebra de um reduto inter-humano de relações ainda centradas mais em pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produto do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadorias através de pessoas, tornadas elas próprias, seres-objeto (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 4)

Ou seja, as comunidades de tal natureza ativa expressam a própria contradição da modernidade, enquanto suplemento antagônico, elas são os territórios das minorias desafiando as redes de trocas e as exigências da “civildade” propalada pela ideia vigente de globalização.

De outro modo, alguns autores evitam a palavra comunidade ao precaver a romantização destas coletividades, sobretudo aos *povos da floresta*, como inertes no tempo, periféricas ou como genuíno exemplo de nossas mais remotas tradições. E chamam atenção para outros aspectos latentes e transformadores no mundo contemporâneo.

O que este cenário deixa de reconhecer é que a situação mudou, e com ela a validade dos antigos paradigmas. As populações tradicionais não estão mais fora da economia central, nem mais simplesmente na periferia do sistema mundial. As populações tradicionais e suas organizações não tratam apenas com fazendeiros, madeireiros, garimpeiros. Elas tornaram-se parceiras de instituições centrais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e as poderosas ONGs do “primeiro mundo” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 289)

É a partir da perspectiva colocada pela autora que desenvolvemos outro raciocínio a respeito do pequeno povoado de pescadores no Juá, cujas circunstâncias de interesses econômicos externos têm exigido uma postura *dos antigos*, embora ainda tímida, de enfrentamento e apropriação das categorias políticas “disponíveis” como as de comunidade tradicional, população tradicional ou até mesmo como *famílias em situação de risco* (BRASIL, 2004) através de programas sociais do governo federal.

Neste ínterim e a partir do que alguns autores mais ligados ao tema tem investido instrumentos de compreensão às *territorialidades específicas*, enquanto *terras tradicionalmente ocupadas* (ALMEIDA, 2004, 2012), *territórios sociais* (LITTLE, 2002) ou *processos de territorialização*¹¹⁷ (OLIVEIRA, 1998) surgem como possibilidades cabíveis de entendimento aos processos atuais de confrontação da situação geográfica do Juá (que por sinal é área de proteção ambiental formalizada) e começam a fazer parte do discurso dos nativos, seja de uma forma bem peculiar, com ainda pouca força e repercussão, mas com ampla pertinência e adesão de outros atores sociais como estudantes e pesquisadores vinculados à instituições de ensino locais.

Nas palavras de Dona Raimunda, antiga líder comunitária, é possível identificar elementos deste posicionamento frente aos problemas concretos que insurgem no âmbito de seu espaço de vida.

O que faz uma comunidade é ter gente na frente! [...] eu quero ir, eu quero participar porque lá eu estou sabendo o que acontece né e eu não indo eu não sei o que acontece...os outro pode me contar, mas eles não sabem o que acontece aqui...eu

¹¹⁷ “Territorialidades específicas”, “terras tradicionalmente ocupadas”, “territórios sociais” ou “processos de territorialização” são conceitos mobilizados por estudiosos que fazem parte de um grande esforço teórico em compreender e abarcar as distintas formas fundiárias mantidas por inúmeros agrupamentos humanos no Brasil. Cada conceito centram a problemática dos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.

tenho que ir...porque, assim, como eles batem a boca em cima da comunidade eu também bato para as pessoas saberem... olha lá no Juá é assim, assim, assim (Dona Raimunda, 23/01/2018)

[...] mas com isso da invasão [avanço da ocupação urbana] daqui um tempo nós não vamos ter mais o lago aí...é isso que eu acho...porque quando morava só nós aqui nós vivia num paraíso agora que tem esse pessoal aí [ocupação Bela Vista do Juá] nos vive só na perseguição ...é roubo quase todo dia aí... (Dona Raimunda, 23/01/2018)

Olha o Conselho [Conselho da APA-Juá] é mais para falar mesmo do lago...tenho até que ligar para professora lá da Ufopa (Universidade Federal). Porque eles colocaram placa ali [placa de preservação], mas lá do outro lado não tem nada e eles cada vez mais invadindo e tacando fogo lá. E eles não enxergam isso! Quero até falar isso para eles lá do Conselho que eu não estou vendo nadinha deles (Idem.)

A senhora Dona Raimunda que desempenhou papel de liderança na comunidade do Juá no passado, ainda expõe sua imagem e presença junto aos representantes do estado e secretarias ambientais do município. Frequentemente, ela é convidada para dar entrevistas ao jornalismo local como forma de denunciar os danos causados ao Lago do Juá e entorno, bem como participava, até o ano 2017, enquanto conselheira de pesca de reuniões e audiências públicas da Procuradoria do Estado. Hoje, com a saúde fragilizada, o que dificulta sua atuação em defesa dos direitos à preservação dos recursos naturais do lago, lamenta por não poder mais participar.

Mas agora que só vivo doente do meu braço eu já não posso participar das reuniões, eles vivem me ligando para representar, assim, lá como da comunidade né, quando minha filha podia, ela me levava, mas agora que estou operada, agora que ficou difícil mesmo! (Dona Raimunda, 20/10/2018)

Observemos que em termos pragmáticos a ideia de comunidade é acionada para responder a um conjunto de ações nos âmbitos da militância, do jurídico ou das políticas públicas do estado, especialmente, enquanto sujeitos de direitos ancestrais.

Dadas as particularidades de ocupação e os contingenciamentos históricos da vila do Juá, não só o grupo familiar local residente, mas também documentos oficiais do judiciário do estado (através de Ação Civil Pública e Liminar Judicial) apontam como ocupantes daquela área, uma comunidade tradicional de pescadores¹¹⁸. E que, portanto, está dentro dos parâmetros da legislação brasileira segundo o Decreto nº. 6.040/2007, que instituiu a (PNPCT) Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

¹¹⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017, op. cit. E SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM, 2018.

O documento mencionado parte do princípio da previsão do multiculturalismo na Constituição Federal, da Convenção nº. 169/OIT, art.1, 1.a, 2 e da PNPCT encontrando correspondência à realidade observada nos seus autos. O que embasa tais assertivas do documento e a literatura especializada consultada é que se trata de um grupo culturalmente diferenciado que desenvolveu modos particulares de existência adaptados ao nicho ecológico específico, neste caso o complexo ou Sub-bacia hidrográfica do Juá.

Disso decorre uma série de outros qualificadores (saberes e práticas simbólicas, organização interna, dependência política e econômica, a dimensão identitária, memória de luta, etc.) que de uma forma ou outra as identificam aos moldes de uma pluralidade de outras sociedades, como *unidades tradicionais de vida e trabalho* (BRANDÃO; BORGES, 2014).

Destaca-se por fim, que seus operadores não são estáticos e que são também unidades culturais conectadas com o mundo (CARNEIRO DA CUNHA, 2009) que ora fundaram um lugar, e ainda fundam, permanentemente, o seu lugar de vida.

2.3. Considerações Preliminares

Nesta parte do trabalho procuramos discutir inicialmente e de forma concisa, diversos contextos que caracterizaram o desenvolvimento da produção pesqueira na região da Amazônia paraense. Assim, foram realçados alguns aspectos da história da evolução das técnicas e das políticas subjacentes ao setor que impulsionaram um salto qualitativo e quantitativo nas formas produtivas até então empregadas na região. Hoje, este salto qualitativo/quantitativo vem acompanhado de inovações importantes e o crescimento das redes interurbanas e intraurbanas nas cidades amazônicas têm intensificado mudanças radicais na produção dos espaços, sem, contudo, eliminar velhas dinâmicas e práticas socioespaciais (COSTA, 2012).

Nesse contexto, a cidade de Santarém, enquanto polo econômico do Oeste do Pará, na região do Baixo Amazonas, vem já algum tempo despertando interesse de um grande leque de atores sociais fazendo com que seus espaços (urbanos ou rurais) centrais ou periféricos sejam valorizados cada vez mais e ainda reafirmando a importância do rio como recurso econômico e ponto nodal de futuros projetos de infraestrutura que interligarão todo o estado com vistas a logística empresarial, mais especificamente ao setor de minérios e da agroindústria. Este fato, decorrente, sobretudo, do avanço da expansão agrícola na produção e escoamento de grãos

(soja, milho, arroz), principalmente, depois que passou a operar no território santareno a empresa multinacional Cargill Agrícola S/A, no ano de 1999.

Como resultado das recentes e aceleradas transformações do meio urbano da cidade, processos de expropriação de terras têm sido desencadeados com mais frequência, bem como o aumento da violência contra as camadas mais pobres da população e os chamados povos e comunidades tradicionais.

Nessa expansão das lavouras de soja no Estado do Pará, apoiadas pelo grande estoque de terras favoráveis à implantação da agricultura industrial, a preços reduzidos, observa-se recorrência de alguns mecanismos ilícitos, como a grilagem de terra, a violência contra o agricultor familiar, povos e comunidades tradicionais que não raras vezes têm sido expropriados de seus territórios, o que vem provocando o deslocamento de muitas famílias para área urbana da cidade de Santarém, conduzindo esta a um crescimento populacional nos bairros periféricos e com isso acentuando a espoliação urbana nos mesmos (COSTA, 2014, p. 63).

A inserção no contexto da economia global, a valorização do capital natural e a presença do cultivo da soja em processos que demarcam as tendências atuais do município com vistas à mobilidade urbano-rural e o papel que exerce na economia regional tem chamado atenção de pesquisadores e organismos internacionais ligados à defesa e conservação das florestas tropicais e as populações humanas que nelas habitam. É a partir daí, que surge os embates territoriais em torno de um complexo hidrológico objeto desta tese.

A sub-bacia hidrográfica do “Juá” como podemos analisá-la a partir das evidências colocadas até aqui, apresenta uma população de pescadores artesanais extremamente dependente destes ecossistemas e sofrem diretamente com o avanço desordenado da urbanização em torno do seu principal meio de sobrevivência, o Lago do Juá. Seja pela ocupação/invasão da área tida como de preservação permanente reconhecida pelo código ambiental do Município e do Estado, seja pela construção de conjuntos habitacionais privados que favorecem a deposição de resíduos sólidos no sistema lacustre.

Os conflitos gerados na ocupação do solo nesta área são de ordens diversas e afetam, sobremaneira, um modo de vida pautado em *condutas territoriais* (LITTLE, 2002), *saberes ecológicos e códigos culturais* intrinsecamente ligados ao rio, ou por meio do que podemos chamar de ribeiridade. A ribeiridade amazônica, tal como usamos aqui, deve ser vista como uma ferramenta analítica que explora um conjunto de relações profundas com base na complexidade que encerra a vida humana na terra firme, a vida na água (ictiofauna) e a vida humana na beira d’água, como a que observamos no trecho do rio examinado.

3. TRAVESSIA SOCIOLÓGICA: CULTURA, INFORMAÇÃO E SABERES TRADICIONAIS

3.1. A informação enquanto experiência humana de conhecimento/saber nos indivíduos e nas sociedades: qual “a condição da informação” e o “senso crítico” no modo de vida do grupo analisado?

Em um artigo escrito por Aldo de Albuquerque Barreto (2002) são discutidos alguns aspectos da relação da informação com o conhecimento em um formato mais sistêmico e dado às características epistemológicas da própria *ciência da informação*. Este autor inspirado na obra de Hanna Arendt, *A Condição Humana* (1989), traz para a teoria da informação e para o campo das humanidades apontamentos importantes no que concerne o que chamou de “a condição da informação”.

Segundo o autor, a preocupação da filósofa alemã em diferenciar, logo no início de sua obra, o que ela classificou como *a condição humana* da questão filosófica *da natureza humana* é de suma importância para a abordagem não incorrer em desvios analíticos insolúveis no que tange a problemática colocada. O ponto fundamental seria pensar a condição humana (diferente do problema ontológico) representada pelas características essenciais da existência do homem em um determinado espaço/tempo, visto que sem elas essa existência deixaria de ser humana (BARRETO, 2002).

A vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o planeta Terra pertencem à condição humana. O problema da natureza humana parece insolúvel, tanto em seu sentido psicológico como filosófico. Ao se lidar com a natureza humana, a essência apresenta-se como obrigação decisiva, em que se possa responder “quem sou eu” e “o que sou eu” – uma questão agostiniana. Na natureza humana tanto a questão teológica quanto a da natureza de Deus só podem ser resolvidas dentro da estrutura de uma resposta divinamente revelada (BARRETO, 2002, p. 67, grifo nosso)

Dessa forma, os pressupostos levantados para que haja *condição humana* estão, basicamente, atrelados a três atividades que juntas a pensadora chamou de *vida activa*. Seriam estas atividades: *o labor, o trabalho e a ação*. Dando sequência a explanação da pensadora, o *labor humano* estaria relacionado aos processos biológicos do corpo humano: crescimento, metabolismo e seu declínio. Segundo as palavras de Barreto:

Corresponde a uma condição nata de como determinados conhecimentos, um saber implícito, nascem com o homem. A condição humana do labor é a vida. Sua qualidade é de um estoque inicial de informação, que se acumula com o viver da vida (BARRETO, 2002, p. 67).

De outro modo, o *trabalho* estará intimamente ligado a qualidade da criatividade humana. Ao modo como o homem cria, modifica, elabora e reelabora sua existência no mundo material.

O trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana. Ele produz um mundo de coisas completamente diferentes de qualquer ambiente natural. E é exercido por diversos fluxos. *Com o trabalho o homem pratica a troca em todos os sentidos para cumprir sua permanência na Terra.* A condição humana do trabalho é a mundanidade. Uma das qualidades dessa condição humana é a criação e o registro, em código próprio, da informação e de sua representação. *Com a apropriação e elaboração gera-se o conhecimento* (Ibid., grifo nosso)

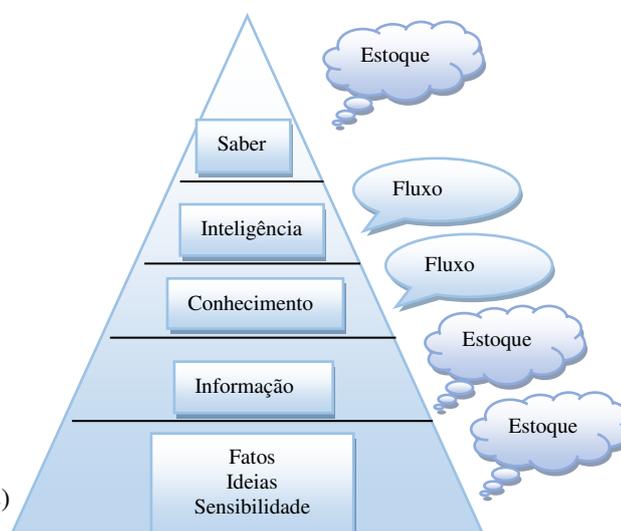
Por fim, a *ação*. Segundo esta perspectiva seria a única atividade da *condição humana* que só se realiza mediante o outro, ou seja, é determinada pela relação plural de convivência.

A ação é a única atividade da condição humana que só pode ser praticada com outros homens. Corresponde à condição humana da pluralidade. A ação é a condição de toda a vida política do homem na Terra. Nela o homem exerce sua qualidade de inteligência para introduzir seu conhecimento no espaço em que convive, com a intenção de modificar para melhor esse espaço, com a finalidade de estabelecer um acréscimo ao bem-estar de seus habitantes (Ibid.)

Partindo destes pressupostos de Arendt, lembrados pelo autor do texto, também se pode pensar “a condição da informação” em relação à própria *vida activa* da informação, ou seja, as características fundamentais de sua existência em meio a formulações semelhantes a condição humana. Isto é, tem-se que a “condição da informação” enquanto dado assimilável e/ou apropriável estará sujeita aos seus fluxos e seus estoques informacionais disponíveis.

Para melhor explicar estas associações, o autor elabora a seguinte ilustração em forma de uma pirâmide:

Figura 7 - Pirâmide de Fluxos e Estoques



Fonte: Barreto (2002)

Desse modo, temos que a pirâmide ilustra a *condição da informação* e, segundo o autor, sua *vida activa* deve ser determinada por três processos fundamentais que estariam na base, no intermédio e no topo da cadeia piramidal. Estes processos que promovem a condição da informação seriam, basicamente: *o conhecimento, a inteligência e o saber*.

Assim, o autor discorre: “o saber tem, quando se nasce, uma condição de vida igual ao labor, o conhecimento surge pela conquista, pelo trabalho e é inserido nas práticas de uma ação de inteligência com a realidade” (BARRETO, 2002, p. 68). Essa formulação indica, portanto, que na base da pirâmide existe um estoque de fatos, ideias e produtos da sensibilidade humana, institucionalizados ou não e que se transformam em outro estoque de informação. Por sua vez, esse estoque de informação apropriado e posto em circulação num arranjo de acontecimentos, minimamente controláveis, irá resultar em outra etapa que é o conhecimento. Segundo o autor:

Entende-se conhecimento como um fluxo de acontecimentos, isto é, uma sucessão de eventos, que se realiza fora do estoque, na mente de algum ser pensante e em determinado espaço social. *É um caminho subjetivo e diferenciado para cada indivíduo* (BARRETO, 2002, p. 68, grifo nosso)

Pensando o processo ou a habilidade de outra categoria, a inteligência, ela supõe, simplificada, a ação dinâmica de um conhecimento assimilado e aplicado na realidade circundante. E também pode ser vista como uma ação social, política, econômica ou técnica, em suma “representa um conjunto de atos voluntários pelo qual o indivíduo reelabora seu mundo e tenta modificar seu espaço” (Ibid., p. 68). Se isso pensado em termos de fluxo de informação podemos dizer que a inteligência está relacionada a capacidade de alto desempenho adaptativo ou transformativo mediante às sínteses elaboradas a partir de todos os dados informacionais obtidos numa situação. Contudo, o acúmulo do cruzamento destas experiências ao longo de um intervalo de tempo se expressará em um estoque de *saber ou sabedoria* cujo lugar privilegiado ocupa o topo da pirâmide.

Já, por outro ângulo, alguns autores como André Gorz (2005) tecem importante crítica a visão concebida de um *saber-informação*. Para este autor, o *saber* não pode ser reduzido aos métodos formalizáveis do saber-informação relativo à assim chamada “sociedade da informação”, que geralmente é tomada como idêntica a uma *sociedade do saber*¹¹⁹.

¹¹⁹ André Gorz (2005) irá definir uma *sociedade do saber* como uma verdadeira “sociedade da cultura” (*Kulturgesellschaft*). “Uma sociedade na qual a plena satisfação de cada um é o objetivo comum a todos, ou seja, uma sociedade que se dá como tarefa e valor centrais a cultura no sentido de *Bildung*, no sentido de cultivar nossas faculdades sensoriais, afetivas, expressivas, corporais, no sentido, como escreve Dominique Méda, de

Ele [o saber] aparece como uma substância que se extrai dos cérebros, passa-se para um aparelho com cuja ajuda pode ser manipulada, transportada, conservada e transformada em um fator de produção patentado, aproveitável. Dessa perspectiva, o saber é concebido como um complexo de conhecimentos formalizados, *como meio de produção morto, desvinculado de cada portador e apartado do contexto da vida* (GORZ, 2005, p. 77-78, grifo nosso)

As considerações do autor, portanto, procuram explicitar o que já fora apontado pela teoria marxista acerca das transformações de um *saber vivo*, “apanhado” pelas estruturas do capitalismo moderno, em um *saber desprovido de sujeito* (saber formalizado) destinado às atividades meramente produtivas, acumulado nas máquinas e determinado em última instância como capital fixo. Evidentemente, que o “saber” não se tornou uma mercadoria qualquer e, hoje, vinculado a ideia de informação ou “saber-informação” traz ainda dificuldades e confusões de entendimento de seus processos constitutivos, principalmente, quando comparado a outra faculdade humana eventualmente discutida – a inteligência.

Assim, para operar na cadeia produtiva, o *saber* (enquanto mercadoria de outra ordem) dentro da “indústria do saber” não precisa mais ser conhecido e compreendido por ninguém (GORZ, 2005). A produção deste “saber” tem em vista o aproveitamento máximo da possibilidade de substituição das capacidades humanas, refletindo e se desenvolvendo em algum momento numa inteligência artificial ou até mesmo numa vida artificial.

Há uma afinidade íntima entre a separação instrumental-cognitiva de um saber cientificamente formalizado a partir da experiência viva do saber, de um lado, e o domínio do capital orientado pela multiplicação abstrata do valor, de outro. Ambos delimitam metodicamente o que não pode ser formalizado e submetido ao cálculo (GORZ, 2005, p. 78)

Para este autor, são nítidas as necessidades de se realizar a crítica das formas dominantes das relações mercadológicas e da produção de valor que envolvem a atual fase do capitalismo¹²⁰, centrada em novas bases materiais e imateriais. E, nomeadamente, que a relação entre *saber vivo* e *formalizado*, entre *saber consciente* e *desprovido de sujeito* deveria ser uma questão de importância central para tecer tal crítica.

Partindo dos problemas e perspectivas discutidos até aqui, pretendemos colocá-las em evidência para analisar em que medida possam responder algumas indagações ao objeto da presente tese ou mesmo conectar as relações destas categorias analíticas à realidade social dos sujeitos aos quais trabalhamos e pesquisamos.

cultivar seu espírito, laborar, aprofundar, esculpir, pôr em forma perpetuamente as disposições que nos foram dadas, o patrimônio individual e social de que somos dotados” (Ibid., p. 63)

¹²⁰ O autor utiliza expressões como “capitalismo pós-moderno ou cognitivo” para definir esta nova fase do sistema econômico vigente

Embora os dois autores tragam reflexões com abordagens e métodos distintos, ainda assim apontam a mesma separação de alguns conceitos importantes. Por exemplo, tratam a questão do saber e do conhecimento em domínios distintos e identificam na dimensão da inteligência também outro objeto analítico. Sendo assim, é possível estabelecer alguns pontos convergentes e outros nem tanto no âmbito dos seus argumentos.

Se para Barreto, embora não trate isso de forma aprofundada, o conhecimento depende de um estoque de informação em circulação no meio social (institucionalizado ou não) e que é impulsionado pela inteligência de um indivíduo gerando novos saberes (estoque), André Górz enfatiza que os saberes não produzem sentido e não são elaborados fora do contexto da vida e, portanto, são maneiras diferentes da ação se comparado aos conhecimentos catalogáveis.

Ao analisar o problema mais específico cujo desdobramento incidirá compreender como as categorias discutidas são elaboradas e vividas na cultura ribeirinha dos pescadores do Juá, veremos que estas questões se entrecruzam e a maneira prática e teórica de se lidar com elas é dialogar com os dados empíricos decorrentes da observação de campo e do tempo de convivência junto ao grupo de pescadores conhecido.

Uma das questões que nos levaram a tratar do assunto nestes termos foram as práticas socioespaciais de informação, os processos tradicionais de investigação da natureza e seu espaço, formas de interpretar eventos corriqueiros e o gosto pelo conhecimento, pelo “sabor dos saberes” observados em meio aos pesquisados.

Essas questões já foram, de certo modo, introduzidas no capítulo 2 e nesse momento pretendemos refletir alguns aspectos práticos do dia a dia destes sujeitos e que abarcam o mundo interpretativo das relações sociais em que se situam.

A primeira pessoa (pescadora) que nos colocou em evidência de forma a chamar atenção para as questões de como se “produz” os saberes no lugar onde se vive, foi Dona Maria Ornelinda. Sua fala traduz, culturalmente, bem dizer uma implicação da *condição humana* e/ou da *condição da informação* em seus próprios termos.

Ninguém é professor de ninguém a gente fica observando e faz, depois com o tempo a gente já sabe fazer. *Ninguém nasce sabendo, mas nós morremos aprendendo né. Aprendemos o tempo todo né. Como diz, assim, minha filha para mim: mamãe não sabe ler, mas ela conhece mais coisa que nós.* Mas, porquê? Porque a gente participa das coisa, das reunião, das conversas, trabalha e entende né. Meu pai ensinou muita coisa, só não levava muito a gente na escola porque ele queria que a gente mais trabalhasse. Mas, eu não me arrependo não, porque a gente tem o acolhimento, a gente sabe acolher as pessoas, então isso é o que vale. Saber conviver com o outro (Dona Maria Ornelinda, agosto de 2017)

Este, sem dúvida, foi um comentário muito especial tanto pelo contexto onde foi produzido e tanto pelo conteúdo e reflexões suscitadas no âmbito de nossas discussões. Ou seja, Dona Maria Ornelinda enquanto expunha sua trajetória de vida oriunda de uma pequena comunidade próxima da cidade de Aveiro (PA), ao mesmo passo que retirava as escamas de uma cambada de peixes no jirau da cozinha, fervia água para um café a nos servir e dava informações do seu canteiro de plantas da qual extraia seus “remédios caseiros”.

Além disso, descrevia também tratamentos medicinais para casos de derrame, feitos a base de gordura de animais como jacaré, boto e porco-do-mato.

Muitas das explanações de Dona Maria vão de encontro com as propostas de pensamento dos autores discutidos anteriormente, tanto no aspecto da formalização do conhecimento e o saber não dissociado do contexto prático da vida, quanto retoma a questão da importância do *trabalho*, da *ação* e dos *fluxos de informação* que dão a possibilidade de assimilação e apropriação constantes. Com isso, nossa interlocutora afirmava ainda que em decorrência de seu *saber* adquirido e elaborado em contextos práticos do dia a dia aprendeu a conviver com outro, acolher as pessoas e, portanto, exercer sua qualidade de inteligência.

Nesse sentido, não por acaso que comentários como o de Dona Maria Ornelinda, assim como o de seu marido Raimundo Nonato (Mundico) podem ilustrar a postura de aprendizado constante em relação aos eventos socioculturais que os cercam.

O fato do pesquisador estar em contato com o seu grupo com a finalidade de estudá-los, quaisquer que sejam os motivos, também despertou o interesse pelo “tipo de conhecimento” que esse processo, supondo, viria a produzir. Seu Raimundo, categoricamente, refletiu sobre o que observava:

Eu queria “saber” só um pouquinho do que o professor “sabe”, porque ele veio aqui dar uma educação para nós, ele soube entrar e soube sair, mesmo eu sendo da profissão da pesca, você que me ensinou isso! *Chegou aqui balançando, balançando como uma canoa que está na maresia...* (Raimundo Nonato, agosto de 2017)

Não obstante, o *pesquisado* também tinha uma noção clara de que a questão fundamental que interessava ao *pesquisador*, sumariamente, era *como ele sabia o que sabia?* Ou melhor, como ele decodificava as informações no contexto de suas atividades diárias, no âmbito do seu trabalho e das suas relações socioambientais e socioculturais.

Consciente desta relação de busca e troca de experiências, o pescador, Seu Raimundo, lançava mão de informações que no seu entendimento eram de suma importância para o trabalho de pesquisa e que ele, substantivamente, contribuiu.

Assim, o veterano pescador colocava-se a disposição em discutir a importância do Lago, as inúmeras espécies de peixes e fauna que o abrigavam e as recentes mudanças observadas no ecossistema.

Dessa forma, Seu Raimundo ditou de maneira cuidadosa mais de quarenta espécies de peixes pescadas no lago do Juá, elegendo todas elas a partir da memória ativa/imediata e a partir da nomenclatura de seu saber, enfatizando espécies de peixes e animais que já não se encontravam com a mesma frequência de tempos anteriores.

Para registro dessas informações listamos, entre espécies encontradas com facilidade e algumas que estão desaparecendo ou já desapareceram do lago:

Quadro 1– Em negrito espécies que estão desaparecendo ou já desapareceram do lago do Juá

Jacundá	Caratinga	Filhote	Jacaré Tinga
Tucunaré	Pacu	Peixe-cachorro	Acari cachimbo
Jaraqui	Piranha	Apapa/ Sarda	Tamuatá
Pirarucu	Pirara	Arari	Sarapó
Peixe-boi	Pirapitinga	Sardinha	Jandiá
Surubim	Tambaqui	Piaba	Mapará
Bararuá	Curimatã	Apistograma	Cangóia
Cará roxo	Branquinha	Xadrez	Peixe agulha
Cará bandeira	Charuto	Pescada	Arraia
Traira	Matrichã	Corvina	Aramaça/Suia

Fonte: Comunicação verbal, Raimundo Nonato de Souza, 2017

Deste modo, o gosto pelo saber e o que chamamos aqui de “práticas socioespaciais de informação” podem se relacionar ao que autores do campo da sociologia e da comunicação têm identificado, numa linguagem mais contemporânea, como “competência em informação” e ainda como elemento central definidor dessa competência a questão do *senso crítico* (BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017).

O *senso crítico* que os pesquisadores aludem e colocam como ponto de pensamento reflexivo responde por uma questão fundamental, a de um determinado grupo social saber escolher quais informações são relevantes para as necessidades da qual se espera solucionar problemas de naturezas diversas e melhorar as suas condições de vida.

Ou seja, “da necessidade do que sempre se necessitou, na medida em que o volume e a velocidade da totalidade de informações circulantes em todas as épocas sempre foram superiores a capacidade humana, individual e coletiva, de processá-las” (BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017, p. 7). Com isso, o entendimento que se coloca é que as ferramentas informacionais, nos domínios teóricos e operacionais, foram e sempre serão vitais, no entanto, insuficientes se o sujeito não possuir o adequado *sensu crítico* que lhe oriente de forma eficiente a localizar suas necessidades prioritárias, vislumbrar quais informações são realmente importantes para suas ações.

O conceito é, desta maneira, descrito pelos autores:

Senso crítico é, então, em primeiro lugar, o fator cognitivo que orienta nossa atenção e seleção informacionais, com base no conhecimento acurado de nossas próprias demandas, em meio ao infinito informacional não administrável que, hoje e sempre, nos confronta. Essa atenção e essa seleção devem articular de modo eficiente a compreensão de nossas próprias necessidades informacionais – ou de outra ordem, mas para cuja satisfação a informação é imprescindível – com a identificação da informação capaz de supri-las, destacando-a da massa de informação relativamente irrelevante que a cerca (BEZERRA, SCHNEIDER, BRISOLA, 2017, p. 8)

Seguindo esta linha de pensamento, as demandas encontradas em meio ao grupo social estudado, de fato, vão além dos aspectos socioambientais e avultam aspectos também sociopolíticos. Por exemplo, nos chamou atenção a questão de como a informação sobre o que ocorria no âmbito das atividades das obras do loteamento residencial, que agredia severamente o lago, eram precisas. Um dos pescadores do Juá, assim, expressou seu raciocínio sobre a situação do embargo da empresa que construía o condomínio no perímetro da área da APA- Juá e necessitava de licenciamento ambiental dos órgãos competentes.

Bom, a Buriti [Buriti Imóveis] teve que parar de novo, eu sei porque o prefeito liberou, mas só que ele não pode fazer uma coisa que é maior do que ele. Então tiveram que parar e também eu sei porque eles estavam pegando currículo e agora não tão mais (Fernando, 26 de agosto de 2017)

A atenção e a seleção informacional também ficaram evidentes no detalhe da explicação sobre o problema divulgado pelos meios de comunicação da cidade, no caso do Juá, tem-se historicamente e culturalmente o rádio como um importante canal de informação.

E eu também ouvi no rádio que são dois ministérios que estão com ação contra a Buriti, o Ministério Federal e o Estadual, acho que devido o estrago grande que tavam fazendo aqui no lago e gente do dinheiro que está por trás também (Fernando, 26 de agosto de 2017)

Dessa forma, temos a evidência de um senso crítico desperto pela experiência de vida dos pescadores e também por estar atento às informações que circulam nos meios informacionais ao seu redor. Assim, é possível realizar um balanço dos acontecimentos informados pelos canais de comunicação, no sentido de entender no seio do grupo o que lhes afeta negativamente e positivamente em relação às disputas de atores políticos locais com interesses no seu território. Não obstante, outros aspectos da vida social e midiática são refletidos de forma crítica e trazidos à tona em diferentes momentos. As palavras do pescador Manoel dos Santos são ilustrativas desta percepção:

O rádio quando temos pilha nós ouve todos os dias. *Mas, agora eles informam mais reza, isso eles informam bem.* Antigamente, eles informavam melhor porque eles falavam de tudo, hoje não. A televisão quando assistimo, a gente se informa do que está acontecendo naquele “Patrulhão” aquele jornal da cidade né? O programa da Globo (emissora de televisão) também, *mas a Globo não sabe nada daqui, parece que eles não conhece aqui.* Então é assim, mas a gente quase não assisti porque depende do vizinho ligar o motor de luz¹²¹, que eles ligam a energia e nós assisti (Manoel dos Santos, setembro de 2018)

Conversando sobre outras questões ficaram mais nítidas as leituras da realidade social processada pelos sujeitos da pesquisa. Assim, Seu Raimundo nos esclareceu sobre as suas dificuldades operacionais na cidade e na vida burocrática que a constitui.

Por exemplo, professor, eu não tive como receber o tal do “PIS” (Programa de Integração Social, do governo federal) – tinha que ter trabalhado de carteira assinada por no mínimo seis meses. Quando eu trabalhei na INFRAERO não assinaram minha carteira, naquela época só queriam a gente para trabalhar como escravo, desculpe falar assim (Raimundo Nonato, setembro de 2017)

Outra situação bastante delicada foi sobre a lamentação da morte de um dos filhos do Seu Raimundo, que acabou falecendo por complicações de um hematoma no joelho.

A avaliação do pai e dos tios foram incisivas quanto à negligência do tratamento médico desenvolvido no hospital público e, por outro lado, o próprio sentimento de culpa. Curiosamente, o assunto surgiu logo depois de levantarmos a discussão sobre a importância dos conhecimentos tradicionais dos pescadores e foi, nesse sentido revelador de muitos aspectos onde residem valores bem arraigados¹²².

¹²¹ Existe apenas um gerador de energia, a diesel, na comunidade do Juá cujo proprietário mora ao lado da casa de Manoel, apenas quando ele eventualmente liga o gerador é que se distribui um pouco de energia elétrica para a casa dos pescadores ao lado.

¹²² Este episódio corrobora as considerações finais de um importante estudo feito por Andréa Leme Silva (2008) a respeito dos usos medicinais de animais entre ribeirinhos do rio negro, Estado do Amazonas, onde a autora aponta que “a intensa migração para os centros urbanos e o acesso facilitado à medicina ocidental podem

Vou falar uma coisa para você, professor, tenho até medo de falar. Pois eu perdi um filho porque eu tive um erro, porque minha prática [conhecimentos da medicina tradicional] eu podia dizer não meu filho eu vou tirar você do hospital e pode deixar que eu vou fazer um remédio pra ti aqui. Não, eu não fiz. Meu filho foi pro hospital e de lá da UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) “mataram” ele. Me desculpe falar assim, mas entrou na UTI eles matam, então tem toda uma concorrência muito grande das pessoas esperando para poder vender o caixão, vender isso e aquilo, mas é do remédio que estou falando, nós temo aqui remédio, nós temo todo tipo de remédio e animal que cura. Nós temo azeitoneira, cajueiro, cumandazeiro, jaramacaru, banha de sucuriju, de boto, de jacaré, você pode pegar e fazer o remédio. É por isso que tem muitos doutores que não sabem disso, não sabe nem onde está o remédio (Raimundo Nonato, janeiro de 2018)

Do mesmo modo, Seu Raimundo teceu críticas às transformações do seu território de trabalho e as articulações para implementação destas ao longo de décadas, nesse sentido apontou a empresa Cargill S.A e os agentes do governo como responsáveis por mudanças bruscas na configuração socioespacial dos locais de pesca do perímetro em vista, mais especificamente entre o Lago do Juá e a cidade de Santarém.

Nós tudo somos analfabeto, sabe mal escrever o nome, mas nós sabe de muita coisa. Por exemplo, essa Cargill aí, sabe como ela nos atrapalha? Essa fumaça que sai de quando eles descarregam a soja, aquilo prejudica, mas se incomoda a gente, imagina uma criança? Eles também destruíram a praia da Vera Paz que nós vendia peixe lá e ali construíram uma praça que não serve de nada, só mato, sujo e fedor. Tomaram conta de tudinho, agora você me perguntou se teve resistência, teve resistência sim, tudo nós não queria, mas tu sabe como é né, o governo, o federal, o estadual, o municipal, tudo não presta. O governo favorecia eles, a rádio também, você sabe como é a mídia né, favorecia eles também. Então não teve jeito, eles construíram e hoje estão aí (...) (Raimundo Nonato, janeiro de 2018)

Seu Raimundo que se considera um *guardião do lago*, também reporta informações a outros pescadores quando, assim, participa de reuniões da associação de pescadores Z-20¹²³. A Colônia de Pescadores, conhecida como Z-20, tem um papel histórico importante de luta e organização política dos profissionais da pesca de toda a região do município e delibera sobre os interesses e direitos da categoria em várias instâncias federativas.

Hoje, a colônia possui aproximadamente 8.023 filiados que estão ativos nos seus 106 núcleos de base organizados em todo o município de Santarém. A organização institucional da Colônia de pescadores Z 20 é composta por diretores executivos, conselho fiscal e os núcleos de base que dividem a responsabilidade de coordenar a luta em defesa dos pescadores artesanais (SOUSA; SILVA; VIEIRA, 2018, p.180)

promover a desvalorização e a conseqüente perda dos saberes tradicionais, o que pode ser mitigado por meio do estímulo à transmissão desses conhecimentos para as novas gerações” (SILVA, A., 2008, p. 354).

¹²³ Existe também tensas relações entre os moradores locais do lago do Juá e pescadores oriundos de outras partes do município de Santarém. Tais conflitos são abordados em: CARDOSO, M. C.; SILVA, R. E.; SILVA, A. D. B.; CHIBA, H. S. A. Pescadores artesanais, conflito de interesses e os recursos pesqueiros como capital natural crítico: o caso do lago do Juá em Santarém, Pará. **O social em questão** (online), v. 40, p. 309-332, 2018.

Sendo assim, a colônia de pescadores também pode ser considerada um importante canal de informação e numa estrutura mais ampla formalizada e organizada, um regime de informação para aqueles pescadores artesanais, por assim dizer, “mais politizados”.

A história de construção do movimento de defesa dos direitos da classe de pescadores desde sua fundação em 1920 e suas conquistas em décadas posteriores permitiu desenvolver laços de confiança e engajamento entre representantes e representados dentro deste espaço institucionalizado.

Contudo, resultando na prestação de serviços de esclarecimento crítico sobre as diversas situações da pesca na região e entorno forma uma verdadeira rede de conexões. Não há dúvida, portanto, de que a colônia de pescadores constitui um canal de produção, processamento, troca de informações e contribui para formação crítica destes atores sociais.

3.1.2. Regime de informação enquanto regime de vida: pulsão pelo saber e pela vida

O rio é um arquivo. Seus tesouros devem ser consultados de modos diferentes às das construções ocidentais de conhecimento. Aprender a viver com o rio no curso da vida de cada pessoa é facilitado pelo recurso a esse armazém de memórias.

Mark Harris

Fotografia 32- Fóruns de informação



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, novembro de 2018.

De acordo com certa literatura e do ponto de vista histórico, o conceito de *regime de informação* esteve associado a processos formativos transversais e dentro de contextos histórico-discursivos de uso de termos, que vão da segunda década do século XX até o início do século XXI (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Nesse intervalo de tempo, os termos foram sendo enunciados a partir de constructos analíticos elaborados, de um lado, de esferas como das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's), de amplos setores da administração

e da política, das esferas da economia de mercado. E de outro lado, num espaço relacionado a critérios de valor associados diretamente à questão da informação e de modo mais geral à dimensão simbólica da cultura.

A primeira agregação de significados, que permitiria reconstruir o domínio histórico e discursivo do conceito de regime de informação, poderia organizar-se e distribuir-se em torno de dois eixos principais: um, referente às tecnologias de informação e comunicação; outro, referente ao estabelecimento, vigência e vigor de determinados critérios de valor (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 44)

Esses valores ou critérios de valores, como bem menciona a autora, conduziram abordagens analíticas que associaram a informação às estruturas semânticas, à produção cultural de sentido e à comunicação científica usada nestes contextos de configurações de poder, práticas, meios e recursos de informação. Tais repercussões, fizeram emergir no campo da análise científica conceitos como *economia da informação*, *modo de informação*, *infraestrutura de informação* e outros, todos eles remetendo em última instância às relações de informação-poder e ao mesmo passo constituindo domínios de referência próprios.

Essa ordem de acontecimentos caracterizados pelo fenômeno da *informacionalização* (CARNEIRO LEÃO, 2003) ligados, principalmente, às lógicas produtivas de informação e suas tecnologias modernas influenciaram transformações sociais que abrangem tanto a produção de riquezas materiais, quanto às produções do mundo simbólico e do conhecimento.

O próprio conceito de *regime* é tido como sequencial de uma série de abordagens que junto com o de “modo” compõem sintagmas nominais muito presentes na literatura atual das ciências humanas e sociais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Latour, em seus últimos trabalhos, fala de *regime de enunciação*, apropriando-se logo do conceito de *modo de existência*, com referências a Simondon e Sourieu [...]; encontramos também as expressões *regime of worth*, *regime of engagement* [...]; *regime of living* (LAKOFF; COLLIER, 2005) *regime de temporalidade* ou *regime de historicidade* (HARTOG, 2006). Em nosso campo de pesquisa, encontramos *modo de informação* (POSTER, 1985) e *regime de informação* (FRHOMANN, 1995) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 45, grifos do autor)

Dado as especificidades dos termos que precederam o de regime de informação e suas crescentes aproximações, a própria autora chama atenção de uma questão que nos apontou caminhos pertinentes, a de que caberiam análises que enfatizassem os processos culturais reprodutivos e de representação no seio de determinados grupos sociais e agentes específicos.

Apesar da autora e de autores precursores ao tema terem como foco as sociedades contemporâneas de uso intensivo de informação, caracterizadas, sobretudo, por morfologias

fluidas e mutantes das redes digitais. Propomos, aqui, adequar tais preocupações analíticas ao referente mundo das sociabilidades pesqueiras tradicionais, buscando, assim, analogias que possam gerar o entendimento de processos locais de se relacionar com o objeto *informação* em um contexto onde tais modalidades ainda coexistem ou possam coexistir com outras mais contemporâneas.

Para tanto, busca-se entender mais a fundo o significado do conceito de regime de informação, uma vez que sua origem perpassa *modos de governança* restritos à comunicação científica preocupados com às mudanças globais de escala, como apontados pela primeira vez em 1984, em uma conferência, por Bernd Frohmann. Para este autor, o conceito surge como uma resposta alternativa aos estudos de política de informação e uma crítica aos modelos praticados nos procedimentos da ciência da informação e da biblioteconomia, ainda na segunda metade do século XIX¹²⁴.

Bernd Frohmann é quem propõe primeiro e de maneira explícita, o conceito de regime de informação (1984), como uma genealogia das políticas de informação. Para o autor, o conceito de regime de informação surge assim como uma alternativa aos estudos de política da informação, e como crítica ao reducionismo das abordagens da política, praticadas na Ciência da Informação e da Biblioteconomia (LIS). Nessa direção, geraria uma distância crítica em relação às abordagens reducionistas, as quais consideraram as políticas de informação como uma das classes das políticas governamentais e, muitas vezes, como uma política governamental acerca dos documentos governamentais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 50)

Numa época, de reformulações estratégicas de desenvolvimento científico, intensificadas pelo contexto histórico da guerra fria, houveram muitos acontecimentos que redefiniram as relações entre pesquisa, governo e indústria. Os organismos de poder passaram a focar em novos planos decisórios da política e gestão da informação, especialmente, as ações de planejamento e monitoramento das atividades de produção de conhecimento e da comunicação formal. Assim, os documentos impressos passaram a ter também um importante papel nas novas configurações de intercâmbio de informações em termos planetários.

A mudança de escala dos fenômenos ditos de informação, aliada à tecnologia de ponta passando por complexas reestruturações de componentes físicos e por diferentes engenharias disponíveis no final do século XIX, tem expressão clara numa infraestrutura que alguns autores vão designar de *infraestrutura de informação* (ZURKOWSKI, 1984; BOWKER et al., 2006). A partir desta infraestrutura de informação são designadas as bases técnicas de

¹²⁴ Políticas estas, centradas no modelo sistêmico-funcional de tratamento e recuperação da informação, bem como os modelos elaborados pelos “estudos de usuários” que estabeleciam uma relação gnosiológica ou interpretativa de sujeitos individuais com as fontes de informação.

processos simbólicos objetivados cuja modelização intervém a muitas das novas ciências em curso, como a biotecnologia, a robótica e a inteligência artificial desenvolvidos principalmente em países de primeiro mundo.

Evidentemente, com o aprofundamento da globalização e dado o progressivo deslocamento das questões informacionais às esferas da economia e do mercado, como por exemplo, a equiparação da informação aos bens de consumo (*commodities*) tem-se como ponto crítico e vulnerável as relações de poder intrínsecos aos mecanismos regulatórios estatais, que se tornaram fragilizados em relação aos diversos agentes privados (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) detentores das informações mais relevantes em contextos de disputas.

Nesse caso, só caberia ao Estado o papel de facilitador dos processos de acumulação capitalista. Frohmann enfatiza em sua análise o caráter contingencial do Estado na circulação das informações enquanto *commodities*, o que a seu ver converteria em ilusória a pretensão de uma disciplina acadêmica que tivera como assunto questões informacionais e políticas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 50)

Já à luz dos avanços *neocibernéticos* e preocupado com as relações invertidas entre economia e cultura, Mark Poster (2000) desenvolveu o conceito de “modo de informação” para designar as novas experiências da linguagem do século XX, originadas em sua maior parte pelos avanços na eletrônica e as tecnologias que lhe são relacionadas, desafiando e reforçando os sistemas de dominação emergentes na sociedade dita “pós-moderna” (POSTER, 2000). O conceito de *modo de informação* construído em analogia ao conceito marxista de *modo de produção*, teria como principal zona de convergência os modos sociais de dominação. E como principais diferenças quatro pontos fundamentais.

A primeira, a perda da prioridade do trabalho como esfera principal da dominação, ainda que siga tendo um papel fundamental nas sociedades contemporâneas. A segunda, a eliminação de uma concepção teleológica da história ou de um “progressivismo”. A terceira diferença, diz respeito a substituição da centralidade dos sistemas de produção e de troca dos objetos que satisfazem as necessidades humanas, pelo modo como os signos são usados na produção e compartilhamento de significados e para constituir objetos, que caracterizaria o modo de informação. Em quarto lugar, as sociedades contemporâneas, de uso intensivo de informação, caracterizam-se por diferentes modos de informação, os quais seriam contingentes e temporais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 49).

Refletindo sobre a perspectiva do autor, a ênfase desta vez recai sobre como os signos são ressignificados e usados para produção de novas identidades e subjetividades nas formações sociais que emergem tanto na vida real/material quanto na virtualidade das relações mediadas pelos *eletrônicos* mais sofisticados. Em sua visão mais explícita de inspiração notória em Michel Foucault, o papel prioritário das mudanças que acontecem, hoje,

no plano dos usos da linguagem (os dispositivos discursivos) e seus efeitos práticos na constituição das subjetividades irão instituir também processos de dominação dos indivíduos.

Poster encara os sistemas de comunicação eletrônica como linguagens determinantes da vida dos indivíduos e dos grupos em todos os seus aspectos, social, econômico, cultural e político. Os meios e as formas de comunicação constituem tipos de discurso determinantes das relações de poder e de dominação nas sociedades contemporâneas. Daí que Poster defenda como tese geral que “o modo de informação decreta uma reconfiguração radical da linguagem, que constitui sujeitos fora do padrão do indivíduo racional e autônomo” (FIDALGO, 2001, p. 4)

Se há, de fato, uma reconfiguração radical da linguagem como apontado pelo intérprete do autor, devemos dar atenção também às formas tradicionais de comunicação que ainda detêm modalidades ativas de processamento e gestão de informação concomitante as tecnologias mais sofisticadas, bem como vem despertando, recentemente, interesse das agências multilaterais e mercados globais. Não obstante, no bojo de todas estas explanações temos que os conceitos de *modo* e *regime de informação* fazem parte de uma genealogia das políticas de informação que regeram ou pelo menos procuraram estabelecer (e ainda buscam) regras, controle, acordos e padrões sobre como as pessoas e instituições dos mais diversos setores acessam as informações disponíveis em seus meios técnicos, científicos e políticos.

O termo “política de informação” é mencionado, aqui, de modo abrangente às relações entre a ordem política e a ordem informacional instauradas na sociedade global cuja geração, processamento e transmissão da informação converteram-se em fontes fundamentais de produtividade e poder (CASTELLS, 1999). Por outro lado, especificamente para nosso objetivo quanto aos conceitos, tratemos de apreender o termo *regime* no escopo de operacionalização análogo aos *regimes de vida* (COLLIER; LAKOFF, 2005) do qual a palavra regime define *maneiras, métodos* ou *sistemas de regras e governo*. Assim, a pesquisadora especialista do tema argumenta:

Em sínteses, fala-se de regimes e modalizações, ao mesmo tempo em que são enfatizadas ações e interações de coletivos engajados em situações e circunstâncias, ancorados no tempo, no espaço e nas condições de produção e reprodução social da vida (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 56)

Dessa forma, pensar o *regime de informação* dos pescadores ribeirinhos que analisamos atravessa, de alguma maneira, a busca de entendimento de um *regime de vida* propriamente dito e também uma questão fundamental colocada por Ingold (2015) sobre o significado do conceito de habitação, ou melhor, a distinção entre *construir* e *habitar* um determinado ambiente. Este autor, revisita escritos filosóficos de Ortega y Gasset (1941)

Heidegger (1970), Engels (1934) e Marx (1930) para refletir sobre os sentidos *transitivos* e *intransitivos* da produção humana e da vida.

Analisando, dessa forma, a relação inicial transitiva expressa na teoria marxista, a respeito dos modos de trabalho dos seres humanos em distinção ao trabalho dos animais, o autor chega na seguinte conclusão:

Dito de outra maneira, independente do impacto real das suas atividades, os animais não trabalham em seu ambiente a fim de mudá-lo. Eles não têm qualquer concepção de sua tarefa. Mas os seres humanos sempre trabalham com alguma noção do que estão fazendo, e porquê, mesmo que os resultados nunca se conformem satisfatoriamente às expectativas (INGOLD, 2015, p. 27)

Assim, a ação de construir algo estaria relacionada diretamente à questão da produção e explicaria o papel desempenhado pelo trabalho na transição do macaco ao homem. Segundo o autor, Marx e Engels estavam convencidos de que a medida da humanidade do homem reside na extensão em que as coisas poderiam ser planejadas para acontecerem de acordo com um plano não aleatório (INGOLD, 2015). E na medida em que o homem se afastou do animal, no seu processo histórico evolutivo, mais suas ações sobre a natureza assumia um caráter preconcebido, premeditado, dirigido para fins definidos, este caráter finalístico é que qualificaria ação humana como *produção*.

Deste modo e num primeiro momento, a leitura da célebre fábula do “arquiteto humano e da abelha” escrito por Marx no primeiro volume de *O Capital*, a noção de *construção* figura como uma relação transitiva, como menciona o autor:

O arquiteto, você pode recordar, já construiu o alvéolo na sua cabeça antes de construí-lo em cera (MARX, 1930: 169-170). Na verdade, a presunção de que a forma construída seja o resultado manifesto de um projeto prévio está implícita na designação do edifício como uma obra de arquitetura (INGOLD, 2015, p. 34)

Sendo assim, a “perspectiva da construção”, fechado em um modelo de produção, segundo o qual cada ato produtivo tem que começar com uma imagem na mente do que deve ser produzido, trouxe alguns dilemas debatidos pelos autores clássicos conhecidos, mas que de certo modo foram superados e que tem a ver com as motivações do processo produtivo. Não iremos aqui esmiuçar este ponto, porque nos preocupa entender o crucial para avançar com a “perspectiva da habitação” e explorar nossas questões mais detidamente.

Uma vez entendido, que Karl Marx (1930) consegue dar as respostas necessárias aos elementos problemáticos do processo de trabalho, ele levanta ao mesmo tempo a questão que irá compor nosso foco em diante. O pensador se refere à vontade intencional do produtor

manifestando-se como a atenção que opera todo o período de duração do trabalho e fazendo com que não somente os materiais sejam transformados, mas o próprio trabalhador seja modificado pela experiência da produção (MARX, 1930). Como observa Ingold:

As potencialidades latentes de ação e de percepção são desenvolvidas. Ele se torna, mesmo que muito ligeiramente, uma pessoa diferente. Talvez então, a essência da produção encontra-se tanto ou mais na qualidade atencional da ação – isto é, na sua sintonização e responsividade à tarefa conforme ela se desdobra – e nos seus efeitos de desenvolvimento sobre o produtor, do que em quaisquer representações de fins a serem alcançados que possam ser suscitadas antes disso (INGOLD, 2015, p. 29)

Neste sentido, em outra obra precedente de Marx e Engels, escrita em 1846, *A ideologia alemã*, os autores chegam mesmo a igualar a produção à própria vida e cada modo de produção a um modo de vida (INGOLD, 2015).

Concebido como o movimento atento de um ser consciente, inclinado sobre as tarefas da vida, o processo produtivo não está confinado nas finalidades de qualquer objeto particular. Ele não começa com uma imagem e termina com um objeto, mas continua indefinidamente, sem começo nem fim, pontuado – em vez de iniciado ou terminado – pelas formas, sejam mentais ou ideais, que sequencialmente traz à existência (Ibid., p. 29)

Assim, o que Ingold está procurando sugerir é que a *produção* deve ser entendida *intransitivamente* e não como uma relação transitiva de imagem com objeto. Esta condição, como ele próprio disserta em reflexões anteriores, implica em:

Definir o verbo “produzir” ao lado de outros verbos intransitivos, como esperar, crescer e habitar, e contra verbos transitivos como planejar, fazer e construir. E implica, de uma vez por todas, restaurar para a produção à primazia existencial que Marx sempre buscou (INGOLD, 1986, p. 321-324)

De acordo com Ingold, a teoria em análise tendo como prioridade do *processo em curso* sobre a *forma final* e dispensando a representação prévia de um fim como condição para a produção, abre caminho para o entendimento de que se o que importa é, de fato, a intencionalidade inerente à própria ação e a capacidade de extrair as potencialidades do mundo circundante “já não há qualquer motivo para restringir as fileiras dos produtores aos seres humanos apenas” (INGOLD, 2015, p. 30). Em outros termos:

Produtores, tanto humanos quanto não humanos, não tanto transformam o mundo, imprimindo seus projetos preconcebidos sobre o substrato material da natureza, quanto fazem a sua parte desde dentro na transformação de si mesmo do mundo. Crescendo no mundo, o mundo cresce neles (INGOLD, 2015, p. 30)

Com estas reflexões Ingold está chamando atenção, fundamentalmente, para o que ele entende como fenômeno da *primazia do movimento* ou mais literal, a *primazia da vida*. Isto é, deveríamos afirmar como faz Ortega y Gasset “não que o homem existe, mas que ele vive” (ORTEGA Y GASSET, 1941, p. 213 citado por INGOLD, 2015, p. 31). Mas, o que isso significa afinal? Reflete o autor britânico sobre o pensamento do influente filósofo espanhol:

A humanidade, ele nos está dizendo, não vem preembalada na pertença a uma espécie, tampouco advém de termos nascido em uma determinada cultura ou sociedade. É, ao contrário, algo em que temos que trabalhar continuamente. A única coisa que nos é dada e que há quando haja vida humana (INGOLD, 2015, p. 31)

Dessa maneira, o homem, como declara Ortega, não possui natureza nenhuma, o que ele possui é história e, por conseguinte, a vida nessa proposição é primordialmente uma tarefa. É “o ter que fazê-lo”, em última instância, a razão vital humana.

Tanto para Marx quanto para Ortega, portanto, o que somos ou o que podemos ser, não vem pronto. Temos, perpétua e infinitamente, que estar nos fazendo a nós mesmos. Isso é o que a vida é, o que a história é, e o que significa produzir (INGOLD, 2015, p. 31)

A ideia de história suscitada, aqui, de que os seres humanos produzem a si mesmos transformando o meio e o mundo material impõe ao antropólogo britânico a revisão de algumas das premissas da evolução biológica do homem e os sentidos da história. A partir de uma abordagem marxista da antropologia, utilizando criticamente entre outros Maurice Godelier (1986), o autor procede por questionar as bases dessas argumentações que realçam a ação dos produtores humanos em detrimento dos não humanos. Como esclarece em determinado ponto: “Segue-se que a vida social humana não é dividida em um plano separado do resto da natureza, mas faz parte do que está acontecendo em todo o mundo orgânico” (INGOLD, 2015, p. 32)

É o processo no qual seres vivos de todos os tipos, naquilo que fazem, constituem as condições de existência uns dos outros, tanto para si próprios quanto para as gerações subsequentes. Na medida em que as formas dos seres surgem neste processo, elas podem ser descritas como evolucionárias (Ibid.)

Esta perspectiva, do movimento inverso de reinserir o ser humano e o *devir* no interior da continuidade do mundo da vida, é que permite que retomemos a “perspectiva do habitar” em contrapartida da “perspectiva da construção”. Em relação à primeira, assegura o autor:

Com isso quis denotar uma perspectiva fundada na premissa de que as formas como os seres humanos constroem, seja na imaginação ou no chão, surgem dentro das correntes da atividade na qual estão envolvidos, nos contextos relacionais

específicos dos seus compromissos práticos com seus arredores [...]. Adotar a perspectiva da habitação não consiste, obviamente, em negar que os seres humanos construam coisas. Mas em solicitar uma explicação alternativa para a construção, como um processo de *trabalhar com materiais* e não apenas *produzi-los* (INGOLD, 2015, p. 35, grifos do autor)

Revedo os escritos de Heidegger (1970), o pesquisador entende que construir não é um meio para habitar, tampouco habitar determina os fins ou os projetos que a construção passa a colocar em prática, pois, construir como o filósofo explica “já é em si habitar [...] apenas se formos capazes de habitar, só então podemos construir” (HEIDEGGER, 1970, p. 160). Apesar do autor não se declarar um heideggeriano, foi esta reflexão o “estopim” para sua discussão do habitar.

De todo modo, ele continua definindo sua perspectiva da habitação como resposta aos processos mais profundos da concepção de produção. Habitar é *intransitivo*, diz ele, concerne à maneira como os habitantes, isolados e em conjunto produzem as suas próprias vidas, e como a vida prossegue. Habitação não é, contudo, meramente a ocupação de estruturas já construídas, não está para a construção como o consumo está para o ato de produzir. Significa antes de mais nada, essa imersão dos seres viventes nas correntes do mundo da vida, sem a qual atividades como planejar, construir e ocupar simplesmente não poderiam acontecer (INGOLD, 2015). Enfaticamente, o autor, tece sua consideração:

Estabelecer um caminho através do mundo é habitar; habitar é viver historicamente; cada forma histórica de vida é um modo de produção (INGOLD, 2015, p. 26)

Uma vez compreendido as proposições de Ingold (2000, 2007, 2015), nos colocamos nas correntes de *movimento* dos pescadores dos quais nos ocupamos para, assim, tentar interpretar e elucidar seus modos de *interagir, pensar e habitar* os ambientes naturais e sociais que os rodeiam. Para tanto, foi necessário acompanhar de perto e de certo modo, a capacidade de atenção e resposta desenvolvidos em seus diversos ambientes naturais e socioculturais, através da prática e da experiência que embalam suas condutas.

Nesse íterim, uma maneira de compreender como os pescadores dessa região manejam informações necessárias ao sucesso de suas atividades foi observada, entre outras formas, através de suas “reuniões” informais e aleatórias com amigos pescadores de fora ou outros “passantes”. Trata-se de aglomerar sujeitos que exercem a pesca em diversas paragens, sejam elas próximas ou distantes do território do Juá, onde é possível a troca de informações sobre quase tudo o que ocorre ou ocorreu durante a semana, em diversas localidades com diversos outros sujeitos conhecidos.

Estes “fóruns de informação” (ver fotografia 32) acontecem de maneira espontânea¹²⁵, muitas vezes em momentos de descontração e lazer geralmente embalados pelo compartilhamento de bebidas alcoólicas e/ou acompanhado por *Piracaias*¹²⁶ e os assuntos discutidos são os mais diversos. Conforme o andar das conversas, podem se desenvolver desde temas relacionados à intriga alheias, traições, conchavos, brigas, festejos, casamentos, falecimentos, fracassos e sucessos de pescadores de outras comunidades e assim por diante. Os casos e histórias dos mais variados estilos são narrados detalhadamente e, claro, a localização de certos cardumes de peixes são sinalizados.

Esta última troca de informação, entretanto, engana-se quem ouve de fora e que acha que se pode seguir as orientações sem a menor preocupação. Como se sabe, a localização exata de pontos de pesca produtivos, constitui informação da mais valiosa para estes atores sociais e se tratando de recursos essenciais para a subsistência e/ou comercialização de grupos de pescadores concorrentes, ela não deve ser entregue facilmente, principalmente em épocas de escassez do pescado (período de inverno amazônico).

Além do mais, as categorias de pescadores, assim como a de habitantes de pequenas cidades e comunidades rurais no interior do país, como nos lembra John Comeford (2014), podem ser grandes “produtores de conversa” e cujos conteúdos podem ou não serem totalmente confiáveis de acordo com as intencionalidades embutidas, uma vez que tais falas atravessam um universo social permeado de julgamentos morais de si e dos outros.

De todo modo, o segredo também faz parte de um jogo social peculiar entre esses exímios “produtores e pescadores de conversa”. Como bem nos esclarece “Seu Biato”, em conversa particular;

Olhe o camarada diz assim – foi aqui que eu peguei o peixe! Diz é p [palavrão] que diz...[risos] pode até dizer, mas não é verdade (...) então a gente tem que ouvir ali, depois ouvir acolá, tornar a ouvir em outra roda, para depois fazer o balanço do que tão dizendo (Bianor Lopes, 18 de maio de 2018)

Dessa forma, há que se ter, por parte dos pescadores, uma verdadeira habilidade de interpretação dos indícios descritos nas histórias contadas, aliada evidentemente à experiência da pesca em pontos estratégicos conhecidos. Analisando e compartilhando sua experiência

¹²⁵ Estes “ajuntamentos” de pessoas podem acontecer em ambientes diversos, nas próprias embarcações, em praias, em pontos de pesca, nos bares da cidade, ou mesmo na casa de algum pescador.

¹²⁶ Denominação nativa para um tipo de confraternização, cuja finalidade é o preparo e consumo de peixes feitos rústicamente a base de condimentos simples geralmente com limão, sal, farinha de mandioca e pimenta.

etnográfica sobre uma comunidade de pescadores na Lagoa Feia, no estado do Rio de Janeiro, Colaço (2012) explica bem a desenvoltura destes processos sigilosos.

O pescador utiliza-se dos conhecimentos naturalísticos sobre a biologia das espécies em associação com os conhecimentos geográficos do ambiente para identificar um bom lugar. A identificação de um pesqueiro¹²⁷, portanto, estabelece um lugar na Lagoa onde a pesca tem mais chances de tornar-se bem-sucedida. Manter a localização do pesqueiro sob o conhecimento apenas de seu grupo de pesca é uma tarefa fundamental para assegurar a exclusividade da captura. Por isso, existe uma série de instrumentos os quais podem ser utilizados pelos pescadores para manter sob sigilo a localização dos melhores pesqueiros. Refiro-me a distorção de informações – seja por exagero ou por ocultação – sobre os horários das capturas, quantidades, espécies capturadas, condições climáticas entre outras. A ocultação é feita, normalmente, pela omissão. E o exagero é o ingrediente que constrói performática e discursivamente as famosas histórias de pescador (COLAÇO, 2012, p. 125)

O pesquisador, todavia, adverte para um fato importante ao considerar a possibilidade destas narrativas contadas por pescadores serem falaciosas ou não. Tem-lhe preocupado, mais recentemente, encarar a questão do *segredo* e da *mentira* com outra perspectiva. Enquanto um campo de comunicação específico do universo da pesca em várias situações de interação, o autor assevera que,

As fantásticas histórias de pescador não são formuladas apenas com o objetivo de “enganar” o outro que compete no mesmo espaço pelos mesmos recursos, qual sejam, os peixes. Acredito mesmo que exista nessas histórias uma construção cotidiana de um mundo onde a imaginação conecta experiências na terra, no mar ou na lagoa. Nas histórias é mesmo muito complicado definir a dimensão da fantasia e a dimensão do relato verdadeiro. E, creio eu, não é preciso definir. É necessário, entretanto, formular categorias analíticas que deem conta dessa complexidade. A língua inglesa com a palavra *illusion* oferece uma boa ferramenta para pensar, pois remete a ideia de imaginação e criatividade. Já em português, ilusão remete ao “engano dos sentidos ou da mente que faz tomar uma coisa por outra” (...). Em resumo, não sei se os pescadores são tão mentirosos quanto julgava há tempos atrás. Mas, certamente, como todos nós, eles têm muitos segredos para guardar (COLAÇO, 2012, p. 126)

Assim, os pescadores se reúnem para contar suas histórias e estórias com todas as artimanhas que lhes convenham em cada ocasião. É, de fato, não muito fácil para um *outsider* compreender ou seria melhor dizer “fisar” as nuances que estão implícitas em cada performance de uma narrativa de pescaria. O que exige de cada interessado no assunto, um exercício de imaginação e raciocínios dedutivos das pistas geográficas e ambientais que estão sendo mobilizadas naquele momento e sempre que possível comparar com outras narrativas passadas, proferidas pelos mesmos sujeitos.

¹²⁷ Pesqueiro é nome dado pelos pescadores desta região aos locais onde há mais chances de as pescarias serem bem-sucedidas.

Esse último “detalhe” pode indicar aspectos contraditórios no discurso daquele que conta, permitindo a avaliação correta daquela informação. Portanto, essas narrativas caracterizam, entre outras maneiras, o modo singular do manejo de informação entre estes sujeitos que, por sua vez, pode ser considerado socialmente legítimo, como aponta Colaço (2012).

Se a mentira literalmente é o *engano dos sentidos* e o ato de dizer mentiras é a *indução ao erro*, inventar histórias enganosas sobre onde, como e quanto se pescou, parece ter um sentido bastante peculiar, no caso que estudei. A *mentira* assume aí um caráter fundamental para a manutenção da exclusividade sobre os pescadores. Narrar fatos fictícios, exagerar os detalhes, e, principalmente, distorcer localizações onde se realizou uma grande pescaria, não passa, na maioria das vezes, de mais uma forma socialmente legitimada e compartilhada [...] de conservar em segredo o pescador (COLAÇO, 2012, p. 126)

Estas manifestações de manejo das informações, das artimanhas do segredo da pesca, dos conhecimentos biofísicos dos inúmeros ambientes, da geografia da vida compõem o entendimento, de que coloca Torres (2004), sobre as *sociedades pesqueiras* como um espaço singular de práticas identitárias.

Reconhecer a base geográfica da vida e suas qualificações na sociedade pesqueira é importante. É nesse espaço que estão distribuídos os recursos e as atividades que resultam numa formação socioespacial específica. Essa sociedade possui uma qualificação geográfica: a proximidade e o viver em um meio aquático é essencial. Porém o modo de vida adotado, a significação conjunta econômica, social, cultural, simbólica é que irá determinar junto àqueles que participam do lugar e da sua identidade (TORRES, 2004, p. 63)

Disto resulta também aspectos de um modo de proceder nos diversos ambientes, partindo de uma curiosidade particular sobre como funciona a natureza do mundo das coisas e dos seres numa perspectiva, por assim dizer, totalizante, o que é característico dos modos de proceder dos conhecimentos ditos tradicionais. Como observa Little (2010):

Com respeito a sua expressão cotidiana, os sistemas de conhecimento tradicional mostram ser holísticos¹²⁸: as distintas aplicações do conhecimento podem envolver, de forma interligada, relações sociais, práticas rituais, trocas econômicas e estruturas políticas (LITTLE, 2010, p. 13)

Por outro lado, há um aspecto que chama atenção quanto à dimensão distributiva destes conhecimentos que contrastam com o modo de proceder da própria ciência moderna¹²⁹.

¹²⁸ Veremos mais a diante que Carneiro da Cunha (2009) não demonstra empatia pelo termo *holístico*, a autora entende que esta visão pode gerar interpretações equivocadas a respeito de suas dimensões internas

¹²⁹ Refletindo sobre os contrastes dos conhecimentos tradicionais frente à ciência moderna, Paul E. Little (2010) argumenta que “os sistemas de conhecimento tradicional tendem a ser construídos e controlados socialmente

No caso dos pescadores, existe a preocupação de compartilhamento de informações, por exemplo, que além de enriquecer a competência nos trabalhos da pesca (tanto nos ambientes marítimos quanto lacustres, estuarinos e fluviais) preservam a segurança dos mesmos, pois, vale lembrar que a atividade pesqueira implica na exposição dos trabalhadores às situações de alto risco se comparados às outras atividades em terra, como bem retrata Jacques Laberge (2000) buscando traçar um perfil sociopsicológico dos pescadores do litoral nordestino.

A partir de declarações dos próprios oficiantes da pesca, o pesquisador explana sobre autorretratos e percepções acerca dos saberes empregados na atividade da pesca:

Os pescadores insistem em se valorizar e explicitar, com outras afirmações, suas vantagens sobre o operário e o agricultor, sua vida é mais “*cansada*” e “*perigosa*”. “*Sabe que vai ao alto-mar, mas não sabe se volta, como aquele que vai à guerra, as mulheres chorando*”. *É uma vida mais perigosa, mais pesada, mais complicada*. *O pescador é um aventureiro. O agricultor tem um futuro, tem um sítio. O pescador tem embarcação, mas é como se não fosse dele. Tem SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), a Capitania dos Portos e tem a tempestade. Bate numa pedra e perde a vida. “Se trabalha dentro da lama tem o anaquim! Que fura e aleja. O mutucuta, num minuto dá vinte a trinta talhos numa pessoa, pega, ‘tora’ com o dente. Tem também o muxaquim: queima. O sujeito bota até fezes pela boca. Bota sangue pela boca. A ostra corta os pés e os braços. A arraia quando não mata, aleija*”. “*O pescador é mais bravo, mais herói. Enfrenta os tubarões e os cações*”. Vida mais perigosa que faz do seu protagonista um ser mais sabido, como ilustram as seguintes declarações: “*o agricultor não faz trabalhar tanto os miolos da cabeça. Planta, se o tempo é bom, tá feliz. O pescador tem que pensar, estudar. “Pescador é mais grande artista*”. “*Ele tem mais experiência*”. “*Meu pai era o melhor pescador. Ele diz sem ver: quinta feira tem cardume de peixe aqui. Domingo tem cardume de peixe ali. Ele, com dez anos, ele jogava pedra e sabia onde dava peixe*” (LABERGE, 2000, p. 42, grifos nosso)

Estas declarações, como podemos perceber, revelam uma preocupação fundamental dos pescadores em conjugar saberes necessários não somente à desenvoltura do trabalho que lhes garantem o sustento econômico e/ou alimentício, mas precipuamente à integridade física como forma de dar continuidade aos seus processos vitais e de labuta.

No caso de pescadores artesanais ribeirinhos do tapajós tem-se que as dificuldades enfrentadas, semelhantemente aos pescadores do mar, estão alicerçadas também aos perigos da diversidade de animais causadores de acidentes (arraias, cobras, insetos, jacarés, piranhas e etc.), aos contratemplos das marés, dos ventos fortes, da concorrência da pesca industrial, a

com base num complexo sistema de valores, usos e normas de distribuição própria. Essa dimensão “coletiva” do manejo do conhecimento não necessariamente implica em que todos os membros dos grupos tem igual acesso ao conhecimento, nem que todos são produtores do conhecimento, mas que a circulação do conhecimento obedece às normas sociais estabelecidas pelo grupo. Isso entra em contraste com a ciência moderna onde, mesmo que a produção do conhecimento científico seja feita por um grupo, posteriormente há um processo de privatização do conhecimento mediante distintos regimes de propriedade intelectual (copyright, patentes etc.) de forma que tal conhecimento passa a pertencer a um indivíduo, um grupo de pesquisadores ou uma empresa privada” (LITTLE, 2010, p. 12)

falta de incentivos governamentais e o desrespeito aos territórios de pesca. E ainda a proximidade de suas habitações com o rio influenciam em constantes processos adaptativos devido às condições hidrológicas, representadas pelas flutuações no nível da água e sua ocorrência anual (RENTE NETO; FURTADO, 2015). As variações sazonais, como já foi visto, transformam completamente o mosaico ambiental desta região e fazem com que estes habitantes elaborem técnicas apropriadas para responder a tais pressões, que incidem, também muitas vezes, na polivalência de suas atividades.

A esse respeito, Loureiro (1992) tece a seguinte reflexão:

A chamada “vida de beira-rio” corresponde, assim, a uma profunda articulação com a natureza, onde o rio e seu entorno assumem uma importância *sine qua non* para a existência dos grupos sociais que nele habitam, pois é dele que extraem seu alimento básico, fazem dele sua estrada e seu caminho, sua fonte de abastecimento d’água e de suas culturas agrícolas, além de ser o lugar em que está inserido “seu mundo de lendas, alegrias e medos (LOUREIRO, 1992, p. 26)

Portanto, habitar este território está atrelado a um *regime de informação* enquanto um *regime de vida*, que subscreve um fluxo de relacionamento com os materiais ali encontrados, bem como a complexidade da vida que lhes permite animar o conjunto de elementos biodiversos que os constitui. Afim de prover suas necessidades de sobrevivência, os habitantes ribeirinhos de modo geral acumulam um *acervo de informações* sobre o seu ambiente que atravessam saberes relativos ao mundo vegetal e animal, tais como a *etnobotânica*, a *etnoecologia* e a *etnofarmacologia* tem produzido a partir de formalizações em espaços específicos e institucionalizados.

Hoje em dia, no entanto, é mais comum do que num passado recente, evidenciar parcerias realizadas entre grupos de pesquisadores e populações locais no empreendimento de investigações sobre o comportamento da flora e fauna, sistemas de manejo da natureza e outros saberes, como iremos abordar mais sistematicamente no tópico (3.3), que tem dado outro direcionamento à produção de conhecimento científico no mundo.

Por ora, nos interessa explorar de maneira mais explícita as coordenadas culturais mobilizadas pelos pescadores, enquanto um grupo social específico do Juá, dos quais conformam uma *tradição de conhecimentos* próprios do lugar (amazônico) em que vivem, conforme sugere Barth (2000a). A despeito da supervalorização da ciência moderna, Little (2010) faz importante argumentação:

Os conhecimentos tradicionais, porém, se expressam em milhares de diferentes sistemas, cada um com coordenadas culturais e rituais específicos, em vez de um sistema unitário. Cada sistema de conhecimento tradicional está vinculado a um

povo ou grupo social específico e tem sido elaborado em contextos históricos e biofísicos distintos, desenvolvendo tecnologias particulares e constituindo-se em tradições próprias (LITTLE, 2010, p. 13)

E como bem apontam Fraxe *et al* (2007), na Amazônia o *conhecer*, o *saber*, o *viver* e o *fazer* a partir dos ambientes da floresta e dos rios, foram processos vitais oriundos predominantemente das culturas indígenas. A esses valores foram sendo incorporados por via de adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, técnicas e motivações transplantadas de seus primeiros colonizadores e posteriormente de outros imigrantes (nordestinos e outros) que ali povoaram pequenas cidades e aportaram novos valores.

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearão a sua organização social em um sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto desenvolveram-se o homem e a sociedade amazônica, ao longo de um secular processo histórico e institucional (FRAXE, *et al.*, p. 94)

Desse modo, ao longo do trabalho de campo, tivemos a oportunidade de “seguir as pistas” de um complexo cultural e com alguma precisão, de como os saberes do grupo estudado são elaborados, confrontados e estabelecidos de acordo com suas dinâmicas e perspectivas culturais.

Uma maneira, muito enfatizada por diversos autores, de entender como se geram os procedimentos tradicionais de conhecer e lidar com os ambientes em que vivem é atribuída à prática da transmissão oral. São muitos os trabalhos investigativos que fazem alusão a esta prática como forma de perpetuar o conhecimento entre os grupos estudados. Este “método”/modo vertical de transmissão é, de fato, uma visão dominante entre os cientistas sociais que se debruçam ao tema dos conhecimentos tradicionais. Como aborda Amorozo (1996), em sociedades tradicionais, a transmissão oral é o principal modo pelo qual o conhecimento é perpetuado. O conhecimento seria transmitido em muitas situações havendo a necessidade de um intenso e prolongado contato das gerações mais velhas com os mais novos. E quanto maior o tempo de convivência, maior é o acúmulo de informações relevantes para a comunidade e, por conseguinte, maior o prestígio daqueles que detêm certa sabedoria.

Em outra observação temos que:

O conhecimento das populações tradicionais é transmitido de geração em geração. É um saber passado pelas relações de parentesco e vivência. As crianças aprendem com os mais adultos, quando os acompanham nas atividades diárias. Alguns conhecimentos são passados para os mais jovens, por considerarem que há maior necessidade, como, quais os recursos extraídos da natureza que podem ser utilizados

contra picada de animais peçonhentos, etc. Outros conhecimentos como a cura de enfermidades com o uso das plantas são repassados a homens, mulheres e crianças com maior aptidão para o assunto (FRAXE, et al., 2007, p. 96)

Dessa forma, a partir de levantamento etnográfico, podemos assegurar que o conhecimento tradicional dos pescadores do Lago do Juá coaduna cinco ou mais aspectos: o de terem como fonte *as histórias contadas pelos mais velhos*, o da *observação empírica minuciosa* de processos biológicos que ocorrem em seus ambientes naturais, o do *labor e compromisso prático de habitar* à margem do rio e o da *confrontação de ideias* com outros pares ou sujeitos que, costumeiramente, compartilham informações e entendimentos sob muitas perspectivas.

Em vista destas colocações e com intuito de realizar uma “espécie” de inventário dos saberes deste grupo, lançamos mão de diálogos e registros de campo que corroboram tais assertivas aqui expressas. Para tanto, elaboramos uma tabela de respostas, representativas dessas *informações* e *saberes* que definem, na prática, um regime de informação-conhecimento-vida intrínsecos aos modos operativos desses sujeitos.

A respeito do conhecimento sobre a fauna mais amplamente da região do tapajós e outras regiões, por vezes indicando o conhecimento de outros biomas (uma vez que os pescadores transitam por muitas outras paragens), temos uma lista de espécies com nomenclaturas e taxonomia nativas e os modos de caracterizá-los a partir do saber local:

Tabela 6: Taxonomia da fauna conhecida pelos pescadores residentes do Lago do Juá

NOME COMUM	MODOS NARRADOS DE IDENTIFICAÇÃO
Tamanduá Bandeira	É um tamanduá muito grande que o rabo é igual uma bandeira mesmo. Gostam muito de comer inseto, adora uma formiga e o perigoso dele é as unhas grandes, mas não costuma atacar não, só não mexer.
Tamanduá Mambira	É um tamanduá médio e é branco com listra. É um bicho mandingueiro, você prende ele numa caixa e ele foge misterioso. A gente come ele, mas ele peida fedido para daná.
Tatu Bola	É um tatu que tem aquela capa dura que ele se enrola todinho feito bola mesmo. Ele é amarelo e pequeno tem muito lá pelo Mato Grosso, aqui não se vê muito não.
Tatu Rabo de Couro	Ele é pequeno e achatado. Tem um formato de um sabão de cumprido
Tatu Tinga	Esses tatu dizem também que tem o nome de quinze quilos. Não sei se porque pesa nessa medição mesmo. Esses tatu comem todo tipo de inseto até besouro eles comem. E quando ele se sente pressionado ele solta um cheiro ruim também, bem fedorento.

Tatu Canastra	O tato canastra é um tatu enorme, orelhudo, a carne dele que é muito saborosa. Eles cavam buraco que cabe uma pessoa dentro. Esses tem bem aqui, mas é difícil porque matam muito então é difícil de encontrar.
Macaco Prego	É uma espécie de macaco muito saliente! Gosta de mostrar o “prego” dele para as pessoas (risos)
Macaco Quatá	Esse macaco é tamanho de uma pessoa. Ele é muito ágil se pendura numa árvore pelo rabo que num instante ele já está em outra e em outra.
Macaco Mão Amarela, Zogue Zogue, Macaco Caiarara	Esses macacos já são mais difícil de ver, que são macacos que chamam atenção pela boniteza, e o homem quando não mata, ele você sabe, quer ter tudo!
Macaco Cuxiú	Já esse macaco tem o beijo encarnado
Macaco Parauacu	É um macaco bem difícil porque ele é muito desconfiado. Vive se escondendo...
Macaco Guariba	É um macaco grande, tem um grito alto, parece um ronco, assusta quando é de noite, geralmente é o macho que grita, ele gosta de viver em bando.
Macaco da noite	Ele tem o olho esbugalhado, da noite porque gosta de viver na noite mesmo. Horário que ele escolhe para se alimentar.
Macaco Soim	São aqueles macaquinhos ligeiros que só a peste, vive em bando e eles chamam os outros quando eles estão interessados em alguma coisa. São muito espertos.
Macaco Gogó de Sola	É um macaco muito valente e perigoso, a mordida dele é que nem cobra, difícil de soltar. É um macaco da noite e traiçoeiro pega a pessoa dormindo.
Quatipuru	É aquele tipo roedor, um esquilo que tem. Ele é muito ligeiro e pequenininho, o dente é tão afiado que consegue roer até madeira.
Cuandú	É um tipo de porco espinho. Ele solta aquele espinho dele quando é atacado por cachorro ou outro tipo de animal que se mete a besta.
Cutia, Paca Concha, Paca comum, Viado, Catitu, Queixada, Anta Vermelha, Anta Preta, Capivara, Quati comum, Quati Mundé, Cachorro do Mato	São bichos de caça. Estes bichos tudo a gente come uns são mais saboroso e outros tem que saber preparar que a carne já é mais escura, o cheiro é mais forte.
Raposa	Ela é igual cachorro do mato, por isso confunde muito, as vezes não sabe se é cachorro ou se é raposa. Eu sei pelo tamanho porque o cachorro é maior.
Irara	Tem gente que chama de papa mel, porque dizem que ela gosta muito de comer mel. Ela é cumprida feito tamanduá.
Onça Vermelha, Onça Pintada, Onça Preta	Tem muito tipo de Onça né, tem as que chamam de Canguçu, a Jaguatirica, o Maracajá, a Tigre. Eu mesmo já matei uma Onça Preta perto do Curua-úna. Tudo são família de Onça. É um bicho muito perigoso e traiçoeiro. De vez em quando ela pega um por aí.
Uirapuru, Papagaio, Ararinha, Periquito,	São tudo pássaro aqui da nossa região, cada um mais bonito que o outro, as vezes a diferença

Arara azul, Arara vermelha, Canário, Jacu, Cujubin, Mutum, Mutum Pinima, Mutum Pava, Gavião	está na crista, na penugem, no bico, no tamanho, o jeito que eles fazem o ninho deles e por aí vai.
---	--

Fonte: Anotações do caderno de campo a partir de conversas com Seu Biato, Seu Raimundo, José, Manoel e Fernando

A respeito de como nossos interlocutores obtém determinadas informações sobre uma gama de comportamentos de animais e plantas, demonstram um sistema de conhecimento ajustado à negociação cotidiana com o meio ambiente imediato e que não estão muito aquém daqueles conhecimentos consagrados pela ciência ocidental. Como entendido por Little (2010):

O conhecimento ambiental de um povo tradicional sustenta sua forma de adaptação e está relacionado a um sistema de conhecimento científico que fornece o fundamento cognoscitivo para a elaboração das tecnologias produtivas de uma sociedade. O conhecimento tradicional ambiental tende a ser aplicado em um ecossistema específico, de tal forma que é validado empiricamente dentro desse espaço (LITTLE, 2010, p. 16-17)

Nesse sentido, os modos de observar a natureza e a troca de informações ficam expressos em algumas falas registradas em campo, como a de Manoel, a respeito de algumas espécies de animais encontradas nos arredores do Juá.

Aqui no Juá esse passarinho é conhecido como *Corrupião*, em outros lugares chama ele de *Aratauí*. Ele é “papa farinha”, gosta muito de comer farinha, arroz d’água, aquela *canarãna*. Canarãna é tipo um capim que peixe também come, o *Aracu*, a *Pirapitinga*, o *Pacu* e o *Jaraqui* só faz chupar o limo, dizem que o *Jaraqui* também come barro, mas eu nunca me liguei nisso não, o pessoal é que fala (...) (Manoel dos Santos, 17 de setembro de 2017)

Ao ser interrogado de onde vem essa sabedoria, Manoel completa:

Há rapaz, os velhos vão dando a dica pra gente e nós vai aprendendo (...) (Ibid.)

Já a respeito de outros animais encontrados no Juá, o pescador acrescenta:

Aqui tem aquele *Gavião panema*, ele apanha de passarinhos, tem medo de tudo quanto é bicho, agora já o *Gavião preto* de calda branca, esse come até o filhote dele, é um pássaro brabo todos os bichos têm medo dele. Aqui já acho aquele *Jacaré Tinga*, hoje é difícil, mas é capaz de ainda ter, no mato aí do lago você encontra muito *cachorro do mato*, *cobra surucucu*, *jararaca*, *jibóia*, *macaco*, no lago mesmo tem muita *garça*, *marreco*, de vez em quando aparece um *tracajá*, antigamente aqui até *peixe-boi* tinha (Manoel dos Santos, 17 de setembro de 2017)

Sobre as aves de pequeno porte, o pescador nos relatou que já avistou:

Muito *Quero-quero*, *Coroca de cor preta*, *Frango d'água*, *Pipira* de várias cor, meia branca, meia azul, roxa e preta, *Bem-te-vi*, *Papagaios*, *Andorinhas*, aquele *Anú preto* e *João-de-barro* também (Ibid.)

A curiosidade e atenção dos pescadores ribeirinhos do Juá vão muito além dos seus ambientes naturais. Sobre suas “andanças” e percepções, “Seu Biato” comentou sobre a confecção de artefatos indígenas que já pôde observar com perspicácia.

Olha veja bem, o artesanato do índio é uma ciência muito da sua sabida, é muito bem feito aquelas coisas que eles fazem. Eu já vi uma vez aquele cesto que eles levam água. Um cesto trançado de palmeira de Patauí, se você olha de perto vê que é tudo trançado, mas aí você pergunta, não cai uma gota de água? Não senhor, é um muito interessante aquilo (Bianô Lopes, 15 de maio de 2108)

Em se tratando de curiosidades da fauna íctica, estas são bastante extensas e chamou-nos atenção alguns comentários, como;

O peixe, professor, é um ser muito artista! Ele enxerga muito longe. O tucunaré, por exemplo, quando ele te ver ele é capaz de pular a malhadeira. O jacundá também é outro que enxerga longe. O boto então nem se fala, o bicho é danado de muito inteligente, agora só tem uma coisa ele perde a força dele muito rápido, quando uma pessoa fura ele, logo vai perdendo a força e morre (Bianor Lopes, 15 de maio de 2108)

Outra coisa, dizem que peixe não nada para trás, né? Olha quando estive na ilha do Marajó (PA), eu vi naquela pesca de curral deles lá um peixe, não lembro agora o nome daquele peixe, mas o bicho é esperto, você pode prender ele e quando tu vai zagair ele, ele escapole sabe como? De ré, o peixe dá uma ré rapidinho e tu fica no vácuo (risos) (Seu Aurélio, dezembro de 2016)

Sobre um tipo de alga muito comum no rio tapajós, popularmente conhecido como *Limo*¹³⁰, que fica na superfície da água e tem coloração esverdeada, ficamos surpresos com a simplicidade do pescador ao ser interrogado sobre. Mesmo não tendo a certeza daquele fenômeno teceu considerações corretas do comportamento do organismo e suas implicações.

O Limo “espoca” do fundo do rio, não sei porque e nem pra que serve, mas sei que ele mata o peixe quando dá muito forte. Lá na ponta do Cururu é que, às vezes, dá bastante! (Bianor Lopes, 10 de outubro de 2108)

¹³⁰ Os organismos que compõe o limo são, na verdade, cianobactérias da vida aquática. Sua presença decorre de matéria orgânica em decomposição no fundo dos rios, como troncos de árvores, folhas e peixes. Segundo a professora Dr. Rosane Maria de Aguiar Euclides, as cianobactérias são extremamente boas para a vida aquática, elas produzem oxigênio e servem de alimento para peixes, alevinos e moluscos, porém quando há em excesso acaba formando florações que produzem toxinas nocivas para pessoas e até mesmo para os animais aquáticos. Informações coletadas em site da web disponível em: <blogdoestado.blogspot.com>. Acesso em 04/06/2020.

Em outra ocasião, chamou-nos atenção a precisão das informações coletadas. Por exemplo, sobre o comportamento dos *tracajás* (*Podocnemis unifilis*), uma espécie de cágado muito comum na Amazônia, Fernando nos esclareceu.

Na época do tracajá, professor, que é outubro e setembro, ele sobe para a beira do rio de tarde, às quatro horas e de madrugada às cinco horas. Ele caminha muito longe. Agora tem uma coisa se você virar ele com o casco para baixo, para buscar ele depois, ele se vira sozinho e vai embora, já a tartaruga não sabe fazer isso (Fernando, 24 de dezembro de 2017)

Sobre conhecimentos ecológicos do entorno do território do Juá, participamos de conversas que incidiam preocupações ambientais bastante evidentes. Em certa ocasião presenciamos, num desses “fóruns de informação”, um tipo de mapeamento da localização de um olho d’água (mina de água) próximo ao lago do Caranazal que repercutia na memória dos mais velhos. Enfatizava-se também que em tempos antigos haviam braços d’água que adentravam aquelas matas e que eram ótimos pesqueiros.

O desaparecimento desses cursos d’água se deu, a partir dos depoimentos, pelas constantes queimadas realizadas na beira do lago, segundo os pescadores após as queimadas e com o decorrer do tempo, a mata foi ficando muito “tiririca” (um tipo de erva daninha de folha larga) e ninguém mais conseguiu desbravar a mata florestal. Explicaram também que na época da seca do rio, no verão amazônico, tem muito fogo, pois, nessa época do ano qualquer “ponta de cigarro” faz acender queimadas espontâneas e prejudiciais à natureza.

Assim, a partir das colocações feitas até aqui, temos em evidência uma multiplicidade de relações e percepções empíricas que estes sujeitos (as) imprimem no seu modo de lidar e habitar o Juá e que, sobretudo, configura um sistema social complexo que envolve *comportamentos cotidianos, linguagem, informação, intelecto, materiais diversos de trabalho e performances narrativas* que produzem a cultura que pudemos observar durante todo esse período de estudos. Esta cultura que, por sua vez, tem raízes históricas e um acúmulo de informações especiais transmitidas e processadas de distintas formas produzindo, portanto, sua própria complexidade de vida.

3.2. O Rio, a Paisagem e as Festas Tradicionais como pontos de interseção de vários mundos e aprendizados

Como já foi demonstrado, o lago do Juá está localizado numa zona periurbana da cidade de Santarém e que, portanto, discutir a importância do rio na vida dos pescadores artesanais desta localidade intersecciona a centralidade que o mesmo tem na dinâmica de organização da cidade e da região do oeste do Pará como um todo.

Muitos aspectos poderiam ser amplamente discutidos a partir desta configuração, como o faz contundente, Tatiane de Cássia S. Costa (2014) em seu livro “*Santarém: Mudanças e permanências na relação cidade-rio na Amazônia*”. A autora buscou compreender (dentro de um escopo principal) um conjunto de estratégias de apropriação do espaço da cidade que vem refletindo, nos últimos anos, em mudanças nas relações e interações com as águas do Tapajós e do Amazonas, mas que também reafirmam a importância dos rios no transcurso de práticas socioespaciais dos seus habitantes. Como bem observa:

Os elementos que contribuem para este processo envolvem a expansão de uma fronteira econômica na região, no qual o grande capital encontra condições para se instalar e se reproduzir. Nesse contexto, observamos a expansão de uma fronteira agropecuária, na qual se destaca a criação de gado e, mais recentemente a expansão da produção de grãos, devido ao aumento na demanda de produtos agrícolas no mercado internacional. Observamos, também, a expansão da fronteira mineral, com grandes empresas minero-metalúrgicas que se instalam em diferentes pontos da região; e mais recentemente temos a expansão de uma fronteira técnico-ecológica, ligada a uma valorização do capital natural e que demonstra uma nova forma de percepção da natureza, na qual esta não é mais vista como recurso inesgotável a ser explorado, e sim como fonte de poder, recurso estratégico, reserva de valor para uma biociência e para a biotecnologia (COSTA, 2014, p. 79)

Estas mudanças apontam “um processo de reestruturação urbana, diretamente relacionada ao surgimento de novas atividades econômicas realizadas num contexto regional e que são visualizadas na dinâmica da cidade” (COSTA, 2014, p. 80). Portanto, novos usos ligados à relação com o rio são desenvolvidos afim de direcionar um maior meio de circulação e fluidez do grande capital, juntamente com lógicas econômicas que promovem políticas desenvolvimentistas para a sustentação energética de infraestruturas ligadas às chamadas *agroestratégias* (ALMEIDA, 2009). Estas *agroestratégias* compreendem,

Iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos; reforçam a finalidade de influir nas políticas governamentais, com seus planos, programas e projetos para o setor agrícola; orientam iniciativas localizadas

de implantação de empreendimentos agroindustriais; compreendem empreendimentos que são caracterizados por suas inovações tecnológicas, pela demanda de imensas extensões de terras aráveis e por uma racionalidade gerencial do mercado de *commodities*, e ainda por desconsiderar a lógica de utilização dos recursos naturais pelas unidades de trabalho familiar e pelos povos e comunidades tradicionais (COSTA, 2014, p. 83)

Neste contexto da cidade, por exemplo, se destacam políticas que incentivam a pavimentação integral da rodovia federal Cuiabá-Santarém (BR 163), a instalação de grandes empresas multinacionais, a expansão do porto graneleiro da Cargill, o incentivo à navegação comercial e, ainda com maior preocupação, o projeto de construção de usinas hidrelétricas ao longo do Tapajós e seus afluentes. Tais articulações apontam uma forma de compreensão das águas, com suas potencialidades que abarcam “um processo de integração regional que privilegia setores hegemônicos da economia enquanto *desterritorializa* sujeitos simples, ofuscando outras formas de ver e usar o rio” (COSTA, 2014, p. 83, grifo nosso).

Particularmente ao caso do Juá, estas novas dinâmicas econômicas da cidade vêm impactando nas territorialidades dos pescadores artesanais já algum tempo. Desde o início da construção do terminal fluvial da empresa Cargill (no ano de 2000), que alterou significativamente a paisagem natural da frente da cidade e uma grande faixa de vegetação que cobria uma área natural de recreação bastante utilizada pela população da cidade, a antiga Praia da Vera Paz¹³¹.

Os pescadores da região, que tinham nesse perímetro um ponto de venda de seu pescado e também de lazer, assistiram à transformação por completo desta paisagem e sem nenhuma medida compensatória por parte dos agentes do “desenvolvimento”. Como lamenta André, pescador e eletricista autônomo que mora no bairro do Conquista, mas que frequentemente realiza a prática da pesca artesanal na vila do Juá.

Nós perdemos aquela praia da Vera Paz para essa Cargill, que eu me lembro quando nós éramos pequeno ainda, nós íamos muito lá, bem dizer eu me criei ali, jogando bola e pescando (André Souza, setembro de 2018)

¹³¹ Segundo o Relatório de impacto ambiental do CPEA (2010) “a construção do Terminal da Cargill teve início em 2000, atendendo a todas as exigências legais necessárias para um empreendimento dessa natureza. No mesmo ano o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública contra a Cargill, para a paralisação das obras, até que fosse realizado e aprovado um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). A Cargill entrou com recursos e obteve a suspensão das decisões do Ministério Público Federal, dando continuidade às obras. Em 2003, a Cargill iniciou a operação do seu Terminal Fluvial de Granéis Sólidos em Santarém. Em 2007, a SECTAM (atual SEMMA) prorrogou a licença de operação, mas, em atenção à sentença que havia determinado a elaboração do EIA/RIMA, exigiu a realização do estudo relativo a toda área da Cargill, bem como da recomposição dos eventuais danos ambientais decorrentes da instalação e funcionamento do Terminal. O estudo deveria incluir também a ampliação prevista no projeto envolvendo a construção de mais um armazém com capacidade de 30.000 toneladas de grãos dentro do Terminal existente” (RIMA, 2010, p. 5)

Assim, Costa (2014) também evidencia outras maneiras de se relacionar com o rio, mais voltadas a questão do lazer e da contemplação com atributos turísticos.

Existe ainda outra forma de uso do rio atrelada a uma perspectiva do lazer, da contemplação e do turismo. As águas viram objeto de um desejo produzido por relações mercadológicas ligadas ao turismo, viram um local a ser observado, uma beleza a ser apreciada, ou seja, as relações se dinamizam pela contemplação (COSTA, 2014, p. 83)

Em um estudo anterior (mestrado defendido em 2015) tivemos a oportunidade de abordar esta relação da indústria do turismo com as visualidades produzidas sobre a paisagem amazônica. Nessa ocasião, buscou-se explicitar o papel do mercado publicitário na construção de representações homogeneizantes da riqueza natural, do universo simbólico e da vida social na região da Amazônia brasileira constituindo uma “paisagem-cenário” estereotipada ou o que chamamos de uma *mise-en-scène amazônica* (SILVA, D., 2015). Existe, assim, um *cenário* a ser transformado em produto cultural ao mesmo passo que nele é preciso estar contido os dispositivos de identificação, a distintividade exótica, a retórica das imagens e dos saberes locais retratados por lentes fotográficas, uma história narrada (imageticamente e textualmente) quase como fábula, como passagem épica do passado ao presente.

Sabe-se, portanto, que para cada projeto publicitário existe uma proposta específica vinculada a interesses específicos cujo teor recai, quase sempre, sob um processo de *fetichismo* daquilo que se quer publicizar. Em nossa abordagem busca-se perceber como estas questões tomam a dimensão do que chamo de uma *mise-en-scène amazônica* igualmente inspirado na ideia de *mise-en-scène malinowskiana* desenvolvida por George Marcus (2004) fazendo uma alusão crítica a tradicional cena malinowskiana de pesquisa de campo. No meu ponto de vista, se é possível falar de um padrão de modalidade tradicional de pesquisa antropológica a partir do legado de Malinowski, não obstante, se coloca como lócus entrelaçado e crítico de percepção, o modo como o imaginário sobre a Amazônia é construído de forma padronizada pelos múltiplos discursos e pelas imagens jornalísticas e publicitárias (SILVA, D., 2015, p. 63)

No estudo mencionado, tais artifícios foram analisados, principalmente, a partir das representações construídas em torno de uma festa tradicional na vila de Alter do Chão (distrito de Santarém), a Festa do Sairé, verificada enquanto produto turístico espetacularizado e que encerra em momentos atuais múltiplos agenciamentos.

Como se sabe, as festas tradicionais populares e religiosas que abrangem a região do Baixo Amazonas e do Tapajós são inúmeras, elas conectam uma multiplicidade de práticas e eventos socioculturais em muitas comunidades rurais e ribeirinhas ao longo desses rios, instituindo um extenso calendário de acontecimentos festivos em diversas partes desta região.

São, em sua grande maioria, festas devotas à *santos católicos* que demarcam junto com outros aspectos temporalidades específicas de uma gama de agências sociais/institucionais e atores locais. Elas representam, sobretudo, campos de significação e representações que envolvem ritos específicos tanto em espaços sagrados quanto em espaços ditos profanos. E, muitas das vezes, vinculam por intermédio de crenças, imaginário, simbolismos, vetores mitológicos e materialidades à determinados ambientes naturais, localidades e povoados. Como nos lembra Braga (2004).

Há que se evidenciar as religiões devotadas aos santos católicos, que fazem de cada comunidade amazônica a identificação com um santo. Santo Antônio, São João Batista, São Benedito, entre outros. Uma religiosidade católica que não conflita com as *encantarias amazônicas* como a crença mágica nas peripécias do *boto tucuxi*, que seduz e engravida as jovens mulheres à beira do rio, quando assume as características de um jovem caboclo (...). Sem esquecer também de figuras mitológicas como o *Anhangá*, o *Curupira*, a *Matinta Perera*, encontrados inclusive na cosmologia tupi (BRAGA, 2004, p. 5, grifos nosso)

Os registros históricos e etnográficos sobre festas na Amazônia fazem referência a um amplo universo de práticas socioculturais e muitas delas relacionadas ao calendário da igreja católica (BRAGA, 2004). Assim, temos visto, uma crescente preocupação das ciências sociais, especialmente da antropologia, que vêm tomando as festas como objeto de reflexão em muitas de suas dimensões e cujo resultado tem contribuído na compreensão dos seus significados em diversos âmbitos de suas produções e realizações.

Se pensarmos a partir de desdobramentos analíticos, tal como colocado por Costa (2014) a respeito dos usos do rio, em relação às *mudanças* e *permanências*, temos que por um lado, algumas festas amazônicas de base tradicional, principalmente aquelas de maior escala de investimento financeiro, lidam com complexidades situacionais impostas pela contemporaneidade, pelo mercado publicitário e pelo turismo de massa. Outras de menor escala permanecem cumprindo suas funções, estabelecendo suas relações historicamente arregimentadas, bem como as naturezas dos rios como importante elemento de ligação, pois, são os rios que em última instância permite a mobilidade de seus praticantes e realizadores.

As festas tanto populares quanto religiosas oferecem não só a oportunidade de reviver simbolismos da cultura de um povo, mas também momentos de descontração, lazer, troca de informações, mercadorias, dádivas e, assim, agregam identidades sociais. Portanto, ousamos dispor que estas manifestações culturais também constituem universos de aprendizado, principalmente quando modos interativos são expressos com determinadas performances sejam elas em ritos, conversas, habilidades desenvolvidas ou trocas simbólicas e materiais.

Em vista de nosso foco de discussão, gostaríamos de explorar este lado de *permanências* ou de *habilidades recontextualizadas* na medida em que este foi acentuado na experiência etnográfica de estudo.

A partir de conhecimentos históricos e da experiência empírica com ribeirinhos do Amazonas, Harris (2017) expõe com clareza argumentos que revelam, por exemplo, o papel predominante que o rio tem nesse ambiente de aprendizado.

A forte presença do rio tem sido a característica mais constante das sociedades ao longo do Amazonas. Em torno dele, uma cultura das águas se desenvolveu, rica de práticas associadas e significados. Nos últimos três séculos, poderosas formas de anexação e inclusão da região nos circuitos globais de mercadorias criaram o *taskscape* do campesinato ribeirinho e a *mutante persistência* de seus meios de vida (HARRIS, 2017, p. 112, grifo nosso)

O principal argumento do pesquisador é que as identidades dos atuais moradores das áreas de várzeas, os ribeirinhos, são fundadas de uma certa maneira na prática e no valor atribuído à realização de tarefas, tendo como sujeito protagonista deste processo o próprio rio (HARRIS, 2005, 2017). Disso resultou a necessidade de repensar e revisar a perspectiva linear e uniforme de “sobrevivência”, na conceituação histórica da antropologia amazônica¹³².

Este aspecto me levou a conceber a história e a antropologia da Amazônia brasileira em termos de conexões entre diferentes períodos na região (mas não de forma linear e uniforme), entendendo sua história de pós-conquista num contexto transatlântico. Prestando atenção às histórias entendidas a partir da noção de habilidades (*skilled histories*) e à transmissão de conhecimentos práticos, procuro ficar próximo à experiência daqueles que lutaram para sobreviver e se adaptar em meio a situações traumáticas. *Minha hipótese é que eles protegeram o que mais valorizavam e isso os ajudou em sua sobrevivência* (HARRIS, 2017, p. 114, grifo nosso)

Em uma perspectiva histórica, o pesquisador lança olhares sobre os vilarejos da segunda metade dos séculos XVIII e XIX, para enfatizar que desde esse período as localidades ribeirinhas constituíam comunidades formadas por laços enraizados de parentesco e geralmente não eram resultado de agregação aleatória de indivíduos. E tão logo elas formavam as bases através das quais as habilidades ameríndias e o conhecimento do ambiente eram transmitidos. Dentro de um intrincado quadro de relações entre brancos e indígenas

¹³² A perspectiva de “sobrevivência”, como desenvolvida na antropologia amazônica, é linear e uniforme em sua conceituação histórica (Moran, 1974; Ross, 1978). Inicia-se na conquista e nas povoações ameríndias ao longo do rio no começo do século 16 e vai até a degradação, no século 17, por doenças e escravização, e então passa à reformulação de sociedades amazônicas miscigenadas dos séculos 18 e 19 [...] O século 20 consolidou práticas existentes e padrões econômicos (Castro, 2002), resultando na “cabocloização” do povo amazônico que vivia nas áreas rurais e urbanas (HARRIS, 2017, p. 113).

daquela época, muitos conhecimentos e habilidades destes últimos eram aproveitados, afim de garantir a sobrevivência dos primeiros e o sucesso do empreendimento colonial.

Branco dependiam dos índios com relação ao trabalho, muitas vezes forçado, mas também com relação ao conhecimento indígena sobre produtos: onde encontrá-los e como processá-los. Esta dependência moldou bastante o aspecto informal das relações coloniais. Os rios e sua navegação eram o cerne das identidades desses novos tipos de pessoas e de sociedade. Rio acima e rio abaixo, as pessoas aprenderam novas formas de associação. Assim, perceberam que diferentes tipos de pessoas estavam participando do mesmo espaço (HARRIS, 2017, p. 111)

Nesse jogo de interesses eram realizadas muitas expedições de coleta dos produtos cobiçados na metrópole (cacau, castanha-do-pará, cravo, canela, plantas medicinais e salsaparrilha) e constituíam ótimas chances de nativos indígenas fazerem suas redes de conexões e arquitetar fugas. Ao longo do processo de contato, muitas relações foram sendo consolidadas e houve uma reformulação das sociedades amazônicas com a miscigenação ocorrida nos séculos posteriores “quando migrantes da Europa e outras partes da América do Sul chegaram e africanos foram forçados a trabalhar como escravos nas fazendas e residências de família” (Ibid., 113).

Relações sociais eram consolidadas numa escala ribeirinha, ligando grupos remotos com o coração do mundo colonial. Apesar de as expedições de coleta patrocinadas pelo Estado terem sido realizadas somente até o fim do século 18, expedições privadas persistiram. Estas viagens de longa distância ao longo das águas permaneceram importantes por motivos que iam de *celebrar festivais e visitar parentes até localizar novas fontes de produtos e comércio. Estes circuitos continuaram altamente significativos para as redes de pessoas do presente* (Ibid., p. 116, grifo nosso)

Neste sentido, como apontado pelo autor, estes circuitos de celebração de festas e busca de produtos comercializáveis, bem como a visitação de parentes continua presente na vida de muitas pessoas das cidades ribeirinhas de hoje, que estabelecem redes de contatos ao longo desses rios, assim motivando um caráter funcional de subsistência material, lúdico e simbólico-cultural (COSTA, 2014) que permanece.

Dessa forma e como já evidenciado anteriormente, os pescadores do Lago do Juá estão “inclusos” neste padrão de relacionamento e com certa frequência realizam viagens de longa distância às comunidades que mantêm vínculos e com propósitos econômicos e socioculturais semelhantes daquele apontado, bem como se encontram “antenados” às principais datas comemorativas de festas e celebrações religiosas da região.

Em trabalho de campo, tivemos a oportunidade de participar de uma destas “expedições” onde foi possível vislumbrar amplos modos de interação cultural e entendemos que esta descrição mereceria uma análise a parte, pois, encerram tipos distintos de conceber as celebrações e os festivais. Por ora e com efeito de demonstrar esta conectividade, lançamos mão de uma lista com os meses festivos e suas respectivas celebrações, lembrados por nossos interlocutores. O objetivo foi registrar na ordem ditada pelos pescadores, talvez buscando o grau de relevância de suas representações, na medida em que elas foram sendo recuperadas pela memória em determinada ocasião de estudo. São algumas delas:

Tabela 7 – Calendário de Festas atribuído pelos pescadores do Lago do Juá

Mês	Santo (a) / Celebração	Comunidade
Maio	Santa Rita	Anumã
Junho	Sagrado Coração de Jesus	Suruacá
Agosto	Nossa Senhora das Graças	Solimões
Setembro	Nossa Senhora de Nazaré	Capixauã
Outubro	Nossa Senhora Aparecida	Pedra Branca
Outubro	Santa Terezinha	Maripá
Dezembro	Santa Luzia	Santí
Fevereiro	Nossa Senhora de Lourdes	Vista Alegre do Capixauã
Dezembro	Nossa Senhora da Saúde	Alter do Chão
Agosto	Nossa Senhora de Assunção	Vila Franca
Julho	Santo Inácio de Loiola	Boim
Junho	São Pedro (padroeiro dos pescadores)	Muitas comunidades e em Santarém

Fonte: Caderno de Campo, 2017.

Como é possível de imaginar, as datas comemorativas destas festas têm importância central na desenvoltura de certas atividades nos dias em que antecedem suas realizações em cada comunidade, cada uma com suas peculiaridades e similaridades em termos de rituais, celebrações, organização e deslocamentos de acordo com a paisagem de cada estação do ano.

São, de fato, reuniões festivas muito importantes para estes pequenos povoados, onde é possível não somente o reencontro de entes e pessoas queridas, mas a atualização e compartilhamento de informações em muitas escalas, o que permite de certa forma a circulação do conhecimento para além, é claro, das tecnologias (móveis) disponíveis atualmente. Evidentemente, deve-se ter o cuidado de não desenharmos um quadro pitoresco e

estático destas relações, uma vez que os aplicativos de aparelhos celulares estão por toda parte no mundo contemporâneo, inclusive na mão de comunitários (as)¹³³.

Pensando numa particularidade do trabalho de campo desenvolvido por Harris (2005, 2017), que foi o de atentar aos comportamentos de crianças nos processos de aprendizado enquanto crescem nas condições ambientais dos vilarejos ribeirinhos, dois aspectos nos chamaram muita atenção. Por exemplo, podemos dizer que dois de seus comentários conectaram perfeitamente alguns fluxos culturais aos que descrevemos em passagens anteriores deste capítulo e, neste plano, quando refletimos a composição da paisagem, do rio e das celebrações como amálgama de vários mundos e possibilidades. E ainda das correspondências relacionais do universo infantil e adulto da atividade pesqueira artesanal.

As palavras que o autor escolheu para desenvolver seu raciocínio ilustram uma boa parte destas questões.

Tipicamente, na atualidade, crianças de 5 a 12 anos passam suas manhãs na escola ou realizando tarefas domésticas e, durante as tardes, em turmas, ficam ocupadas em incontáveis buscas (durante a estação seca). As primeiras experiências de pesca, por exemplo, são com vara ou linha no ancoradouro de casa (ou da casa, quando o rio está alto). Só mais tarde, elas tomam uma canoa e vão ao rio ou a um lago, e raramente com seus pais, até que tenham mais ou menos 12 anos. A partir daí os meninos pedem para acompanhar os pais nas viagens de pesca. Normalmente, esses pedidos são negados. A criança é deixada a sentir que o momento no qual ela pode ir junto é um presente dos maiores. O pai retém esses prazeres conforme acredita que é o momento e não ensina nada à criança durante a expedição. Todo aprendizado é realizado na observação e espera. Lá pela adolescência, elas aprenderam pelo jeito mais árduo – por si mesmas, sem instrução ou orientação verbal. Mas acumularam bastante conhecimento prático sobre uma variedade de habilidades. Neste ponto, meninas e meninos normalmente encontram seus próprios caminhos – pelo menos, assim o fizeram no final da década de 1990 e meio da década de 2000 (HARRIS, 2017, p. 121-122)

Uma de suas características principais – o narrar de histórias de trabalho, ou, menos frequente, as aventuras pessoais – serve para juntar esses homens. *Com exceção das festas, estas eram as ocorrências mais interessantes durante meu trabalho de campo.* Enquanto reparavam redes, calafetavam canoas ou se sentavam num bar local, os homens recontavam ricas histórias, narradas com rapidez, muitos efeitos sonoros e gestos para dar ênfase. Afora entreter, estas histórias ofereciam bastantes informações para aqueles presentes. Havia detalhes sobre lugares visitados para encontrar estoques particulares de peixe, onde outros não haviam sido bem-sucedidos; quem tinha qual tipo de barco; quem estava fora pescando. As últimas notícias de pesca, coleta ou caça eram espalhadas por meio dessas histórias (com outras informações) [...]. Ao longo de uma vida inteira estes homens frouxamente relacionados se apoiaram em conhecidos mútuos, frequentemente centrados numa concentração urbana, espalhando-se até comunidades rurais satélites. Conversas em torno de narrativas apresentavam detalhes menores: quem estava vendendo um barco? Quem havia se mudado para lá? Homens podiam encontrar novos parceiros

¹³³ No entanto, outro aspecto pode ser aludido como os distintos usos possíveis destas tecnologias, além do que a maioria das comunidades ribeirinhas dessa região não possuem ainda o serviço de cobertura da telefonia móvel.

de trabalho para expedições de pesca, fontes para um produto ou quaisquer outras questões práticas. Mulheres também usavam estas redes (HARRIS, 2017, p. 113)

Tendo como particularidade as muitas narrativas, como “jogo de cena”, de muitas histórias e lendas contadas por diversos sujeitos (as) que habitam estas margens de cursos d’água em meio à celebrações, encontros, trabalho e tarefas diárias, o rio como paisagem central destas manifestações ou plano de fundo de todas elas, o pescado, a farinha, os bichos e variedade de plantas é que partimos para “outras conversas” que procuram agregar os estímulos de compreensão de um universo tão rico e cheios de fios a serem tecidos.

3.3. “Conversa de cientista”: regimes de conhecimento e de cultura

*Há muito mais regimes de conhecimento e de cultura do
que supõe nossa vã imaginação metropolitana*
Manuela Carneiro da Cunha

Existe na comunidade internacional de países desenvolvidos, uma velha ideia difundida que a região amazônica deve ser concebida enquanto “patrimônio comum da humanidade” por ocupar uma posição especial e influente no equilíbrio ecológico do planeta Terra. Esta ideia está associada ao estatuto da Amazônia e os seus ecossistemas como portadores da maior biodiversidade do mundo, cujas espécies ainda não estão cientificamente e totalmente conhecidas e classificadas. Por sua vez, esse mesmo estatuto dissemina “um outro modo de interpretá-la e de inseri-la em conexões mais duradouras com a ciência e as tecnologias de preservação e racionalização dos seus recursos” (SILVA, M., 1997, p. 97).

A Amazônia é um complexo de ecossistemas interligados que são influentes na manutenção do equilíbrio da Terra, enquanto um *sistema de vida*. O desenvolvimento das ciências da natureza e da interdisciplinaridade de campos e áreas de conhecimento permite considerar a região como entidade decisiva na manutenção e na transformação da química da atmosfera, na dinâmica do ciclo hidrológico e na variação climática (SILVA, M., 1997, p. 97, grifo nosso)

Assim, a Amazônia também vem assumindo a caracterização de uma região de alta complexidade. Seus processos de mundialização econômica compõem uma paisagem socioespacial de múltiplas dimensões que vai desde populações urbanas, rurais, ribeirinhas, bases militares, indígenas de ocupação secular e milenar, vastas e volumosas bacias hidrográficas, áreas de preservação ambiental de manejo tradicional e grandes parques nacionais de preservação de florestas “virgens”.

Ao longo de muitos anos também universidades públicas e privadas de grande porte, institutos de pesquisa científica com diversificadas linhas de financiamento, parques industriais de tecnologia de ponta, conexões de escoamento de produção de vários tipos (hidrovias, portos, estradas) se instalaram no seu território e, de outro lado, muitos problemas relacionados às suas bases de sustentação ecológica e de desenvolvimento regional são evidenciados com as transformações dos fluxos materiais globais consolidados.

A Amazônia é uma *grande unidade de empresariamento da ciência* como força produtiva. Esta afirmação dá à região a condição de laboratório, espaço de pesquisa sujeito ao desenvolvimento das ciências da natureza. O esforço de desvendá-la não termina; a natureza é constantemente reinventada pelas exigências do conhecimento e da operacionalização da produção de riqueza. A Amazônia é sempre uma oportunidade para testar e avaliar as relações de força entre a cultura e a natureza, entre a divisão internacional das agendas científicas e o diletantismo da curiosidade do pesquisador. Projetos, acervos, instituições, organizações emergentes articulam necessidades de afirmação do domínio do conhecimento com o processo civilizatório do capital (SILVA, M., 1997, p. 99, grifo nosso)

Segundo a mesma autora, “pode-se afirmar que grande parte do poder de interferência e de prestígio de áreas e instituições científicas na economia política da região articulada ao mundo, depende de sua capacidade de conhecer melhor a floresta” (SILVA, M., 1997, p. 100). Há, sem dúvida, intenso esforço e investimento institucional de conhecer e apreender suas particularidades locais e seu funcionamento que estão, atualmente, nas pautas estratégicas de grandes organismos de pesquisa e de poder.

É premente a necessidade de a Amazônia ser desenvolvida pelo livre exercício do aproveitamento econômico dos seus recursos naturais, com disciplinamento e condições das ações de desenvolvimento econômico-social fundamentadas na ordem institucional de seus Estados. O zoneamento ecológico-econômico da Amazônia é prioridade e condição básica para a reorganização do seu espaço e padronização de modelos compatíveis com a preservação e conservação ambientais (SILVA, M., 1997, p. 98)

Neste nível, também é possível dizer que a região lidera, como parte integrante do continente latino-americano, as grandes prospecções sobre o futuro ecológico continental, na medida em que suas transformações modificam a composição de valorização e desenvolvimento do trabalho em escala ampliada, como descoberta e como cooperação social e política entre Estado-Nações (SILVA, M., 1997).

A Amazônia como parte da América está sendo recodificada pelo conhecimento científico. A região provoca incursões do pensamento e de experiências controladas por abordagens que retomam desafios, hipóteses e teses construídas para refutá-las ou demonstrá-las como novos aparatos. Ao lado da Antártida e dos oceanos, A

Amazônia cresceu em importância como entidade física regional [...] ao mesmo tempo, cresceu em importância econômica em setores expressivos do capitalismo mundial (Ibid., p. 105)

O problema, por vezes suscitado, é que a importância atribuída aos potenciais econômicos da biodiversidade encontrada nesta região, bem como mais recentemente sua geografia de potencialidades energéticas¹³⁴, são sobrepostos em relação a uma categoria amplamente importante para sua manutenção e equilíbrio que é a *sociodiversidade* e seus *regimes de conhecimentos* intrínsecos.

Manuela Carneiro da Cunha (2009) chama atenção para o fato de que,

As culturas constituem para a humanidade um patrimônio de diversidade, no sentido de apresentarem soluções de organização do pensamento e de exploração de um meio que é, ao mesmo tempo, social e natural. Como fez notar Levi Strauss em uma conferência feita no Japão, nesse sentido a *sociodiversidade* é tão preciosa quanto a *biodiversidade*. Creio, com efeito, que ela constitui essa reserva de achados na qual as futuras gerações poderão encontrar exemplos – e quem sabe novos pontos de partida – de processos e sínteses sociais já postos à prova. Esse ponto de vista, por mais natural que possa nos parecer hoje, não é autoevidente (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 273, grifos nosso)

Estamos chamando de *sociodiversidade*, aqui, os povos e as muitas sociedades e comunidades que vivem há muitas gerações em áreas tradicionalmente ocupadas e dependem do uso sustentável dos recursos naturais e de práticas sociais e simbólicas. Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, os mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas (DIEGUES E ARRUDA, 2001). Dessa forma, quando avultamos a questão do conhecimento de forma crítica, há a necessidade de questionar ao mesmo tempo; em que categoria mais ampla este conceito se insere? Quais suas subdivisões, seus ramos, suas especialidades? Como é produzido? Como é validado? Como circula e é transmitido? Quais direitos e deveres que gera? Estas e muitas outras

¹³⁴ Desde do ano de 2012, o professor de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, Célio Bermann, tem alertado: “O Brasil possui 26 usinas hidrelétricas planejadas ou em construção na Amazônia nos próximos dez anos. No Peru, seis usinas hidrelétricas na região são previstas para iniciar a geração em 2015, a partir de um acordo energético Peru-Brasil. Já a Bolívia possui duas usinas hidrelétricas planejadas na bacia do rio Madeira. No Equador, estão previstas duas usinas hidrelétricas na encosta oriental da Cordilheira dos Andes, na região amazônica. E outras tantas estão planejadas na Colômbia, na Venezuela, no Suriname e nas Guianas” (BERMANN, 2012, p. 66). Especificamente na região do Tapajós, Costa (2014) nos dá um panorama dos estudos empreendidos; “os estudos de inventário que mediram o potencial de futura exploração hidrelétrica do Rio Tapajós, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL, 2009), revelam que a Bacia do Tapajós, incluindo o afluente Jamanxim, tem potencial para a construção de sete usinas hidrelétricas, que somadas poderão gerar 14.245 megawatts (MW). A maior delas, com capacidade para 6.133 MW, deverá se chamar São Luiz do Tapajós. As eclusas nas barragens resolvem os problemas dos desníveis e aumentam o nível da água à montante das mesmas, o que possibilita a expansão da navegação comercial que escoar a produção de grãos, incentivando, com isso o crescimento do agronegócio (COSTA, 2014, p. 80-81)

questões conexas requerem uma variedade de respostas e nesse processo de constatação reflexiva, cada conjunto de respostas corresponde a um regime de conhecimento *sui generis*, como apontado por Carneiro da Cunha (2009) quando analisa acepções distintas dos regimes.

Nosso regime atual foi arduamente construído e deliberadamente unificado, desde o século XVII, mediante acordos sobre autoria, procedimentos de ratificação e assim por diante. Os instrumentos internacionais, quase por definição e com a melhor das intenções, caem em algumas armadilhas. Começam por desconsiderar variações entre regimes específicos de conhecimentos e fundem-nos em uma noção homogênea. Tratam o conhecimento tradicional sumariamente no singular, como uma categoria definida meramente por oposição ao conhecimento científico, sem contemplar a miríade de espécies incluídas sob o mesmo rótulo (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 364)

Tal acepção mencionada, tem muitas implicações como enfatiza a autora,

Os instrumentos internacionais presumem também que o conhecimento tradicional seja coletivo e “holístico”, termo cuja a indefinição permite variadas interpretações. Tratam ainda o conhecimento tradicional, embora esta acepção esteja sendo cada vez mais contestada, como um *thesaurus*, isto é, um conjunto completo e fechado de lendas e sabedorias transmitidas desde tempos imemoriais e detidas por certas populações humanas, um conjunto de saberes preservados (mas não enriquecidos) pelas gerações atuais. Note-se que uma concepção como esta envia políticas públicas na direção do “salvamento”. O que passa a importar não é a conservação dos modos de produção dos conhecimentos tradicionais, e sim o *resgate* e a preservação desse *thesauri* (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 364)

Com isso, Paul E. Little (2010), destaca que a própria disciplina antropológica teve importante papel no desenvolvimento desta noção de “resgate” (criticada pela autora) nos primórdios de suas descobertas. Segundo este autor, no princípio, os muitos trabalhos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos sobre povos ágrafos “estavam fundamentados, implícita ou explicitamente, em uma *antropologia de resgate* que propôs que os mitos, os rituais e as línguas dessas populações precisavam ser registrados antes de seu total desaparecimento” (LITTLE, 2010, p. 18). Sendo, assim, com o aumento do interesse das ciências ocidentais, tanto naturais quanto sociais, em investigar o modo de vida destas populações locais enquanto universos gnosiológicos singulares e/ou destacáveis, houveram aprimoramentos que desenvolveram campos novos de estudos com outras perspectivas e metodologias, tais como a etnociência nas décadas iniciais de 1950 e, por conseguinte, com ela muitas ramificações se proliferaram a partir dos anos 80, entre estas, a etnobotânica, a etnozootologia, a etnoictiologia, a etnopedologia e a etnomedicina.

O autor esclarece, portanto, que esta primeira fase de preocupação etnocientífica concentrou esforços em realizar estudos e inventários de nomes nativos de plantas e animais

encontrados nos sistemas classificatórios utilizados por estes povos, dando, inclusive visibilidade a outros problemas emergentes quanto aos procedimentos da ciência moderna.

Todavia, o pesquisador vem buscando problematizar nos dias atuais, como os conhecimentos tradicionais, enquanto objeto de pesquisa acadêmica, têm estabelecido relações renovadas, no que tem chamado de *novo marco sociocultural da intercientificidade*. Em suas palavras,

O novo interesse nos conhecimentos tradicionais por parte das instituições das sociedades nacionais – sejam elas científicas, econômicas, políticas ou religiosas – coloca o risco de reeditar a antropologia de resgate praticada no início do século XX, com a diferença de que agora o interesse não está limitado aos mitos ou línguas, mas inclui sistemas científicos completos. Um dos principais argumentos utilizados a favor do resgate desses conhecimentos refere-se à possibilidade de incorporá-los ao acervo de conhecimentos científicos ocidentais (LITTLE, 2010, p. 19)

Este novo campo de saber intercientífico, traz para ciências sociais desafios importantes, de acordo com esta perspectiva, criando oportunidades teóricas, metodológicas e práticas de entender a multiplicidade de relações existentes entre estes dois tipos de sistemas de conhecimento (Ibid.). Como argumenta,

A intercientificidade é entendida como as formas de interação entre sistemas de conhecimento tradicional e os sistemas da ciência moderna. Assim como os relacionamentos entre distintas culturas produz formas de interculturalidade, a interrelação entre distintos sistemas de conhecimento científico produz formas de intercientificidade (LITTLE, 2010, p. 20)

Com efeito, na busca de levar adiante trabalhos de pesquisadores que sejam capazes de englobar distintos sistemas científicos respeitando suas particularidades, embates e interpenetrações de várias índoles, muitos questionamentos surgem, como apontou o autor:

Nesse contexto, é possível construir outro tipo de relação fundamentada no respeito mútuo entre os distintos sistemas científicos? Qual seria o perfil dessa nova atitude intercientífica? Os mal-entendidos ou conflitos entre as partes podem ser contornados? Os encontros podem acontecer num contexto de relações simétricas de poder? Em que medida é possível o estabelecimento de um diálogo igualitário entre saberes? (LITTLE, 2010, p. 21)

A forma que, Little, encontrou de procurar responder tais perguntas, diz respeito a estreitamentos com uma noção elaborada por Turnbull (2000), a de *espaços cognoscitivos*.

Um espaço cognoscitivo é uma montagem de diversas pessoas, técnicas, lugares e atividades, historicamente construída e situada. A expansão de um espaço cognoscitivo para outros lugares envolve interações sociais voltadas para a standardização e homogeneização do conhecimento e o disciplinamento dos atores

envolvidos. As relações intercientíficas, portanto, constituem-se em encontros entre dois ou mais espaços cognoscitivo (LITTLE, 2010, p. 22)

Ou seja, dentro desses espaços cognoscitivos, a ciência moderna com seus procedimentos e instrumentos de descoberta deveria construir um novo espaço cognoscitivo, baseado nos preceitos de respeito mútuo e diálogo entre pares, aquilo que poderia ser entendido, com base naquele autor, como um “terceiro espaço”. Assim, o descreve;

Esse novo espaço não necessariamente englobaria a totalidade dos dois espaços em interação; basta que alguns dos componentes de cada espaço disponham de interesse e tenham habilidades (cognoscitivas) para iniciar o empreendimento de construir, conjuntamente, um novo espaço baseado no diálogo entre saberes (Ibid.)

Assim, um dos aspectos resultantes desta interação, entre outros, seria a produção de conhecimentos híbridos, “isto é, conhecimento novo que não pertence a nenhum dos espaços cognoscitivos em diálogo, embora seja diretamente derivado deles” (LITTLE, 2010, p. 22). Dessa forma, consolidar um “terceiro espaço cognoscitivo” mediante a processos de negociação, confiança e disciplinamento dos diversos atores engajados em projetos intercientíficos confrontaria as mesmas dificuldades de qualquer outro sistema de conhecimento e levantaria a questão política, fundamental, de estabelecer sob rigoroso debate (contextualizado): para quê e para quem serviria o novo conhecimento híbrido?

A construção de conhecimentos híbridos se torna cada vez mais urgente frente às realidades inéditas com que a humanidade se defronta – sendo, talvez, a crise ambiental planetária a mais importante delas. Confrontamos, hoje, problemas que nem a ciência moderna nem os sistemas de conhecimento tradicional, por si sós, são adequados para resolver (LITTLE, 2010, p. 23)

Portanto, trazendo esta perspectiva dos marcos da intecientificidade contemporânea e seus anseios de estabelecer uma outra visão para com os regimes de conhecimentos embutidos em regimes de cultura diversos e dispersos no território brasileiro, é que buscamos respaldar os *saberes* da população de que nos ocupamos neste trabalho. Eles apresentam maneiras ricamente eficazes de elaborar e reinventar suas formas de viver, produzir territorialidades e reproduzir cultura neste pedaço amazônico para, assim, conformar nos termos de Carneiro da Cunha a “cultura”¹³⁵ dentro dos parâmetros que implicam a defensiva de seus direitos legais.

¹³⁵ Esta noção de “cultura”, com a distintividade das aspas, é pensada por Carneiro da Cunha (2009) como recurso político e como arma para afirmar identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional.

Buscamos, então, registrar e estimular o interesse por um acervo de conhecimento coletados diretamente em diálogo com nossos interlocutores, as quais entendemos ter o dever de explicitá-los de acordo com seus interesses. Como fizemos anteriormente sobre a taxonomia da fauna no Lago do Juá, expomos abaixo, desta vez, uma tabela com as informações da flora, descritas com as classificações nativas dos pescadores do Juá e suas correlações com a fauna íctica.

Tabela 8: Taxonomia da flora do Lago do Juá a partir do conhecimento local dos interlocutores

NOME COMUM DA ÁRVORE OU DA PLANTA	FRUTO	MODOS NARRADOS DE IDENTIFICAÇÃO
Piracutaqueira	Piracutaca Não comestível	É uma árvore que dá tanto na terra quanto na água. Ela é grande e cresce até 30 metros. A raiz dela serve de abrigo para peixes; todo tipo de Cará, Tucunaré, Caratinga, Bararuá, Pacu...
Jarazeiro	Jará Comestível	É uma árvore que dá tanto na terra quanto na água. É um tipo de palmeira parecido com o açazeiro...
Cuiaraneira	Cuiarana Não comestível	Árvore que dá na água, raiz desta árvore também abriga peixe.
Juarizeiro d'água	Juari Comestível	Ela é um tipo de palmeira da família do tucumã só que essa só dá na água. Os peixes que gostam de comer. Tipo o Aracu, a Jutuarana, o Tracajá também come, Tambaqui, Piratpitinga, Pacu...
Arapari	-	Essa árvore está em extinção. Por causa de muita queimada ela não aguenta muito. Na minha memória tem somente umas quatro árvores dessa aqui no Lago.
Mureru	-	É uma planta da família da vitória régia. A Piaçoca aquele passarinho pequeno caminha por cima dela para comer peixinho pequeno e gafanhoto. E o patinho d'água também gosta de ficar entre elas.
Murucizeiro	Muruci Comestível	É uma árvore que dá bastante fruto na época dela, fica bem carregada daquele amarelinho, passarinho gosta muito
Ingazeiro	Ingá Comestível	Essa árvore dá um fruto comprido, você abre ele que é tipo uma vagem e o caroço é que é gostoso
Jenipapeiro	Jenipapo Comestível	É uma árvore boa, o fruto dela é muito bom pra tratar anemia, asma. Peixe que gosta de comer ela é o Tambaqui, a Piratpitinga, o Aracu...
Caranazeiro	Caraná Comestível	É uma planta da família do Buriti, é boa pra fazer o vinho, suco, você amolece ela com água morna e faz tudo, doce..
Patauazeiro	Patauá Comestível	É um tipo de palmeira da família do açai também, da bacaba, tu faz o vinho também.

Cumandazeiro	Cumandá Não comestível	O fruto do Cumandá é bom pra tratar de queimadura, golpe, ferida. Você tira aquela vagem vermelha e faz o remédio, o pessoal usa até pra Malária
Piauxizeiro	Piauxi Comestível	É um fruto bem docinho,
Mucajazeiro	Mucajá Comestível	Esse fruto é bom pra pegar tracajá, tartaruga, você faz o pirão dele misturando na farinha
Jarana	Jarana Não comestível	É uma árvore boa, o galho dela é bom para fazer varejão, esses pau que nós usa para empurrar a canoa

Fonte: Anotações do caderno de campo a partir de conversas com Seu Raimundo, Manoel e Fernando

Tendo em vista esta pequena amostra sobre as informações de que dispõem o grupo de pescadores sobre as espécies da flora do entorno do Lago, enveredamos agora pelo registro de plantas e animais utilizados para fabricação de remédios caseiros com o intuito de estabelecer um parâmetro para as incursões do conhecimento da Etnobotânica e da Etnozoologia empreendidos na região do Lago.

Sabemos que, segundo Elaine Elisabetsky (2003), algumas vezes a argumentação da ciência para com os conhecimentos acumulados destas populações locais é de que a cultura destes povos (comunidades e especialistas tradicionais) consegue identificar sintomas comuns, mas não conseguem caracterizá-los da maneira mais adequada e que tais informações não servem de utilidade para o desenvolvimento de novos medicamentos, embora esta visão vem sendo cada vez mais contestada na atualidade.

De outro lado, a autora argumenta que o que torna o conhecimento tradicional de interesse para a ciência é que em sua maioria se trata do relato verbal da observação sistemática de fenômenos biológicos feito por pessoas, que muitas vezes são iletradas, mas que seguramente são tão perspicazes como alguns cientistas treinados. Por sua vez, a ausência de instrução formal não é sinônimo de ausência de conhecimento.

Vejamos em seguida uma breve tabela de plantas e seus respectivos usos terapêuticos, bem como tratamentos diretos de enfermidades a base de animais medicinais.

As fotografias apresentadas são de autoria do pesquisador e foram registradas a partir do Jirau de plantas e quintal de Dona Maria Ornelinda, pescadora do Juá.

Tabela 9: Algumas plantas medicinais utilizadas pelos pescadores (as) do Lago do Juá



ALFAVACA
(Tratamento de colesterol alto, diabetes,
gripe forte, coração)



PIRAUIXI
(Nome não identificado em outras fontes
documentais)



CORAMINA
(Tratamento de dores estomacais,
problemas de coração)



PIÃO PAJÉ
(Banhos e defumações contra mau-olhado)



SAMAÚMA

(Considerada a mãe da floresta e é uma grande produtora de água)



EMBAÚBA

(A água retirada das raízes de uma planta fêmea pode ser usada para tratar doenças crônicas como o câncer)



PIÃO BRANCO

(Tratamento de dores estomacais, cicatrização de boqueira)



COMIGO NINGUÉM PODE

(Proteção da casa de olho-gordo, azar, mau-olhado, inveja)



ALECRIM DO NORTE
(Banhos e defumações contra mau-olhado)



CUMANDÁ
(Tratamento de feridas, úlcera, malária e ótimo cicatrizante)



ARRUDA
(Tratamento de infestação de verminose, cólicas menstruais e mau-olhado)



FOLHA GROSSA
(trata de resfriado e gripe)



PIÃO ROXO
(Banhos e defumações contra mau-olhado)



MUCURACAÁ
(Banhos e defumações contra mau-olhado, dor de cabeça, vermífugo)



QUEBRA-PEDRA
(Serve para tratamentos dos rins,
principalmente pedra nos rins)



PIMENTEIRA
(Espanta mau-olhado)



JIRAU
(Farmácia de Dona Maria)



CRAJIRU
(Tratamento de diversas inflamações,
problemas do fígado)

Fonte: Caderno de Campo, 2017.

A partir de diálogos com Dona Maria Ornelinda, também pode-se registrar receitas de remédios caseiros à base de plantas e banhas de animais que caracterizam um modo particular de combater algumas doenças dos moradores locais. Como nos lembra Silva (2008),

Os animais também têm importância na cura de doenças físicas, as quais são associadas às causas naturais (biológicas) e não-físicas, ‘espirituais’, de ordem sobrenatural ou cosmológica. As doenças naturais são curadas por meio da medicina ocidental (médicos, enfermeiros etc.) ou por meio de receitas fitoterápicas, sendo comum a inclusão de partes de animais (SILVA, A., 2008, p. 344)

Segue abaixo, alguns destes exemplos.

Tabela 10: Alguns remédios caseiros utilizados pelos pescadores (as) do Lago do Juá

Remédio Caseiro	Modo de fazer	Indicação da doença
Xarope	Ferver folhas de Sálvia + casca de jatobá + casca de manga. Depois cumaru ralado + mangarataia + mel de abelha + banha de galinha caipira e alho + três sementes de pimenta do reino + Jucá: E apurar o extrato.	Tosse, asma, ronquidão, gripes
Chá	Limão fervido com uma folha de Pião Roxo, Alho ou folha de Pião Branco.	Dor de Cabeça e gripe
Castanha do Caju verde	Socar a castanha até extrair o leite da castanha para a pessoa doente beber	Derrame
Banha de Jacaré ou Banha do Boto e Arruda	Bater a arruda até tirar o sumo da folha, misturar com a borra da banha do jacaré ou boto, adiciona copaíba e com essa mistura pode passar no corpo da pessoa	Derrame, inflamação
Chá do dente do Porco-do-Mato	Ferve o dente extraído do animal	Derrame

Fonte: Dona Maria Ornelinda de Souza Caetano, Caderno de Campo, 2017.

Reconhece-se, assim, que os *saberes tradicionais* das populações ribeirinhas e outras populações que vivem ao longo dos rios amazônicos têm sido cada vez mais valorizados por gestores locais e pela comunidade internacional. Eles demonstram uma peculiar relação com as informações que “emanam” da natureza, a partir da observação minuciosa e habilidades coextensivas, desenvolvidas nas formas de habitar diferentes ecossistemas ali presentes.

Suas formas de manejo comunitário favorecem a manutenção de biodiversidade da floresta e contribuem para o arcabouço das ferramentas científicas modernas que se tem voltado ao seu melhor entendimento e aprimoramento. Portanto, assegurar estes saberes é dever e, em tempos de crise ecológica planetária, tornou-se uma necessidade de cada ser humano e dos próprios cientistas pelo mundo a fora.

3.4. A problemática jurídica acerca dos conhecimentos tradicionais: qual a situação dos pescadores artesanais ribeirinhos do Juá face aos seus direitos de proteção associados ao estilo de vida tradicional?

O artigo oitavo da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), documento internacional que rege princípios para conservação de recursos genéticos da biodiversidade no planeta¹³⁶, debruça-se sobre disposições regulamentares, imprescindíveis, do ponto de vista de uma gestão socioambiental mais responsável almejada pelos Estados-membros da Convenção. Especificamente o item (j), assim, postula:

Em conformidade com sua legislação nacional, *respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas;* (BRASIL, 2000b, p. 12, grifo nosso).

Entre outros aspectos difundidos no documento, este item representa importante avanço no que tange o reconhecimento da estreita dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações com estilos de vida tradicionais ao passo que procura examinar modos reparativos de conceber esta relação em contextos de negociação onde muitos agentes atuam concomitantemente. Há, entretanto, questões bastante complexas envoltas neste processo que ainda, hoje, são objeto de análise de especialistas.

Como aponta Carneiro da Cunha (2009), a CDB, assim conhecida mundialmente, surge com o objetivo de estabelecer a soberania de cada país sobre seus recursos genéticos. Isso dentro de um contexto em que o acesso à recursos genéticos (em territórios alheios) por parte de países industrializados do primeiro mundo necessitava de uma regulamentação mais adequada e rigorosa.

Ela é pensada essencialmente como uma solução de compromisso por meio da qual os países permitem o acesso regulamentado a seus recursos genéticos em troca de transferência de tecnologia e repartição de benefícios de um modo geral (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 322)

¹³⁶ O texto da Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. O documento, de um modo geral, estabelece que cabe a cada país regular, por legislação nacional, o acesso e a repartição de benefícios, bem como o consentimento prévio fundamentado, relativos aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais.

A preocupação em torno de sistemas reguladores do uso e apropriação de conhecimentos tradicionais surge dos primeiros relatórios no final da década de 80 e início dos anos 90 (Relatório Brundtland e Agenda 21 da Conferência Rio-92) e de Programas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no que tange a questão ambiental planetária e, assim, a CDB consolidou-se como um dos desdobramentos e instrumento direto da ONU.

A partir desse contexto, várias instituições e a própria agenda da CDB começaram a mobilizar discussões e propostas de dispositivos legais acerca do tema.

No âmbito das atividades das partes integrantes da Convenção cabe destacar os seguintes desdobramentos. Desde de 1996, o tema do conhecimento tradicional figura na agenda da conferência bianual em que as partes discutem as implicações da CDB. Em 1997, foi realizado em Madri um *workshop* sobre o tema. Em 1998, foi criado um grupo de trabalho *ad hoc* para investigar o conhecimento tradicional de modo que o secretariado da CDB conta com um grupo permanente de peritos encarregados de examinar o artigo 8j, que se reúne a cada dois anos. Em 2000, criou-se um grupo permanente dedicado à repartição de benefícios, pensada a princípio entre países (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 324)

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para Alimentação e a Agricultura (FAO) também mobilizaram esforços para compreender a complexidade do tema no sentido de discutir sistemas e experiências nacionais para a proteção de conhecimento, inovações e práticas tradicionais em conformidade com os princípios da CDB. Até mesmo Bancos multilaterais e a Organização Mundial do Comércio (OMC) passaram a reconhecer nos seus Conselhos o *conhecimento tradicional associado à biodiversidade*¹³⁷ como uma dimensão enriquecedora no processo de desenvolvimento das economias mundiais.

A problemática, contudo, talvez mais notória e controversa desse processo nestes últimos anos, se colocou na seguinte questão: como incorporar efetivamente os sujeitos detentores destes conhecimentos na chamada *repartição justa dos benefícios* oriundos do seu

¹³⁷ De acordo com Juliana Ferraz da Rocha Santilli (2005) o conceito de conhecimento tradicional associado à biodiversidade esteve na pauta de definição de muitos instrumentos jurídicos, inclusive na legislação brasileira: “A Medida Provisória nº. 2.186-16/2001 estabelece a seguinte definição de conhecimento tradicional associado: “informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético” O Grupo de Trabalho de Conhecimento Tradicional Associado, criado pela Câmara Temática de Legislação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, apresentou a seguinte proposta de definição de Conhecimento Tradicional Associado, no âmbito do anteprojeto de lei de acesso: “todo conhecimento, inovação ou prática, individual ou coletiva, dos povos indígenas, quilombolas e comunidades locais, associados às propriedades, usos e características da diversidade biológica, dentro de contextos culturais que podem ser identificados como indígenas, locais ou quilombolas, ainda que disponibilizados fora desses contextos, tais como em bancos de dados, inventários culturais, publicações e no comércio (SANTILLI, 2005, p. 133, nota). Atualmente, vigora o que está disposto na Lei nº 13.123/2015 que inclui novas categorizações e será tratado mais adiante.

uso comercial, no momento mesmo em que há um crescente interesse neles em ritmo quase exponencial? Como bem assinala Regina Abreu (2013):

O que vem chamando a atenção no atual debate sobre o tema dos "conhecimentos tradicionais" tem sido menos o seu aspecto filosófico, de tensão entre uma vertente romântica e outra universalista de produção do conhecimento e mais alguns aspectos, entre os quais, *a nova configuração de discursividade global* a partir do fortalecimento de atores internacionais por meio da conectividade da rede de agências multilaterais [...] os crescentes interesses econômicos em torno do patrimônio genético associado à biodiversidade; a emergência de movimentos sociais relacionados a grupos étnicos detentores de "conhecimentos tradicionais" cobiçados pelas grandes empresas de fármacos e novos produtos (ABREU, 2013, p. 12, grifo nosso)

A antropóloga citada e subsidiada com as considerações de Almeida (2012) sobre o assunto, destaca que os conhecimentos tradicionais para além de uma categoria de pensamento ora discutida em fóruns acadêmicos do passado não muito remoto¹³⁸ perpassam, agora, sob a "esteira rolante" das *commodities* do sistema produtivo capitalista enquanto uma nova categoria passível de mensuração econômica, a saber uma – categoria jurídica. Em relação a ambas categorias a autora explica.

Como categoria de pensamento estou incluindo aqui os vários usos filosóficos, políticos e ideológicos desta categoria, ou seja, no âmbito das reflexões acadêmicas, principalmente da Antropologia, e no âmbito das apropriações e construções de significados entre instituições, organizações não-governamentais e associações de grupos sociais e étnicos, articulados ou não com movimentos sociais. Como categoria jurídica, refiro-me às tentativas de normatizar uma categoria que é fluida, ampla e complexa, construindo definições e expressões de significados capazes de gerar um discurso positivo contido num dispositivo ou numa lei (ABREU, 2013 p. 12)

Segundo a autora, esse deslocamento de discursividade deve ser problematizado, pois, deve ser visto como "sintoma de uma nova configuração em curso que relaciona e opõe não apenas formas diferentes de produção do conhecimento, mas atores diferentes que circulam num trânsito do local para o global e vice-versa, passando pelo nacional" (ABREU, 2012, p. 12). Na verdade, enfatiza a pesquisadora, há uma enorme gama de agentes interessados e entendimentos difusos que dificultam as abordagens atuais sobre o tema.

Com isso, a literatura que tem se preocupado em analisar tal deslocamento e as implicações decorrentes do avanço neoliberal em relação aos direitos de patente sobre inúmeras formas de conhecimento. Alerta que, a cobiça de diferentes atores e o delineamento

¹³⁸ Ótima introdução sobre o assunto pode ser vista em: LITTLE, Paul. Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. In: LITTLE, Paul (org.) **Conhecimentos Tradicionais para o século XXI**: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.

internacional no campo da propriedade intelectual levanta o perigo de uma homogeneização normativa problemática. Sobretudo, quando ignora aspectos peculiares e contextuais de cada situação dada de conhecimentos, práticas e inovações tradicionais.

Destaque-se que OMC, UNESCO e OMPI desenvolvem ações complementares neste propósito de unificar procedimentos de reconhecimento de saberes tradicionais que são coextensivas à “homogeneização jurídica”. Tornaram-se procedimentos coextensivos à noção de propriedade intelectual. Almeida assinala ainda que um dos problemas é que o modelo gerado pelas agências multilaterais vai se tornando progressivamente políticas governamentais de estados nacionais com a adoção de medidas operacionalizadoras, “modernas” e de padronização extrema (Ibid., p.13)

No caso da legislação brasileira, o Estado vem medindo esforços na consolidação de uma Política Nacional da Biodiversidade bem como uma Política Nacional de Gestão dos seus Recursos Genéticos, mas ainda demonstra graves inconsistências na hora de se fazer valer a lei, principalmente, na dimensão da repartição dos benefícios. Um dos instrumentos específicos que tem sido alvo de observância dos analistas e autoridades do poder público, inclusive em casos de decisões judiciais, é o Consentimento Prévio Informado de partes envolvidas. O Departamento de Patrimônio Genético do governo brasileiro afirma que:

A obtenção do Consentimento Prévio Informado (CPI) de detentores é o primeiro passo para solicitar a utilização de um conhecimento tradicional associado. No processo de obtenção, os detentores devem receber todas as informações relativas ao desenvolvimento do projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico para que consentir ou negar a realização do acesso. O usuário deverá observar as diretrizes constantes na legislação para a obtenção do consentimento prévio informado, e respeitar as formas tradicionais de organização e representação de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional e o respectivo protocolo comunitário, quando houver (BRASIL, CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019)

Ainda, sobre este aspecto Santilli (2004) destaca que.

O consentimento prévio e informado deve ser considerado um processo ou procedimento, constituído de várias fases e etapas, e não um ato contratual isolado. Deve ser um processo permanente de troca de informações, e obtido antes do acesso ou de qualquer utilização – seja do recurso genético, seja do conhecimento tradicional associado (SANTILLI, 2004, p. 366)

Na verdade, até pouco tempo, como ditou Eliane Moreira (2012), o Estado brasileiro não lograra cumprir com sua função legislativa e administrativa sobre o tema. As discussões sobre a regulamentação e a edição de textos normativos sobre o acesso e uso dos recursos

genéticos da biodiversidade se arrastaram desde 1993 e percorreram um longo caminho de dissensos¹³⁹ nas instâncias governamentais.

Somente depois de muitas dificuldades, é que foi aprovada, mais recentemente no Congresso Nacional a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 que regula o acesso ao patrimônio genético do País e, por conseguinte, trata sobre o acesso e proteção dos conhecimentos tradicionais associados.

Com efeito de esclarecimento, além de incorporar conceitos e definições constantes na CDB, a lei nº 13.123/2015 tece as seguintes considerações no Art. 2º:

I - Patrimônio genético - informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos;

II - Conhecimento tradicional associado - informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

III - Conhecimento tradicional associado de origem não identificável - conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional;

IV - Comunidade tradicional - grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição;

Além destes incisos e inúmeros outros parágrafos da referida lei, os elementos primários que fundamentam e sustentam a normatividade judicial de resguardo aos povos/populações/comunidades tradicionais e seu patrimônio material e imaterial estão amparados através dos artigos 215 § 1º e 216, caput, da Constituição Federal, dos quais dispõem:

Art. 215. *O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*

¹³⁹ Nesse período foram editados Projetos de Lei, Propostas de Emenda Constitucional, instituídos Conselhos Gestores e aprovada uma Medida Provisória (MP 2136-16/01) que regulamentou o assunto até o ano de 2015 e ainda embasa aspectos do texto constitucional. A respeito deste percurso de dispositivos legais e de aspectos das funções legislativa e administrativas do Estado em relação ao tema são abordados em: MOREIRA, Eliane. O Estado e a proteção dos direitos dos povos tradicionais sobre seus conhecimentos tradicionais associados. In: CARVALHO, Luciana; MILEO, Bruno. (Orgs.). **Patrimônio cultural e direitos culturais na Amazônia: experiências de pesquisa e gestão**. Santarém: UFOPA, 2012.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

(...)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)

Com isso, temos que a função de *proteção e valorização* do grande número de *grupos culturalmente diferenciados* (abarcando operadores constituintes do seu “saber-fazer”) e que se encontram espalhados pelo território nacional, estão previstas em lei. E que, portanto, bastaria o reconhecimento destes, por equipe técnica competente, para fazer valer os preceitos constitucionais e princípios redigidos em acordos internacionais. Evidentemente, que este é o ideal operacional exequível, buscado por muitos Estados Nações, se não fossem os interesses de mercado conflitantes quase sempre presentes nas diversas situações.

Em vista dos interesses que rondam a área onde está localizado o complexo da Bacia do Lago do Juá e a população que ali reside, longa tramitação de licenças, relatórios, pareceres e embargos de empreendimentos imobiliários se processaram nos órgãos e secretarias do município e do Estado do Pará (Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Ibama, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará, Procuradoria Geral do Município, Ministério Público do Estado e Tribunal de Justiça do Estado do Pará) no que tange a constatação de danos ambientais ao mesmo.

Ao que consta em documentos oficiais, esta briga se arrasta desde a primeira licença ambiental concedida à empresa Buriti (SISA) S/A., no ano de 2012, da qual realizou um desmatamento de 186,24ha nas proximidades do lago do Juá. Desde então, houveram tentativas de burlar a legislação ambiental através de fracionamentos de grande extensão de terra nas proximidades do lago pertencentes à empresa, além de estratégias políticas de influenciar autoridades locais em decisões técnicas.

Todas as formas e estratégias burlescas do grupo empresarial de dar prosseguimento ao empreendimento repercutiu negativamente nas mídias sociais locais, chamando atenção de movimentos sociais, ambientalistas e intelectuais, pesquisadores, sociedade civil num posicionamento em prol do Lago e dos seus recursos socioambientais.

Atualmente, a situação de proteção ambiental do Lago está assegurada, provisoriamente, por uma Decisão Liminar Judicial (nº1000398-97.2017.4.01.3902) concedida em 15 de janeiro de 2018 pelo Juiz da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de

Santarém-PA, Érico Rodrigo Freitas Pinheiro e que foi requerida pelo Ministério Público Federal em 14 de dezembro de 2017. Nela estão expressas as diligências realizadas pela entidade requerente quanto a real observância dos fatos.

Diligências realizadas pelo MPF na região do Lago do Juá indicam que o local é habitado e utilizado por pescadores tradicionais, ribeirinhos, para prática de suas atividades, exercidas em regime de subsistência (item 3861216). Tal área foi impactada pelas atividades da ré, no contexto de seu primeiro licenciamento ambiental, contribuindo para o assoreamento do lago. Ribeirinhos ouvidos pelo MPF declararam que as condições ambientais do lago se degradaram após o início das atividades da requerida Buriti (SISA) – item 3861216, pág. 11-12, 24-28. O documento constante do item 3861234, Pág. 10-11 indicam que a requerida SISA não adotou medidas de contenção, para evitar o carregamento de resíduos sólidos até a APP do Rio Tapajós e Lago do Juá (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM, 2018, p. 19)

Importante destacar, que a decisão do Juiz teve embasamento nos dispositivos da Convenção OIT n. 169, promulgada no Brasil pelo Decreto n. 5.051/2004, e que possui caráter normativo supralegal (art. 5º, §2º, Constituição). O tratado internacional mencionado dispõe de princípio fundamental de consulta (prévia, livre e informada) aos povos/populações suscetíveis de impactos diretos de obras em andamento e rege orientações aos governos signatários, o que não foi cumprido no caso averiguado. “A consulta às comunidades tradicionais tem como finalidade assegurar a participação plena e efetiva destes grupos minoritários na tomada de decisões que possam afetar sua cultura e seu modo de viver” (art. 225 da Constituição).

Além disso, no texto redigido para a Liminar o juiz, autor, levanta importante discussão a respeito das definições em torno de comunidades tradicionais, como resultado de amplo debate ainda em processo, pois, o leque de agrupamentos humanos que se enquadram em tais definições é extenso. Para tal, traz a colocação de outros colegas em casos decisórios exemplares.

(...) comunidades tradicionais não são definidas por algum tipo de rol fechado, tratando-se de qualquer grupo humano com traços culturais peculiares, sistemas de manejo que respeitam os ciclos da natureza, mediante utilização de conhecimentos herdados de gerações passadas, que assim se declarem, não cabendo ao Direito negar-lhe identidade, a pretexto de preenchimento de cadastros e formulários definidos por quem não pertence a esses grupos [...] A qualquer momento, novas surgirão, pois não há proibição para tanto. (DECISÃO n. 72-A/2014, PROCESSO 0006962-86.2014.4.01.3200, proferida em 23/05/2014)

Nos chamou também atenção o seguinte argumento:

Os povos tradicionais dedicados à extração de recursos pesqueiros, como os ribeirinhos da Amazônia, *não têm visibilidade econômica ou simbólica e não dispõem de uma legislação que reconheça as peculiaridades do espaço natural que ocupam e no qual sobrevivem*. Eles não ocupam um lugar privilegiado no discurso socioambientalista, como ocorre com os indígenas. São os esquecidos (Voto da Relatora, AG 0017006-45.2006.4.01.0000 / PA, Rel. DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA, QUINTA TURMA, DJ p. 147 de 05/02/2007, grifo nosso)

Eis, o ponto alto em que nossa preocupação de modo geral reside neste momento. Estamos convencidos de que, nesta conjuntura política “sombria” (para não dizer medonha ou escatológica) pelo qual o país recentemente vem passando, nem mesmo os povos indígenas estão ocupando o tal lugar privilegiado de discurso uma vez que seus territórios vêm sendo alvo de constantes lesões de toda espécie no cenário cada vez mais acirrado de avanço de projetos integrados aos interesses de ruralistas, governistas e grandes multinacionais *versus* a legislação que prevê a preservação dos patrimônios naturais e culturais do país.

Tampouco os ribeirinhos amazônicos têm nenhuma visibilidade neste cenário como apontou a citação acima. No caso específico da comunidade de pescadores ribeirinhos do Juá, os danos ambientais e sociais são nítidos e o conjunto de medidas emergenciais já foram solicitadas em caráter liminar pelos órgãos competentes (MPF e MPE), inclusive explicitando medidas “etnorreparadoras” com vistas a coletividade que ali se encontra e que considerem a necessidade de regeneração da atividade pesqueira na localidade. Mas, nada disso até o presente momento foi efetivamente realizado, o que nos faz atentar para a confirmação, mais uma vez, da real e lamentável condição de *esquecidos* conforme a citação da desembargadora.

3.5. Considerações Preliminares

Procuramos neste capítulo, defender a tese da existência de um *regime de informação* nos modos operativos dos pescadores ribeirinhos do Juá, enquanto um *regime de vida tradicional* ancorados historicamente no meio social deste amplo complexo ambiental e que tem a ver, dentre outros aspectos, com formas primárias de sociabilidades e desenvolvimento de certas habilidades com o meio. Argumentamos que tais sociabilidades e habilidades desenvolvidas operam ordenamentos distintos de formação do conhecimento, tanto na forma de transmissão quanto em sua integração, daquelas convencionalmente conhecidas e estabelecidos pela ciência ocidental. Estes ordenamentos podem ser compreendidos de acordo com a perspectiva discutida por Ingold (2015) a partir do que David Rubin

(1988) tem definido as distinções entre “estrutura-complexa” e “processo-complexo” de funcionamento da memória humana. Suas argumentações levantam a ideia de que,

Adotando a metáfora da *estrutura-complexa*, poderíamos dizer que o conhecimento assume a forma de uma configuração abrangente de representações mentais que foi copiado para a mente do indivíduo, através de um mecanismo de replicação, mesmo antes de ele ou ela adentrar o meio ambiente. A aplicação deste conhecimento na prática é, portanto, um processo simples e direto de classificar e combinar, de modo a estabelecer uma homologia entre as estruturas da mente e as estruturas do mundo. Uma metáfora de *processo-complexo*, por outro lado, nos levaria a priorizar a prática do conhecimento sobre a propriedade do conhecimento. Ao invés de supor que as pessoas apliquem os seus conhecimentos na prática, estaríamos mais inclinados a dizer que elas conhecem *por meio da* sua prática (INGOLD; KURTTILA, 2000, p. 191-192)

Assim, as “presunções acerca da replicação e da transmissão de informação complexa, classificada, o modelo genealógico¹⁴⁰ está claramente trancado em uma moldura metafórica do tipo estrutura-complexa” (INGOLD, 2015, p. 234). Contudo, o que os autores estão buscando demonstrar é que o que pode ser desvendado através do modelo estrutural, pode muito bem ser por intermédio de uma abordagem que enfatize a complexidade do processo.

Aqui, “processar” é entendido em um sentido intransitivo. Como a própria vida, não começa aqui e termina ali, mas está *acontecendo continuamente*. É equivalente ao próprio movimento – o processamento – da pessoa inteira, indivisivelmente corpo e mente, através do mundo da vida (INGOLD, 2015, p. 235, grifo do autor)

No tocante ao processamento dos dados sensoriais que circundam uma atividade humana, pensamos ser adequado a noção de *ribeiridade* como forma de entender, mais a fundo, os modos peculiares de manejar informações e habitar os ambientes aquáticos em que os sujeitos da pesquisa estão imersos. Estes modos representam, a grosso modo, uma inteligência adaptativa que é cada vez mais estimulada a se reinventar perante às incursões ambientalmente não-sustentáveis de agentes externos ligados aos interesses locais e globais da economia. Desse modo, a natureza e os conflitos existentes condicionam importantes aspectos do seu modo de vida, dos hábitos e dos costumes manifestos nas suas relações de sociabilidade (RENTE NETO; FURTADO, 2015).

Vimos também que os modos de transmissão de conhecimento envolvem formas particulares de explicitar ou ocultar informações (através do segredo) e encerram um campo de significação acoplado em maneiras de contemplar a paisagem, o rio, festejar e contar suas histórias e estórias. Como bem lembra Ingold, “as pessoas crescem em conhecimento não somente através de encontros diretos com outras pessoas, mas também por ouvirem suas histórias contadas” (INGOLD, 2015, p. 236).

¹⁴⁰ O modelo genealógico será mais amplamente abordado no tópico seguinte, onde trataremos da questão das possíveis correspondências entre *movimento e conhecimento*.

Dentro de um contexto mais amplo em que a conjuntura política da Amazônia é reconhecida mundialmente e com base no preâmbulo da CDB, Convenção sobre a Diversidade Biológica, que afirma que a conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum à humanidade e que reafirma também o papel dos Estados em promover investimentos substanciais para esta conservação, bem como ampliar benefícios ambientais, econômicos e sociais com a finalidade prioritária de desenvolver e erradicar a pobreza em países subdesenvolvidos, temos um cenário não somente dissonante destes objetivos, mas aglutinador de muitas ameaças aos modos de vida da população estudada e seus recursos ambientais de vida.

Neste cenário mórbido, os comentários de Marilene Corrêa da Silva, são contundentes e já apontavam para as perversidades encaminhadas desde o final do século passado;

No fim do século XX, as intervenções humanas nas formas de agricultura, simples coleta, extrativismo extensivo e intensivo, foram integradas a sistemas mais complexos de relações econômicas e políticas. Prosperidade e “ruínas precoces” fazem parte de modelos desenvolvidos na Amazônia, hoje no foco de um debate sobre a sustentabilidade do seu desenvolvimento. A harmonia entre a “domesticação” da natureza e o uso racional dos meios e recursos na Amazônia é um *simulacro*. Uma luta, nem sempre silenciosa, acontece nos lugares da Amazônia (SILVA, M., 1997, p. 148)

Uma luta ou muitas lutas, portanto, são travadas como apontou a autora, e com este estudo no âmbito do Juá, buscamos mais veemente visibilizá-las.

4. “FISGANDO O PEIXE”: SABER-FAZER, SABER-PESCAR E SABER-VIVER

4.1. Reflexões sobre mover-se no mundo e conhecimento

Um dos antropólogos contemporâneos a refletir sobre a instrutiva relação entre *movimento, percepção ambiental e conhecimento humano* é o britânico Tim Ingold (2015). As formulações deste autor, têm levantado elementos que buscam desestabilizar, de alguma maneira, a concepção clássica em voga sobre conhecimento ou processos formadores/integradores do conhecimento humano¹⁴¹.

¹⁴¹ Aqui, conhecimento diz respeito a capacidade humana de absorver um corpo de informações e desenvolver variadas habilidades que servem, sobretudo, para viver no mundo simbólica e materialmente.

Inspirado em autores do campo da filosofia, da psicologia e da psicanálise como Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), James Gibson (1979) e Alfred North Whitehead (1929), Ingold argumenta que o *modelo genealógico*¹⁴² até então, majoritariamente, aceito pela ciência para explicar como os seres humanos conhecem o que conhecem, se mostra inadequado (por motivos pontuais que iremos tentar expor) e procura demonstrar que o melhor caminho para este entendimento consiste numa abordagem perceptiva ou o que ele chama de *ecologia da percepção*.

Assim, o autor defende a perspectiva de que não é simplesmente através da transmissão de um estoque de informações (em sua maioria assentado sob um sistema classificatório) ao longo de gerações que garante que as pessoas saibam lidar com o mundo em que vivem, mas sim por meio de um *compromisso prático* com os elementos daquele ambiente (INGOLD, 2015). Ou melhor, é por meio da prática que o conhecimento se processa, ou seja, através de um envolvimento contínuo, na percepção e na ação, com os elementos do seu ambiente empírico. Vejamos em suas palavras:

Portanto, longe de ser copiado, pronto, para a mente antes do seu encontro com o mundo, o conhecimento está perpetuamente “em construção” dentro do campo de relações estabelecidas através da imersão do ator-observador em determinado contexto ambiental. O conhecimento, desta perspectiva, não é transmitido como uma estrutura complexa, mas é o produto sempre emergente de um processo complexo (INGOLD, 2015, p. 234)

A partir do processo prático complexo que engendra o conhecimento de que fala Ingold é que a questão do *movimento* ou *mover-se no mundo* adquire extraordinária importância. Este autor é tributário da perspectiva de que todos os organismos e coisas estão em um processo de *nascimento contínuo* e que neste “nascer contínuo” estão embutidos os movimentos tracejados de *lines*, ou seja, “linhas” na tradução literal da língua inglesa.

As linhas representariam os trajetos percorridos no fluxo contínuo da vida dos seres vivos. Portanto, seriam linhas de vida, *feixes de linhas*, *linhas de sorte e azar*, *linhas de fuga*, *linhas do devir* nos termos de Deleuze e Guattari (1995). Engajado na sua proposta de pensar numa antropologia que persegue as múltiplas trilhas-linhas informadas pelo o quê *está vivo no mundo* que vai desde – os *materiais* aos *gestos* e *símbolos* – dos humanos e não humanos, a tese fundamental do autor é de que o conhecimento não é classificatório, não se

¹⁴² Este modelo pressupõe, basicamente, que os seres humanos estão universalmente equipados, graças à sua herança evolucionária, com um conjunto de capacidades – para a linguagem, para o raciocínio, para a imaginação simbólica e que são, então, preenchidas no decorrer da vida de cada indivíduo com variável conteúdo cultural. Essa perspectiva não atribui, todavia, peso algum a condução ambiental do desenvolvimento das experiências de vida.

dá por meio da classificação de seres e coisas, mas sim *narrativo* e que as histórias narradas pelos sujeitos decorrentes dessa percepção e experiência são possíveis somente através da caminhada, ou seja, pelo caminhar por diversos ambientes, ação esta denominado por ele de *peregrinação*.

A peregrinação, por sua vez, afirma Ingold, é uma experiência corporificada que se dá no traslado de lugares e não dentro de lugares. Neste movimento, as trilhas percorridas formam *nós* entrelaçados com outras histórias vindouras, como observado pelo autor.

Minha objeção é que vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares [...]. Eu uso o termo *peregrinar* para descrever a experiência corporificada deste movimento de perambulação. É como peregrinos, portanto, que os seres humanos habitam a terra [...]. Mas, do mesmo modo, a existência humana não é fundamentalmente *situada*, como Christopher Tilley (2004:25) o afirma, mas *situante*. Ela desdobra-se não em lugares, mas ao longo de caminhos. Prosseguindo ao longo de um caminho, cada habitante deixa uma trilha. Onde habitantes se encontram, trilhas são entrelaçadas, conforme a vida de cada um vincula-se à de outro (INGOLD, 2015, p. 219, grifos do autor)

Estas reflexões são importantes, pois, trazem uma outra dimensão para pensar as categorias de *saber-fazer*, *saber-pescar* e *saber-viver* nos termos aqui postos para os sujeitos da pesquisa. Retomando, de certa maneira, a discussão sobre a relação dicotômica de natureza e cultura no interior da disciplina antropológica para identificar a *Natureza*, o *Ambiente*, as “*Coisas*” como sujeitos ativos nos processos de aprendizado da vida ao invés de atribuir único peso aos processos instrutivos e instrumentalizados nas sociedades urbano-industriais ou o que chamamos de Cultura.

Disso, resulta muitos aspectos a serem assinalados dentro do contexto que analisamos. Um deles diz respeito aos caminhos traçados ou pontilhados pelo grupo de pescadores em questão. A caminhada de cada pescador que pudemos perceber ao longo do trabalho de campo diz muito sobre o *campo de possibilidades* (aberto ou fechado) que acoplaram conhecimento nas suas condutas (projetos de vida?) e não estiveram, exclusivamente, conectadas aos “anseios” intergeracionais em termos de tradição.

O que se deve levar em consideração, apesar da caracterização mais homogênea dos sujeitos enquanto um seguimento dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais, é que a busca pelo conhecimento é também um atributo individualmente construído e explica um grau de diferenciação no interior do próprio grupo. Nesse ponto, Carneiro da Cunha (2009) levanta a problemática da visão dominante sobre conhecimentos tradicionais ser também resultado histórico de diferentes imaginações ocidentais. Como bem esclarece a autora;

Ao lidar com conceitos e regimes de conhecimento tradicional, a imaginação ocidental não se afasta muito do terreno conhecido. A conceitualização dominante do conhecimento tradicional raciocina como se a negação do individual fosse sempre o coletivo (na qualidade de um indivíduo corporativo). O raciocínio é o seguinte: em contraste com a nossa autoria individual, a cultura e o conhecimento deles certamente devem ter autoria coletiva! Ao contrário da invenção que emana do gênio individual, as invenções culturais deles devem ser fruto de um gênio coletivo, mas não menos endógeno (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 328-329)

Assim, o resultado conhecido disso é que os construtores de conceitos metropolitanos ao se referirem aos conhecimentos tradicionais o fazem no modo singular. Ou seja, “eles unificam o conhecimento tradicional à imagem da unificação operada historicamente no conhecimento científico” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 328). Apesar da autora está discutindo especificamente o caso das populações indígenas no Brasil, o problema se estende às outras populações locais semelhantemente marcadas por tais declarações.

Dessa forma, devemos chamar atenção para a miríade de regimes de conhecimentos tradicionais possíveis e de como as *peregrinações individuais* no mundo moderno podem operar *metamorfoses* nas concepções de “estar no mundo” destes indivíduos. Mais uma vez estamos falando das razões práticas e simbólicas com que os indivíduos operam na vida social. A respeito disso, os comentários de Gilberto Velho (1994b) são precisos:

Sabemos que nenhuma sociedade é efetivamente simples ou homogênea. Mesmo nas de menor escala, encontra-se alguma diferenciação, seja de natureza sociológica, seja a nível dos universos simbólicos. Pode-se dizer que a própria possibilidade de vida social reside na interação das diferenças, com a conhecida problemática antropológica da troca e da reciprocidade. O que está em jogo, constantemente, é a unidade social com que se trabalha, de modo mais ou menos arbitrário (VELHO, 1994b, p. 44)

Se tomarmos de empréstimo a perspectiva de Velho (1994a, 1994b, 1994c) temos que a própria pesquisa, aqui, empreendida fora resultado de percursos mais ou menos imprevistos e arbitrários. Ao passo que buscamos compreender a fundo o *regime de informação* enquanto um *regime de vida* de alguns pescadores artesanais da bacia do rio Tapajós, nos deparamos com situações adversas do que se esperava. Principalmente, quando comparado a outros grupos em contextos mais fortemente ligados ao mercado capitalista e a economia do turismo de forma geral. Os encontros e os interesses despertados durante a caminhada (peregrinação) do pesquisador também estiveram condicionados à mobilidade, aos fluxos materiais, ao regime cíclico das águas, as narrativas encontradas em diferentes contextos e aos desencontros desconfortantes.

Assim, o traslado de um lugar ao outro, através da terra firme em transporte público ou pelo rio em “bajaras” (pequenas embarcações) tornou possível a descoberta e o vínculo com um grupo social *sui generis* que teve a oportunidade de contar ou nos oportunizaram a ouvir suas histórias de peregrinações e sabedorias. Elas (as histórias de caminhadas) expressaram um mundo cheio de *voltas e recomeços* e *tentativas, devires e fugas* com uma gama de possibilidades interrompidas e outras experimentadas. Dessa forma, é que Tim Ingold e Gilberto Velho nos provocam, cada um a sua maneira, a pensar os movimentos e as trajetórias destes sujeitos em meio a processos que incorreram em aprendizados, projetos de vida e as próprias limitações das abordagens convencionais das ciências humanas quando procuram tratar de relações e interações sociais em dadas situações de complexidade em grande ou pequena escala.

Uma vez chamado atenção destes aspectos trazemos algumas anotações de campo que dialogam com as questões essenciais colocadas pelos autores. A exemplo, temos a reprodução textual breve de informações sobre a trajetórias de alguns de nossos interlocutores que espelham de algum modo tais perspectivas. Inicialmente, pode-se fazer menção de maneira muito resumida à trajetória de vida de Fernando Ilson dos Santos, pescador nativo do Juá que durante o campo sempre se mostrou generoso em colaborar inteiramente com a pesquisa.

Fernando um pescador de 52 anos de idade que começou a trabalhar logo cedo ajudando o pai na colheita do açaí quando era apenas um menino de mais ou menos 10 anos. Antes de se dedicar inteiramente à pesca, aos dezoito anos conseguiu um emprego, como estagiário, numa empresa que prestava serviço de tubulações para o único aeroporto da cidade, assim obteve a oportunidade de aprender razoavelmente sobre as tarefas da construção civil, da pintura e sobre técnicas de terraplanagem. Posteriormente, com o fim do estágio passou a trabalhar para um grupo de japoneses e alemães no ramo da piscicultura ornamental. Segundo seu relato, Fernando e sua equipe chegaram a arrastar (capturar) cerca de 40.000 peixes ornamentais no lago do Maicá e outros tantos 5.000 no Igarapé-Açu nas proximidades do rio Tapajós. Seu trabalho nesta ocasião era bastante valorizado pelos estrangeiros que o empregava, pois detinha conhecimentos específicos de captura que fazia a diferença no desempenho do trabalho em grupo. Mais tarde, com a dissolução da empresa voltou à atividade da pesca artesanal no lago do Juá. Contudo, Fernando não conseguiu se aposentar como pescador, pois, deixou de contribuir com a previdência e hoje não possui vínculo com a colônia de pescadores de Santarém, o que dificulta bastante sua situação econômica atual. (Anotações de caderno, março de 2017)

Outra interlocutora que nos prestou valiosas informações foi “Dona Maria”, sempre com muita paciência em compartilhar suas experiências e conhecimento. Segue abaixo algumas descrições importantes.

Maria Ornelinda Caetano de Souza, de 64 anos de idade, é oriunda da comunidade de Cametá. Chegou ao Juá através do pai pescador do qual a trouxe ainda pequena e também incentivou a prática da pesca, tanto que se responsabilizou em filiar Maria à colônia de pescadores de Santarém (Z20) quando ainda era jovem. Assim, ao longo dos anos realizando a pesca artesanal de subsistência e contribuindo com os impostos, ela conseguiu os benefícios da seguridade social. Hoje, encontra-se aposentada e é responsável por manter um lar com muito apreço composto pelo marido, um filho e um neto. A respeito de suas atividades e refletindo sobre sua condição e sua identidade coletiva ela nos enfatizou: “Eu nunca que sou da agricultura! Nós não trabalha na roça porque aqui nós depende do peixe”. (Anotações de caderno, abril de 2017)

Dona Maria é esposa de um dos pescadores mais antigos do Juá, Seu Raimundo Nonato de Souza que atende pelo apelido de “Mundico” e, hoje, além de cuidar das duras tarefas domésticas, ela realiza pequenos consertos em redes malhadeiras de outros pescadores (ver fotografia 17). Chamou-nos atenção suas declarações sobre aprendizado e saberes enquanto processos vivos (GORZ, 2005; CARNEIRO DA CUNHA, 2009).

Meu pai era também mestre de folia, morava aqui no Juá, mas vivia pelas beiradas que aqui no Juá nunca teve nada! Ele aprendia tudo por aí que ele *andava*. Batia aqueles tambores grande e puxava no gogó (garganta) as músicas, sabia muitas letras dessas né que tem. Dizem que a gente morre aprendendo né? (Maria Ornelinda Caetano de Souza, 19/07/2017)

Dona Maria vive e reside há mais de 45 anos na vila do Juá e acompanhou muitas das mudanças que ocorreram neste território e as dificuldades que se processaram desde então, com o avanço da urbanização do município, como nos relatou seu esposo, Seu Raimundo:

Nós tudo aqui somos analfabeto! mas nós sabe de muita coisa. Aqui meu pai chegou, depois os tios, depois os irmãos e foi formando a comunidade. Eu cheguei a trabalhar nesse aeroporto, nós que construímos essa pista aí que vocês vê, que o avião toda hora tá passando. Mas, nós tudo pescava e eu me aposentei na pesca, também por causa do meu braço que eu adoeci (Raimundo Nonato de Souza, 19/07/2017)

Outro importante relato se refere à trajetória de vida de Seu Bianor Lopes, mais conhecido como “Biato”. Este pescador não reside na vila do Juá, mas sua embarcação geralmente fica aos cuidados dos pescadores do vilarejo e a convivência de tantos anos faz com que seja considerado como parte da família do Juá.

Seu Biato ao longo de seus 71 anos explorou diversas possibilidades de vida durante sua trajetória. Aos quinze anos de idade começou a trabalhar na extração da borracha (látex) em meio aos seringais do Distrito de Belterra/PA, atualmente município. Após o colapso desta atividade nos idos da década de 50 dedicou-se a agricultura no plantio de arroz, milho, mandioca e criação de animais pequenos. No final da década de 60 através de um recrutamento para trabalhar no exército (pelo Batalhão de Engenharia e Infantaria de Santarém) onde teve contato com outros ramos de conhecimento, inclusive, participando na abertura das rodovias federais BR-163 e na então rodovia Transamazônica, foi importante para os desdobramentos seguintes de suas estórias de caminhadas. Com recursos advindos dessa época investiu em um pequeno comércio em um bairro pobre da cidade.

Embora, seu estabelecimento comercial experimentara certa prosperidade não conseguiu se firmar e Seu Biato, conforme a efervescência econômica do momento, se aventurou nos garimpos da região em busca de ouro e prosperidade. Obteve, por sua vez, alguns ganhos com a atividade do garimpo de ouro, por outro lado, adoeceu fortemente por causa de uma hepatite, o que fez retornar à cidade em busca de tratamento hospitalar. De todo modo, a prática da pesca sempre esteve associada ao seu modo de vida, principalmente em decorrência de sua origem ribeirinha vivida na comunidade do Amorim (região do Baixo Tapajós), o que fez redirecionar seus investimentos na pequena embarcação que hoje o mantém economicamente junto com a pequena aposentadoria de pescador artesanal. (Anotações de caderno, maio de 2017)

Explicitar e relatar a trajetória de vida de alguns pescadores mais velhos os quais convivemos nesses últimos anos é, sem dúvida, reconstruir alguns parâmetros que presidiram a história social da Amazônia brasileira no passado e que encontramos elementos fundantes no presente. Ela reflete, em linhas gerais, os grandes ciclos econômicos pelos quais a região viu-se atravessada nos inícios e fins do século XIX e até metade do século XX.

Na região específica do município de Santarém podemos, assim, reconhecer mais nitidamente esses períodos que desempenharam forças transformadoras para toda a região norte do país¹⁴³.

4.2. Retomando a Pesca e lendo as imagens: entre panos, entalhos e prosas

Há algum tempo em que as discussões em torno do uso de imagens no campo da antropologia vêm se desenvolvendo. Talvez, os operadores mais marcantes nessa “manobra” de utilizar os recursos imagéticos no trabalho antropológico estejam ligados, de um lado, às estratégias discursivas na construção de conhecimento sobre o outro no trabalho de campo (não somente¹⁴⁴) e, por outro lado, como uma fonte documental e histórica, como dado etnográfico propriamente dito e como artefato cultural que congrega os domínios do perceptível, do real e do imaginário (BITTENCOURT, 1998).

No caso específico do uso da fotografia nos relatos etnográficos surgem importantes questionamentos no que diz respeito à sua forma “apêndice” do texto escrito ou à autenticidade do objeto antropológico, ou seja, a evidência material de que o etnógrafo esteve lá registrando e vivenciando aquela experiência de outro universo social. “Esse fato se deve, em grande parte, às características fundamentais da imagem fotográfica, que mantém uma forte relação de verossimilhança com o seu referente” (BITTENCOURT, 1998, p. 198). Uma vez produzida esta relação entre autoridade e realismo do/no relato etnográfico, o uso da imagem se converte em um recurso retórico que legitima a veracidade do texto antropológico.

Entretanto, o debate que se levanta em torno das implicações que essa relação possa gerar menciona que, de fato, a imagem fotográfica produz uma síntese peculiar entre evento representado e as interpretações construídas sobre ele e, dessa forma, a fotografia não pode ser pensada apenas como uma técnica objetiva que apreende perfeitamente o mundo sensível, como afirmavam os pensadores de séculos passados (XVIII e XIX), nem mesmo como produto arbitrário da interpretação do fotógrafo e dos observadores-espectadores.

Na verdade, o realismo atribuído à imagem fotográfica é consequência de uma interpretação culturalmente orientada que, ao considerar apenas o aspecto visual das formas sensíveis, coloca entre parênteses as outras dimensões que as compõem.

¹⁴³ Entre os ciclos, destacam-se o da borracha (1839-1910 e 1920-1945), da juta e pimenta-do-reino (1915-1945), do pau-rosa (1940-1949) e mais recentemente o do agronegócio (1970).

¹⁴⁴ Nos referimos a existência de estudos que problematizam o uso da etnografia em mundos virtuais baseados na imagem.

Além disso, a suposta universalidade da relação entre fotografia e realidade é questionável se considerarmos que dados de outros universos culturais indicam a possibilidade do não reconhecimento da imagem fotográfica como análoga ao real (BITTENCOURT, 1998, p. 199)

Tais problemas, aqui resumidamente levantados, sugerem como apontou Wright (1992) que a ambiguidade da imagem fotográfica se encontra na tensão entre *realismo* e *não realismo* inerente a seu processo de criação e interpretação e mais, recentemente, podemos dizer sem sombra de dúvidas do fascínio que a fotografia exerce desde seu período inventivo ao mesmo passo que se projeta enquanto objeto de memória (KOURY, 2017).

Duplo do real, a fotografia é apresentada como o real reproduzido. Como uma cópia que tem o poder de apropriar o real referenciado pela fixidez intemporal de sua ação. Como passado em revelação para o olhar que observa, a fotografia parece realizar sua utopia de produtora da memória (KOURY, 2017, p. 77)

Este autor argumenta que enquanto produto técnico da sociedade ocidental, a fotografia “serviu como suporte ideológico na busca da representação perfeita do real que o homem vinha perseguindo desde a antiguidade” (Ibid., 2017). Nesse âmbito técnico ela é a que melhor representa o prolongamento da memória, segundo o pesquisador:

Desde a antiguidade grega as artes da memória foram concebidas como um procedimento artificial de mnemotecnica, baseado no jogo de duas noções: os lugares (*loci*) e as imagens (*imagines*). A fotografia, portanto, é uma das formas modernas que melhor encarna certo prolongamento das artes da memória. É uma máquina da memória, feita de *loci* (a câmera) e de *imagines* (as revelações) (KOURY, 2017, p. 77)

Por outro lado, no âmbito das emoções humanas, a fotografia é detentora de um poder revelador e provoca no olhar de quem a observa uma síntese da memória pessoal.

Significa gestos, atos e sentimentos. Constrói redes de significados precisos que singularizam a rememoração pelo ato emocionado que provoca no observador, e pela cumplicidade que estabelece ou busca estabelecer entre aquele que observa e aquele que a foto representa, referenciado e fixo na ausência presente de um tempo e de um espaço que não mais existem, embora continuem a existir na realidade da foto (Ibid.)

Contudo, a imagem fotográfica, desde os primórdios de alguns empreendimentos etnográficos tem contribuído significativamente no registro de aspectos visuais da cultura cujas características transcendem a capacidade de representação da linguagem escrita (BITTENCOURT, 1998) sugerindo a necessidade de um olhar mais atento ao seu potencial.

Compreende-se, assim, a importância do uso da imagem não só no campo da pesquisa, mas na própria exposição de seus resultados por meio do relato etnográfico. A imagem pode e deve ser utilizada como uma narrativa visual que informa o relato etnográfico *com a mesma autoridade do texto escrito* (BITTENCOURT, 1998, p. 199, grifo nosso)

Reafirmando o que já foi dito anteriormente e com outros vieses, Etienne Samain (1995) já apontara os desafios que os antropólogos iriam enfrentar na tentativa de revelar os indivíduos e as sociedades através das *modernas visualidades*.

O autor trata de maneira cuidadosa e muito especial como as práticas do registro fotográfico foram sendo estabelecidos nas primeiras atividades de campo entre os pioneiros da disciplina, quiçá o maior deles, Bronislaw Malinowski (1884-1942). A partir das obras clássicas de Malinowski (1922, 1929, 1935), em profícuo artigo intitulado “*Ver e dizer na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia*”, Samain (1995) procura pensar a necessidade de uma história da antropologia visual e conseqüentemente o papel desempenhado pela fotografia, suas alocações e destinos atribuídos ao próprio discurso antropológico do pesquisador a partir de seu uso.

Dessa forma e de maneira inovadora na mesma intensidade de certa provocação, no sentido de buscar novos horizontes heurísticos, o autor chega a indagar as fronteiras entre o olhar estético do fotógrafo e do antropólogo fazendo suscitar algumas lições.

Creio, também, que uma história da antropologia visual não deveria se restringir a obras pictóricas inseridas nas monografias produzidas por antropólogos. Na medida em que não existe, a meu ver, fotografia que não seja, por essência, antropológica, seria urgente debruçarmo-nos, enquanto antropólogos, sobre obras riquíssimas que nos legaram grandes fotógrafos do passado ou ainda vivos (SAMAIN, 1995, p. 44)

Assim, o autor nos instiga a reler os processos gnosiológicos da ciência antropológica e os modelos cognitivos pelos quais diversas sociedades se servem e se organizam socialmente e culturalmente, no mundo contemporâneo, afim de que possamos acompanhar seus movimentos de existência.

Deveríamos, enfim, preocuparmo-nos e nos perguntarmos o que vem a significar – em termos não apenas antropológicos, mas, ainda, heurísticos – o encontro e a mixagem de práticas cognitivas e comunicacionais seculares (visualidade, oralidade e escrita) com os mais recentes aparatos tecnológicos da verbo-visualidade contemporânea (som, fotografia, cinema, vídeo, informática), se é verdade que esses novos aparatos tecnológicos podem já e poderão cada vez mais servir à fundação e à prática de uma antropologia visual (SAMAIN, 1995, p. 27)

Partindo dessa perspectiva de que as imagens coletadas em campo informam uma narrativa visual e que a ambição de entender e interpretar as produções culturais do grupo em estudo (pescadores ribeirinhos do Juá) não podem estar alheias aos meios comunicacionais que dispomos no presente, entre elas a *fotografia*, é que o presente tópico procura tirar proveito das imagens fotográficas, aqui, expostas retratando diversos momentos da empreitada etnográfica, bem como os signos visuais evocados e singularizados neste espaço reservado a elas, como um dos resultados da experiência humana e como elaboração técnica do próprio autor-pesquisador.

Para tanto, lançamos mão de uma série de fotografias produzidas tanto em contextos da produção pesqueira artesanal, de momentos de lazer e conversas, de atividades domésticas do dia a dia e dos deslocamentos feitos à cidade de Santarém através de pequenas embarcações motorizadas que servem como principal meio de transporte destes pescadores.

Desse modo, optamos por selecionar algumas imagens e não colocar legendas “explicativas”, mas sim algumas “pistas verbais” do contexto em que o ato fotográfico ocorreu procurando dar coerência a perspectiva já discutida de que as imagens por si só carregam atributos que amplificam o discurso antropológico.

Fotografia 33 - Antigamente era muito difícil puxar um Tucunaré desse tamaninho!



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, outubro de 2017.

Fotografia 34 - Nós aqui, faz o café na lenha!



Foto: Idem, outubro de 2017.

Fotografia 35 – O mano pediu que eu calafetasse a canoa dele



Foto: Idem, setembro de 2017.

Fotografia 36 - Aqui eu guardo minhas coisas, nesse cantinho aqui!



Foto: Idem, setembro de 2017

Fotografia 37 - Aqui está vindo, tá rabiando muito!



Foto: Idem, novembro de 2017

Fotografia 38 - Graças à Deus, toda a vida eu fui construtor!



Foto: Idem, fevereiro de 2018

Fotografia 39 - Isso aqui que é maravilha!



Foto: Idem, janeiro de 2018

Fotografia 40 - Bora Carlinhos, que isso aqui é que vai dar o pirão depois!



Foto: Idem, outubro de 2017

Fotografia 41 - Peixe grande está passando no raso!



Foto: Idem, outubro de 2017

Fotografia 42 - Eu conserto para comprar pelo menos um leite

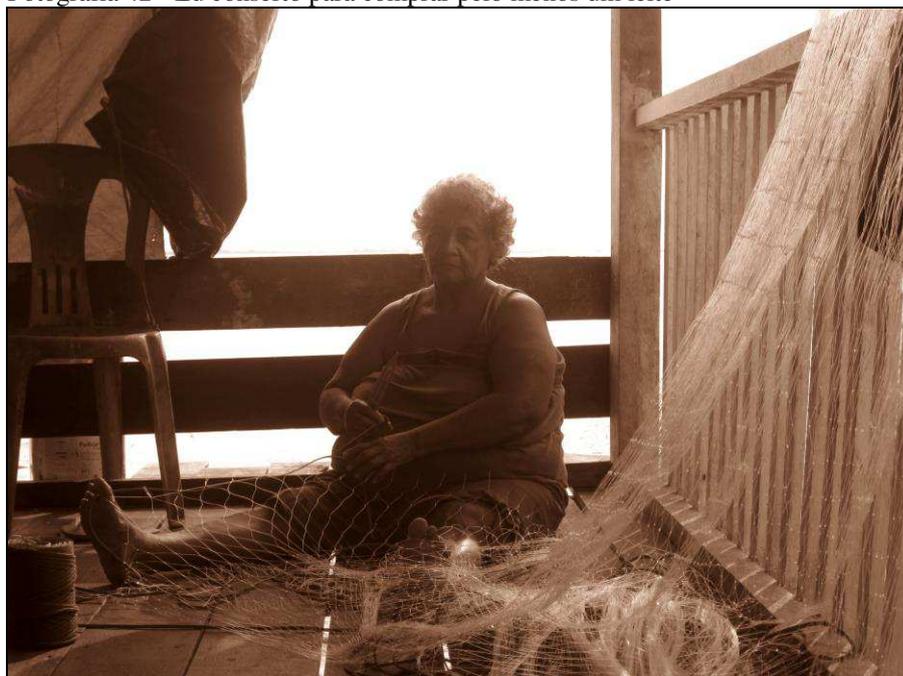


Foto: Idem, agosto de 2016

Fotografia 43 - Esse aqui que é o vinho do açaí feito no original



Foto: SILVA, Dárnisson Viana, agosto de 2016

Fotografia 44 - Nada melhor do que a casa da gente, né professor?

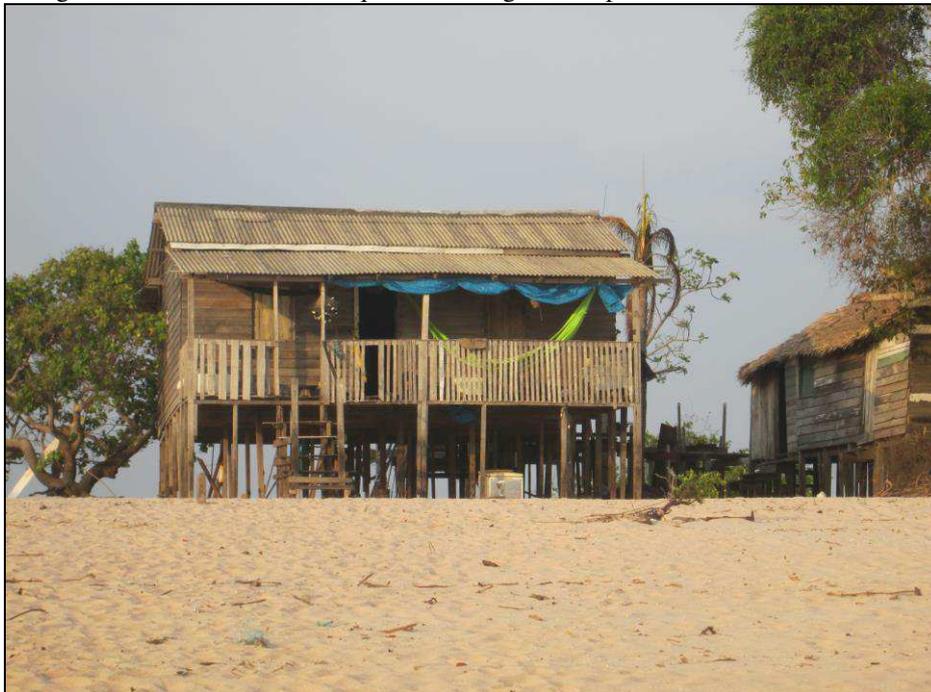


Foto: Idem, setembro de 2017

Fotografia 45 - Isso é o progresso, assim eles dizem

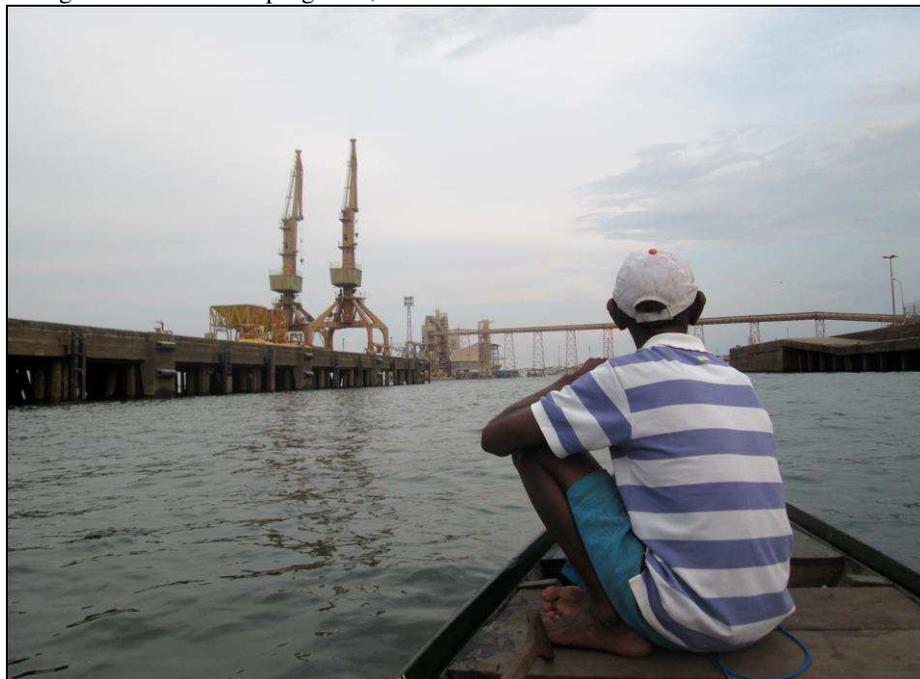


Foto: Idem, janeiro de 2017

Fotografia 46 - Esse lago aqui já foi muito bonito!



Foto: Idem, janeiro de 2017

Fotografia 47 - Espia só aqui a bajara do Biato, como fica na foto!



Foto: Idem, janeiro de 2018

Fotografia 48 – Se não molhar a planta, demora para crescer, entendeu como é?



Foto: Idem, dezembro de 2017

Deste modo, através dessa seleção de imagens procuramos expressar visualmente algumas declarações analíticas e encorajamos ao espectador-leitor a alcançar um entendimento sobre os eventos aqui apontados em termos de conteúdo da imagem e representações sociais construídas, bem como ajustar aos seus padrões de significação inevitavelmente operantes.

Nesse percurso, todavia, há uma negociação de sentidos entre o antropólogo-fotógrafo e os sujeitos da pesquisa cujas fotografias servem, neste caso, como símbolos intermediários, mas que não deixa de ser ao mesmo tempo uma representação da visão de mundo¹⁴⁵ do próprio autor da imagem (BITTENCOURT, 2001).

Portanto, ao se inserir numa estrutura de significação analítica, tais declarações visuais buscam favorecer uma leitura socioantropológica de aspectos socioculturais que correspondem certa conversão das “artimanhas de capturar o peixe”, ou seja, das sabedorias inerentes à prática da pesca artesanal operadas pelo grupo nesse ambiente/tempo para uma “artimanha do viver”, isto é, abarcando e ampliando as modalidades interativas com diversos outros sujeitos e espacialidades ao redor e que, portanto, habilitam outras interpretações possíveis tanto no contexto do Lago do Juá quanto no contexto urbano da cidade de Santarém.

Desse modo, as fotografias aludem às transformações biofísicas do ecossistema em que vivem os pescadores ribeirinhos do Juá, aos saberes tradicionais aplicados tanto na arte da pesca quanto na sustentabilidade dos meios técnicos, ao envolvimento com outras atividades ligadas aos seus modos de subsistência, às práticas ecológicas com o meio natural, à rotina de mover-se navegando no rio em busca de executar as suas obrigações cidadinas (tarefas econômicas, aquisição de mantimentos e equipamentos, remédios, momentos de lazer e etc.), à manutenção dos diversos equipamentos pesqueiros, à polivalência do conhecimento também em contextos urbanos, à sazonalidade do meio hídrico e as territorialidades produzidas, o engajamento produtivo seja na atividade da pesca seja na colheita de frutos, à memória individual e coletiva e, por fim, ao encontro etnográfico propriamente dito.

Todos esses momentos e movimentos registrados procuram integrar uma narrativa visual e simbólica que corresponda em certa medida aos saberes, práticas e regimes de informação operacionalizados pelo grupo e que de certo modo podemos entender como um *saber-fazer*, *saber-pescar* e um *saber-viver* colocados como objetos visuais nesta parte da

¹⁴⁵ Como nos lembra David Le Breton (2016) “Os olhos não são somente receptores da luz e das coisas do mundo, eles são seus criadores enquanto o ver não se resume num decalque vindo do exterior, mas da exteriorização de uma visão de mundo. Ver é pôr à prova o real através de um prisma social e cultural, de um sistema de interpretação que carrega a marca da história pessoal de um indivíduo imerso numa trama social e cultural. Todo olhar projetado sobre o mundo, mesmo o mais anódino, elabora um raciocínio visual a fim de produzir um sentido” (LE BRETON, 2016, p. 94)

pesquisa de teor mais aberto e que se figuram, na prática, enquanto um *regime de vida* que seja, através, dos matizes de cores dos ambientes e dos próprios pescadores do Lago do Juá.

4.3. No Juá, tudo nós somos parente! Uma breve reflexão sobre questões de atenção à família a partir do luto e o problema do alcoolismo a partir da experiência etnográfica

O tema da “Família” e do “Parentesco” se constituiu como fenômeno importante ainda nos primeiros passos da disciplina antropológica, quando esta se debruçou sobre as ditas sociedades “exóticas”. Deste modo, desde o início, no final do século XIX, apresentaram-se como objetos fecundos para estudos e a própria consolidação da antropologia enquanto disciplina científica, o que produziu extensa literatura¹⁴⁶ desde esta época, mas que até hoje encontram-se sob “auréolas” não resolvidas. Ao contrário disso, quanto mais e, de certo modo é compreensível, os agrupamentos sociais caminham rumo ao futuro mais problemáticas se tornam estas categorias para os estudiosos do tema e, sobretudo, não somente os do campo das ciências sociais, mas pesquisadores das diversas outras áreas como os das ciências da saúde, ciências jurídicas, no campo da filosofia, dentre outros.

As novas configurações e dinâmicas sociais que se relacionam com esses dois termos, *família* e *parentesco*, conforme avançam em diversos âmbitos da vida social exigem novos olhares da ciência. O fato inescapável, como nos alerta Márcio Ferreira da Silva (2017) embasado nas contribuições de Lévi-Strauss (1967), é que a questão da família e do parentesco são fenômenos sociais de alta complexidade e de tal ordem imbricados que sempre estão interligados com outras manifestações do social.

Portanto, o pesquisador ao buscar abordar a temática no escopo de seu trabalho deve incorrer inevitavelmente em um recorte de análise (SILVA, Márcio Ferreira., 2017). A consequência mais imediata disso, é que o ângulo que o analista irá tirar proveito para sua observação será resultado de um posicionamento *não neutro*, ou seja, emerge de escolhas,

¹⁴⁶ Sarti (1992) desenvolveu esta questão oportunamente em um artigo, sobre as contribuições da Antropologia ao tema da família e do parentesco. Enfatizou claramente que se tratam de categorias distintas. Em suas palavras: “O parentesco, entretanto, não é a mesma coisa que a família. Há uma diferenciação importante. O parentesco e a família tratam dos fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte. Mas a família é um grupo social concreto e o parentesco é uma abstração, é uma estrutura formal. Isto quer dizer que o estudo do parentesco e o estudo da família são coisas diferentes: o estudo da família é o estudo daquele grupo social concreto e o estudo do parentesco é o estudo dessa estrutura formal, abstratamente constituída, que permeia esse grupo social concreto, mas vai além dele” (SARTI, 1992, p. 70)

situações vivenciadas, preferências, intuições e intenções que cada pesquisador carrega consigo.

Nesse sentido, deve-se confessar que um aspecto desta última empreitada de pensar o “*saber-viver*” dos pescadores artesanais do Juá poderia ser produzido pelo viés mais “confortável” (se é que podemos designar dessa maneira) e do qual nos tomaria o tempo não menos justo. Todavia, a experiência etnográfica é também de tal ordem imprevisível e recheada de lições “mágicas” ou até mesmo “trágicas”, que nos fizemos render ao apelo dos acontecimentos em curso no campo.

Para ser mais claro em relação a este último aspecto, nosso período derradeiro de convivência com os sujeitos da pesquisa foi atravessado por muitas conturbações, entre elas o falecimento de um membro da família (um dos filhos de um pescador que viria ainda completar 20 anos de idade). Essa triste fatalidade nos impulsionou em outra perspectiva de análise e, dessa forma, a repensar as questões propostas inicialmente de *conhecimento e vida* ou as múltiplas dimensões dos “cuidados do viver” no seio do grupo, inesperadamente, a partir do seu oposto – a manifestação do luto.

Contudo, antes de abordar o episódio do luto em específico, importante salientar a perspectiva que tomamos de empréstimo e consideramos produtiva para o entendimento da noção de *família*, principalmente, no que tange adequações às sociedades pesqueiras.

Como bem assinalou Sarti (2004b), a família é um mundo de relações e nelas estão emaranhadas um universo variado de relações intersubjetivas. Esta autora não procura uma conceituação rígida em torno da questão, por outro lado busca definir *família* como “uma realidade de ordem simbólica, que se delimita por uma história contada aos indivíduos e por eles reafirmada e ressignificada em distintos momentos e lugares da vida familiar” (SARTI, 2004a, p. 11). Sua intenção ao proceder dessa forma é tentar pensar a noção de família como uma “categoria nativa”, ou seja, a partir do sentido a ela atribuído por quem a vive. Em suas próprias palavras:

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de *família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios e que será, por eles, reproduzida e ressignificada, à sua maneira*, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família. Vista como uma realidade que se constitui pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos, *a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o individual e o coletivo, portanto, entre mim e o outro* (SARTI, 2004a, p. 13, grifos nosso)

Assim, a autora, entre outros, aponta para uma questão fundamental do processo de conhecimento antropológico acerca de tema tão sentido em nós mesmos. E nisso, o campo disciplinar pode contribuir com sua relativização, ou seja, ao se debruçar na intimidade da família “alheia” torna-se necessário, embora difícil, atenuar nossas próprias referências, a história singular a qual estamos ligados e aos nossos modelos mentais de relação familiar.

Acercamo-nos da família do outro (alter) com base em nossas próprias referências, em nossa história singular. Por essa razão, tendemos a desconhecer as diferenças ou, pior, a projetar no outro, muitas vezes, a família com a qual nos identificamos (VITALE, 2006, p. 77)

Se, por um lado, estas condições colocadas anteriormente podem demarcar algumas dificuldades para o pesquisador no campo teórico e prático, no caso do encontro com nossos interlocutores e o emaranhado de relações que se processaram devido às respostas culturais dos mesmos, a observação da realidade (material, simbólica e moral) desses pescadores artesanais com seus discursos sociais e práticas culturais, trouxe indicações relevantes do ponto de vista analítico.

A primeira destas indicações é, como bem observou Torres (2004) ao tratar do tema do *envelhecimento* em sociedades pesqueiras, que as relações sociais que derivam da família apesar das transformações propiciadas pela cultura da modernidade continuam sendo extremamente importantes no seio de comunidades rurais e tradicionais, principalmente na visão das pessoas mais velhas.

Para as gerações mais velhas a família é o núcleo referencial e de pertencimento que supera qualquer outro grupo social. Existe uma coincidência entre a intensidade das relações familiares e os valores culturais que porta um forte componente de ajuda, solidariedade, cooperação, mas também conflitos (TORRES, 2004, p. 181)

Assim, a categoria da Família é extremamente importante, pois,

Pois a família se constitui uma das principais formas de interação social, reunindo uma gama variada de interesses que incluem o econômico, o religioso, o trabalho, o poder, ou seja, uma rede de relações contemplando dimensões da vida social (TORRES, 2004, p. 181)

Estes apontamentos ficam claramente explícitos, no caso do contexto etnográfico, se buscarmos nas palavras de Seu Raimundo (Mundico), do Benjamim (Seu Beja) e de Bianor (Seu Biato) quando questionados em diferentes momentos da pesquisa sobre a palavra “família” e seus possíveis significados.

Família é nós tá junto. É igual o peixe quando está ovado. Nosso filho é nossa “ova”. Então é tá junto nesse Lago, proteger ele, cuidar dele, isso é família. Olha para você ver, eu não vou matar o filho da árvore, para quê que eu vou mexer com o filhote da árvore? eu não gosto que mexa no meu filho. Então nossa função é proteger isso aqui [lago do juá], que dá o bem para nós (Raimundo Nonato de Souza, 01/11/2017)

Família é igualmente um rebanho de animal, porque não diminui, só aumenta, você tem um boi e uma vaca, quando é no outro ano já tem um bezerro, igual o homem, assim é a família. Nós somos fabricados só duma matéria (Benjamim, 03/11/2017)

Olha família é tudo que Deus nos deu! Se você tem uma esposa, se você tem um filho, um irmão, se você pegou alguém para criar né... então você tem aquela responsabilidade de não deixar faltar nada, então a gente é abençoado com isso (Bianor Lopes 25/12/2017)

Vejamos, assim, que os pressupostos da ideia de família dos interlocutores coadunam o repertório de informações e valores sociais que estão embutidos nos seus modos de vida, no universo da pesca, na concepção da própria natureza e fauna, nos códigos morais que carregam consigo, na maneira como enxergam o sentido de união entre as pessoas. E, particularmente, como enfatizamos em outro momento este entendimento dentro do universo da pesca artesanal se estende e perpassa aos parceiros de trabalho, aqueles cujos laços independentemente da descendência genealógica estão ligados pelo labor da pesca, pela parceria das empreitadas de pesca em diversos âmbitos.

Existe, portanto, uma rede de cuidados e de atenção à família que extrapolam a dimensão da consanguinidade parental, mas que está diretamente relacionada à ordem prática e simbólica de compartilhar labuta, de compartilhar subsistência, de trocar medicamentos seja de origem “caseiro” (plantas e animais medicinais) ou de “farmácia” (indústria farmacêutica), de estar responsável pela vigilância territorial e de realmente está atento ao que acontece com aquele outro com quem se convive, trabalha e partilha seja nos momentos bons ou ruins.

Para ilustrar tais argumentos, em certa ocasião de escuta de campo, observamos Seu Bianor Lopes tecer os seguintes depoimentos.

Eu amo a pobreza, na casa do pobre a gente é bem acolhido, o pobre é alegre, cuida um do outro. Não só por isso, mas é, assim eu vou socorrer o “Chibé” [amigo de Bianor] porque é um camarada muito bacana comigo (Bianor Lopes, 05/09/2017)

Essa minha mulher era muito esperta, muito ligeira, agora que ela está assim, baque de derrame, mas olha eu curei ela com banha de jacaré e mastruz [*dysphania ambrosioides*], o médico não conhece isso não, eu tirei ela do municipal [hospital público] e trouxe para casa, foi que eu dava todo dia banha de Jacaré e Mastruz para reestabelecer o nervo (Bianor Lopes, 15/11/2017)

Sarti (1994), ao desenvolver tese de doutorado a respeito do universo moral de famílias de camadas populares urbanas na capital paulista, tece considerações que esclarecem alguns dos significados que encontramos no contexto de nosso estudo.

A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo de sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, *mas é o próprio substrato de sua identidade social*. Em poucas palavras, a família constitui uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e serve de parâmetro moral para sua explicação do mundo (SARTI, 1994, p. 61, grifo nosso)

Dentro desse conjunto de elementos encontra-se o dado da *reciprocidade* como fator de centralidade e demarcador de aspectos socioculturais envolvidos nas relações familiares e sociais analisadas. Assim, como aqueles valores identificados no discurso de Seu Bianor demonstram o entendimento dos *sistemas de prestações totais*, para lembrar a celebre formulação de Marcel Mauss (1974). Segundo Sarti,

O dar e o receber, no universo simbólico dos pobres, envolvem a vida dos indivíduos em sua totalidade, constituindo o que Mauss chamou de sistemas de prestações totais. Deus aparece como a entidade moral [como apareceu no outro comentário de Seu Bianor sobre a família] que comanda o mundo, restaurando a justiça numa ordem injusta (Deus provê Deus castiga) e a igualdade num mundo desigual (Somos todos filhos de Deus) (SARTI, 1994, p. 199)

Em uma perspectiva estruturalista, a autora argumenta que é um ordenamento moral específico que orienta e articula o sentido das ações em várias das dimensões da vida social dos seus interlocutores.

Dizer que a reciprocidade se estruturou como o código, por excelência, de percepção, ordenação e tradução do mundo, na casa e fora dela, [...] não significa reificar a reciprocidade como o código dos pobres, torná-la componente de uma espécie de “cultura da pobreza” ou danação cultural. Significa, antes, acentuar que a reciprocidade é fundamento da ordem social para os pobres porque as relações sociais na sociedade brasileira estão estruturadas de modo a fazer valer este princípio como organizador de sua percepção do mundo. Esta marca das sociedades tradicionais, o código da reciprocidade, não é, então, uma “sobrevivência”, mas um traço que existe e persiste pelas próprias características da sociedade onde se inserem como pobres. É, portanto, um dado estrutural. (SARTI, 1994, p. 200)

Se isto for verdade, foi mais ou menos desta maneira que nos vimos atravessados por uma experiência de expectativas morais no episódio do luto que prescrevemos no campo etnográfico. A escolha pessoal de não participar do velório do filho de um dos pescadores

teve implicações não explicitadas de imediato, mas que tiveram ressonâncias em circunstâncias posteriores tanto por parte dos interlocutores quanto do cientista.

Em um primeiro momento, pode-se afirmar objetivamente que a atitude do pesquisador se deu em razão do distanciamento com questões mais emocionais ao círculo de seu objeto de estudo, uma vez que este tipo de envolvimento, por ventura, poderia influenciar o olhar interpretativo e comprometer análises mais pontuais¹⁴⁷. Por outro lado, tal atitude pôde estar atrelada a uma dimensão subjetiva e sociológica como aquelas verificadas em estudo de Koury (2014), no que dimensiona as mudanças comportamentais da população brasileira urbana ao fenômeno do luto e da perda nos últimos trinta anos do século XX¹⁴⁸. De algum modo podemos também afirmar que o próprio antropólogo esteve ou está situado no curso destas mudanças apontadas pelo autor.

O argumento central reside no fato de que,

O morrer e a morte vêm sendo retirados progressivamente do ritual público que os circundava, o que é movido, em parte, pela emergência de um novo discurso de poder, o poder médico, junto a ações de políticas públicas sanitárias e higiênicas para as cidades, e também pela emergência da insalubridade causada pelas doenças e pela morte, no imaginário popular. As representações sociais sobre a morte e o morrer parecem ter tido sua mudança acionada, assim, principalmente, através do medo causado pelas inúmeras epidemias que tomaram de assalto as cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX, e pelo discurso de autoridades sanitárias de controle da saúde pública e pessoal. *Os enterros, os cortejos e os velórios tornaram-se progressivamente mais rápidos*, com o morto e a morte identificados como poluidores e, pior, transmissores de doenças, embora, ainda na metade do século XX, expressões de dor e demonstrações objetivas de luto fizessem parte do cotidiano da população brasileira. O vestir preto, o resguardo dos enlutados, a abstinência de alguns alimentos e de uma vida social ativa, ainda eram esperados dos familiares do morto. Era esperado, também, o acompanhamento mais de perto de parentes e amigos, e de outras instituições sociais, que funcionavam como instâncias pessoalizadas, tais como a Igreja – através de um discurso sobre a outra vida e o conforto aos que ficam (...) (KOURY, 2014, p. 597, grifo nosso)

Outro aspecto importante mencionado pelo autor, diz respeito a “*discrissão*” e a uma “*economia dos gestos*” experimentadas junto a segmentos médios urbanos intelectualizados, desde o período da década de 1970.

¹⁴⁷ Este sentimento foi concebido mesmo não tendo contato direto com o filho do pescador antes de seu falecimento, vigorou talvez o receio de pôr em risco o desempenho social na demonstração de afeto, como bem indicado por Koury (2014)

¹⁴⁸ Neste aspecto o autor salienta que, “A modernidade, desse modo, parece configurar práticas e pensamentos cada vez mais intrincados em uma rede nacional de referência comum, porém pensados e agendados a partir de cada tecido organizacional local, seja como choque ou conflito inevitável com o costume e a moral sedimentados, seja ainda como conformação de novos hábitos e práticas impessoais da sociabilidade emergente nos últimos trinta anos no país. Um e outro servem como contraponto às formas de compreensão possíveis das configurações atuais do homem urbano brasileiro” (KOURY, 2014, p. 596)

As convenções de estilo, as formas de intercâmbio social e o controle social das emoções parecem viver, no Brasil urbano, principalmente junto aos segmentos médios urbanos, uma transformação intensa. Tal transformação se evidencia numa maior economia dos gestos, da postura, do decoro corporal externo, nas formas do olhar das pessoas, da expressão facial, entre outras atitudes comportamentais. Essa mudança caminha aceleradamente para a composição de um estilo de vida e de uma forma de expressão da autoimagem individual através de uma ação de autodistanciamento, onde a vergonha e o sentir-se embaraçado constituem-se em uma viga mestra para um maior controle emocional – seja pela repressão das atitudes espontâneas de sentimento e pela internalização na pessoa da subjetividade como uma ação não social, seja pela autodisciplina (KOURY, 2014, p. 599)

Em vista da situação delicada que se apresentou ao etnógrafo, pareceu operar na situação do luto a ambiguidade da categoria do “ser discreto” imputada pelo autor no que ressalta o *modo operandis* de comportamentos pessoais perante a expressão das próprias emoções, ao mesmo passo que “pela busca de não intromissão, cristalizada na categoria analítica de “não importunar” aqueles em sofrimento” (KOURY, 2014, p. 599).

Nas duas formas do como se comportar frente à perda, pessoal ou de outros, fica evidente o medo de não saber como enfrentar a situação¹⁴⁹, e a culpa por ele provocada, o que parece aumentar o sentimento de isolamento e desamparo vivido pelo indivíduo urbano de segmentos médios brasileiros na contemporaneidade (KOURY, 2014, p. 599).

Em contrapartida, a proximidade doméstica com o grupo e a família dos pescadores já estabelecida proporcionou de certo forma uma “atmosfera de estranhamento” diante da postura de distanciamento recorrido pelo pesquisador antropólogo. Assim, aflorando um necessário retraimento das relações mútuas consolidadas ao longo da pesquisa. Felizmente ou apropriadamente, a experiência antropológica pode ser vivida como um conjunto comunitário ou societário, porém, nunca é igual para todos os seus membros (VELHO, 1994b; KOURY, 2014), o que permitiu a não inviabilidade de retomada dos laços de solidariedade e sociabilidade entre pesquisador e pesquisados.

Entretanto, ficou evidente que os operadores dos códigos morais em jogo relacionados a situação de perda (familiar) e das regras de etiqueta social na demonstração pública do sofrimento, demonstraram a demarcação de universos de valores sociais e culturais distintos, sobretudo, no plano intersubjetivo, associados de um lado ao modo de vida comunitário e de

¹⁴⁹ Aqui, o autor retoma outro importante sociólogo afeito ao tema das expressões e representações humanas, fazendo a seguinte referência: “Goffman (1967, p. 9), analisando as expressões faciais, descreve a expressão “perder a face” (*to lose face*) como o receio de não saber como se referir ou representar em uma situação determinada. Ele fala do medo do indivíduo de poder possibilitar uma impressão errada nos outros, ou de poder vir a ser avaliado com um desempenho fraco, ou péssimo, na demonstração de sua incredulidade ou de sua capacidade de suportar a realidade que se apresenta. Ou mesmo de sentir-se envergonhado e indisposto na situação vivida em um momento relacional específico (KOURY, 2014, p. 599).

outro as transformações em curso nas relações sociais urbanas, da qual está situado o cientista. Evidentemente, que estas prerrogativas ensejadas apresentam apenas um modo distanciado possível de analisar os fatos concebidos, desfavorecendo os imprevistos e os contingenciamentos que conduziram as escolhas do momento.

Sendo a dimensão do sofrimento, um mote importante para pensar certos relacionamentos com o grupo social em questão. Outra problemática demonstrou sua real notoriedade em campo e que também foi apontada, muitas vezes, nos depoimentos de antigos moradores do juá (ver, por exemplo, as entrevistas de Seu Riba e Dona Raimunda) como uma questão central e preocupante. Esta, diz respeito ao consumo excessivo de álcool entre os pescadores do lago.

Desde o primeiro encontro com o grupo, esta foi uma característica marcante do universo de sociabilidade destes sujeitos. Em muito dos estudos, que tem por objeto sociedades pesqueiras este, sem dúvida, é um aspecto recorrente dimensionando as várias implicações na vida social e na saúde destes trabalhadores das águas.

Torres (2004), ao abordar o tópico da drogadição em sociedades pesqueiras do estuário amazônico, identifica relatos de pesquisadores e outros profissionais que reafirmam o abuso não somente de bebidas alcoólicas, como também de outras substâncias químicas que podem alterar a consciência humana acarretando uma série de problemas sociais e transtornos psíquicos graves. Este último, porém, ainda carecendo de estudos mais detidos, pelo menos até o momento de sua pesquisa.

Dados empíricos sobre a drogadição na Amazônia também são escassas, Maneschy, pesquisadora que tem trabalhos na região também tem ouvido relatos sobre o consumo de cocaína, em localidades pesqueiras da região nordeste paraense. Em Pirabas, também localizada no nordeste paraense e onde existe indústria de processamento de pescado, também ouvi relatos acerca do consumo de crack entre jovens da cidade, constituindo-se problema social (TORRES, 2004, p. 218)

Em nosso caso iremos abordar especificamente o consumo de álcool, pois, foi o que identificamos como o mais significativo nos modos interativos do grupo do Juá. As relações configuradas na entrada do pesquisador no convívio social direto com os interlocutores tiveram mediações em múltiplas dimensões, inclusive e principalmente a partir de espaços onde o consumo de cerveja e cachaça eram frequentes e abundantes.

Inicialmente, os bares ofereciam ótimas oportunidades de ampliar o contato com as redes de relações de sujeitos que tinham na atividade de pesca seus meios de subsistência. Como bem descreve Torres,

Os bares são locais de socialização entre pescadores, eles dependem de uma intrincada rede de relações para superar as limitações para a prática da pesca e sua comercialização. Nos bares são realizados contatos com diferentes estratos, donos de barcos, outras equipes de pesca, comerciantes e assim estabelecem uma rede de alianças, favores e negociações, que o ajudam a manter ou melhorar sua posição na sociedade. No cotidiano dos bares são montadas importantes estratégias de participação da vida pública (TORRES, 2004, p. 220)

Desse modo, ao frequentar os bares os pescadores tomam conhecimento da vida social local, principalmente aqueles (no caso da pesca estuarina e marítima) que ficam distantes vários dias de seus respectivos lares. As trocas de informações que acontecem nos bares são igualmente importantes para reduzir a incerteza do sucesso da pesca. Assim, o consumo de bebidas embora contribua para a socialização pode e muitas vezes, e é o que acontece de fato, torna-se compulsiva trazendo outros dimensionamentos para a vida dos pescadores.

Uma vez que nós adentramos nesse universo de maneira mais crucial, um amplo leque de problemas sociais foi se constituindo como problema analítico, resultando em dilemas profundos à própria experiência etnográfica em si. Neste sentido, é instrutiva e pertinente a abordagem de Nascimento (2016) ao relatar suas dificuldades na coleta de dados em campo e de como construir seu objeto de estudo a partir de visões não moralizantes e medicalizadas do discurso científico. Este autor procurou estudar os bares como palcos de masculinidades em certos contextos etnográficos na região urbana do Nordeste brasileiro.

As dificuldades em campo para dar sentido às experiências dos sujeitos com quem convivi e os dilemas pessoais e éticos nessa trajetória são igualmente importantes para a elaboração do argumento. Deste ponto de vista, a experiência da etnografia está muito distante da visão do etnógrafo herói e sem dilemas que sabe muito bem quais as questões que importam e a forma como “obtê-las”. Assumo a postura de quem está construindo sentidos a partir das várias falas no sentido dado por Geertz (1989), que ultrapassa os limites do discurso oferecido ao investigador e considera as práticas sociais, os contextos, os fluxos de comportamento e as relações travadas, incluindo aquelas entre o pesquisador e seus interlocutores (NASCIMENTO, 2016, p. 58)

Uma maneira que o autor encontrou de dar prosseguimento ao seu trabalho¹⁵⁰ e evitar perspectivas determinantes ou com vias predefinidas, foi o de dialogar também com interpretações nativas, como esclarece:

¹⁵⁰ Para efeito de esclarecimento, o autor do estudo tinha por objetivo compreender a dimensão de gênero na forma como se apresenta no cotidiano de homens de classes populares, tendo o espaço dos bares como um ambiente sempre presente e a marca do consumo de bebida alcoólica no agenciamento de relações, lugares e pertencimentos. Buscando, assim, a argumentação de que estes sujeitos não poderiam ser vistos simplesmente como dependentes químicos ou doentes e procurou enfatizar como as formas das múltiplas identidades são negociadas

Assim, dialogarei com interpretações nativas que transitam desde uma consideração corriqueira e festiva da vida cotidiana regada a cachaça ou cerveja, a ponderações, juízos e “diagnósticos” a respeito de pessoas que têm um problema de saúde a ser resolvido. São percebidos limites tênues entre doença e “pouca vergonha” ou “vadiagem”, e uma oscilação nas imagens manipuladas não só pelos que bebem e são assim enquadrados (NASCIMENTO, 2016, p. 59)

A questão da moralidade, discutida por Nascimento (2016) em seu artigo, foi identificada também em muitos discursos daqueles que tinham uma visão definida sobre os pescadores do Lago do Juá. Era muito comum, por exemplo, ouvirmos declarações de pessoas de fora (donos de botecos, bares, tabernas e conhecidos) ou mesmo de parentes próximos de que se tratava apenas de um “*bando de cachaceiros*” e que não valia muito a pena dar atenção aquele grupo estabelecido nas mediações do lago. Logo o convívio com estes interlocutores por um longo período de tempo, demonstrou outras possibilidades, além daquela imediata relação com o alcoolismo. Do caso contrário, muito do que se refletiu em nosso estudo e do material extensamente coletado não faria menor sentido hoje.

De todo modo, o problema do consumo excessivo de bebida alcoólica não foi uma tarefa fácil de contornar uma vez que a dependência química traz consigo muitos transtornos e danos materiais concretos, tanto para os usuários quanto para os que estão por perto deles. Como aponta Torres,

Existem distúrbios orgânicos que interferem na prática da pesca, como alterações do equilíbrio, força, estado de vigília que podem aumentar os riscos da atividade assim como as mudanças de comportamento que provocam brigas e outros conflitos (TORRES, 2004, p. 221)

Levando em consideração estas questões, a proximidade com os pescadores tornou recorrente situações delicadas de tensões de todos os tipos, em que o consumo de bebidas e estados alterados de comportamentos eram centrais e muitas vezes espantosos. O limiar entre sensibilidades agregadoras e desagregadoras, em termos de convívio social, passou a requerer do etnógrafo habilidades de atenção e vigília constantes, o que nem sempre eram de todo suficientes¹⁵¹.

O próprio isolamento da comunidade devido às próprias condições biofísicas da localidade e outros (falta de luz, cheia do rio no canal de travessia, perigo de assaltos nos caminhos da praia) impunha atenção redobrada, uma vez que as rápidas “saídas de campo” muitas vezes não eram possíveis e/ou acessíveis. Foi necessário desenvolver ao longo do

¹⁵¹ Não foram raras as vezes que desavenças entre conhecidos, conflitos familiares, enfrentamentos físicos com pescadores de fora, estranhamentos em várias esferas da via social, aconteciam e acabávamos como “cúmplices”

campo uma visão mais apurada da linguagem e de percepções sensoriais aos diversos ambientes de interação e comportamentos corporais, afim de evitar conflitos diretos.

Neste âmbito de discussão, são válidas as observações de Le Breton (2016) a respeito de uma abertura à *antropologia dos sentidos*,

Assim como a língua, o corpo é um provedor constante de significações. Frente a uma mesma realidade, indivíduos e corpos impregnados de culturas e histórias diferentes não provam as mesmas sensações e não decifram os mesmos dados: todos são sensíveis às informações que reconhecem e que reenviam ao seu sistema de referência própria. Suas percepções sensoriais e suas visões do mundo são tributárias dos simbolismos adquiridos (LE BRETON, 2016, p. 29)

Como se pode imaginar, a postura de investigação envolveu muitas experiências sensoriais adversas, das quais tendemos a tirar o melhor proveito de todas elas. Particularmente, na casa dos pescadores em que passamos longas estadias, a *polifonia* e a *cacofonia* eram das importunações mais desconfortantes, assim como o substrato das várias conversas, informações e alegrias partilhadas as mais aprazíveis. O consumo exagerado de cachaça entre os interlocutores e suas manifestações verbais obedecia a certos ritos, que costumeiramente foram não somente sendo percebidos sistematicamente, mas partilhado pelo próprio etnógrafo.

Havia, dessa forma, um interesse de compreensão mais aberto às questões que escapavam ao rigor científico, como nos recorda Le Breton,

As percepções são difusas, efêmeras, incertas, e às vezes falsas, elas oferecem uma orientação relativa das coisas aí aonde um saber mais metódico exige um rigor em detrimento dos tremores de sentido com os quais o mundo está habituado. *A ciência não é o conhecimento do objeto que eu toco, vejo, cheiro, degusto ou ouço; ela é puritana, ela recusa o corpo e olha as coisas com frieza e com espírito de geometria.* Obviamente, o conhecimento sensível carece de universalidade e de rigor, mas ele se presta humildemente à cotidianidade da vida e à degustação do mundo. *Ele lhe é indispensável.* Ele não é o conhecimento de laboratório, mas aberto (LE BRETON, 2016, p. 61-62, grifos nossos)

Assim, um laboratório de escutas abertas e observações diretas foram desenvolvidas durante a convivência em meio às vozes alteradas dos atores sociais e muitos ambientes acústicos. Como já mencionado os “Fóruns de informação” eram regados a bebidas e, na medida em que os ânimos se exaltavam com a graduação alcoólica, também uma profusão de ruídos sonoros ecoava mais fortemente. De fato, em qualquer ambiente em que muitas pessoas falam ao mesmo tempo pode torna-se desorientador para qualquer atencioso metódico. Para este autor “o barulho sempre é destruição do vínculo social” (LE BRETON,

2016, p. 158). Embora esta afirmativa possa ser contestada a partir da observação de outras sociedades¹⁵², tem-se que;

O barulho isola, aguça a agressividade e desativa moralmente a atenção devida ao outro. A defesa psicológica e a indiferença tática que ajustam a agressão se revelam cedo ou tarde uma deficiência para uma melhor integração social. À revelia, o indivíduo é submetido a um *stress* contínuo, a um estado de excitação do qual nem sempre tem consciência (LE BRETON, 2016, p. 157)

Em outros momentos, onde as conversas não tomavam rumos descontrolados, era possível reestabelecer a qualidade da escuta e o prazer de estar junto encontrava novamente um “porto seguro”.

A qualidade de presença entre homens e o prazer em estar juntos encontram nas metáforas acústicas sua imagem privilegiada: estar em ressonância, em harmonia, ao diapásão, de acordo, ser todo ouvido, à escuta, prestar atenção etc. A harmonia designa a abertura das fronteiras individuais sob a égide de um universo de sentido e de sons que unem os homens. Os amigos e os amantes vibram em uníssono. O mundo sonoro inscreve fisicamente a aliança entre si os outros. Se ele é escolhido, favoravelmente acolhido, ele encarna a mediação que desfaz os obstáculos e possibilita o encontro (LE BRETON, 2016, p. 158)

Todas as “glórias” e percalços deste *envolvimento/movimento* mais estreito com os pescadores do Juá trouxeram insumos de experiências densamente marcantes e, não obstante, também sequelas indesejáveis¹⁵³. Entendemos neste ponto de afetação, dentre as muitas escolhas possíveis, as características promissoras de uma *observação e descrição* ou da problemática do *campo* e da *escrita* reiteradas pelas visões teóricas, em um primeiro momento de Ingold (2015) onde se faz valer o acoplamento íntimo do movimento de atenção do observador com as correntes de atividade em curso no ambiente (não tanto *ver o que estava ali*, mas *observar o que estava acontecendo ali*, participando com ele do mesmo movimento generativo) ou no segundo momento estabelecendo, como sugere Strathern (2014), a multiplicidade dos pontos de vista, das conexões parciais de um *momento etnográfico* fruto de uma *imersão em campo*¹⁵⁴ específica e situada. Os efeitos, sem dúvida, foram e são até hoje sinestésicos em muitos significados.

¹⁵² Mesmo o grupo de pescadores tinham essa noção ao tecerem elogios ao nosso comportamento de escuta, enfatizando o modo de “saber escutar” e de “saber se comportar” ao invés dos modos operantes deles em dadas situações de interação social. No entanto, o que era percebido pelo pesquisador, era que a forma barulhenta de se comunicarem não significava, totalmente, a quebra de vínculo social da forma como entendido por Le Breton.

¹⁵³ Este último pode se relacionar as feridas abertas do próprio pesquisador a respeito do seu relacionamento com o álcool.

¹⁵⁴ O conceito de *imersão*, em que mesmo mantendo fortes imagens da observação participante, mas não se limita a uma condição dada ou secundária a observação e subjetiva aos objetivos da pesquisa. A condição de

4.4. Considerações Preliminares, ou notas para pensar a *forma* escrita

Pegando o gancho desta última advertência, de Strathern (2014), a respeito das conexões parciais sobre os resultados da natureza do trabalho antropológico. Pode parecer estranho em primeira mão buscar, neste ponto do capítulo, tecer considerações sobre a construção do texto em relação ao que foi discutido nele. Encaramos como relevante o exercício dessa reflexão, na medida em que pode não ter ficado subentendido, que nos interessou não somente nesta altura da argumentação, mas em todo o percurso etnográfico não reiterar visões/ilusões simultâneas de coesão e de coerência *inabalável* aos cercos do objeto em análise, sobretudo, no que diz respeito ao conceito de “cultura” ou mais especificamente a cultura tradicional dos pescadores artesanais de que tratamos. Relegando, possivelmente, em segundo plano outros conflitos, outras ambiguidades ou outras contradições internas.

Mesmo se tratando de uma sociedade de pequena escala em um contexto específico, porém em movimento e conectado de alguma maneira à complexidade de outras ordens escalares, sempre haverá, como já indicado pelos autores de *Writing Culture* (1986), pontos cegos na escrita etnográfica. A marca do empreendimento etnográfico como sempre enredado na invenção, na ficção, já foi, talvez, suficientemente debatido por ampla literatura especializada e deve importar ao pesquisador que busca seriedade em seus estudos, principalmente quando estes implicam ou mesmo são objeto de aplicação do Direito.

As verdades etnográficas são, assim, inerentemente parciais – engajadas e incompletas. O ponto é hoje amplamente reiterado – e questionado em aspectos estratégicos por aqueles que temem o colapso de padrões claros de verificação. Mas, uma vez aceito e incorporado à arte etnográfica, um senso rigoroso de parcialidade pode ser uma fonte de juízo representacional (CLIFFORD, 2016, p. 38)

Deve-se considerar, portanto, que uma guinada crítica aos procedimentos epistêmicos da antropologia se deu a partir da *desconstrução* da “textualização clássica da cultura” enquanto quadro possível e geral de um discurso legítimo sobre o “outro” e a publicação da obra mencionada teve um importante papel nesse sentido. As lacunas dos textos ocidentais foram insistentemente trazidas à tona, para que dúvidas sistemáticas também se fizessem presentes às representações culturais imputadas.

imersão é marcada pela ambivalência, pela intensidade das relações sociais e com as pessoas em campo e é parcial porque depende do modo como irá ser conectado ao processo de escrita e é por essa parcialidade que a escrita se faz presente em campo (ROBERTI JUNIOR *et al.*, 2015, p. 115)

As culturas não são “objetos” científicos (presumindo-se que tais coisas existam, mesmo nas ciências naturais). A cultura, bem como as visões que temos “disso”, são produzidas historicamente e ativamente contestadas. Não existe um quadro integral que possa ser “preenchido”, já que a percepção e o preenchimento de uma lacuna conduzem à consciência de outras lacunas (CLIFFORD, 2016, p. 52)

Se isso for verdade, assim, “a ‘cultura’ não é um objeto a ser descrito, então também não é um *corpus* unificado de símbolos e significados que podem ser definitivamente interpretados. A cultura é contestada, temporal e emergente” (CLIFFORD, 2016, p. 53). A representação e a explicação das coisas culturais (em movimento), tanto por parte dos observadores quanto dos nativos estão implicados nesse processo e, a partir desta perspectiva, os discursos sobre o “outro” devem ser especificados dentro da historicidade e da reflexividade, ou seja, leva-se em consideração como a agência do pensamento elabora relações sobre os modos de ser e conhecer do outro (ROBERTI JUNIOR, *et al.*, 2015). Como adverte Clifford, não há mais um ângulo abrangente de observação, no topo da montanha, as montanhas estão em movimento;

Os modos humanos de vida cada vez mais influenciam, dominam, parodiam, traduzem e subvertem uns aos outros. A análise cultural está sempre perpassada por movimentos globais de diferença e poder (CLIFFORD, 2016, p. 56)

Partindo destes e outros pressupostos, que enfrentaram as mudanças na história, na retórica e na política de representação da cultura, consagrada na disciplina em tempos não muito remotos. Reconhecendo uma prática situacional da ciência moderna e entendo-a como um *processo social*, envolta, no caso da prática etnográfica, não somente numa política, mas em uma poética da escrita. Adentramos na faixa de categorias assumidas neste capítulo, como recurso que procura repercutir concretamente aos anseios das agências e do próprio autor. Autoria e autoridade são problemas delicados na construção do conhecimento em nosso *métier* e devem ser encarados de frente.

Como bem apresenta considerações importantes, Mary Lousie Pratt (2016) pensa algumas limitações da etnografia e sua capacidade de se explicar ou se *autoexaminar* como um tipo de escrita que ainda carrega consigo influências de outros gêneros mais antigos e menos especializados (livros de viagem, memórias pessoais, jornalismo, documentos de inventários e outros). A autora argumenta que,

Os antropólogos têm muito a ganhar olhando para si mesmos como pesquisadores que escrevem tanto interna quanto externamente às tradições discursivas que os precedem; interna e externamente às histórias de contato às quais dão continuidade. Essa perspectiva é particularmente valiosa para aqueles que querem mudar ou

enriquecer o repertório discursivo da escrita etnográfica – em particular, aquela “tentativa impossível de fundir práticas objetivas e subjetivas”. Sem dúvida, um primeiro passo em direção a essa mudança é reconhecer que as imagens que usamos não são naturais nem, em muitos casos, intrínsecas à disciplina. Com isso, poderemos, se quisermos, nos libertar delas, não prescindindo de imagens (o que não é possível), mas nos apropriando e inventando novos tropos (o que, sim, é possível) (PRATT, 2016, p. 90)

Pensando nestes termos, as imagens criadas do mundo social e cultural que anima o complexo ambiental que foi estudado não são naturais e criamos com todos os artefatos e técnicas que foram possíveis no momento, por vezes, solicitando a colaboração de outras disciplinas (sociologia, história, geografia, filosofia e etc.). Contudo, criaram-se oportunidades de diálogos com algum propósito claro, lembrando-se sempre que “a etnografia é uma atividade híbrida: ela travessa os gêneros e as disciplinas” (CLIFFORD, 2016, p. 61). Estes propósitos, portanto, comungam da perspectiva de vocação da análise antropológica em produzir conhecimento e influir nas políticas públicas atuais, neste caso em particular nas políticas ambientais e aquelas destinadas a reconhecer direitos de povos e comunidades tradicionais (LITTLE, 2002, ALMEIDA; CARNEIRO DA CUNHA, 1999; ALMEIDA, 2004, 2012, 2013).

Outra envergadura possível seria, desta forma, a de contribuir às múltiplas agências que pretendem construir uma sociedade mais sustentável, informando-as mais apropriadamente, criando pautas metodológicas e desmistificando relações enrijecidas por ideologias ambientalistas (FOLADORI; TAKS, 2004). Assim, procuramos ao longo do caminho “fisgar” o peixe, demonstrando através das histórias e de suas trajetórias pessoais, que os pescadores e sua cultura não constituem entidades estáticas e acompanham conflitivamente e conscientemente as transformações em curso. “Eles” e “nós” estávamos em movimento e estamos, assim como os recursos retóricos da disciplina e a busca por alternativas para as atividades de escrita e pesquisa estão. Entendendo e percebendo em campo que não há “inocentes” neste processo, ou seja, a arrogância exclusiva do ator-observador era logo suprimida pelo movimento de ser observado pelo sujeito-objeto produzindo situações das mais desconcertantes. Expressar tudo isso textualmente exigiu momentos de força, paciência, persistência e também momentos de reclusão e desgaste, logo muito se escapou do universo observado¹⁵⁵. Aceitamos, por último, até mesmo a ideia que continuamos, talvez, a entender mais de pescadores e seus operadores do que propriamente de peixes como prova de que o *saber pescar* é uma arte perfilada de ciência própria, de formas

¹⁵⁵ Deseja-se, por exemplo, tratar das questões de gênero existentes na comunidade observada em um outro momento, dada as circunstâncias da pesquisa e do tempo de acesso à outras esferas de sociabilidades

de conhecimento e técnicas específicas, assim como a descrição social do “outro” tende a ser; experimentada e executada cada vez mais com seus refinamentos.

Do ponto de vista mais teórico vimos, em termos barthianos, por intermédio de uma *sociologia do conhecimento*, que a tradição destes pescadores artesanais do Juá apresentou um “certo grau de coerência ao longo do tempo e pode ser reconhecida nos vários contextos em que coexiste com outras em diferentes comunidades e regiões” (BARTH, 2000a, p. 124). Isto foi constatado, mais visivelmente, quando aludimos em muitos casos as atividades pesqueiras e seus modos de operar e classificar (saber-pescar, saber-fazer e saber-viver) em outros complexos socioambientais como os das pescas estuarinas, das várzeas fluviais, das costas marítimas e da oceânica em diferentes pontos do norte e nordeste do Brasil.

De todo modo, se quisermos mostrar como se geram socialmente as formas da cultura, como sugeriu o autor devemos estar atentos ao *contexto* e a *práxis dos atores* em que os objetos culturais estão sendo mobilizados.

Aconselho a procurarmos nossos *insights* no campo mais amplo e aberto dos processos *sociais*. A atividade social é uma atividade contínua de produção de mundo (Winner, 1986: 15); abstrair princípios gerais não é a melhor maneira de explicar as formas da cultura. É melhor nos perguntarmos *que tipo* de consistência encontramos em cada padrão específico, e *por que* essa forma se desenvolveu justamente aí (BARTH, 2000a, p. 126, grifos do autor)

Buscar compreender e explicar estas ordens parciais, verificadas em cada contexto, as causas eficientes em cada jogo, pode ser um caminho frutífero e estimulante de demonstração no cerne do que estamos discutindo. Como bem entende o antropólogo norueguês, é necessário ter em mente uma visão dinâmica da experiência como resultado da interpretação de eventos por indivíduos e uma visão dinâmica da criatividade como resultado da luta dos atores para vencer cada obstáculo do mundo. Por outro lado, a despeito da crítica realizada pelos programas desconstrutivistas na literatura antropológica, discutida no início, e refletindo sobre a problemática de todos os atores estarem posicionados, o autor apresenta uma visão particularmente divergente que merece ser destacada.

O fato de que há posicionamentos e que todas as visões são parciais não têm tais implicações para a epistemologia da antropologia como ciência empírica. Isso de forma alguma diminui a primazia a ser dada às realidades que as pessoas constroem, aos eventos que elas ocasionam, e às experiências que elas obtêm (BARTH, 2000a, p. 137)

Segundo seus argumentos, todavia, essas constatações forçam os pesquisadores a reconhecer que as pessoas vivem suas vidas com um certo grau de consciência e um horizonte

que não abrangem a totalidade das facetas da sociedade, das instituições e das forças que as atingem. E que de alguma maneira os vários horizontes limitados das pessoas se ligam e se sobrepõem, produzindo um mundo maior que o agregado (aquilo de que se “atende” por cultura) de suas respectivas práxis gera, mas que elas mesmas não conseguem visualizar.

Neste sentido, o papel do pesquisador seria o de demonstrar, da melhor maneira possível, como isso se dá e mapear esse mundo maior. É uma tarefa importante, pois, trata-se de um mundo em que todos nós estamos imersos de uma forma ou outra e, por conseguinte, molda e limita os transcurso de vidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, OU “ENCERRANDO” A TRAVESSIA

“O peixe é que nem nós quando está com calor, a gente procura se aliviar numa sombra debaixo duma árvore. Assim, é o peixe! Se a água está quente na beira, ele vai pro meio do rio, lá fora onde a água está mais fria. A gente sabe porque quando nós joga a malhadeira vem mais peixe dependendo da quentura da água”

Fernando Ilson dos Santos

Chegamos, assim, ao “final” desta longa *travessia* com muitas aspas, pois, o sentimento mais latente neste momento é de que as jornadas de descobertas alcançadas até aqui demonstram e revigoram expectativas de que outras travessias devam surgir e com elas as “marés de acontecimentos” históricos, políticos e sociais irão compor novos quadros de apreciação analítica. Por ocasião de tecer conclusões como resultado de um exercício de caráter revelador de fenômenos ocultos (constitutivo de estudos doutorais), vimos que a construção do objeto analisado se deu a partir de muitos caminhos e a escolha de enfatizar alguns em detrimento de outros teve relação com a necessidade de situar o objeto em suas influências históricas mais amplas, bem como o desenho de novos contextos e, assim, traçar diálogos com campos de conhecimento específicos de outras áreas.

Com esta postura buscou-se reconectar os elementos da historicidade aos seus operadores atuais e refletimos sobre os projetos econômicos que ao longo dos últimos anos tem gerado demandas aos fluxos comerciais locais/globais e impactado nas formas de organização de vida de atores específicos como os de pequenos agricultores, populações periféricas e populações ribeirinhas no contexto da cidade de Santarém.

Dentro desse contexto, a cidade de Santarém enquanto importante polo econômico na região do Baixo Amazonas desperta, cada vez mais, interesse de um grande leque de atores

sociais e econômicos fazendo com que seus espaços (urbanos ou rurais) centrais ou periféricos sejam valorizados para objetivos predefinidos e ainda reafirmando e redefinindo a importância do rio como recurso econômico estratégico de futuros projetos “modernizantes” que interligarão as atividades produtivas do setor de minérios, do setor energético de hidroelétricas e mais recentemente da cadeia industrial do *agribusiness*. Este fato, decorrente, sobretudo, do avanço da expansão da fronteira agrícola para a produção e escoamento de grãos (soja, milho, arroz) através da abertura de estradas pavimentadas e de construção de terminais fluviais, principalmente, depois que se instalou de forma mais contundente no território da cidade a multinacional Cargill.

Como resultado das recentes e aceleradas transformações do meio urbano da cidade, processos de expropriação de terras têm sido desencadeados com mais frequência, bem como o aumento da violência contra as camadas mais pobres da população e os chamados povos e comunidades tradicionais.

A inserção no contexto da economia global, a valorização do capital natural, as reformulações funcionais da geografia do espaço e a presença do cultivo da soja em processos que demarcam as tendências atuais do município com vistas ao englobamento do urbano e do rural e o papel exercido na economia regional tem chamado atenção de grupos de pesquisadores e instituições internacionais ligados à preocupação de defesa e conservação das florestas tropicais e das populações humanas que nelas habitam. É a partir daí, que surgiu os embates territoriais em torno de um complexo hidrológico tão importante para a manutenção do equilíbrio ecológico da área de proteção ambiental do Juá.

A sub-bacia hidrográfica do Juá como podemos analisá-la a partir das evidências colocadas, apresenta uma população de pescadores artesanais extremamente dependente destes ecossistemas e sofre diretamente com o avanço desordenado da urbanização em torno do seu principal meio de sobrevivência, o Lago do Juá. Seja pela ocupação da área tida como de preservação permanente reconhecida pelos códigos ambientais de órgãos reguladores, seja pela construção de condomínios habitacionais que favorecem a deposição de resíduos sólidos no sistema lacustre, impactando na reprodução de espécimes da ictiofauna, na biota lagunar e nos diversos usos da água pelo agrupamento humano ali tradicionalmente estabelecido.

Os conflitos gerados na ocupação do solo nesta área são de ordens diversas e afetam, sobremaneira, um modo de vida pautado em *condutas territoriais*, *saberes ecológicos*, *estratégias de subsistência* e *códigos culturais* intrinsicamente ligados ao rio, ou por meio do que designamos de ribeiridade. A *ribeiridade amazônica*, tal como usamos ao longo da escrita do trabalho e do olhar etnográfico, foi encarada como uma ferramenta analítica que explora um conjunto de relações profundas com base na complexidade que encerra a vida

humana na terra firme, a vida na água e a vida humana na beira d'água, como a que observamos no trecho do rio Tapajós e no agrupamento social analisado.

Contudo, o cerne das questões e problemas que buscamos levantar e discutir como reflexão central foi que mesmo no contexto das novas configurações sociais de uso intensivo de informação nas quais as sociedades contemporâneas estão imersas e são pensadas, assim, a partir de uma ideia assimilada de *via única* de projeção para o futuro das relações entre *modos possíveis de existir* no mundo de hoje, nos deparamos com formas singulares (ainda presentes) de se relacionar com o ambiente social e natural, dos quais demonstram maneiras eficazes aos seus propósitos informacionais e de conhecimento. Estas formas relacionais apresentaram mecanismos cognitivos não simplórios como tem presumido a imaginação metropolitana, mas imbuídas de perspicácia e competência informacional no trato com questões práticas de assimilação e aplicação de saberes para manutenção do labor e da vida aos seus ambientes de produção e reprodução cultural.

Assim, ao invés de perseguir estruturas fomos enredados a acompanhar os fluxos culturais e sociais dos quais constituem um universo amplo de possibilidades e habilidades desenvolvidas a partir dos recursos mais imediatos da vida, o corpo, a linguagem, o movimento, a percepção sensorial e o ambiente físico e simbólico. Ao encontro destas categorias outras foram vistas com similar importância no seio do grupo estudado, elas coadunam aspectos da formação espiritual correlacionadas ao âmbito das cosmologias correntes nos *modos de vida* de habitantes da região amazônica.

Dentre muitos aspectos levantados e examinados desse universo sociocultural dos pescadores (as) do Juá, como os aqui apresentados, podemos afirmar que diferem substantivamente de outros modos e que, portanto, podem e devem ser entendidos como uma comunidade tradicional nos modelos da linguagem jurídica estabelecida e nos certames da reflexão sobre direitos reconhecidos de populações autóctones. No entanto e o mais grave das considerações que podemos tecer, este agrupamento humano e seus saberes encontram-se na mira de lógicas econômicas transformadoras e acumuladoras de prejuízos que ameaçam sua continuidade de existência e suas artimanhas de regular suas próprias vidas.

As águas, de fato, estão ficando cada vez mais quentes e por todos os lados de suas margens terrestres, assim como os peixes que fogem das armadilhas humanas, alguns grupos humanos obcecados pela acumulação de capital não têm conseguido enxergar as condições sustentáveis por onde se pode manter inteligentemente a sombra da árvore.

Referências Bibliográficas

ABREU, José Reginaldo Pinto de. **Gestão ambiental aplicada ao urbanismo**. Estudo de caso: Expansão Urbana no Município de Santarém – Pará- Brasil. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional e Processos Construtivos e Saneamento Urbano. Universidade Federal do Pará. Instituto de Tecnologia, Belém, 2015.

ABREU, Regina. Os embates em torno da categoria “conhecimento tradicional” e o tema dos “direitos coletivos”. In: RUSSI, Adriana; CAVIGNAC, Julie A. (org.) Dossiê Os embates da memória. **Vivência**: Revista de Antropologia, n. 42, 2013.

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller *et al.* (orgs). **Povos e coletivos pesqueiros: estudos etnográficos e perspectivas sócio-antropológicas sobre o viver e trabalhar**. Rio Grande: Editora da Furg, 2012.

ALBAGLI, Sarita. Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. In: BELA, C. A. (org.). **Saber Local/interesse global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia**. Belém: CESUPA/MPEG, 2003.

ALMEIDA, M. W. B; CARNEIRO DA CUNHA, M. **Populações tradicionais e conservação**. Programa Nacional da Diversidade Biológica: avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia brasileira: seminário de consulta. Macapá, 21 a 25 set. 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**. Belo Horizonte: ANPUR. v. 6, n.1, p. 09-32. Maio, 2004.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A.V. B; CARVALHO, G. (org.) **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica**. Belém, FASE/COMOVA/UFPA, 2009.

_____. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 25, p. 63-71, 2012.

_____.; FARIAS JUNIOR, Emmanuel. A. (Org.). **Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social**. 1ª ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALLUT, Antonio García. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: Antonio Carlos Diegues. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

AMOROZO, M. C. Abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (org.) **Plantas Medicinais: Arte e Ciência**. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo. Edusp, p. 47-68, 1996.

AMORIM, Antônia Terezinha dos Santos. **Santarém, Uma Síntese Histórica**, 2000.

ANDRADE, E. B.; EL-HUSNY, J. C.; SILVEIRA FILHO, A. O Agronegócio de Grãos no Pará: uma Alternativa Sustentável para Recuperação de Áreas Alteradas. In: ANDRADE, Emeleocípio Botelho de (editor técnico). **A Geopolítica da soja na Amazônia**. Embrapa/MPEG. Belém, 2005.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Ambiente & Sociedade**, v. 2, n. 5, p. 79-93, 1999.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**. Dourados, UFGD, v.1, n.2, p.1-19, jul/dez, 2007.

_____. Informação e patrimônio arqueológico: formação de memórias e construção de identidades. In: **ENANCIB**. Santo Amaro - SP, setembro de 2008. GT2-Organização e representação do conhecimento. São Paulo: USP, 2008.

BARBOSA, J. A.; MOREIRA, E. C. P. Impactos socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém-PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. **R. Jur. UNI7**, Fortaleza, v.14, n.1, p. 73-87, jan/jun, 2017.

BARTH, Fredrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000a.

_____. O guru e o iniciador: transações de conhecimento e moldagem da cultura no sudeste da Ásia e na Melanésia. In: BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000b.

_____. Etnicidade e o Conceito de Cultura. **Antropolítica** – Niterói, n. 19, 2 sem, 2005.

BARTHEM, R. B.; FABRÉ, N. N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, Mauro Luis (org.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus. IBAMA/ProVárzea, 2004.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. (Tese de doutorado) - Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, n. 16 (3), p. 67-74, 2002.

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia In: RUFFINO, Mauro Luis (org.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus. IBAMA/ProVárzea, 2004.

BECKER, B. K. Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia. In: ANDRADE, Emeleocípio Botelho de (editor técnico). **A Geopolítica da soja na Amazônia**. Embrapa/MPEG. Belém, 2005.

_____. A urbe amazônida. A floresta e a cidade. In: VIEIRA, I. C. G. (org.). **As amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica**. Rio de Janeiro: Gramond, 2015.

_____. **Regional development in Brazil: the frontier and its people**. Nagoia: UNCRD, 1985.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BECKER, H. S. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BENCHIMOL, Samuel. O homem e o rio na Amazônia: uma abordagem eco-sociológica. In: COSTA, José Marcelino da (org). **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais**. Belém: UFPA- NUMA, 1995.

_____. Os índios e os caboclos da Amazônia: uma herança cultural-antropológica. In: Secretaria de Estado da Cultura. **Unamazônia: órgão noticioso, crítico, cultural, consagrado à integração latino-americana**. SECULT: Belém, v. 1, n. 10, jun., 1998.

BERGSON, Henri. **Matière et memorie**. Paris: PUF, 1959.

BERMANN, Célio. Os projetos das mega-obras hidrelétricas na Amazônia: sociedade e ambiente frente à ação governamental. In: ZHOURI, Andréa. (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília, ABA, 2012.

BITTENCOURT, Luciana Aguiar. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Mirian L. Moreira (orgs.) **Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1987 [1973].

BOYER, Véronique. “Sairé ‘religioso’ ou Çairé ‘profano’: Uma patrimonialização em tensão”. **HAL. archives-ouvertes**. -01415907, dez, 2016. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01415907>>. Acesso em 10/06/2017.

BOWKER, G.; BAKER, K.; MILLERAND, F.; RIBES, D. Towards Information Infrastructure Studies: Ways of Knowing in a Networked Environment. **International Handbook of Internet Research**, J.Hunsinger, M.Allen, L.Klasrup (eds), 2006.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. Festa religiosas e populares na Amazônia. Comunicação científica (oral) apresentada na **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra/Portugal, 2004.

BRANDÃO, C. R.. A comunidade tradicional. In: João Batista de Almeida Costa; Cláudia Luz de Oliveira. (Org.). **Cerrado, Gerais, Sertão - comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. 1ed. São Paulo: Intermeios, 2012.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 18, p. 1-23, 2014.

BRASIL. CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO-MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (**Site Oficial**). Disponível em: <<http://www.mma.org.br/patrimonio-genetico.html>>. Acesso em: 23 março 2019.

BRASIL. Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: Presidência da República - Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, SNAS, setembro/2004.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000a. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)**. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. Brasília, DF, 2000b.

BRASIL. Lei nº 13.213, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 mai. 2015. Seção 1, p. 1.

BRETON, Yvan. **L' anthropologie sociale et les sociétés de pêcheurs: réflexions sur La naissance d'um sous-camp disciplinaire**. Québec, Department d' anthropologie, Université Laval, 1981.

BRITO, S. “Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro”, **Estudos, Ensaios e Documentos**, Lisboa, 1960.

CÂMARA, Gilberto; KAMPEL, Silvana Amaral; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. **Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia**. [Relatório técnico]. [s.l.]: INPE/CT Brasil, dez, 2001. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/modelagem/relatorio_urbanizacao_amazonia.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universalidade de São Paulo, 1986.

_____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosacaify, 2009.

CARNEIRO LEÃO, E. Sociedade do conhecimento: passes e impasses. **Tempo Brasileiro**: Rio de Janeiro, n. 152, jan./ mar., p.11-20, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CARDOSO, M. C.; SILVA, R. E.; SILVA, A. D. B.; CHIBA, H. S. A. Pescadores artesanais, conflito de interesses e os recursos pesqueiros como capital natural crítico: o caso do lago do Juá em Santarém, Pará. **O SOCIAL EM QUESTÃO** (online), v. 40, p. 309-332, 2018.

CARVALHO, Luciana G. Tradições devotas e lúdicas inovações: o sairé em múltiplas versões. **Sociol.Antropol.** Rio de Janeiro, v.6 n.1, p. 237-259, abril, 2016.

_____. Materialidade e imaterialidade na “cultura do patrimônio cultural” em Santarém. In: CARVALHO, Luciana; MILEO, Bruno. (Orgs.). **Patrimônio cultural e direitos culturais na Amazônia: experiências de pesquisa e gestão**. Santarém: UFOPA, 2012.

CARVALHO, J. A.; KNOX, W.; CREADO, E. J. UMA ETNOGRAFIA DA NÃO DUALIDADE: O ESTUDO DE CASO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA REM DE CORUMBAU ENTRE COMUNIDADES PESQUEIRAS LOCAIS E A NORMATIVIDADE AMBIENTALISTA. In: Vivência: **Revista de Antropologia**, n. 47 (MILLER, Francisca *et al.* (Org.) Dossiê Populações Costeiras e Ribeirinhas), 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradição, Ciência do povo**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. M. R.; MARIN, R. E. A. **Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios**. BELEM: CEJUP, 1993.

_____; PINTON, F. **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. BELEM: CEJUP, 1997.

_____. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido**. Belém, CEJUP, 1997.

_____. **Territórios em Transformação na Amazônia: saberes, rupturas e desconstruções**. 1. ed. Belém: UFPA, 2016.

COLAÇO, José. Segredos, pescadores e etnógrafos. **Vivência: Revista de Antropologia**. N. 40, p. 121-129, 2012.

COLLIER, SJ; LAKOFF, A. On regimes of living. In: Ong A, Collier SJ (eds.) **Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems**. Blackwell, Malden, Md, p. 22–39, 2005.

COMEFORD, John. Onde está a comunidade? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o rural e o urbano. **RURIS**. n. 2, v. 8, 2014.

CORTÊS, J. C.; D'ANTONA, A. O. Fronteira agrícola na Amazônia contemporânea: repensando o paradigma a partir da mobilidade da população de Santarém-PA. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 11, n. 2, p. 415 -430 maio/ago., 2016.

COSTA, Tatiane de Cássia Silva da. **SANTARÉM: mudanças e permanências na relação cidade-rio na Amazônia**. Belém: NAEA, 2014.

CLIFFORD, James. Introdução: Verdades Parciais. In: CLIFFORD, J; MARCUS, G. E. **A escrita da cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

D'ANTONA, A. O.; VANWEY, L. K.; LUDEWIGS, T. Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 41, n. 2, p. 223-232, 2011.

DELÉAGE, Jean-Paul. UMA ECOLOGIA MUNDO. In: CASTRO, E; PINTON, F. (orgs.). **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. BELEM: CEJUP, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (orgs.). **Faces do trópico úmido**. Belém CEJUP, 1997.

_____. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun., 2015

DIEGUES, Antônio Carlos. **Pesca e marginalização no litoral paulista**. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1973.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

_____. (Org.) **Ilhas e sociedades insulares**. NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1997.

_____. Etnoconservação da Natureza enfoques alternativos. In: Antonio Carlos Diegues. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____; ARRUDA. R. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

_____. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marinha.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

_____. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**. V. III (2), p. 361-375, 1999a.

_____. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil: os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: NUPAUB/USP, 1999b.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELISABETSKY, E. Etnofarmacologia. **Cienc. Cult.** São Paulo, v.55 n.3, jul. /set., 2003.

EMATER-PARÁ. **Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Agroextrativista do Eixo Forte - PDA.** Santarém, 2008.

ENGELS, F. **Dialectics of Nature.** Moscou: Progress [Trad. De C. Dutt], 1934.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande.** Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

FERREIRA, L. V.; SOARES, S.A.; FORLINE, L. Impactos Ambientais e Sociais da Expansão da Soja na Amazônia. In: ANDRADE, Emeleocípio Botelho de (editor técnico). **A Geopolítica da soja na Amazônia.** Embrapa/MPEG. Belém, 2005.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. “Apresentação” In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

FIDALGO, António. O modo de informação de Mark Poster. In: CORRÊA, J. C. **Comunicação e poder.** Universidade da Beira Interior, 2001.

FIORI, M. M.; SANTOS, C. F. M. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia.** Porto Alegre – EDIPUCRS, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Vontade de saber.** 2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: Momentos Históricos.** ICBS. Santarém, 2015 [1984].

FOLADORI, G; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**. 10 (2), p. 323-348, 2004.

FRAXE, Therezinha J. P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo: Annablume, 2000.

_____.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** (orgs.) - Manaus: EDUA, 2007.

_____.; WITKOSKI, A. C.; LIMA, M. C.; CASTRO, A. P. Natureza e Mundo Vivido: O Espaço e Lugar na percepção da Família Cabocla/Ribeirinha. In: OLIVEIRA, José A.; SCHERER, E. (orgs.) **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro – Garamond, 2006.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect.ciênc.inf.**, Belo Horizonte, v. 11 n.1, p.6-19, jan./abr., 2006.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. In H. A. Olson, & D. B. Ward (Eds.) **Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science**, 7–10 June, 1995, Edmonton, Alberta. Disponível em: http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2001.

FURTADO, Lourdes. Pesca artesanal: Um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, 79, 1981.

_____. **Curralistas e redeiros de Marudá: Pescadores do litoral do Pará**. Belém, CNPq/MPEG. 1987.

_____. Características Gerais e Problemas da Pesca Amazônica no Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**, vol 6, nº 1, 1990.

_____. Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: **Museu Paraense Emílio Goeldi**. 486p. (Coleção Eduardo Galvão), 1993.

_____. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia In: FURTADO, Lourdes (org.). **Amazônia desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA-NUMA, 1997.

_____.; NASCIMENTO, Ivete H. Traços de uma comunidade pesqueira do litoral amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: FURTADO, Lourdes; QUARESMA, Helena Dóris A. B. (orgs). **Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal**. Belém: MPEG, 2002.

_____.; MANESCHY, Maria C. Gens de mer et contraintes sociales: les pêcheurs côtiers de l'état du Pará, nord du Brésil. In: **Colloque national et international – entre terre et mer – sociétés littorales et pluriactivités XV-XX siècles**, Lorient, França, 2002.

GALVÁN, Tudela A. **La antropología de la pesca: problemas, teorías y conceptos**. Actas del Coloquio de Etnografía Marítima. Santiago de Compostela, 1984.

GARCIA, J. L.; MARTINS, Hermínio. O ethos da ciência e suas transformações contemporâneas, com especial atenção a biotecnologia. **SCIENTIA&Studia**, São Paulo, v. 7, n.1 p.83-104, 2009.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIBSON, J. J. **The Ecological Approach to Visual Perception**. Boston, MA: Houghton Mifflin, 1979.

GOFFMAN, Erving. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: **Interaction Ritual**. Essays on face-to-face behavior. New York: Anchor Books, 1967.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare**. 3 (1/2), 23-39, 1997.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

_____. Para una reflexión epistemológica sobre la ciência de la información. *Signo y Pensamiento* 50. p. 46-61, enero-junio, 2007.

_____. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. de A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2002a.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.** Brasília, v.31, n.1, p. 27-40, 2002b.

GORZ, André. **O imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. **Relatório Antropológico**. Relatório apresentado ao Ministério Público Federal (João Pessoa) como peça deste parquet para o processo de reintegração de posse nº 2005.82.00.009202-9 (0009202- 87.2005.4.05.8200) em curso na Justiça Federal, 2011.

_____. Impressões sobre o ofício do etnógrafo em face da confecção de relatórios técnicos ou laudos periciais. In: OLIVEIRA, J. P.; MURA, F.; SILVA, A. B. (org.). **Laudos Antropológicos em perspectiva**. Brasília-DF: ABA, 2015.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, Michael McDonald. **“História Oral: os riscos da inocência”**. **O direito à memória**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

HALL, Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauru, 2006.

HARRIS, Mark. Descobrimos conexões ao longo do rio no Baixo Amazonas, Brasil. **Anuário Antropológico**. Brasília, UnB, v.42, n.1: p.111-135, 2017.

_____. “Riding a wave: embodied skills and colonial history on the floodplain of the Amazon”. **Ethnos**, 70(2):197-219, 2005.

HERREROS, Mario Miguel Amin G. A mundialização da Amazônia: riquezas e interesses. In: PELEJA, José Reinaldo Pacheco; MOURA, José Mauro Souza (orgs.). **Estudos Integrativos da Amazônia – EIA**. São Paulo: Acquarello, 2012.

HOMMA, A. K. O. A Expansão da soja na Amazônia: a Repetição do Modelo da Pecuária? In: ANDRADE, Emeleocípio Botelho de (editor técnico). **A Geopolítica da soja na Amazônia**. Embrapa/MPEG. Belém, 2005.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

INGOLD, T.; KURTITLA, T. Perceiving the environment in Finnish Lapland. **Body and Society**. 6(3/4), p. 183-196, 2000.

_____. **Evolution and Social Life**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. **Lines: A Brief History**. Londres: Routledge, 2007.

_____. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da pesca 2006 Brasil: grandes regiões e unidades da federação / Brasília: Ibama, 2008.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

ISAAC, V. J.; MILSTEIN, A.; RUFFINO, M. L. A pesca artesanal no Baixo Amazonas: análise multivariada por espécie. **ACTA AMAZÔNICA** 26 (3): 185-208, 1996.

KOURY, M. G. P. O luto no Brasil no final do século XX. **Caderno CRH**, Salvador, v.7, n. 72, p. 593-612, Set/dez., 2014.

_____. Fotografia e Memória. Dossier “Las razones y las emociones de las imágenes” / Dossier “As razões e as emoções das imagens”. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 47, p. 75-81, agosto de 2017.

LABERGE, Jacques. As naturezas do pescador. In: DIEGUES, A. C. (org.) **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

LATOUR, B. **Biography of an Investigation: On a Book about Modes of Existence**. Draft of an article for a dossier on *AIME* An Archives de philosophie coordinated by Bruno

Karsenti (translated by Cathy Porter). 2012, p.1-20. Disponível em: <<http://www.bruno-lamour.fr/sites/default/files/126-KARSENTI-AIME-BIO-GB.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.

LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEÃO, R.F.C; OLIVEIRA, J. M. G. O plano diretor e a cidade de fato: o caso de Santarém – Pa. **Revista Geográfica de América Central**. v.2, n. 47 EGAL, Costa Rica, 2011.

LEGEY, L-R.; ALBAGLI, S. Sociedade da informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramZero**, 1(5), out. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out00/Art_02.htm>. Acesso em 10 jan. 2017.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra: técnica e linguagem**. Lisboa: Ed. 70, 1987.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKER, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures élémentaires de la parenté**. Paris, Mouton, 1967.

LOMBA, R. M.; NOBRE-JUNIOR, B. B. A relação rural-urbano a partir das cidades ribeirinhas: o papel do comércio popular (feiras) na cidade de Afuá (PA). **Revue Franco Brésilienne de Géographie (Confins)** [online], n. 18, 2013. Disponível em: <<https://confins.revues.org/8405?lang=pt>>. Acesso em 19/09/2018.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI - novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

_____. **Os parceiros do Mar: Natureza e conflito social na pesca da Amazônia**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IFCH. Universidade Estadual de Campinas. SP, 1983.

_____. **Amazônia: estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

LIMA, M. G. M. **Mobilidade geográfica como estratégia de sobrevivência de pescadores artesanais na Amazônia: o caso de Cubatão em Icoaraci, Pará**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém/PA, 2008.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. **Série Antropologia** n° 322. Brasília, 2002.

_____. Espaço, memória e migração: por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história**, n. 2(4): 5-25. Brasília, 1994.

_____. Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. In: LITTLE, Paul (org.) **Conhecimentos Tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade**. São Paulo: Annablume, 2010.

KANT DE LIMA, Roberto. **Os pescadores de Itaipu**. Meio Ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Eduff, 1997.

MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. Informação, poder e política: a partir do sul, para além do sul. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S (orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1993.

MALDONADO, S. C. BOTES E TRIPULAÇÕES DE IGUAIS: Ideário e instrumentos de trabalho na pesca marítima. In: SILVA, R. E. **Socioantropologia da Pesca: estudos etnográficos sobre populações costeiras no Nordeste Brasileiro**. João Pessoa: Ideia, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the Western Pacific: an account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea (Robert Mond Expedition to New Guinea, 1914-1918)**. London: Routledge & Kegan Paul, 1922.

_____. **The sexual life of savages in North-Western Melanesia: an ethnographic account of courtship, marriage and family life among the natives of the Trobriand Islands New Guinea**. London: Routledge & Kegan Paul, 1929.

_____. **Coral gardens and their magic**. London: George Allen & Unwin, 1935.

MARTINS, Hermínio. “Tecnociência e arte”. In: Leone, Carlos (org.). **Rumo ao ciber mundo?** Oeiras, Ed. Celta, p. 22-23, 2000.

MARTINS, Everaldo de Vasconcelos. **Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém-PA**. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. UFPA: Belém, 2009.

MARX, karl. **O Capital**. Vol 1. Londres: Dent [trad. De E. Paul e C. Paul], 1930.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto of the Communist Party. In: TUCKER, R. C. **The Marx-Engels Reader**. 2. Ed. Nova York: WW. Norton, 1978.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

_____. Sociedade do Conhecimento e Controle da Informação e da Comunicação. Conferência proferida na sessão de abertura do **V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura**, realizada em Salvador, Bahia, Brasil, de 09 a 11 de nov. de 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>> Acesso em 18/04/2018.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores**. Belém: UFPA, 1990.

_____. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém, Cejup, 1995.

_____. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo da Amazônia: a religião. **Estudos Avançados**. v.19 n. 15, São Paulo, 2005.

_____. O simbolismo e o boto na Amazônia: religiosidade, religião, identidade. **História Oral**, v. 9, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2006.

_____. Catolicismo, religiosidade e cultura popular entre pescadores e camponeses na Amazônia Oriental. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções indentitárias e sociabilidades** – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo. EDUSP, 1974.

MELLO, Marco Antônio da Silva & VOGEL, Arno. **Gente das areias: Sociedade, História e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. DEFINIDO HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA. **Cadernos CERU**, n. 5, série 2, 1994.

MCGRATH, D. G.; Castro, F.; Fudemma, C.; Amaral, B. D. & Calabria, J. Manejo comunitário da pesca nos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: Furtado, L.; Mello, A; F: & Leitão, W. (orgs.). **Povos das Águas realidade e perspectiva na Amazônia**. MPEG/UFGA, Belém, 1993.

MORAN, Emilio. **Adaptabilidade humana: uma introdução à antropologia ecológica**. São Paulo: Edusp, 1994.

MOREIRA, Eliane. O Estado e a proteção dos direitos dos povos tradicionais sobre seus conhecimentos tradicionais associados. In: CARVALHO, Luciana; MILEO, Bruno. (Orgs.). **Patrimônio cultural e direitos culturais na Amazônia: experiências de pesquisa e gestão**. Santarém: UFOPA, 2012.

MORIN, Edgar. **O método 4 – as ideias: habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O método 3 – o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2012a.

_____. **O método 5 – a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2012b.

_____. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOURA, E. A. F.; CASTRO, E. M. R. Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. **Ambiente & Sociedade** (Online), v. 15, p. 23-50, 2012.

MOURÃO, F. **A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: O Pescador Lagunar de Iguape-Cananéia**. Dissertação de Mestrado - USP, São Paulo, 1967.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Procuradoria da República no Município de Santarém. **Inquérito Civil nº. 1.23.002.000648/2012-58 (MPF) e Notícia de Fato n. 013857-031/2017 (MPE)**. 14 de dez., 2017.

MILLER, Francisca *et ali* (Org.) Dossiê Pesca Artesanal: práticas sociais território e conflitos. **Vivência**: Revista de Antropologia. UFRN/DAN/PPGAS v.1, n.53, 29 abr., 2019.

NICOLAU, Omar Souza. TODOS NO MESMO BARCO. Relações de poder e a institucionalização da vida na gestão coletiva da Reserva Extrativista de Corumbau, na Bahia. In: SILVA, R. E. **Socioantropologia da Pesca: estudos etnográficos sobre populações costeiras no Nordeste Brasileiro**. João Pessoa: Ideia, 2014.

NASCIMENTO, Pedro. BEBER COMO HOMEM: Dilemas e armadilhas em etnografias sobre gênero e masculinidades. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** (RBCS), v. 31, n. 90, 2016.

NOBRE, Carlos. Palestra “Meu Mundo Caiu”. **Café filosófico** - CPFL/Cultura- Campinas/SP em 04 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0Jp4R_N9v-A>. Acesso em 01 de jan. de 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Os estudos de comunidades no Brasil. **1ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Rio de Janeiro, 8-14 de novembro, 1953.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

O'DWYER, E. C. Desenvolvimento e povos tradicionais. In: IVO, A. B. L. (Coord.). **Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013.

OLIVEIRA, C. M.; SANTANA, A. C.; HOMMA, A. K. O. Os custos de produção e a rentabilidade da soja nos municípios de Santarém e Belterra, estado do Pará. **ACTA Amazônica**. v. 43 (1) p. 23-32, 2013.

OVERING, Joanna. Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social numa comunidade amazônica. **Mana**. 5 (1):81-107, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, n. 4 (1): 47-78, 1998.

PERALTA, N.; LIMA, D. M. Conhecimento científico e saberes tradicionais: sinergia ou tradução? In: **28ª Reunião Brasileira de Antropologia: Desafios Antropológicos Contemporâneos**. ABA, v.1, 2012.

PEREIRA, José Carlos Matos. O papel de Santarém como cidade média na Amazônia Oriental. In: CASTRO, Edna (org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

PEREIRA, José de Lima. **Análise de Cenários da Economia Agrícola do Município de Santarém No Oeste do Pará**, 2004.

PEREIRA, Luciana Noronha. **Morfologia urbana e atratividade de destinações turísticas: a importância da imagem na compreensão do sistema turístico de Alter do Chão (Santarém-PA)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado *Stricto Sensu* em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú - SC, 2007.

_____; L. N.; ANJOS, F. A.; VIEIRA, R. DESTINAÇÕES TURÍSTICAS NA AMAZÔNIA: AS RELAÇÕES ENTRE MORFOLOGIA URBANA E ATRATIVIDADE DA DESTINAÇÃO TURÍSTICA. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 14 – n. 3 - p. 419–435 / set-dez, 2012. Disponível em:<[http:// www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo)>. Acesso em 15/09/2017.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPR**, n. 22, p. 37-50, jul/dez., 2010.

PETREIRE, M. Pesca e esforço de pesca no Estado do Amazonas. II. Locais e aparelhos de captura e estatística de desembarque. **Acta Amazônica** 8, 1978 (Suplemento 2):1-54.

PENA-VEGA, Alfredo. Meta-desenvolvimento, auto-organização e incerteza: um caminho em direção ao pensamento ecológico. In: CASTRO, E; PINTON, F. (org.). **Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. BELEM: CEJUP, 1997.

PORAT, M. U. **The information economy**. California: Stanford University, 1976.

POSTER, M. **Foucault, Marxism and History: Mode of Production versus Mode of Information**. NY, Basil Blackwell, 1984.

_____. **A segunda era dos Média**. Celta, São Paulo, 2000.

PIMENTEL, Silvia Raquel de Oliveira. **Impactos econômicos do “Cidade Jardim” em Santarém – Pará**. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional e Processos Construtivos e Saneamento Urbano. Universidade Federal do Pará. Instituto de Tecnologia, Belém, 2015.

PRADO, Rosane Manhães. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. de M. (Org.). **Cultura, percepção e ambiente. Diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Terceiro Nome, v.1, p. 183-189, 2012.

PRATT, M. L. Trabalho de campo em lugares comuns. In: CLIFFORD, J; MARCUS, G. E. **A escrita da cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis Selvagens Edições, 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RABELLO, Rodrigo. A ciência da informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n.1, p.2-36, jan/mar. 2012.

RABELO, Yohanna Gabriely Sousa; VAZ, Elizabeth de Matos; ZACARDI, Diego Maia. Perfil socioeconômico dos pescadores artesanais de dois lagos periurbanos de Santarém, Estado do Pará. **Revista Desafios – v. 04, n. 03**, 2017.

RAMALHO, C. W. N. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 11:39, 2016.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA). Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícola S/A. **Consultoria Paulista de Estudos Ambientais**. Fevereiro, 2010.

RELPH, E. **As bases fenomenológicas da Geografia**. São paulo: Nobel, 1979.

REIS, Arthur C. F. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2ª ed. Brasília/INL Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

RENTE NETO, F. J. S.; FURTADO, L. G. A ribeirividade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo - USP**, v. 24, p. 158-182, 2015.

RIAL, Carmen; GÓDIO, Matías (Orgs.). **Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul**. Florianópolis: NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

ROBERTI JUNIOR, J. P.; CARIAGA, D. E; SEGATA, J. Antropologia como (In) Disciplina: notas sobre uma relação imprecisa entre campo e escrita. **ILHA**. v. 17, n. 2, p. 101-122, ago./dez. 2015.

ROCHA, Moacir dos Santos; ZACARDI, Diego Maia. Caracterização da pesca artesanal no lago Juá, Santarém, Pará. **Revista de Agroecologia**, jun., 2018. (no prelo)

RODRIGUES, Lea Carvalho; SANTOS, Potyguara Alencar. Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, v. 4, n. 1, p. 67-93. Jan./Jun., 2012.

RODRIGUES, L. C.; ARAÚJO, A. G. P. PESCA ARTESANAL E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM BITUPITÁ, CEARÁ: os direitos das populações costeiras frente aos interesses empresariais e estatais. In: **Vivência: Revista de Antropologia**, n. 47 (MILLER, Francisca *et alii* (Org.) Dossiê Populações Costeiras e Ribeirinhas), 2016.

ROLLER, Heather. Colonial collecting expeditions and the pursuit of opportunities in the Amazonian Sertão 1750–1800. **The Americas**, 66(4):435-467, 2010.

_____. “River guides, geographical informants, and colonial field agents in the Portuguese Amazon”. In: **Colonial Latin American Historical Review**, 21(1):101-126, 2012.

_____. **Amazonian routes: indigenous mobility and colonial communities in Northern Brazil**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2014.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, E; PINTON, F. (org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup-UFPA-NAEA, 1997.

RUBIN, David. “Go for the skill”. In: NEISSER, U; WINOGRAD, E. (orgs.) **Remembering Reconsidered: Ecological and Traditional Approachs to the Study of Memory**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 374-382, 1988.

RUFFINO, Mauro Luis. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: ProVárzea, 2005.

SÁ, M. E. R.; COSTA, S. M.; TAVARES, L. P. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. (Ed.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.

SAMAIN, Etienne. Ver e dizer na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set., 1995

SANCHES JUNIOR, C. A. **Genealogia e Biopoder**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, 2012.

SANTANA, A. C.; FILGUEIRAS, G.C; ROCHA, C.F.G. **Arranjos produtivos locais da BR-163: contribuições ao planejamento estratégico territorial**. Belém: ADA, 2006.

SANTILLI, J. F. R. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: PLATIAU, Ana Flávia Barros; VARELLA, Marcelo Dias. (Org.). **Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

_____. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba: DAP, 2005. (texto para discussão). Disponível em <www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>. Acesso em 10/12/2017.

SANTOS JÚNIOR, G. J. ; PEROGOVICH, B. G.; DANTAS, A. B.; SILVA, C. G. C.; SOUSA, I. P. N.; SILVA, V. M. **Levantamento dos impactos causados pelos empreendimentos nas proximidades do Lago do Juá - Santarém/PA**. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso)

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Socialismo e Democracia. Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo**. 2001. (Seminário).

_____. **Modernidade e a dominação da natureza**. (Palestra: Invenção do contemporâneo). Publicado em 04 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.cpfcultura.com.br/2009/08/04/integra-modernidade-e-a-dominacao-da-naturezalaymert-garcia-dos-santos/>. Acesso em: 20 de jul. 2015.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova**. 5. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1996. [1978]

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1974.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. Tese (doutorado). Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo – FFLCH. São Paulo, 1994.

_____. Contribuições da Antropologia para o estudo da Família. **Psicologia USP**, São Paulo 3 (1/2), p. 69-76, 1992.

_____. A família como ordem simbólica. **PSICOLOGIA USP (IMPRESSO)**, São Paulo, v. 15, n.3, p. 11-28, 2004a.

_____. Algumas questões sobre família e políticas sociais. In: JACQUET, C.; COSTA, L. F. (Org.). **Família em mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004b.

SCHWEICKARDT, Kátia H. S. C. **As diferentes faces do Estado na Amazônia**: etnografia dos processos de criação e implantação da Resex Médio Juruá e da RDS Uacari no médio rio Juruá. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SCHERER, Elenise. Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil. **CES - VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, setembro, 2004.

SILVA, Andréa Leme. Animais medicinais: conhecimento e uso entre as populações ribeirinhas do rio Negro, Amazonas, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n.3, p. 343-357, set/dez, 2008.

SILVA, Bianca Bentes da. **Diagnóstico da Pesca no litoral Paraense**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Zoologia. Museu Paraense Emilio Goeldi e Universidade Federal do Pará, 2004.

SILVA, Dárnisson Viana. **Festa na Amazônia, Imaginário & Múltiplos cenários: reflexões etnográficas sobre o Sairé em Alter do Chão-PA**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFPB: João Pessoa, 2015.

_____. “AGORA ENTROU ÁGUA”: sobre experiência e estratégias de sobrevivência entre pescadores artesanais em uma vila amazônica. **Amazônica**, Rev. Antropol. (Online) 9 (1): 180 - 207, 2018.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas: Campinas/SP, 1997.

SILVA, M. F.; LISBÔA, P. L. B.; LISBÔA, R. C. L. **Nomes vulgares de plantas amazônicas**. Belém, INPA, 1977.

SILVA, Márcio Ferreira da. **Configurações de Família e Dinâmicas de Parentesco**. Comunicação no evento Sexta do Mês (PPGAS/USP) ocorrido 12/05/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XCIMdJB1LWE&t=602s>>. Acesso em: 05 ag. 2019.

SILVA, Rubens Elias da. **Guiados por Mares & Peixes: memória social, inovação tecnológica e o processo de fragmentação na pesca comercial simples em duas comunidades pesqueiras no Rio Grande do Norte**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFPB: João Pessoa, 2012.

_____. **Socioantropologia da Pesca: estudos etnográficos sobre populações costeiras no Nordeste Brasileiro**. João Pessoa: Ideia, 2014.

SMITH, Nigel. J. H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: CNPq; INPA, 1979.

SOARES, Mariana Pettersen. **ALMAS E ENCANTADOS: uma cosmologia sobre o mundo dos mortos na região do Baixo Amazonas**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

SOUSA, W. L.; SILVA, R. E.; VIEIRA, T. A. Preservar e resistir: a luta dos pescadores artesanais em defesa do território pesqueiro do lago do Maicá, em Santarém-PA. **Vivência: Revista da Antropologia**. n. 52, v.1, 2018.

STRATHERN, Marilyn. **O Efeito Etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

SUSSUARUNA, Felisberto. **Amazônia: Tapajônia: Santarênia – Enigmas e Revelações**. Prefeitura Municipal de Santarém. Santarém, 2000.

TORRES, Vera Lucia Scaramuzzini. **Envelhecimento e Pesca: redes sociais no estuário amazônico**. Belém: Cejup, 2004.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Decisão Liminar**. 2ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Santarém-PA, 2018.

UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA. CELULA DE ACOMPANHAMENTO E INFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA TRANSAMAZÔNICA. **Relatório Analítico Atividades de Pesquisas – CAI Transamazônica**. Altamira/PA, 2011.

VASCONCELOS, Sonia Maria Ramos de. **Institucionalização dos contextos normativos da pesquisa: ética e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFF, 2015. (Comunicação oral).

VERÍSSIMO, José. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro. São Paulo: Alves & C, 1895.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

_____. Unidade e fragmentação em sociedades complexas. In: **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994a.

_____. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994b.

_____. Memória, identidade e projeto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994c.

_____. **Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração**. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1989.

VIDAL, M. D.; RASEIRA, M. B.; RUFFINO, M. Manejo participativo dos recursos naturais amazônicos – a experiência do ProVárzea. **Biota Amazônia**, v. 5, p. 53-60, 2015.

VIEIRA, I. C. G. (org.). **As amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Rio de Janeiro: Gramond, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Indivíduo e Sociedade no Alto Xingu: Os Yawalapíti**. Dissertação de Mestrado. PPGAS/Museu nacional/UFRJ, 1977.

_____. “Alguns Aspectos do Pensamento Yawalapíti (Alto Xingu): Classificações e Transformações”. **Boletim do Museu Nacional**, 26:1-41, 1978.

_____. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana** 2(2): 115-144, 1996.

VITALE, M. A. F. Famílias: pontos de reflexão. In: BAPTISTA, M. V (org.) **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. Coleção Brasileira. São Paulo: Nacional, 1957.

WEINBERG, A. ‘Science and Trans-Science’. **Minerva**, v.10, 1972.

WRIGHT, Terence. Photography: Theories of realism and convention. Em: Edwards, E. (org.) **Anthropology and photography**. New Haven: Yale University Press, 1992.

WILKE, Valéria Cristina Lopes. **Ética e informação: a reflexão sobre normas e valores como problematização**. Rio de Janeiro: UFF, 2015. (Comunicação oral).

WHITEHEAD, A.N. **Process and Reality**: Na Essay in Cosmology. Cambridge: Cambridge University Press, 1929.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZURKOWSKI, P.G. Integrating america’s infostructure. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 35, n. 3, p. 170-178, 1984

ANEXO A - nº 19.206 de 28 de dezembro de 2012

(Documento- Folha de rosto e página referida na pesquisa)

Fonte: CIAM, Centro Municipal de Informação e Educação Ambiental. 2018



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DA PREFEITA**

LEI Nº 19.206 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

cria a Área de Proteção Ambiental do Juá, no Município de Santarém, Estado do Pará e dá outras providências.

A **Prefeita do Município de Santarém**, Estado do Pará, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Santarém aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, no Município de Santarém, Estado do Pará, a Área de Proteção Ambiental da área do Juá, situada na zona de expansão urbana da cidade de Santarém, possuindo área com dimensão de 1.538.502,82m², equivalente a 126,3465 ha.

Parágrafo único: A Área de Proteção Ambiental do Parque do Juá tem a seguinte descrição topográfica: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P-106**, de coordenadas **N 9.730.821,90m** e **E 746.678,93m**, situado no limite com **Lago do Juá**; deste, segue confrontando com **Lago do Juá** com os seguintes azimutes e distâncias: 93°22'10" e 21,78m, até o vértice **P-107**, de coordenadas **N 9.730.820,62m** e **E 746.700,67m**; 135°00'00" e 9,04m, até o vértice **P-108**, de coordenadas **N 9.730.814,23m** e **E 746.707,06m**; 138°47'25" e 13,58m, até o vértice **P-109**, de coordenadas **N 9.730.804,01m** e **E 746.716,01m**; 157°20'25" e 16,61m, até o vértice **P-110**, de coordenadas **N 9.730.788,68m** e **E 746.722,41m**; 180°00'00" e 16,61m, até o vértice **P-111**, de coordenadas **N 9.730.772,07m** e **E 746.722,41m**; 153°26'06" e 22,85m, até o vértice **P-112**, de coordenadas **N 9.730.751,63m** e **E 746.732,63m**; 69°28'29" e 10,92m, até o vértice **P-113**, de coordenadas **N 9.730.755,46m** e **E 746.742,86m**; 6°01'08" e 24,41m, até o vértice **P-114**, de coordenadas **N 9.730.779,74m** e **E 746.745,42m**; 37°36'49" e 20,96m, até o vértice **P-115**, de coordenadas **N 9.730.796,34m** e **E 746.758,21m**; 104°00'36" e 26,35m, até o vértice **P-116**, de coordenadas **N 9.730.789,96m** e **E 746.783,78m**; 128°08'55" e 22,76m, até o vértice **P-117**, de coordenadas **N 9.730.775,90m** e **E 746.801,68m**; 129°27'10" e 18,51m, até o vértice **P-118**, de coordenadas **N 9.730.764,14m** e **E 746.815,97m**; 124°40'51" e 20,21m, até o vértice **P-119**, de coordenadas **N 9.730.752,64m** e **E 746.832,59m**; 103°13'38" e 22,33m, até o vértice **P-120**, de coordenadas **N 9.730.747,53m** e **E 746.854,33m**; 101°28'42" e 24,67m, até o vértice **P-121**, de coordenadas **N 9.730.742,62m** e **E 746.878,51m**; 97°28'36" e 21,83m, até o vértice **P-122**, de coordenadas **N 9.730.739,78m** e **E 746.900,15m**; 131°09'57" e 24,22m, até o vértice **P-123**, de coordenadas **N 9.730.723,84m** e **E 746.918,38m**; 142°06'44" e 19,48m, até o vértice **P-124**, de coordenadas **N 9.730.708,47m** e **E 746.930,34m**; 151°56'27" e 15,09m, até o vértice **P-125**, de coordenadas **N 9.730.695,15m** e **E 746.937,44m**; 84°28'52" e 39,82m, até o vértice **P-126**, de coordenadas **N 9.730.698,98m** e **E 746.977,08m**; 111°47'09" e 27,54m, até o vértice **P-127**, de coordenadas **N 9.730.688,76m** e **E 747.002,65m**; 136°36'03" e 31,64m, até o vértice **P-128**, de coordenadas **N 9.730.665,77m** e **E 747.024,39m**; 148°39'23" e 34,41m, até o vértice **P-129**, de coordenadas **N 9.730.636,38m** e **E 747.042,29m**; 120°02'10" e 28,07m, até o vértice **P-130**, de coordenadas **N 9.730.622,33m** e **E 747.066,59m**; 172°52'47" e 30,90m, até o vértice **P-131**, de coordenadas **N 9.730.591,67m** e **E 747.070,42m**; 165°27'25" e 35,64m, até o vértice **P-132**, de

Av. Dr. Anysio Chaves, 853 – Aeroporto Velho - Cep: 68030-290 - Santarém/Pará
Fones: 2101-5127 / 5125 / 5118 Fax: 3523-2472
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br – gap.pms2@gmail.com
Site: www.santarem.pa.gov.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DA PREFEITA**

encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 57° WGr**, tendo como Datum o **SAD-69**. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º A Área de Proteção Ambiental da área do Juá será supervisionada, administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente- SEMMA, com a colaboração de entidades públicas e privadas, devendo ser criado o Conselho Gestor da APA e grupos técnicos para apoiar a implantação das atividades de administração e a elaboração do Plano Diretor de Gestão Ambiental.

Parágrafo único: A composição e as atribuições de Conselho Gestor da APA da área do Juá, serão definidos por decreto do Poder Executivo Municipal no prazo de 90 dias, a contar da sanção desta Lei Municipal.

Art. 3º A Área de Proteção Ambiental da área do Juá tem por objetivo:

I – preservar o conjunto geológico e biológico que compõe toda a APA da área do Juá, bem como proteger a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio natural, assegurado o caráter sustentável da ação antrópica na área da APA;

II – ordenar a ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem estar das populações humanas que lá vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes;

III – fiscalizar a prática de atividades científicas e de turismo ecológico, bem como as atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;

IV – exercer a atividade de controle e monitoramento ambiental, de modo a permitir, acompanhar e disciplinar, ao longo do tempo, as interferências no meio ambiente;

V – fomentar a educação ambiental, pesquisa científica e a conservação dos valores culturais e históricos.

Art. 4º Na implantação e funcionamento da APA da área do Juá, serão adotados, entre outras, as seguintes medidas:

I- elaboração do Plano Diretor de Gestão Ambiental da APA, através da SEMMA, em articulação com entidades públicas federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais e, principalmente, as comunidades do entorno, indicando as atividades a serem encorajadas ou incentivadas nas áreas, bem como as que deverão ser limitadas, restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;

II- utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção de espécimes raros da fauna e da flora, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III- aplicação, quando for necessário, de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental;

IV – a divulgação das medidas previstas nesta lei, objetivando o esclarecimento das comunidades locais sobre a APA e suas finalidades.

Art. 5º Na APA da área do Juá ficam proibidas ou restringidas:

Av. Dr. Anysio Chaves, 853 – Aeroporto Velho - Cep: 68030-290 - Santarém/Pará
Fones: 2101-5127 / 5125 / 5118 Fax: 3523-2472
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br – gap.pms2@gmail.com
Site: www.santarem.pa.gov.br

ANEXO B – Questionário de identificação sociocultural

Fonte: Elaborado pelo autor

Questionário de Identificação

Data: _____

1. Nome do entrevistado?

2. Sexo: () Feminino () Masculino

3. Idade: _____

4. Ocupação: () trabalho informal () trabalho formal () desempregado

() aposentado () estudante () Pescador Artesanal () Pescador profissional

5. Como você descreve o ambiente em que mora: () bairro () comunidade () Área de Proteção Ambiental () Vila/Vilarejo () outros. Especifique _____

6. O local onde está a sua casa é considerado: () Urbano () Rural

7. Há quanto tempo mora nesta casa? _____

8. Qual a forma de abastecimento de água? () água canalizada () Poço Artesanal () Poço Boca aberta () cisterna () outros

9. Quantas pessoas moram no domicílio? _____

10. Possui parentes na localidade? _____

11. A residência é: () própria () alugada () cedida

12. Você considera que reside em uma área de risco? Caso afirmativo, explique porque.

13. E por que continua morando nesta área?

14. Sua casa já foi visitada por algum agente de saúde? _____ caso sim, há quanto tempo?

15. Participa de alguma associação? Qual? _____

16. Você se considera um ribeirinho, indígena ou quilombola ou nenhuma destas alternativas? Por que?

ANEXO C – Termo de consentimento livre e esclarecido

Fonte: Elaborado pelo autor

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada: **SOCIOANTROPOLOGIA DA PESCA ARTESANAL NO RIO TAPAJÓS (PA)**: Regime de informação e saberes tradicionais, estudo de caso de uma vila de pescadores na Praia e Lago do Juá, Santarém-PA.

Declaro que fui informado pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, **Dárnisson Viana Silva**. Estou ciente de que após minha assinatura do termo de consentimento, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Garantindo o sigilo que assegure a minha privacidade autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos e em periódicos, os resultados advindos desta pesquisa.

Esta pesquisa corresponde e atende as exigências éticas e científicas indicadas na Resolução CNS nº 196/96 que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Este termo de Consentimento será conservado pelo pesquisador e será dado conhecer a outrem SOMENTE em ocasião de exigência institucional.

Santarém (PA) _____ de _____ de _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

ANEXO D – Termo de consentimento de divulgação de imagem

Fonte: Elaborado pelo autor

TERMO DE DIVULGAÇÃO DE IMAGEM

Eu, _____, de forma livre e espontânea, aceito participar da pesquisa intitulada: **SOCIOANTROPOLOGIA DA PESCA ARTESANAL NO RIO TAPAJÓS (PA)**: Regime de informação e saberes tradicionais, estudo de caso de uma vila de pescadores na Praia e Lago do Juá, Santarém-PA.

Declaro que fui informado pelo pesquisador responsável pela investigação, o aluno de Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, **Dárnisson Viana Silva**. Estou ciente de que após minha assinatura do termo de consentimento, manifesto legalmente minha anuência à participação nesta pesquisa, de modo voluntário, embora possua liberdade de, em qualquer fase da pesquisa, retirar meu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo.

Sei que o eventual uso de imagem minha respeita a privacidade e a divulgação dela tem como principal interesse o diálogo entre o trabalho escrito e a imagem, sem jamais querer divulgar a minha imagem de modo a prejudicar meus direitos constitucionais. Portanto, autorizo o pesquisador a divulgar e publicar em eventos científicos e em periódicos, os resultados advindos desta pesquisa e que tenha por suporte a exibição de imagens.

Esta pesquisa corresponde e atende as exigências éticas e científicas indicadas na Resolução CNS nº 196/96 que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Este termo de Consentimento será conservado pelo pesquisador e será dado a conhecer a outrem SOMENTE em ocasião de exigência institucional.

Santarém (PA) _____ de _____ de _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

ANEXO E – Planta de construção das malocas

Fonte: Livreto da associação de amigos do Juá

